

VOLUME 2



PSICOLOGIA BRASILEIRA

NA LUTA ANTIRRACISTA

Prêmio Profissional Virgínia Bicudo



CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

PSICOLOGIA BRASILEIRA
NA LUTA ANTIRRACISTA

Volume 2

Brasília, 2022
1ª edição

Autoras(es):

Brenna Rodrigues Damasceno Gandia
Rafaela Renero dos Santos
Janaina Cassiano Silva
Liziane Guedes da Silva
Renato Noguera
Paula Sandrine Machado
Tess Rafaella Lobato de Oliveira
Igor Luiz Santos Mello
Claudia Carneiro da Cunha
Luciane Stochero
Eteiele Moraes Carvalho
Patricia Lucion Roso
Carla Fernanda de Lima
Luana Karina dos Santos
Diana Marisa Dias Freire Malito
Anne Bittencourt Santos e Silva
Vitailma Conceição Santos
Bianca Costa Campos
Marizete Gouveia Damasceno e
João Paulo Siqueira de Araújo
Andréa Máris Campos Guerra
Hugo Monteiro Ferreira
Marcela Fernanda de Souza
Mariana Mollica da Costa Ribeiro
Natalia Soares Dalfior
Tayná Celen Pereira Santos

Organização:

Conselho Federal de Psicologia
Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia

© 2022 Conselho Federal de Psicologia

É permitida a reprodução desta publicação, desde que sem alterações e citada a fonte.

Disponível também em: www.cfp.org.br

Projeto Gráfico: Icomunicação

Diagramação: Tatiany Fonseca e Ivan Júnior

Revisão e normalização: MC&G Design Editorial

C755 Conselho Federal de Psicologia (Brasil) .
Psicologia brasileira na luta antirracista : Prêmio Profissional
Virgínia Bicudo : volume 2 / Conselho Federal de Psicologia e Comissão de
Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia. — Brasília : CFP , 2022.

280 p. ; 23 cm.

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-65-89369-11-0

1. Negros- Indígenas-Psicologia-Brasil. 2. Racismo - Brasil. 3. Branquitude e
racismo - Brasil. 4. Psicologia - Brasil - Relações raciais - resistências negras
e indígenas. I. Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal
de Psicologia. II. Título.

CDD23: 155.8496081

Coordenação/CFP

Emanuelle Santos Silva - Coordenação Geral Estratégica
Rafael Menegassi Taniguchi - Coordenação Geral Executiva

Gerência de Comunicação

Marília Mundim da Costa - Gerente
André Martins de Almeida - Analista Técnico - Editoração
Raphael de Oliveira Gomes - Assessor

Gerência de Relações Institucionais

Daniel Arruda Martins - Gerente
Marília Mendes de Almeida - Assessora I
Bruna Dutra Galvão - Técnica Administrativa
Marcela Alice de Andrade - Técnica Administrativa

Plenário responsável pela publicação

Conselho Federal de Psicologia XVIII Plenário - Gestão 2019/2022

Diretoria

Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega - Presidente
Anna Carolina Lo Bianco Clementino - Vice-Presidente
Losiley Alves Pinheiro - (a partir de 20 de maio de 2022) - Secretária
Norma Celiane Cosmo - Tesoureira

Conselheiros Efetivos

Robenilson Moura Barreto - Secretário Região Norte
Alessandra Santos de Almeida - Secretária Região Nordeste
Marisa Helena Alves - Secretária Região Centro Oeste
Dalcira Pereira Ferrão (Conselheira até 11 de setembro de 2021) - Secretária Região Sudeste
Neuza Maria de Fátima Guareschi - Secretária Região Sul
Antonio Virgílio Bittencourt Bastos - Conselheiro 1
Maria Juracy Filgueiras Toneli (Conselheira até 11 de setembro de 2021) - Conselheiro 2
Fabián Javier Marin Rueda (Conselheiro e Secretário até 5 de fevereiro de 2021) - Secretário

Conselheiros Suplentes

Katya Luciane de Oliveira - Suplente
Izabel Augusta Hazin Pires (Secretária de 6 de fevereiro de 2021 até 19 de maio de 2022) -
Suplente
Rodrigo Acioli Moura - Suplente
Adinete Souza da Costa Mezzalira - Suplente Região Norte
Maria de Jesus Moura - Suplente Região Nordeste
Tahina Khan Lima Vianey - Suplente Região Centro Oeste
Célia Zenaide da Silva - Suplente Região Sudeste
Marina de Pol Poniwas - Suplente Região Sul
Ana Paula Soares da Silva - Conselheira Suplente 1
Isabela Saraiva de Queiroz - (Conselheira até 11 de setembro de 2021) - Conselheira Suplente 2

Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia Coordenadora

Eliane Silvia Costa – RR

Integrantes:

Maria de Jesus Moura (Conselheira do XVIII Plenário do CFP) – PE

Andréa Ferreira Lima Esmeraldo – CE

Arthur Fernandes Sampaio – RN

Cynthia Cristina da Rosa Vilas Boas – SP

Claudia Andréa Mayorga Borges – MG

Ematuir Teles de Sousa – SC

Filippe de Mello Lopes – MG

Iolete Ribeiro da Silva – AM

Jaqueline Gomes de Jesus – RJ

Jeane Saskya Campos Tavares – BA

Thayanara Sousa Silva – DF

Vitória Bernardes Ferreira – RS



O desenho da capa baseia-se na identidade visual da Campanha Nacional de Direitos Humanos do Sistema Conselhos de Psicologia 2020-2022: “Racismo é coisa da minha cabeça ou da sua?”, sobre a psicologia e o enfrentamento ao racismo. Os traços dele lembram uma mulher que está a refletir. Os ideográficos são de origem africana e indígena. Em tom marrom estão os grafismos criados especificamente para a campanha pela indígena e psicóloga Thaynara Sipredi. Foram elaborados por ela com a intenção de representar a força e a resistência dos povos indígenas. Na cor caramelo estão adinkras dos povos Acãs. Eles ilustram princípios e ideias desses povos originários da África ocidental (principalmente os asante de Gana). Seguem os significados dos dez escolhidos para transmitir valores que a CDH/CFP espera reforçar, transmitir e alcançar com a campanha. São eles: ¹

✱ ANANSE NTONTAN – sabedoria e criatividade

☉ ASASE YE DURU – a divindade da mãe terra, a importância da terra

🌳 AYÁ – resistência, desafio às dificuldades, força física, perseverança, independência e competência

☼ DWENNIMMEN – força

✱ FUNTUNFUNAFU – democracia

🌀 NKONSONKONSON – relações humanas, interdependência e cooperação

☉ NYANSAPOW – sabedoria, engenhosidade, inteligência

🌀 PEMPAMSIE – prontidão, persistência, resistência, bravura e coragem

☉ SANKOFA – sabedoria, aprender com o passado para construir o futuro

Asè

¹ Fonte: Adinkra | Ipeafro.

Agradecimento

A Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia (gestão 2020-2022) agradece aos ancestrais negros e indígenas que nos deixaram como herança a resistência como produção e potência de vida. Agradece também às instituições parceiras, às (aos) profissionais da Psicologia, professoras(es), pesquisadoras(es) e militantes que se envolveram e tornaram possível a realização da Campanha Nacional de Direitos Humanos do Sistema Conselhos de Psicologia: “Racismo é coisa da minha cabeça ou da sua?”, da qual este livro é fruto; assim como a Tiganá Santana que muito gentilmente autorizou que “Sobo-Bade” e “Dembwa” fossem músicas-temas da Campanha. Em especial, agradece ao XVIII Plenário do Conselho Federal de Psicologia (2019-2022), às equipes dos diferentes setores do Conselho Federal de Psicologia, aos Conselhos Regionais de Psicologia, às(aos) autoras(os) dos artigos que compõem este livro e às(aos)(es) participantes do Prêmio Virgínia Bicudo. Foram apoios e participações imprescindíveis, sem os quais não teríamos tido a possibilidade de, ao enfrentar persistentemente o racismo contra a população negra e os povos indígenas, colaborar com o delineamento de uma Psicologia Brasileira Antirracista. Esperamos que estes dois volumes do livro e toda a campanha contribuam para a ampliação desta luta para dentro e para além da Psicologia!

O Tempo pediu pra folha dançar

Pra folha dançar e nunca parar

E sempre curar o dia

O Tempo é o mundo todo

(Dembwa, Tiganá Santana)

APRESENTAÇÃO

“A Psicologia tem um projeto de sociedade para o Brasil. Por isso estamos aqui.”

Com essas palavras¹, em 14 de dezembro de 2019, o XVIII Plenário do Conselho Federal de Psicologia deu início aos seus três anos de gestão.

O enfrentamento ao racismo configurou-se como aspecto central para esse Plenário, em resposta às grandes questões de nossos tempos e em sintonia com o projeto de sociedade afirmado pela nossa categoria profissional.

O período entre 2019 e 2022 foi marcado por enormes desafios, mas também por importantes celebrações.

Celebramos os 60 anos de regulamentação da Psicologia como profissão no Brasil², os 50 anos de sanção da lei que instituiu o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e o Sistema Conselhos de Psicologia³ e os 25 anos de criação da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia (CDH/CFP)⁴.

Como parte desse ciclo comemorativo, temos a honra de apresentar e entregar à categoria e à sociedade os dois volumes da obra “Psicologia Brasileira na Luta Antirracista”, uma realização da Campanha Nacional de Direitos Humanos do Sistema Conselhos de Psicologia 2020-2022: “Racismo é coisa da minha cabeça ou da sua?”

A publicação dialoga com o Código de Ética Profissional do Psicólogo⁵, ao oferecer lentes que possibilitam aguçar a compreensão sobre as dinâmicas das relações raciais e étnicas, bem como proporcionam alicerces teóricos, técnicos e políticos para o desenvolvimento de ações contra o racismo à brasileira, no âmbito estrutural, institucional, intersubjetivo e subjetivo. São textos que conferem maior concretude e densidade a um de nossos princípios éticos fundamentais, que preconiza que:

-
- 1 Discurso proferido por Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega, na Solenidade de Posse do XVIII Plenário do Conselho Federal de Psicologia, em Brasília, na data de 14 de dezembro de 2019.
 - 2 Lei N° 4.119, de 27 de agosto de 1962, que dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regula a profissão de psicólogo.
 - 3 Lei N° 5.766, de 20 de dezembro de 1971, que cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia e dá outras providências.
 - 4 Resolução CFP N° 11, de 22 de novembro de 1998, que institui a Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia, com efeitos retroativos a 7 de agosto de 1997.
 - 5 Resolução CFP N° 10, de 21 de julho de 2005, que aprova o Código de Ética Profissional do Psicólogo.

“A/O psicóloga/o trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.” (Código de Ética Profissional do Psicólogo, Princípio Fundamental II)

Posto isso, estes dois volumes se apresentam às psicólogas e aos psicólogos como um rico acervo de ideias, reflexões, relatos e possibilidades para o necessário cumprimento da Resolução CFP N° 18/2002⁶. Em 19 de dezembro de 2022, a publicação dessa importante Resolução completa 20 anos. A presente obra, pela sua densidade, atualidade e pertinência, converte-se, de imediato, em anexo quase obrigatório dessas diretrizes. Um verdadeiro presente que chega para, ao mesmo tempo, dar consequência e atualizar um normativo histórico que, ao longo de duas décadas, vem balizando práticas e ações para o enfrentamento ao racismo a partir do exercício profissional.

A publicação é fruto do árduo trabalho da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia (CDH/CFP), cujos atuais integrantes foram indicados pelo XVIII Plenário e empossados, em sessão virtual, em 24 de março de 2020, logo nos primeiros dias daquele que veio a se revelar um longo e desafiador período de distanciamento social em decorrência da pandemia de Covid-19.

Entre março de 2020 e novembro de 2022, mais de 688 mil brasileiras e brasileiros tiveram as suas vidas ceifadas não apenas pela ação letal de um novo coronavírus, mas também pelo caos político, econômico e social, decorrentes principalmente do negacionismo científico, que vieram a agravar ainda mais as desigualdades históricas, sociais e raciais de nossa sociedade. Presenciamos a emergência de personalidades autoritárias e de cunho fascista nos níveis municipal, estadual e federal. Seus projetos mostraram-se contrários a todo o sistema de garantia de direitos básicos que vínhamos ajudando a construir desde a redemocratização, balizados pela Constituição Cidadã de 1988. Nosso respeito e nosso luto por essas vidas perdidas convertem-se em luta também nestas páginas.

O primeiro volume de “Psicologia Brasileira na Luta Antirracista” é constituído por um total de 16 textos, entre introdução, entrevista, artigos acadêmicos e ensaios. A maioria das autoras é constituída por psicólogas e pesquisadoras negras e negros. Contamos também com a participação de uma indígena do povo guarani. São apresentados e debatidos conceitos fundamentais para o entendimento e para a busca da superação do racismo no Brasil. O leitor é convidado a transitar por amplo espectro de questões e lutas sociais, na perspectiva da interseccionalidade, a fim de compreender a

6 Resolução CFP N° 18, de 19 de dezembro de 2002, que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação a preconceito e discriminação racial.

complexidade da tessitura social brasileira e o enredar de suas hierarquias e opressões. Branquitude, colonialismo, saúde mental, feminismo, (anti)capacitismo, orientação sexual, identidade de gênero, racismo estrutural, infância, juventude, envelhecimento, xenofobia, resistências negras e indígenas são alguns dos assuntos abordados.

O volume 2 consiste na publicação dos textos premiados na primeira edição do “Prêmio Profissional Virgínia Bicudo”, concluída em maio de 2022. Nove trabalhos vencedores e outros três que receberam menção honrosa abordam diferentes estudos, reflexões e fazeres ao redor do tema “Práticas para uma Psicologia Antirracista”. Promovido inicialmente como mais uma ação da Campanha Nacional de Direitos Humanos 2020-2022, o Prêmio teve como objetivos identificar, valorizar e divulgar estudos e ações de psicólogas(os) e coletivos que envolvam a Psicologia e as Relações Étnico-Raciais fundamentadas nos Direitos Humanos e que tenham impacto na saúde mental, na redução das desigualdades sociais e no posicionamento antirracista. Buscou-se também celebrar e divulgar a obra e o pioneirismo de Virgínia Leone Bicudo, mulher negra, pesquisadora pouco conhecida, que, entre outros feitos, integrou o primeiro plenário do CFP. Por meio de Resolução⁷, o XVIII Plenário tornou a premiação permanente no âmbito do CFP e estipulou a sua realização anual. Um gesto concreto que visa à reparação histórica e à promoção de práticas antirracistas na Psicologia.

Nossos mais sinceros agradecimentos a todas as/os integrantes da CDH/CFP 2020-2022 pelo zelo, empenho, densidade e sensibilidade com que conduziram todos os trabalhos da Comissão, em especial a elaboração desta publicação. Nosso reconhecimento também a todas as trabalhadoras e trabalhadores do CFP que assessoram a realização das ações de forma sempre profissional e competente.

Esta obra é um precioso legado e um marco na celebração dos 60 anos de regulamentação da Psicologia no Brasil. Reafirmamos, por meio de nossa ciência e de nossa profissão, em ensaios teóricos, entrevistas, artigos acadêmicos e relatos profissionais, o compromisso social de nossa categoria em prol de uma sociedade antirracista.

Boa leitura, boas reflexões e coragem! Contem sempre com a “Psicologia Brasileira na Luta Antirracista”!

Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega

Conselheira-Presidente

XVIII Plenário do Conselho Federal de Psicologia

7 Resolução CFP N° 9, de 28 de maio de 2022, que institui o Prêmio Profissional “Virgínia Bicudo: Práticas para uma Psicologia Antirracista”, assinada durante a Solenidade de Premiação da Primeira Edição do Prêmio, dentro da programação do IX Seminário Nacional de Psicologia e Direitos Humanos, em Brasília, DF.

Sumário

(O Prêmio) Virgínia Bicudo na construção da Psicologia Brasileira Antirracista.....	11
1. Pioneirismo na psicanálise brasileira: o legado de Virgínia Leone Bicudo	23
2. Constituição da identidade/subjetividade da criança negra e educação infantil: análise em documentos oficiais.....	49
3. Narrativas e estratégias infanto-juvenis frente ao racismo: compreensões a partir do Sopapinho Poético.....	75
4. Afrocentricidade silenciada e os impactos resultantes à saúde mental da população negra na contemporaneidade	104
5. Os matizes do ser negro: HIV/AIDS e interseccionalidades na construção de práticas antirracistas.....	121
6. Gênero e Cor: a violência doméstica em um município do interior do Rio Grande do Sul.....	140
7. “Só quero matar a minha dor”: mulher negra, racismo e subjetividade	156
8. Utilização do modelo de flexibilidade psicológica da ACT como estratégia para uma psicoterapia antirracista	177
9. Psicologia e práticas de cuidado em saúde mental: contranarrativas de uma perspectiva racializada.....	200
10. Quilombo Sankofa: uma experiência regada pela ética do cuidado no acolhimento de pessoas negras.....	224
11. Por uma escuta psicoterapêutica racializada: relato de experiência universitária do grupo Ressignificando Vivências Raciais REVIRA	247
12. Ocupação psicanalítica: por uma clínica antirracista.....	264



Introdução

(O Prêmio) Virgínia Bicudo na construção da Psicologia Brasileira Antirracista

Jeane Saskya Campos Tavares¹

Eliane Silvia Costa²

A Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia (CDH/CFP) 2020/2022 recebeu o desafio de elaborar e executar uma campanha contra o racismo e entregamos, ao final desta gestão, a maior campanha já realizada pelo Sistema Conselhos. Intitulada “**Racismo é coisa da minha cabeça ou da sua?**”, foram produzidos vídeos, ciclos formativos (Série: Psicologia no Enfrentamento ao Racismo), podcast (13 episódios), Prêmio Virgínia Bicudo (em reconhecimento ao seu pioneirismo e valiosas contribuições para a Psicologia brasileira) e os dois volumes desta obra “**Psicologia Brasileira na Luta Antirracista**”.

Neste segundo volume, apresentamos os nove trabalhos vencedores e outros três que receberam menção honrosa do Prêmio Profissional Virgínia Bicudo no ano de 2022, que, tal como consta em seu edital,³ teve como tema “Práticas para uma Psicologia Antirracista”.

1 Integrante da CDH/CFP 2020-2022. Graduada em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestre em Saúde Comunitária e doutora em Saúde Pública pelo Instituto de Saúde Coletiva da UFBA (ISC/UFBA). Docente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Centro de Ciências da Saúde (CCS/UFRB). Docente do Mestrado profissional em saúde da população negra e indígena (UFRB). Líder do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão em Saúde Coletiva da UFRB (GIPESC).

2 Coordenadora da CDH/CFP 2020-2022. Psicóloga graduada pelo Instituto de Psicologia da USP (1994), doutora em Psicologia pelo Instituto de Psicologia da USP (IPUSP), com formação em Psicanálise dos Laços Sociais pelo Instituto de Recherche en Psychothérapie (France) e pelo Laboratório de Estudos em Psicanálise e Psicologia Social do IPUSP (LAPSO-IPUSP). Professora do Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pesquisadora colaboradora do LAPSO. Colaboradora do Instituto AMMA Pique Negritude.

3 EDITAL_Virginia-Bicudo_extrato.pdf (cfp.org.br)

Esta premiação objetivou valorizar e divulgar estudos e ações de psicólogas(os) e coletivos que envolvam a Psicologia e as Relações Étnico-Raciais fundamentadas nos Direitos Humanos e que tenham impacto na saúde mental, na redução das desigualdades sociais e no posicionamento antirracista. Uma iniciativa que pretendeu fomentar a divulgação de estudos e ações exitosas no campo da Psicologia e sua interface com as questões raciais. Além da publicação neste livro, cada artigo premiado recebeu mil reais.

Os trabalhos foram inscritos no período de 20/09/2021 a 30/11/2021. Eles deveriam ser inéditos, apresentados sob a forma de artigo técnico ou relatos de práticas embasadas na ciência psicológica e estar relacionados a um dos seguintes eixos orientadores: Raças e Identidade Étnico-Racial; Violência, Morte e Luto; Modos de resistência antirracista: antimanicomial, cultural, religiosa; Interseccionalidades; ou Geracional: racismo na infância, juventude e envelhecimento.

O julgamento das iniciativas foi realizado pela Comissão de Direitos Humanos do CFP e seguiu critérios que garantiram a representação de trabalhos de todas as regiões do Brasil. Além da CDH, participou de todo o processo a Gerência Técnica do Conselho Federal de Psicologia (GET), que ficou responsável por elaborar o edital, responder às possíveis mensagens das/dos concorrentes, receber as inscrições, acompanhar e administrar a escolha todo o processo de seleção dos textos premiados.

Para impedir qualquer possibilidade de identificação, além de não revelar a autoria de cada artigo, a GET encaminhou cada um deles para pareceristas da CDH que são de regiões diferentes da de inscrição das/os autores dos artigos.

Cada texto foi apreciado por uma dupla de integrantes da CDH, que teve como lastro para a avaliação os seguintes critérios: originalidade, relevância e pertinência para o campo, a estrutura do texto (desenvolvimento, conclusão e normas da ABNT), o rigor técnico-conceitual e linguagem inclusiva e antirracista.

Foram contemplados trabalhos teórico-técnicos inscritos nas categorias experiências individuais ou coletivas. Os inscritos concorreram entre si em suas respectivas regiões e todas foram contempladas com dois artigos ganhadores, exceto a região Norte, em que houve apenas um trabalho vencedor.

Ao fim, foram premiados e receberam menção honrosa sete experiências coletivas e cinco individuais, concentrados principalmente no eixo Raças e Identidade Étnico-Racial (sete trabalhos), no Nordeste (quatro) e Sudeste (três), tal como consta no quadro.

Quadro 1 – Artigos vencedores e menções honrosas

ARTIGOS VENCEDORES POR REGIÃO						
Título	Categoria/ Experiência	Eixo	Autor(A) Psicólogo(A)	Demais Autoras(Es)	CRP	Região
Por uma escuta psicoterapêutica racializada: Relato de experiência universitária do grupo Ressignificando Vivências Raciais	Coletiva	Raças e identidade étnico-racial	Bianca Costa Campos	Marizete Gouveia Damasceno João Paulo Siqueira de Araújo	1ª REGIÃO (DF)	CO
Constituição da identidade/ subjetividade da criança negra e educação infantil: análise em documentos oficiais	Coletiva	Raças e identidade étnico- racial	Janaina Cassiano Silva	Rafaela Renero dos Santos	9ª REGIÃO (GO)	CO
Afrocentricidade silenciada e os impactos resultantes à saúde mental da população negra na contemporaneidade	Individual	Raças e identidade étnico- racial	Tess Rafaella Lobato De Oliveira	-	10ª REGIÃO (PA/AP)	N
Quilombo Sankofa: uma experiência regada pela ética do cuidado no acolhimento de pessoas negras	Coletiva	Raças e identidade étnico- racial	Anne Bittencourt Santos e Silva	Vitailma Conceição Santos	3ª REGIÃO (BA)	NE
Pioneirismo na Psicanálise Brasileira: o legado de Virgínia Leone Bicudo	Individual	Raças e identidade étnico- racial	Brenna Rodrigues Damasceno Gandia	-	11ª REGIÃO (CE)	NE
Narrativas e estratégias infanto-juvenis frente ao racismo: compreensões a partir do Sopapinho Poético	Coletiva	Geracional	Liziane Guedes da Silva	Renato Nogueira Paula Sandrine Machado	7ª REGIÃO (RS)	S

Gênero e cor: a violência doméstica em um Município do Interior do Rio Grande do Sul	Coletiva	Interseccionalidades	Patricia Lucion Roso	Etielle Moraes Carvalho	7ª REGIÃO (RS)	S
Ocupação Psicanalítica: por uma clínica antirracista	Coletiva	Raças e identidade étnico-racial	Andréa Máris Campos Guerra	Hugo Monteiro Ferreira Marcela Fernanda de Souza Mariana Mollica da Costa Ribeiro Natalia Soares Dalfior Tayná Celen Pereira Santos	4ª REGIÃO (MG)	SE
Psicologia e práticas de cuidado em Saúde Mental: Contranarrativas de uma perspectiva racializada	Individual	Modos de resistência antirracista	Diana Marisa Dias Freire Malito	-	5ª REGIÃO (RJ)	SE
Menções honrosas por região						
Utilização do modelo de flexibilidade psicológica da ACT como estratégia para uma psicoterapia antirracista	Individual	Raças e identidade étnico-racial	Luana Karina dos Santos Pereira	-	3ª REGIÃO (BA)	NE
Só Quero Matar a Minha Dor”: Mulher Negra, Racismo e Subjetividade	Individual	Geracional	Carla Fernanda De Lima	-	21ª REGIÃO (PI)	NE
Os matizes do ser negro: HIV/AIDS e interseccionalidades na construção de práticas antirracistas	Coletiva	Interseccionalidades	Claudia Carneiro da Cunha	Igor Luiz Santos Mello Luciane Stochero	5ª REGIÃO (RJ)	SE

Antes de apresentarmos um resumo de cada um deles, cabe comentar que poderíamos estruturar este livro de diferentes formas, a saber: por região brasileira (norte, nordeste, sul, sudeste e centro-oeste), por categoria individual ou coletivo, ou mesmo pelo eixo de inscrição. Inclusive, ele pode ser lido seguindo esses parâmetros. Nós optamos por outra configuração, mesmo porque entendemos que não poderia ser diferente: o livro deveria ser iniciado com o artigo que se dedicou à herança que nos deixou Virgínia Bicudo, nossa mestra, até porque, além de ser pioneira na Psicanálise Brasileira e de ser a primeira a realizar pesquisa sobre relações raciais pautada em conceitos e teorias da sociologia e psicologia, inaugurando o campo acadêmico de Psicologia Social brasileira, ela também colaborou com a fundação do Conselho Federal de Psicologia. Sobre sua participação no CFP, a conselheira Célia Zenaide da Silva, no IX Seminário Nacional de Psicologia e Direitos Humanos, mencionou:

Em 2017, após uma pista de um artigo virtual, realizo pesquisas e chego ao veredicto: Virgínia Leone Bicudo fez parte do movimento para a regulamentação da psicologia e do movimento para a criação e constituição do Conselho Federal de Psicologia, compondo, em 1973,⁴ a primeira gestão do conselho como Vice-Presidente.

Ou seja, há quase 50 anos, Virgínia Bicudo estava na gestão do CFP. Logo, ela contribuiu com o delineamento da Psicologia e da Psicanálise brasileiras do ponto de vista teórico-epistemológico, técnico-metodológico e institucional e ainda nos inspira e ensina.

Em agradecimento a todo o feito, abrimos este livro celebrando-a, com o artigo **Pioneirismo na psicanálise brasileira: o legado de Virgínia Leone Bicudo, de autoria de Brenna Rodrigues Damasceno Gandía**, que analisa o legado desta pioneira na psicanálise brasileira e as causas da invisibilidade da autora no contexto acadêmico e psicanalítico. A trajetória de Virgínia Bicudo tem importância não apenas para a psicanálise, há necessidade em revisitar e incluir referências acadêmicas mais implicadas socialmente e historicamente, as quais contêm temas ligados às relações raciais, legitimando essas reflexões em um espaço de saber científico.

Na sequência, e lembrando que Bicudo teve uma produção significativa na área da infância, escolhemos colocar lado a lado, como segundo e terceiro artigos, aqueles que se debruçam sobre efeitos do racismo e da luta antirracista para as crianças. São eles:

4 PLENARIO___ATA__1973.pdf (cfp.org.br)

Constituição da identidade/subjetividade da criança negra e educação infantil: análise em documentos oficiais, de autoria de **Rafaela Renero dos Santos e Janaina Cassiano Silva**, analisa o processo e constituição da identidade/subjetividade da criança negra nos documentos oficiais para a educação infantil à luz da Lei n. 10.639/2003 e a Teoria Histórico-Cultural. Foram encontradas poucas referências à questão racial na educação infantil e, quando presentes, não apreendem a complexidade da temática. Por isso, analisamos também alguns documentos específicos da temática produzidos pelo Ministério da Educação.

Narrativas e estratégias infanto-juvenis frente ao racismo: compreensões a partir do Sopapinho Poético, de **Liziane Guedes da Silva, Renato Nogueira e Paula Sandrine Machado**. São apresentadas as narrativas das crianças, pré-adolescentes e adolescentes negros participantes do projeto Sopapinho Poético em Porto Alegre/RS a respeito de suas compreensões sobre o racismo e suas principais estratégias. O racismo é percebido pelos participantes como compreensões de inferioridade e superioridade entre negros e brancos, que se expressa por meio de estereótipos e violências interpessoais, na escola ou na rua, e institucional, na busca por empregos, nos espaços de consumo, nos meios de comunicação. As principais estratégias das crianças e suas famílias frente ao racismo se relacionam com a educação para as relações étnico-raciais e com processos de fortalecimento das redes comunitárias e/ou aquilombamento.

Se consideramos que saúde e saúde mental dizem respeito à possibilidade de se ter vida digna, sem exposição a qualquer modalidade de dominação e opressão, podemos seguramente dizer que todos os artigos têm como lastro esta temática; contudo, e como poderá ser notado, o quarto e o quinto tiveram como foco específico de trabalho o campo da saúde e saúde da saúde mental.

Afrocentricidade silenciada e os impactos resultantes à saúde mental da população negra na contemporaneidade, de **Tess Rafaella Lobato de Oliveira**, enfatiza o epistemi-cídio, que silencia a contextualização histórica sobre o continente africano e a população preta e parda em diáspora, e problematiza em que sentido esse fenômeno contribui para a segregação enfrentada por esse segmento étnico-social. Sugerem-se ainda estratégias possíveis de reparação terapêuticas como resultado direto de uma escuta africana.

Os matizes do ser negro: HIV/AIDS e interseccionalidades na construção de práticas antirracistas, de **Claudia Carneiro da Cunha e Igor Luiz Santos Mello**, analisam “o peso da cor” no campo de estudo de pessoas vivendo com HIV/AIDS, com destaque às dimensões interseccionais. Neste artigo o colorismo é uma ferramenta para pensar os processos de autoidentificação e as experiências e discursos que escapam à própria

dimensão dos fenótipos associados ao “negro”. Consideramos que, da mesma forma que os trabalhos voltados para pessoas vivendo com HIV/AIDS não podem resumi-las à sua sorologia, os sujeitos negros não podem ter sua humanidade resumida à sua negritude.

Além do tema da saúde, o quinto artigo também discorre sobre interseccionalidade, assim como os dois seguintes.

O artigo **Gênero e cor: a violência doméstica em um município do Interior do Rio Grande do Sul**, de autoria Etiele Morais Carvalho e Patricia Lucion Roso, analisa dados oficiais que estão disponíveis no site da Secretaria de Segurança Pública do estado do Rio Grande do Sul, acerca dos índices da violência doméstica contra a mulher negra, no período de 2018 a 2020. Os resultados apontam uma variação do número de casos entre o primeiro e último ano do estudo e que há uma tendência de aumento da violência doméstica contra a mulher.

Também sobre intersecção entre raça e gênero, **Só Quero Matar a Minha Dor: Mulher Negra, Racismo e Subjetividade**, escrito por Carla Fernanda de Lima, reflete acerca do impacto de uma sociedade patriarcal, misógina, colonial e racista na subjetividade negra, por meio de um estudo de um caso clínico e a técnica história de vida de uma jovem negra de 16 anos, da periferia. Reflete-se acerca da necessidade da descolonização do conhecimento e das práticas em saúde mental, além da urgência na construção de micropolíticas de cuidado afrocentrados e afrodiaspóricos, sendo fundamental que isso aconteça em conjunto com múltiplas ações de pequenos coletivos nas esferas da educação, cultura, política e economia, assegurando assim sincronicidade no movimento de oposição à dimensão macropolítica do racismo.

O oitavo artigo intitula-se **Utilização do modelo de flexibilidade psicológica da ACT como estratégia para uma psicoterapia antirracista**, elaborado por Luana Karina dos Santos, ele discorre sobre a conformação de subjetividade da população negra e fornece um modelo postulado pela Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT – abreviação de Acceptance and Commitment Therapy, em inglês) aplicado à causa antirracista.

Os quatro artigos finais, assim como o terceiro artigo, dedicam-se a estratégias coletivas de luta antirracista.

O novo artigo, **Psicologia e práticas de cuidado em Saúde Mental: Contranarrativas de uma perspectiva racializada**, de Diana Marisa Dias Freire Malito, traz reflexões sobre as práticas de cuidado na política pública de saúde mental. Apresentam redes de cuidado ativas e práticas profissionais refletidas. No entanto, com relação à discussão racial nas construções coletivas entre as equipes, há insuficiência no reconhecimento do racismo como fator de adoecimento psíquico e o enfrentamento a essa problemática.

O décimo artigo, **Quilombo Sankofa: uma experiência regada pela ética do cuidado no acolhimento de pessoas negras**, de autoria de **Anne Bittencourt Santos e Silva**, apresenta o Projeto Quilombo Ankh, um projeto gratuito, construído por e para pessoas negras, e pensado e executado por uma equipe multiprofissional e plural de saberes e práticas cujo objetivo foi promover vivências de acolhimento, saúde e suporte social de pessoas negras em contexto de pandemia em plataforma on-line. Este é um relato de experiência dessa proposta em saúde, vivida, mais especificamente, no subgrupo Quilombo Sankofa. A experiência se configurou como uma prática antirracista realizada por uma psicóloga graduada e uma psicóloga em formação.

Por uma escuta psicoterapêutica racializada: Relato de experiência universitária do grupo Ressignificando Vivências Raciais, de autoria de **Bianca Costa Campos, Marizete Gouveia Damasceno e João Paulo Siqueira de Araújo**, trata da experiência de atendimento psicoterapêutico para estudantes negros e negras na Universidade de Brasília (UnB). O grupo descrito foi resultado de reivindicação estudantil negra por cuidados em saúde mental na universidade e propõe uma escuta psicoterapêutica racializada e antirracista do sofrimento psíquico, bem como pondera pela contextualização do sujeito em sua realidade universitária diante da totalidade social brasileira. São descritos padrão de demandas, estratégias psicoterapêuticas e as resignificações trazidas pelos processos, tanto para os usuários quanto para a equipe – também formada exclusivamente por negros e negras.

Não por acaso, finalizamos este livro com o artigo escrito com o maior número de autoras/es, cinco, e que, em rede, têm realizado um trabalho vinculado a vários órgãos e instituições de natureza pública, especialmente universidades federais brasileiras de diferentes estados brasileiros, é o caso da Universidade Federal de Minas Gerais, da Federal do Rio de Janeiro e do Espírito Santo.⁵

O artigo **Ocupação Psicanalítica: por uma clínica antirracista**, escrito por **Andréa Máris Campos Guerra, Hugo Monteiro Ferreira, Marcela Fernanda de Souza, Mariana Mollica da Costa Ribeiro, Natalia Soares Dalfior, Tayná Celen Pereira Santos**, apresenta o Programa Ocupação Psicanalítica. Fruto de reflexão coletiva, as autoras/os autores propõem uma subversão na apropriação conceitual da Psicanálise, mantendo os princípios orientadores da ética do desejo, enlaçada e orientada por uma prática com o inconsciente que implica a decolonização das instituições, dos laços e da clínica. São propostos dispositivos inéditos, coletivos e individuais, que envolvem o enfrentamento à criminalização dos negros, a escuta de quilombolas, o combate à violência de Estado

⁵ A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia ingressou mais recentemente no Ocupação Psicanalítica.

pelas mídias populares, conversações e escrituragens, entre outras intervenções, como meio de forjar, por meio da escuta psicanalítica, a valorização e transmissão do saber e cultura popular afroameríndios como solução de enfrentamento ao racismo estrutural.

Para finalizar, gostaríamos de mencionar que houve uma participação significativa de autoras(es) negras(os). Todavia, estes 12 artigos escritos por 26 profissionais ou estudantes de Psicologia contaram apenas com a colaboração de quatro homens. Ademais, não recebemos nenhum escrito que estivesse dentro dos critérios estabelecidos e que se dedicasse à luta antirracista contra povos indígenas, quilombolas, povos ribeirinhos ou caiçaras, entre outros povos da floresta, do campo e das águas; igualmente, não foram inscritos textos sobre antirracismo e anticapacitismo e que interseccionasse racismo e as bandeiras da população LGBTQIA+.

Para alterar este cenário e na aposta de que poderemos multiplicar experiências e teorias do campo Psicológico no enfrentamento do racismo e outras modalidades de dominação a esse entrelaçadas, enfim, em razão de sua relevância, durante a entrega do prêmio, no dia 28 maio de 2022, no IX Seminário Nacional de Psicologia e Direitos Humanos – *Radicalizar o Direito à Vida é Semear Futuros Possíveis*,⁶ Ana Sandra, presidenta do CFP, assinou a Resolução CFP nº 9/2022, aprovada pelo XVIII Plenário, que institui a permanência e obrigatoriedade anual do Prêmio Profissional “Virgínia Bicudo: Práticas para uma Psicologia Antirracista”.

A resolução estabelece:

Art. 1º Instituir o Prêmio Profissional “Virgínia Bicudo: Práticas para uma Psicologia Antirracista”

Parágrafo único. A realização do Prêmio Profissional deve consolidar o legado da psicanalista Virgínia Leone Bicudo.

Art. 2º O Prêmio Profissional será realizado anualmente para atender aos seguintes objetivos:

I – identificar, valorizar e divulgar estudos e ações de psicólogas, coletivos e grupos que envolvam a Psicologia e as Relações Étnico-Raciais, fundamentadas nos Direitos Humanos e que tenham impacto na saúde mental, na redução das desigualdades sociais e no posicionamento antirracista; e

II – fomentar a divulgação de estudos e ações exitosas no campo da psicologia e das questões raciais.

6 Seminário Nacional de Psicologia e Direitos Humanos – 28/05/2022 – Tarde – YouTube.

Art. 3º Os trabalhos teórico-técnicos devem estar relacionados a um dos seguintes eixos orientadores:

I – Raças e Identidade Étnico-Racial;

II – Violência, Morte e Luto;

III – Modos de resistência antirracista: antimanicomial, cultural, religiosa;

IV – Interseccionalidades; ou

V – Geracional: racismo na infância, juventude e envelhecimento.

Art. 4º A autora principal do trabalho teórico-técnico deverá ser psicóloga, regularmente cadastrada em Conselho Regional de Psicologia e em pleno gozo de direitos.

Art. 5º O Conselho Federal de Psicologia estabelecerá as condições necessárias para a realização do prêmio, por meio de edital de concurso, publicando-o no sítio eletrônico da autarquia e no Diário Oficial da União.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

É com a força deste marco legal que finalizamos esta introdução. Para que ela seja uma inspiração para a leitura deste livro e de todos os demais que virão!



Capítulo 1

Categoria: Individual

Eixo orientador: Raça e Identidade Étnico-Racial

Brenna Rodrigues Damasceno Gandia. CRP 11/16.498. Psicóloga graduada pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Fortaleza, Ceará, Brasil. Psicanalista em formação.

Pioneirismo na psicanálise brasileira: o legado de Virgínia Leone Bicudo

Resumo

Diante do desinteresse quanto aos trabalhos de autoras negras em nosso país e no que diz respeito à psicanálise, uma mulher negra, neta de uma escravizada e filha de imigrante italiana, destacou-se como uma personagem importante na transmissão e história da psicanálise e das Ciências Sociais no Brasil. Em consideração à contribuição histórica de Virgínia Leone Bicudo, o trabalho tem como objetivo geral analisar seu legado como pioneira na psicanálise brasileira. Também busca compreender e refletir sobre as causas da invisibilidade da autora no contexto acadêmico e psicanalítico. Foi utilizada como método de pesquisa uma revisão bibliográfica por meio de artigos científicos, capítulos de livros e vídeos da plataforma *YouTube*. A partir de então, discutiu-se o incompreensível apagamento por parte da academia e do movimento psicanalítico em relação à Virgínia Bicudo, além do contexto histórico social, do preconceito e racismo que marcaram o seu percurso. Por isso, a partir deste estudo, abre-se um espaço para recordar sua contribuição e assim não repetir um esquecimento, um silêncio diante de seu legado. A conclusão é a de que a trajetória de Virgínia Bicudo tem importância não apenas para a psicanálise, mas há indícios que apontam para uma necessidade em revisitar e incluir referências acadêmicas mais implicadas socialmente e historicamente, as quais contêm temas ligados às relações raciais, legitimando essas reflexões em um espaço de saber científico.

Palavras-chave: Virgínia Leone Bicudo. Psicanálise. História da Psicanálise. Relações Raciais.

Abstract

In face of the lack of interest in the work of black authors in our country and regarding to psychoanalysis, a black woman, granddaughter of an enslaved woman and daughter of an Italian immigrant stood out as an important character in the trans-

mission and history of Brazilian psychoanalysis and the social sciences. Considering the historical contribution of Virgínia Leone Bicudo, the main objective of this article is to analyze her legacy as a pioneer in Brazilian psychoanalysis. This work also seeks to understand and to ponder the causes of the author's invisibility in the academic and psychoanalytic context. A bibliographic review was used as a research method through scientific articles, book chapters and videos from the YouTube platform. And from this, the incomprehensible erasure on the part of the academy and the psychoanalytic movement in relation to Virgínia Bicudo was discussed, in addition to the social historical context of prejudice and racism that permeate her life. Then, by this study, we seek to open a space to remember her contribution and thus not repeat forgetfulness, a silence before her legacy. Concluding that, due to the importance of Virgínia Bicudo's trajectory, and not only for psychoanalysis, there are indications that point to a need to revisit and include academic references more socially and historically involved with the theme of race relations, legitimizing these ponderations in a scientific knowledge area.

Keywords: Virgínia Leone Bicudo. Psychoanalysis. History of Psychoanalysis. Race Relations.

1. Introdução

A produção de intelectuais negros no meio acadêmico parece ser escassa. O corpo e a vida da população negra são, sim, objetos das manchetes de jornais, quando se fala sobre preconceito, racismo e violência. Já são conhecidos na história de nosso país relatos sobre a servidão da população negra diante da prática escravista dos colonizadores. Ainda nos dias atuais, reflexo dessas formas de opressão e exploração, está o racismo nas entranhas da nossa sociedade, nas falas, na cultura, de modo visível e invisível. Entendendo o racismo para além do preconceito contra o negro, pois “trata-se de uma estratégia de dominação que estrutura a nação e cada um de nós e é pautada na presunção de que existem raças superiores e inferiores” (CFP, 2017, p. 10).

Não se pode acreditar que o Brasil sustente um discurso de igualdade e aponte para uma democracia racial. Sobre isso, Milena (2019) cita em seu artigo publicado pelo Jornal de Todos os Brasis, trechos de um discurso proferido pelo professor Doutor Kabengele Munanga (2004), antropólogo brasileiro-congolês e um dos principais estudiosos do tema racismo, o qual recebeu uma homenagem e, durante a ocasião, afirmou que:

Para muitos, o Brasil não é um país preconceituoso e racista, sendo as violências sofridas pelos negros e não brancos, em geral, apenas uma questão econômica ou de classe social, que nada tem a ver com os mitos de superioridades e de inferioridade racial. Nesse sentido, os negros, indígenas e outros, não brancos, são discriminados porque são pobres. Em outros termos, negros, brancos e pobres, negros e brancos da classe média, negros e brancos ricos (não sei quantos negros ricos tem nessa sociedade), não se discriminam entre si, tendo em vista que eles pertencem todos à mesma classe social. Uma bela mentira.

Percebe-se que a história do Brasil é estudada a partir do ponto de vista do colonizador. “Quem descobriu o Brasil?” é a pergunta que se faz nos livros da escola. E o outro lado? A História não contada e não celebrada de nossos antepassados afrodescendentes, tão perto e longe de nós ao mesmo tempo? Por que não se valoriza a produção de conhecimento de escritores e intelectuais negros, não como uma história a ser contada sobre esse personagem, mas sim como protagonista de um papel sociopolítico e cultural? Se no espaço social e cultural há essa invisibilidade, o mesmo fato parece acontecer no meio acadêmico. Como comenta a socióloga Roberta Ribeiro da Silva em:

As academias brasileiras estão dentro do panorama de relação exploração-opressão [...], onde a experiência de vida da população negra é explorada nas pesquisas e pelos grupos de estudos douto universitários, porém são reputados enquanto subalternos, logo, despotencializados, desautorizados a uma fala e escrita canônica-acadêmica. E quando ousam fazê-lo, têm sua obra vituperada pela ciência branqueada (ou embranquecida?), e olvidada por seus pares, nas matrizes curriculares, ementas, citações e referências, numa contribuição direta para cristalização deste quadro. (SILVA, 2019, p. 66)

Ocupando esse local de protagonismo e pioneirismo, uma mulher negra socióloga e psicanalista, chamada Virgínia Leone Bicudo, produziu um trabalho acadêmico sobre as relações raciais em nosso país. Seu estudo tinha por nome “Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo” e foi publicado em 1945, cujo objetivo foi analisar o preconceito racial por meio da escuta e de um olhar interdisciplinar em sociologia e psicanálise.

A autora é pouco referenciada e seus textos não são lidos na universidade. Parece que caíram no esquecimento. Em entrevista, a psicanalista Isildinha

Baptista Nogueira afirma que: “Quando era estudante, nunca soube da Virgínia. Não há essa informação nas escolas de psicanálise, nem de psicologia, nem de psicologia social. Se você for a uma livraria, não vai encontrar os textos dela” (VELOSO, 2020).

Por conta disso, Virgínia Bicudo terá destaque no presente estudo devido à importância e contribuição de seu legado na psicanálise no Brasil. De acordo com relatos de sua história, encontrados em materiais disponíveis na revisão bibliográfica, a ela foi atribuído o pioneirismo no estudo sobre relações raciais no cenário brasileiro, abrindo “alas” e espaço para se pensar o racismo dentro da academia e também no espaço psicanalítico. Inclusive foi a primeira mulher na América Latina a deitar em um divã e ser analisada (HAUDENSCHILD, 2015; SILVA, 2012).

No momento da escrita deste artigo, com as manifestações contra o racismo e a evidência do movimento “Vidas Negras Importam” nos EUA, a mídia brasileira amplificou essa temática e um grupo de psicólogos e psicanalistas produziu vídeos na plataforma *YouTube*. O Coletivo Psicologia e Ladinidades da Universidade de Brasília contemplou a trajetória de Virgínia Bicudo em um de seus vídeos.

Este trabalho tem como objetivo geral analisar o legado de Virgínia Bicudo como pioneira na psicanálise em território brasileiro. Buscando, também, compreender a questão da invisibilidade da autora nos contextos acadêmico e psicanalítico, assim o conteúdo será organizado em seções: a primeira abordará brevemente a chegada da teoria psicanalítica em nosso país; a seguinte seção será destacada sua história de vida, os marcos principais em sua trajetória e suas contribuições teóricas e, por fim, será comentado acerca da intelectual na cena acadêmica e psicanalítica brasileira.

A escolha do tema foi motivada por reflexões tanto no campo universitário quanto pessoal sobre quem eram os autores referenciados nos textos durante a graduação em psicologia, bem como por não encontrar produções de intelectuais negros, principalmente psicanalistas. Portanto faz-se necessária a problematização da invisibilidade da psicanalista dentro da academia, possibilitando a esta geração conhecer o seu legado que abre espaço para reflexões tão pertinentes e para o enaltecimento de suas obras, celebrando seu nome como importante personagem da história da psicanálise no Brasil.

2. Metodologia

A metodologia utilizada neste trabalho foi a pesquisa qualitativa, que segundo Sabadini, Sampaio e Koller (2009, p. 133), que tem por base “um conjunto de técnicas que descrevem significados. Remete a um exame interpretativo não numérico das observações, que objetiva a descoberta das explicações subjacentes e os modos de inter-relação.” Outra definição é dada por Minayo e Sanches (1993, p. 244):

A abordagem qualitativa realiza uma aproximação fundamental e de intimidade entre sujeito e objeto, uma vez que ambos são da mesma natureza: ela se envolve com empatia aos motivos, às intenções, aos projetos dos atores, a partir dos quais as ações, as estruturas e as relações tornam-se significativas.

No início do trabalho, foi realizada uma pesquisa bibliográfica que, para Gil (2008, p. 50), é “desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. E também indispensável nos estudos históricos. [...] Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados senão com base em dados secundários”.

A partir daí foram organizadas fontes bibliográficas usadas como base teórica deste artigo, cujas referências fundamentais foram os seguintes autores: Sigmund Freud, Janaína Gomes, Djamilia Ribeiro, Noemi Moritz Kon, Maria Lúcia da Silva, Cristiane Curi Abud e Kabengele Munanga. Além do acesso aos canais disponíveis no *YouTube*, intitulados: Psicologia e Ladinidades; Observatório do 3º Setor; Alexandria Conta e Cria; Canal da Beatriz Araújo; Acontece no IFCS e Rede Dandaras – Saúde da Mulher Negra, todos com as referências completas ao final deste artigo. O período de realização do artigo foi marcado pelo contexto da pandemia do vírus SARS Covid-19.

3. Resultados e discussão

Para compreender o legado de Virgínia Leone Bicudo, é necessário percorrer sua trajetória, localizando-a no contexto histórico e sociocultural de seu tempo. Por isso o conteúdo será dividido em seções: a primeira abordará brevemente a chegada da teoria psicanalítica ao Brasil; a seguinte seção mencionará os principais fatos de sua história de vida e sua aproximação com a teoria freudiana e, por conseguinte, será comentado acerca da invisibilidade da intelectual na cena acadêmica e psicanalítica.

3.1 A chegada da psicanálise ao Brasil

Inicialmente, as principais capitais onde a psicanálise difundiu-se foram: Viena, Berlim, Budapeste e Londres, a partir de 1910 com a criação da *International Psychoanalytical Association* (IPA) (ABRÃO, 2001; SALIM, 2010). A América Latina e o Brasil não estavam nos planos da psicanálise no ano de 1910 para uma expansão. Freud, em cartas trocadas com médicos brasileiros interessados pela sua teoria, escrevia:

Quão notável, que no distante Brasil, nasça de repente um movimento psico-analítico pronto, assim como a deusa Atena surgiu da cabeça de Zeus, com divulgação em toda a sociedade e naturalmente também alguma oposição. Esta última não deve faltar. Alegra-me que o senhor reconheça a sua necessidade. É como na técnica analítica. Sem a superação de obstáculos, não existe sucesso. E agora um pedido fundamental. É de grande importância para mim, que sua Sociedade logo se sinta em casa na Sociedade Internacional e que esta acompanhe o que ocorre no Brasil. (LAGO, 2011)

Semelhantemente aos outros países, a psicanálise entrou no Brasil devido ao interesse de médicos que, segundo Couto e Silva (2018), buscavam renovação de condutas da sociedade e explicações para o fenômeno das doenças mentais.

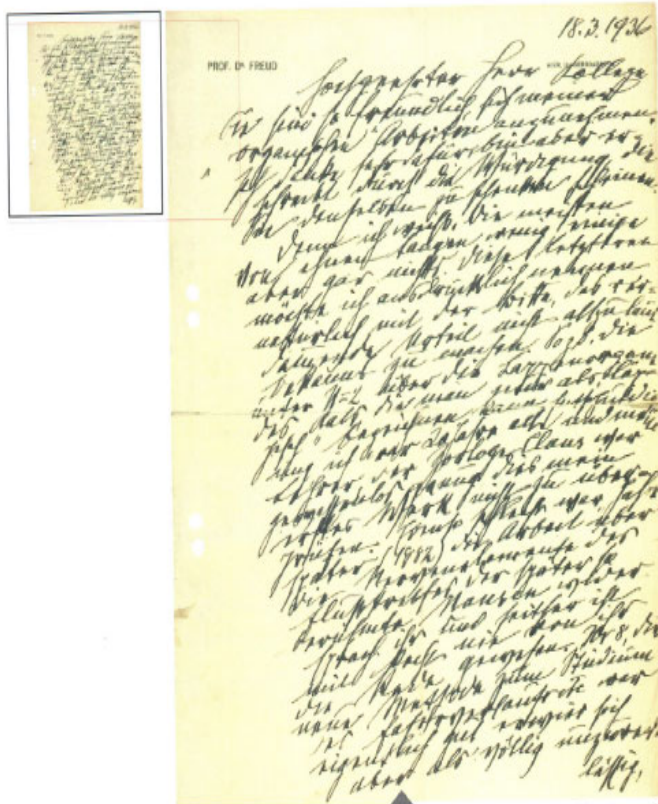
O Brasil pode se orgulhar e ter sido um dos primeiros países a citar Freud, numa época em que a psicanálise nem mesmo ainda se constituía. Em 1899, Juliano Moreira, um verdadeiro monumento da psiquiatria brasileira, referia-se às ideias de Freud no estado da Bahia. (DANZIATO, 2000, p. 49)

Conforme relatos da dissertação de Cintra Junior (2015), a primeira tese de doutorado da Faculdade de Medicina que contemplou temas relacionados a esse saber foi a do médico cearense Genserico de Souza Pinto, com o título: “*Da Psychanalyse: a sexualidade das neuroses*”, que atendeu quatro pacientes a partir do então chamado método psicanalítico.

Mas, para se legitimar psicanalista à época, seria necessário interpretar os fenômenos mentais a partir de questões sexuais. Couto e Silva (2018) relatam sobre a criação da Liga Brasileira de Higiene Mental, em 1923, que tinha como projeto prevenir enfermidades mentais e posteriormente foi dado espaço para uma clínica psicanalítica. Ainda seguindo a pesquisa de Couto e Silva (2018), o nome do médico Durval Bellegarde Marcondes apareceu em destaque nos primórdios da psicanálise

brasileira. Ele tornou-se um autodidata, pois até o ano de 1926 ainda não havia uma instituição que pudesse promover formação segundo os requisitos freudianos. Como narra Galvão (2012), trocou cartas com o próprio Freud, uma delas em ocasião de uma publicação de artigo e outra ao enviar um exemplar da primeira Revista Brasileira de Psicanálise, no ano de 1928.

Figura 1 – Carta de Freud



Fonte: Moretzsohn e Teperman (2014, p. 261)

Sagawa (1989) relata que o nome de Marcondes é tido como um dos fundadores da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, a primeira a ser reconhecida pela IPA, inaugurando, assim, uma psicanálise mais institucionalizada com a vinda da Dra. Adelheid Koch, de Berlim, no ano de 1936. O contexto europeu era ameaçado pela ascensão do nazismo e isso a trouxe a terras brasileiras, possibilitando como condição a formação de analistas, seguindo as recomendações da IPA, ensinando a teoria freudiana, análise pessoal e também supervisão dos casos clínicos.

Assim, em 1937, após um curto período de aculturação com o idioma português, a Dra. Koch inicia suas atividades como analista didata habilitada pela IPA. Forma-se ao seu redor um primeiro grupo de analisandos composto pelos seguintes profissionais: Durval Marcondes, Flávio Dias, Darcy de Mendonça Uchoa e Virgínia Leone Bicudo. Excetuando-se esta última, que possuía formação de professores primária e educadora sanitária, os demais possuíam formação médica. (ABRÃO, 2001, p. 63)

Destacando a presença dessa única mulher na turma, comenta-se mais detalhadamente na próxima seção.

3.2 Virgínia Leone Bicudo, a pioneira

Gomes (2013) revela que Virgínia nasceu no dia 21 de novembro de 1910. Filha de Giovanna Leone, uma imigrante italiana, e de Teófilo Julio, filho de uma escravizada. Sua mãe, Giovanna, trabalhou como criada na fazenda da família Bicudo, uma das mais importantes no estado de São Paulo. Seu pai Teófilo, também era empregado da fazenda e sua educação foi bancada pelo patrão e padrinho, Bento Bicudo, fazendeiro de café na região de Campinas. Após o casamento com Joana, antes chamada de Giovanna, mudou para um nome mais brasileiro, Teófilo adquiriu o sobrenome de seu patrão, Bicudo.

Moretzsohn (2013) informa que era um costume da época pós-abolição. A autora inclui que Teófilo era um pai dedicado e trabalhador dos Correios, com sonho frustrado de ser médico, impossibilitado não por sua capacidade, mas recusado por ser negro. Virgínia Leone Bicudo foi a segunda filha do casal e sobre a escolha de seus nomes é interessante ressaltar:

[...] que circulavam pelo mesmo espaço social, o da fazenda, exercendo papéis distintos (o escravo, o imigrante, o dono das terras). [...] De certo modo, eles estão dispostos dentro de uma cadeia “evolutiva”: da escrava Virgínia ao cidadão Bicudo, tendo como elo aquele imigrante ainda estranho ao Brasil: o estranho Leone. Seu nome em casa sempre seria a referência à avó nunca conhecida. O último sobrenome, a um lugar social aspirado e de certo modo, alcançado. (GOMES, 2013, p. 48)

A menina de nome forte era estudiosa, aplicada e na rua era chamada por outras crianças de “negrinha, negrinha” (VELOSO, 2020), o que a fazia ficar mais tempo dentro de casa dedicando-se à leitura. Foi estimulada pelos pais para seguir

estudando e isso está evidenciado em uma de suas falas: “[...] desde muito cedo, desenvolvi aptidões para evitar a rejeição. Você precisa tirar nota boa, ter bom comportamento e boa aplicação, para evitar ser prejudicada e dominada pela expectativa de rejeição, diziam meus pais” (MAUTNER, 2000). A própria Virgínia em uma entrevista declarou que “[...] ter nota boa, ser uma boa aluna é uma proteção para o negativo: negrinha é negativo, nota boa é positivo. Ser negrinha com nota boa [...]” (TEPERMAN; KNOFF, 2011, p. 71).

Nota-se na fala de Virgínia Bicudo que esse significante “negrinha” foi atribuído a algo de ordem inferior, assim como em sua própria investigação de mestrado, quando ela ouviu a população negra descrever as experiências vividas, como relatou: “As qualidades de ‘bom’, ou ‘bom-aluno’, ‘bem-educado’, estariam associadas ao branco, como qualidades a ele peculiares” (BICUDO, 1955, p. 240 *apud* SANTOS, 2018, p. 1.212).

As pesquisas mostram que esse também foi o contexto de vida da protagonista, marcado pela discriminação com seus antepassados e com ela mesma. Carregado não só no nome da avó escravizada, mas já sentindo as marcas em sua subjetividade, em seu interior e em sua pele. Quando cresceu, ocupou um lugar na sociedade paulista, foi educada em “colégio de granfina” (HAUDENSCHILD, 2015, p. 222) como contou em entrevista, aparecendo aqui Bicudo, o sobrenome elitizado que carregava.

Moretzsohn (2013) ressalta que, por volta de 1930, Virgínia recebeu o diploma para trabalhar no magistério no estado de São Paulo. Continuou seu caminho com a oportunidade de concluir também em 1932 o curso de Educadores Sanitários da Escola de Higiene e Saúde Pública de São Paulo. Foi nesse curso que conheceu a então futura parceira no campo da psicanálise, Lígia Amaral, também importante nome na história da psicanálise brasileira, como ilustra a Foto 1 a seguir.

Foto 1 – Virgínia está à frente, de chapéu e lenço branco



Fonte: Maio (2010, p. 342)

Ainda segundo relatos de Mautner (2000), em 1936, iniciou mais uma formação, esta, como ela mesma disse, buscou por compreender uma angústia e dores muito profundas. Virgínia disse: “Eu tinha sofrimento, tinha dor e queria saber o que causava tanto sofrimento. Eu colocava que eram condições exteriores. Então pensei que, estudando sociologia, iria me esclarecer [...]” (TEPERMEN; KNOPF, 2011, p. 67). No curso também conviveu com Durval Marcondes, que à época era médico e, ao mesmo tempo, aluno, como visto na seção anterior. Ele foi, ainda, um dos nomes responsáveis pela institucionalização da psicanálise no Brasil e a pessoa que apresentou as teorias de Freud.

Em sua tese, Gomes (2013) menciona que, no ano de 1938, Virgínia Bicudo obteve o título de bacharel em Ciências Políticas e Sociais pela Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP). Foi a única mulher de sua turma e a única pessoa negra, conforme a Foto 2.

Foto 2 – Formatura de Virgínia em 1938



Fonte: Maio (2010, p. 348)

Cabe, aqui, destacar que sua presença nesse curso foi essencial, sendo única diante de uma turma de homens brancos e, mais, poder ouvir a história contada por ela, uma mulher negra. A foto também significa um registro do seu lado pioneiro, que a acompanhou no decorrer da sua vida.

Moretzsohn (2013) lembra que, na mesma escola, ela logo ingressou nos estudos para mestrado e ocupou o cargo de professora assistente de Psicanálise e Higiene Mental, convidada por Durval Marcondes. O ano de 1945 foi especial para ela, devido à publicação da sua dissertação na revista de Sociologia, com o título de “Estudo de atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo”, sob a orientação de Donald Pierson, famoso sociólogo americano da Universidade de Chicago. “É de autoria de Virgínia a primeira dissertação de mestrado sobre a questão racial no Brasil – mais uma demonstração do seu pioneirismo” (TEPERMAN; KNOFF, 2011, p. 67).

Com o trabalho, Virgínia Bicudo abriu espaço para pensar as relações raciais dentro da academia, onde os negros não estão no lugar de objeto, e sim a partir de um lugar de fala, conforme conceitua Ribeiro (2017), a qual esclarece que não é falar a partir de vivências, mas a partir de um lugar social. O Brasil vivia um momento de imaginário em relação a uma harmonia racial.

Esta concepção, que tinha por intuito estabelecer uma hierarquia das raças no Brasil, desvalorizando ainda mais a população negra, dominou o pensamento social por muito tempo no Brasil. Os determinismos biológicos, geográficos e culturais insistiam em classificar as raças em mais fortes e menos fortes. (SANTOS, 2018, p. 20)

Seu próprio orientador, Pierson, “apresenta o país como um ‘caso negativo’ de situação racial” (GOMES, 2013, p. 68). Ainda de acordo com Gomes (2013), Virgínia refutou essas hipóteses e, por meio de uma pesquisa, buscou explorar e compreender como negros e mulatos criam consciência racial, entrevistou pessoas nas escolas e também ouviu o movimento social “Frente Negra”. Ela concluiu que havia o que chamou de preconceito de cor. E que “mesmo quando diminuem as diferenças sociais, o preconceito de cor permanece” (VELOSO, 2020).

Junto a esse trabalho, Gomes (2013) cita que ela participou do Projeto UNESCO, que teve como proposta pesquisar a situação racial na sociedade brasileira, resultando no artigo “Atitudes dos alunos dos grupos escolares em relação com a cor dos seus colegas no ano 1955”, “A pesquisa de Bicudo trouxe como grande possibilidade a reflexão sobre como as diferenças raciais operavam nas diversas formas de socialização” (SANTOS, 2018, p. 7). Ainda sobre outro marco de seu pioneirismo, ela trouxe os ambientes escolar e familiar para problematizar a situação racial. Sobre este trabalho, que foi um diferencial nas pesquisas acadêmicas sobre o mito da democracia racial no Brasil, Musatti-Braga (2015) lembra que os trabalhos de Virgínia e outros intelectuais foram tratados como um anexo ao corpo principal da pesquisa. Corroborando, Gomes (2013, p. 125) afirma que, na edição de 1959, a pesquisa de Virgínia Bicudo havia sumido.

Os dois trabalhos foram os únicos que fizeram referência aos estudos raciais. Logo ela dedicou-se às pesquisas com temas relacionados à infância e à difusão da psicanálise no Brasil.

3.3 Virgínia Bicudo e a psicanálise

Virgínia exerceu inúmeras profissões, como: educadora sanitária, visitadora psiquiátrica, supervisora das visitadoras, funcionária pública, professora, no entanto foi como psicanalista que Virgínia Leone Bicudo ascendeu financeiramente e ficou conhecida. Tão famosa que tinha seu programa de rádio e sua coluna no jornal, ambos chamados de “Nosso Mundo Mental” (TEPERMEN; KNOPF 2011; MAIO, 2010; MORETZON, 2013).

Por intermédio deles, ela comentava, à luz da psicanálise, as narrativas que eram apresentadas em formato de radionovelas com artistas representando situações rotineiras, muito populares à época. “Quem mais lhe mandava cartas eram os homens, pedindo para que ela explicasse certas situações domésticas” (GOMES, 2013, p. 63). Também foi possível divulgar a psicanálise de forma clara e acessível a todos. Lembrando que o rádio era a mídia de grande alcance naqueles tempos. Isso levou a psicanálise para esse início em terras brasileiras a um espaço fora do *setting* analítico, circulando nas ondas dos rádios e em páginas de jornal. Logo ganhou mais um título, o de escritora, pois “Nosso Mundo Mental” transformou-se em um livro. Sobre isso, Gomes (2013, p. 63) comenta que:

Seu programa de rádio, em formato de novela, era um meio de expandir o conhecimento sobre a psicanálise, mas também de uma determinada psicanálise, civilizatória, da qual não se pode extirpar um caráter político. Seja pela amplitude das pessoas que poderia alcançar através desse mecanismo, seja pela possibilidade de servir como “guia” de uma moderna conduta familiar, sexual, social, centrada no indivíduo que emerge dessa nova ordem.

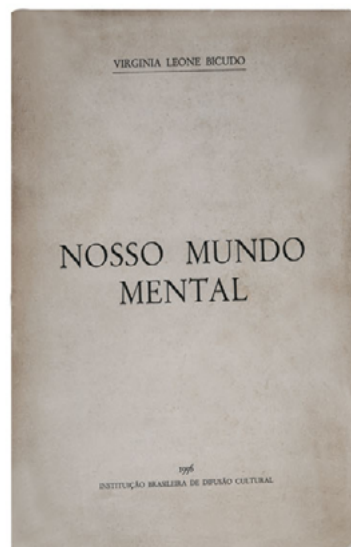
Nas Fotos 3 e 4, segue a ilustração de dois momentos, ela comunicando na rádio e a capa de seu livro.

Foto 3 – Virgínia Bicudo em uma palestra



Fonte: Andrade (2017)

Foto 4 – Capa do livro Nosso Mundo Mental



Fonte: Andrade (2017)

Sua aproximação com a psicanálise foi para compreender certas questões que na sociologia não encontrou resposta, questões de sofrimento e dor. E, ao ouvir falar sobre Freud pela primeira vez, sabia que era ali que encontraria esclarecimentos. Em depoimento ao “Projeto Memória da Psicanálise”, Virgínia revela: “[...] e estando no curso, eu estava no segundo ano, pela primeira vez em minha vida eu ouvi falar de Freud, em sublimação e fatores internos. Então eu disse bem, não é sociologia que eu tenho que estudar, eu tenho que estudar é psicanálise e Freud” (GOMES, 2013, p. 49).

Essa aproximação deu-se em um momento quando as teorias freudianas ainda estavam chegando às terras brasileiras. Mas foi o Dr. Marcondes que apresentou a teoria de Freud à Virgínia e também a convidou para uma parceria como sua assistente no curso de Higiene Mental e Psicanálise na Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP).

Abrão (2014) menciona que Virgínia Bicudo fez parte do primeiro grupo de psicanalistas em formação juntamente com a Dra. Koch e destacou-se mais uma vez: a única mulher e a única não médica. O contexto no qual estava inserida para a época era, na maioria, frequentado por homens. As ideias da psicanálise eram consideradas como proibidas, havia certo pudor em pensar que uma mulher estaria falando sobre sexualidade naquele tempo, também fechada em uma sala conversando com um desconhecido. Além disso, certos médicos psiquiatras não aceitavam seus posicionamentos como uma psicanalista não médica. Virgínia confessou em depoimentos o quão doloroso foi aquele tempo:

[...] eu estava sentada e era a hora da Higiene Mental apresentar. Eu estava sentada e os médicos, todos de pé, todos gritando: “Absurdo! Psicanalistas não médicos!” Foi horrível! Olha que eu quase me suicidei por isso. Você ouvir outras pessoas dizendo: “Você é charlatã!” Ser chamada de charlatã publicamente! Ah! Você não fica de pé! Você vai para casa e quer morrer!. (MUSSATI-BRAGA, 2015, p. 74)

Segundo Abrão (2014), isso ocorreu no I Congresso Latino-americano em Saúde Mental de 1954, em São Paulo, não foi o único episódio humilhante pelo qual passou. Alguns panfletos eram distribuídos na porta de seu consultório com os dizeres: “Se eres neurótico e queres se tornar psicótico, procura a doutora Virgínia Bicudo. Se trate com a doutora Virgínia Bicudo!” (VELOSO, 2020).

Esses episódios, de fato, marcaram-na e, como relatam Tepermen e Knopf (2011), ela pediu licença de suas atividades, escreveu para Donald Winnicott, buscando uma oportunidade de completar sua formação na Sociedade Britânica de Psicanálise. Este

momento de sua vida proporcionou a convivência com “os analistas mais significativos da época: Melaine Klein, com novas e surpreendentes formulações psicanalíticas, Ernest Jones, Elliot Jaques, Clifford Rodrigué, Anna Freud, Rosenfeld, Betty Joseph, Wilfred Bion, Paula Heimann e Esther Bick” (TEPPERMAN; KNOFF, 2011, p. 9).

A admiração por Klein foi expressa em cartas para o amigo Marcondes, em que comentava que foi recebida para um chá e uma amizade especial manteve-se por muitos anos com Bion, comprovada em vários relatos históricos. Conforme Frausino (2020), Virgínia Bicudo completou sua formação na Sociedade Britânica de Psicanálise, na *Tavistock Institute e London Institute of Psychoanalysis*. Tepermen e Knopf (2011) completam e dizem que ela conseguiu para além de seus rendimentos custear seus cursos em Londres por Assis Chateaubriand, então embaixador brasileiro na Inglaterra.

Ainda segundo Tepermen e Knopf (2011), Virgínia retornou ao Brasil no ano de 1959 e trouxe uma vasta bagagem de conhecimentos. Voltou para a clínica e, com muita energia, dedicou-se à difusão da psicanálise. “Só vai se despedir do trabalho clínico no ano 2000. Morre em 2003, pouco antes de completar 93 anos de idade” (TEPERMEN; KNOFF, 2011, p. 11).

Em relato dado pela socióloga Janaina Gomes, na *live* do Congresso de Psicologia e Ladinidades da Universidade de Brasília (UnB), Virgínia foi psicanalista de vários políticos, à época, e também frequentou espaços na elite brasileira, sempre acompanhada de espírito de modernidade. Ela foi responsável pela fundação da Sociedade de Psicanálise de Brasília, conforme Abrão (2014), e teve artigos publicados em revistas nacionais e internacionais, sempre implicada na temática social, da saúde mental e com destaque, também, para a psicanálise da infância.

Diante dos vários lugares que ocupou como precursora, um deles será destacado aqui, acreditando-se no significado simbólico, visto que uma mulher negra e filha de estrangeira e neta de uma escravizada foi a primeira pessoa no Brasil a ser analisada e a primeira a deitar em um divã. Em depoimento, ela declara:

Eu fui a primeira pessoa que usou o divã da Doutora Koch. Mas não é pra contar isso pros outros, viu? Os médicos não vão gostar. Estou fazendo brincadeira agora. Acontece que fui mesmo... A Doutora chegou, todo mundo com receio, com medo... E a Doutora: “Estou organizando aqui, quero ver quem quer...”. “Eu quero!” Eu sempre brinco que estreei o divã no Brasil. (MAIO, 2010, p. 350)

Tal fato leva a pensar sobre o porquê da omissão de um dado relevante dentro da história da psicanálise. Mais à frente será abordado este assunto.

3.4 Uma questão de esquecimento?

Tamanho o legado dessa mulher com uma dedicação e empenho na difusão da psicanálise no Brasil, faz-se necessário pensar sobre a invisibilidade dentro dos contextos acadêmico e psicanalítico. Virgínia Leone Bicudo não é referenciada nas bibliografias das grades curriculares e o acesso ao material da autora é difícil.

Como revela Silva (2011), a dissertação de Virgínia Bicudo permaneceu anos guardada e, somente em 2010, por celebração do ano de seu centenário, o professor Marcos Chor Maio a publicou. Como visto nas seções anteriores, Virgínia Bicudo inaugurou a discussão de relações raciais no meio acadêmico e teve uma ávida participação na institucionalização da psicanálise brasileira.

Com a recente discussão do movimento negro diante do caso George Floyd nos Estados Unidos da América, no período de quarentena da pandemia do vírus Covid-19, alguns psicólogos e psicanalistas foram debater em redes sociais sobre racismo, sexismo, preconceito e discriminação. O nome de Virgínia, de repente, foi citado e seus trabalhos e sua história puderam ser contados e recontados.

Questiona-se a razão de um acontecimento no estrangeiro para “dar luz” ao legado de Virgínia no contexto psicanalítico brasileiro. Vale ressaltar que o caso do menino João Pedro no estado do Rio de Janeiro ocorreu antes do episódio internacional. Por que só agora houve tanta repercussão em torno de sua trajetória e dos temas atrelados a sua pessoa?

Além dela, podem ser encontrados Neusa Santos, Franz Fanon, Lélia Gonzalez, Cida Bento, autores que promovem essa articulação da psicanálise com sofrimento psíquico e racismo, e ainda não fazem parte de uma bibliografia acadêmica.

No momento da escrita deste trabalho, o nome Virgínia Bicudo foi pesquisado na plataforma de vídeo *YouTube*, usando como filtro o ano de 2020. Encontram-se palestras virtuais ou *lives*, dentre elas: “Virgínia Bicudo e as atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo pelo coletivo psicologia e ladinidades”; “Você conhece? Ela foi a primeira não médica a ser reconhecida como psicanalista” por Observatório do 3º Setor; “Virgínia Bicudo por Alexandria conta e cria”; “Virgínia Bicudo por Beatriz Araújo”; “A construção do pensamento de Virgínia Leone Bicudo sobre relações raciais no Brasil”, pelo canal Acontece no IFCS; e “Introduzindo o pensamento de Virgínia Bicudo: nas reticências etc.”, por Rede Dandaras – Saúde da Mulher Negra. As que foram citadas levam o nome de Virgínia no título e discursam sobre sua trajetória.

No diretório do acervo da biblioteca da Universidade de Fortaleza, não há menção ao nome de Virgínia Leone Bicudo na pesquisa por descritores, como “psicanalistas negros”, “atitudes raciais” e seu próprio nome. Tampouco é presente na bibliografia do curso de Psicologia da universidade citada.

Kabengele Munanga (CIAMPA, 2000) revela que há pouca discussão acadêmica sobre um tema que diz respeito a milhões de brasileiros de ascendência africana. “Em relação à psicanálise, menciona, entre as poucas contribuições, os autores Jurandir Freire Costa, Antônio da Costa Ciampa, Isildinha Baptista Nogueira e Monique Augras” (MUNANGA, 2004 *apud* MUSSATI-BRAGA, 2015, p. 65-66). Ele propõe uma articulação entre saberes para “[...] estabelecer uma ponte com a ciência da Educação, auxiliando-a na construção de uma pedagogia transformadora das relações preconceituosas no âmbito da escola e da educação do cidadão brasileiro” (MUNANGA, 2004, p. 94).

Oliveira e Nascimento (2018) apontam que não há interesse em remodelar os currículos na formação do psicólogo para inserir, de fato, um enfoque histórico, social e político no que diz respeito às relações raciais. No ano de 2017, o Conselho Federal de Psicologia lançou um dispositivo para aproximar os psicólogos dessa discussão, chamado: “Relações raciais: referências técnicas para atuação de psicólogos/os” (CFP, 2017). O nome de Virgínia Bicudo é mencionado nos agradecimentos do material, por sua contribuição teórica na história da psicologia.

Não se pode pensar que a psicanálise brasileira e também a sociologia não respeitam o seu legado, pois Virgínia deixou marcas importantes para as referidas áreas. “Então a reaparição do seu trabalho hoje não se trata de uma descoberta. Trata-se de um movimento em que não é mais possível ocultá-la” (GOMES, 2013, p. 151). Mas esse esquecimento por parte da comunidade acadêmica é incompreensível.

A invisibilidade em relação à figura de Virgínia Bicudo não diz respeito só ao silêncio frente ao seu protagonismo e, sim, também aos depoimentos. A “voz daqueles que deram seus testemunhos... e assim (quase) perdemos a chance de conhecer um material [...] e elaborações conceituais importantes” (MUSSATI-BRAGA, 2015, p. 71).

4. Considerações finais

Como visto, a busca pela criação de uma sociedade psicanalítica em território brasileiro, seguindo as recomendações da IPA, dependeu do empenho de nomes como Durval Marcondes e da Dra. Adelheid Koch, uma analista judia que precisou de refúgio por causa do nazismo. Entre os analistas em formação da primeira turma da Sociedade Psicanalítica de São Paulo, esteve presente uma única mulher e a única sem formação em medicina, chamada Virgínia Bicudo, como ela mesma disse: “estreou” o divã no Brasil.

Sua determinação fez com que ela alcançasse muitos lugares. Como visitadora psiquiátrica, ela ia até a casa das pessoas e às escolas; como psicanalista, ela foi a primeira pessoa a deitar em um divã no Brasil e teve um programa de rádio muito popular, conhecido como “Nosso Mundo Mental”. Virgínia Bicudo também teve a oportunidade de estudar com Melanie Klein e ser amiga de Alfred Bion, quando viajou para estudar em Londres. Foi participante ativa da institucionalização da psicanálise em terras brasileiras, publicou trabalhos relevantes, mas dois deles foram omitidos. Eles apresentavam, em comum, pesquisas da autora sobre as relações raciais. Somente anos depois isso veio a público e ainda assim a psicanalista até os dias atuais não tem a visibilidade que merece.

Este trabalho não buscou conhecer Virgínia Leone Bicudo. Ela já era conhecida. Mas não é referenciada no meio acadêmico e psicanalítico, uma vez que possui importantes contribuições teóricas para a história da psicanálise e também da sociologia. É dela a primeira dissertação de mestrado brasileira sobre relações raciais, a qual ouviu depoimentos de pessoas negras como ela, que confirmaram sofrer preconceito de cor; histórias essas também que fizeram parte da sua vida, e o sofrimento a fez buscar amparo e explicações na sociologia e na psicanálise.

No início da pesquisa, houve dificuldade de acesso a materiais acadêmicos que fizessem referência a ela. Os seus livros não existem em livrarias físicas e virtuais. Na biblioteca da Universidade de Fortaleza, também não foi encontrado nenhum material. Apesar disso, foi possível acessar uma tese de doutorado e alguns artigos científicos na plataforma Scielo, que serviram de base para a pesquisa bibliográfica.

Com o avançar do tempo de pandemia, que ocorreu no momento da escrita deste trabalho, um coletivo de psicologia da Universidade de Brasília (UnB) disponibilizou uma *live* em que apresentou Virgínia e temas relacionados à sua trajetória, assim foi possível estudar e constatar seus repletos pioneirismos e detalhes que não podem mais estar ocultos. Ao referenciar Virgínia Bicudo, também é importante mencionar Neusa Santos, Lélia Gonzalez, Isildinha Nogueira e tantas outras autoras

negras que articulam questões relacionadas à psicanálise e ao racismo, uma temática pouco discutida.

A proposta do artigo foi abordar a relevância que há na história de vida de Virgínia e para que seu legado não seja silenciado. Abre-se aqui uma reflexão para a inclusão dos trabalhos de Virgínia Bicudo e das outras autoras nos currículos acadêmicos e contextos psicanalíticos. Autoras essas que vão além do círculo europeu. Aponta-se a necessidade em incluir referências acadêmicas mais implicadas socialmente e historicamente no que diz respeito ao tema das relações raciais, legitimando essas reflexões durante a formação no curso de graduação em Psicologia.

Nesta pesquisa, Virgínia Leone Bicudo foi celebrada como personagem importante para a transmissão e história da psicanálise em nosso país, bem como para dar visibilidade à sua contribuição como mulher, negra, psicanalista, socióloga, professora, pioneira em tantos aspectos, e que, portanto, merece ser ainda mais reconhecida e divulgada.

Espera-se abrir espaço para revisitar, rememorar e, principalmente, recordar sua contribuição e assim não repetir um esquecimento, um silêncio diante do seu legado. “O silêncio fere, afasta, arde, corta, esmaga, oprime, desgasta, sangra, grita... grita... ai... silêncio, faz um barulho imenso!” (KON; SILVA; ABUD, 2019, p. 179).

5. Referências

ABRÃO, Jorge Luís Ferreira. **A história da psicanálise de crianças no Brasil**. São Paulo: Escuta, 2001.

ABRÃO, Jorge Luís Ferreira. Virgínia Leone Bicudo: pioneira da psicologia e da psicanálise no Brasil. **Interação em Psicologia**, Curitiba, PR, v. 18, n. 2, p. 217-27, maio/ago. 2014.

ACONTECE NO IFCS. A construção do pensamento de Virgínia Leone Bicudo sobre relações raciais no Brasil. **Youtube**, 24 ago. 2020. 1 vídeo (55 min). Publicado pelo canal Acontece no IFCS. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ykaSR-304xSM&feature=youtu.be>. Acesso em: 5 nov. 2020.

ALEXANDRIA CONTA E CRIA. Virgínia Bicudo. **Youtube**, 4 ago. 2020. 1 vídeo (2 min). Publicado pelo canal Alexandria Conta e Cria. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JaiKHbnUcEk&feature=youtu.be>. Acesso em: 5 nov. 2020.

ANDRADE, Rodrigo de Oliveira. A face feminina da psicanálise. **Pesquisa FAPESP**, ed. 254, abr. 2017. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/a-face-feminina-da-psicanalise/>. Acesso em: 5 nov. 2020.

BEATRIZ ARAÚJO. Virgínia Bicudo. **Youtube**, 7 jul. 2020. 1 vídeo (5 min). Publicado pelo canal Beatriz Araújo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2xHmSAE2f6U>. Acesso em: 5 nov. 2020.

BICUDO, Virgínia Leone. Atitudes dos alunos dos grupos escolares em relação com a cor dos seus colegas. *In*: BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan (org.). **Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo**. São Paulo: Editora Anhembi: Unesco, 1955. p. 227-310.

BICUDO, Virgínia Leone. **Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo**. São Paulo: Editora Sociologia e Política, 2010. 193 p. Edição organizada por Marcos Chor Maio.

CFP (Conselho Federal de Psicologia). **Relações raciais**: referências técnicas para atuação de psicólogas/os. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2017. 147 p. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/publicacao/relacoes-raciais-referencias-tecnicas-para-pratica-dao-psicologao/>. Acesso em: 4 nov. 2020.

CIAMPA, Antonio da Costa. Qual é a explicação dessa ausência e desse silêncio (de nossa psicologia social) sobre um tema que toca a vida de mais de 60 milhões de brasileiros de ascendência africana. Entrevistado: Kabengele Munanga. **Psicologia & Sociedade**, v. 12, n. 1/2, p. 5-17, jan./dez. 2000.

CINTRA JUNIOR, Dorinaldo de Freitas. **A inserção da psicanálise em Fortaleza no início do século XX**: circulação e apropriação da psicanálise pela medicina cearense em 1933. 2015. 105 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade de Fortaleza, Fortaleza, CE, 2015. Disponível em: <https://uol.unifor.br/oul/conteudosite/?cdConteudo=6611665>. Acesso em: 20 set. 2020.

COUTO, Daniela Paula do; SILVA, Mardem Leandro. A psicanálise de crianças no Brasil: um relato histórico. **Psicologia em Pesquisa**, Juiz de Fora, MG, v. 12, n. 3, p. 1-9, set./dez. 2018.

DANZIATO, Leonardo. **A fortaleza da psicanálise**: a história da psicanálise em Fortaleza. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000.

FRAUSINO, Carlos Cesar Marques. **Virgínia Leone Bicudo**: um capítulo da história da psicanálise brasileira. [S.l.]: Federação Psicanalítica da América Latina, [2020?]. Disponível em: <http://www.fepal.org/wp-content/uploads/2020/02/Fronteiras-Culturais-Frausino-Port.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2020.

GALVÃO, Luiz de Almeida Prado. Notas para a história da psicanálise em São Paulo. **Revista Brasileira de Psicanálise**, São Paulo, v. 46, n. 2, p. 65-76, abr./jun. 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbp/v46n2/v46n2a06.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Janaína Damasceno. **Os segredos de Virgínia**: estudo de atitudes raciais em São Paulo (1945-1955). 2013. 166 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2013.

HAUDENSCHILD, Teresa Rocha Leite. Modernismo, mulher e psicanálise: Adelheid Koch, Virgínia Bicudo, Lygia Amaral e Judith Andreucci: pioneiras da psicanálise em São Paulo. **IDE**, São Paulo, v. 38, n. 60, p. 215-35, out. 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ide/v38n60/v38n60a18.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2020.

KON, Noemi Moritz; SILVA, Maria Lúcia da; ABUD, Cristiane Curi (org.). **O racismo e o negro no Brasil**: questões para a psicanálise. 2. ed. [S.l.]: Perspectiva, 2019.

LAGO, Pedro Corrêa do. Freud descobre o Brasil. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16 ago. 2011. Piauí. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/freud-descobre-o-brasil/>. Acesso em: 22 set. 2020.

MAIO, Marcos Chor. Educação sanitária, estudos de atitudes raciais e psicanálise na trajetória de Virgínia Leone Bicudo. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 35, p. 309-55, jul./dez. 2010.

MAUTNER, Anna Veronica. Fui buscar defesas para o íntimo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 6 out. 2000. Ilustrada. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0610200018.htm>. Acesso em: 4 nov. 2020.

MILENA, Lilian. Kabengele Munanga, o antropólogo que desmistificou a democracia racial no Brasil. **GGN: O Jornal de Todos os Brasis**, 15 maio 2019. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/politica/kabengele-munanga-o-antropologo-que-desmistificou-a-democracia-racial-no-brasil/>. Acesso em: 4 nov. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de S.; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementariedade? **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-62, jul./set. 1993.

MORETZSOHN, Maria Ângela Gomes. Uma história brasileira. **Jornal de Psicanálise**, São Paulo, v. 46, n. 85, p. 209-29, jun. 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352013000200019&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 4 nov. 2020.

MORETZSOHN, Maria Ângela Gomes; TEPERMAN, Maria Helena. Uma carta, uma história. **Jornal de Psicanálise**, v. 47, n. 87, p. 261-3, 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/jp/v47n87/v47n87a17.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2020.

MUNANGA, Kabengele. Psicologia e racismo: uma autocrítica necessária I. *In*: SILVA, Marcus Vinícius de Oliveira (coord.). **Psicologia e direitos humanos**: subjetividade e exclusão. São Paulo: Casa do Psicólogo; Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2004. p. 89-94.

MUSATTI-BRAGA, Ana Paula. **Os muitos nomes de Silvana**: contribuições clínico-políticas da psicanálise sobre mulheres negras São Paulo. 2015. 288 f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2015.

OBSERVATÓRIO DO TERCEIRO SETOR. Você conhece? Ela foi a primeira não médica a ser reconhecida como psicanalista. **Youtube**, 8 nov. 2020. 1 vídeo (3 min). Publicado pelo canal Observatório do 3º Setor. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TyIBL57SoiQ&feature=youtu.be>. Acesso em: 5 nov. 2020.

OLIVEIRA, Regina Marques de Souza; NASCIMENTO, Maria da Conceição. Racismo, saúde mental e território: desafios políticos e epistemológicos na clínica ampliada. **Revista da ABPN**, v. 10, n. 24, p. 3-15, nov. 2017/fev. 2018. Disponível em: <https://abpn-revista.org.br/index.php/site/article/view/571/455>. Acesso em: 5 nov. 2020.

PSICOLOGIA E LADINIDADES. Virgínia Bicudo e as atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo. **Youtube**, 20 ago. 2020. 1 vídeo (2 horas). Publicado pelo canal Psicologia e Ladinidades. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=dX_U15sL8l4. Acesso em: 5 nov. 2020.

REDE DANDARAS – SAÚDE DA MULHER NEGRA. Introduzindo o pensamento de Virgínia Bicudo: nas reticências etc. **Youtube**, 8 ago. 2020. 1 vídeo (1 hora 36 min). Publicado pelo canal Rede Dandaras – Saúde da Mulher Negra. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Sp6GL1ptZZ8&feature=youtu.be>. Acesso em: 5 nov. 2020.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte, MG: Letramento, 2017.

SABADINI, Aparecida Angélica Zoqui Paulovic; SAMPAIO, Maria Imaculada Cardoso; KOLLER, Sílvia Helena. **Publicar em psicologia: um enfoque para a revista científica.** São Paulo: Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2009.

SAGAWA, Roberto Yutaka. **Os inconscientes do divã da história.** 1989. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade de Campinas, Campinas, 1989. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279054?mode=full>. Acesso em: 5 nov. 2020.

SALIM, Sebastião Abrão. A história da psicanálise no Brasil e em Minas Gerais. **Mental**, Barcelona, v. 18, n. 14, 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-44272010000100009. Acesso em: 4 nov. 2020.

SANTOS, Elisângela da Silva. O legado de Virgínia Leone Bicudo para a sociologia da infância no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 48 n. 170, p. 1.194-217, out./dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/v48n170/1980-5314-cp-48-170-1194.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2020.

SILVA, Iúri Yrving Müller da. A história de uma pioneira da psicanálise brasileira: um estudo historiográfico sobre Virgínia Bicudo. **Paideia**, Ribeirão Preto, v. 22, n. 51, p. 141-2, jan./abr. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/paideia/v22n51/16.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2020.

SILVA, Mário Augusto Medeiros da. Reabilitando Virgínia Leone. **Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 26, n. 2, p. 435-45, maio/ago. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/se/v26n2/v26n2a20.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2020.

SILVA, Roberta Ribeiro da. **Mulheres negras, produção e interseccionalidade**. 2019. 153 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2019.

TEPERMAN, Maria Helena Indig; KNOFF, Sonia. Virgínia Bicudo: uma história da psicanálise brasileira. **Jornal de Psicanálise**, São Paulo, v. 44, n. 80, p. 65-77, 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/jp/v44n80/v44n80a06.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2020.

VELOSO, Amanda Mont'Alvão. **Quem foi Virgínia Bicudo: mulher, negra e pioneira na psicanálise, mas invisível no Brasil**. São Paulo: Centro de Estudos Psicanalíticos, 2020. Disponível em: <https://centropsicanalise.com.br/2020/06/22/quem-foi-irgínia-bicudo-mulher-negra-e-pioneira-na-psicanalise-mas-invisivel-no-brasil/>. Acesso em: 4 nov. 2020.



Capítulo 2

Categoria: Experiências Coletivas

Eixo orientador: Raças e Identidade Étnico-Racial

Rafaela Renero dos Santos. Graduanda em Psicologia na Universidade Federal de Catalão (UFCAT).

Janaina Cassiano Silva. CRP: 09/006.394. Doutora em Educação. Docente no curso de Psicologia e no Programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Catalão (UFCAT). Representante estadual, gestão 2021-2022, da ABRAPÉE (Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional). Vice-líder do Núcleo de Estudos e Pesquisas Infância e Educação (NEPIE) da Universidade Federal de Catalão (UFCAT).

Constituição da identidade/ subjetividade da criança negra e educação infantil: análise em documentos oficiais

Resumo

O intento desta pesquisa foi identificar e analisar, a partir das implicações da Lei n. 10.639/2003, como se dá o processo e constituição da identidade/subjetividade da criança negra nos documentos oficiais para a educação infantil à luz da Teoria Histórico-Cultural. Além disso, buscamos também discorrer acerca das implicações da Lei n. 10.639/2003 nas Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação Infantil à luz da Teoria Histórico-Cultural e refletir sobre as implicações da Lei n. 10.639/2003 na Base Nacional Comum Curricular à luz da Teoria Histórico-Cultural. Trata-se de uma pesquisa documental que teve como fundamento metodológico e filosófico o materialismo histórico-dialético. Inicialmente, identificamos o material documental existente, posteriormente, fizemos uma primeira leitura do material a fim de identificarmos e selecionarmos as referências à Lei n. 10.639/2003 nos documentos. Por fim, organizamos a categoria para a análise. Nos documentos oficiais, encontramos poucas referências à questão racial na educação infantil e, quando presentes, apresentam-se de forma simplista, não apreendendo a complexidade da temática. Por isso, analisamos também alguns documentos específicos da temática produzidos pelo Ministério da Educação. Percebemos que há diferenças na forma que esses documentos trazem a temática, demonstrando uma contradição que deve ser debatida entre os pesquisadores da área.

Palavras-chave: Subjetividade. Infância. Documentos.

1. Introdução

Esse trabalho compõe a pesquisa intitulada “Panorama da educação infantil no sudeste goiano: concepções, práticas educativas e políticas públicas”, da Universidade Federal de Catalão- UFCAT, cujo objetivo geral é realizar um panorama da educação infantil na microrregião de Catalão/GO, com vistas a identificar e analisar as concepções de infância, desenvolvimento e aprendizagem, as práticas educativas e as políticas públicas para a educação infantil à luz dos preceitos da Psicologia Histórico-Cultural e Pedagogia Histórico-Crítica.

De acordo com Vigotski, a transformação dos indivíduos reside na internalização dos signos, assim como na qualidade dos signos disponibilizados e nas condições nas quais ocorre. Oliveira (2017) retoma Vygotsky e reflete que a referida internalização pode ser inclusive um aprendizado/internalização de representações racistas, percebendo a hostilidade do mundo e do ambiente educacional.

Pensando sobre o papel que a apropriação tem para a Teoria Histórico-Cultural, é preciso refletir se as crianças negras estão sendo devidamente humanizadas, desenvolvidas de forma integral. Isso pois a educação brasileira tem uma perspectiva eurocêntrica, o que não permite às crianças apreenderem o movimento real da história do Brasil, a presença inicial de negros e indígenas, sua exploração e seu apagamento durante toda a história, principalmente quando diz respeito à criança negra, a qual não tem acesso à sua própria história e cultura.

Sendo assim, pensando em uma sociedade de classes e as condições desiguais por ela facultada, evidencia-se a necessidade de superação da ordem econômica fundada na propriedade privada dos meios de produção, do trabalho humano. Nesse sentido, Martins (2013) defende que a educação escolar é essencial para se opor a tais desigualdades e é por intermédio dela que se pode obter um desenvolvimento equânime dos indivíduos, oportunizando a real apropriação dos conhecimentos historicamente sistematizados, de forma a enriquecer o “universo das significações”, para além das significações imediatas e aparentes disponíveis às dimensões meramente empírica dos fenômenos.

Assim, precisamos refletir: como as questões raciais atravessam o processo de construção da identidade/subjetividade da criança negra? Outra reflexão que surge é: como a Lei n. 10.639/2003 (a qual foi sancionada para garantir que a História e a Cultura Afro-Brasileira fossem trabalhadas em sala de aula) está sendo articulada na Educação Infantil? Um dos caminhos que temos para iniciar esta análise perpassa os documentos oficiais para a Educação Infantil, a saber: as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEIs (BRASIL, 2010) e a Base Nacional

Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2018). Além disso, há os documentos específicos da temática racial: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2004), Educação Infantil e práticas promotoras de igualdade racial (SILVA JR.; BENTO; CARVALHO, 2012) e Educação infantil, igualdade e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais (BENTO, 2012). A partir do estudo destes, será possível refletirmos acerca da identidade/subjetividade da criança negra.

O que pretendemos a partir deste Trabalho é justamente desvelar e refletir estas questões nos pautando na Teoria Histórico-Cultural, pois entendemos que este referencial compreende que, por intermédio dos adultos, a criança assimila um amplo círculo de conhecimentos adquiridos pelas gerações precedentes, aprende as habilidades elaboradas socialmente e as formas de conduta que se têm criado na sociedade. À medida que assimilam a experiência social, formam-se nas crianças distintas capacidades (ELKONIN, 1969).

Deste modo, temos como objetivo geral: identificar e analisar, a partir das implicações da Lei n. 10.639/2003, como se dá o processo e constituição da identidade/subjetividade da criança negra nos documentos oficiais para a educação infantil à luz da Teoria Histórico-Cultural.

Inicialmente, realizamos um Levantamento Bibliográfico nas plataformas de pesquisa BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações) e SciELO (Scientific Electronic Library Online), com vistas a verificar a produção científica dessa temática. Na pesquisa foram utilizadas as palavras-chaves: Étnico-racial, BNCC, DCNEI e Teoria Histórico-Cultural. Levantamos as palavras de forma isolada, contudo os resultados eram muito amplos, totalizando quinhentos e vinte e quatro (524) produções na SciELO e duas mil e oitenta (2.080) na BDTD. Foi preciso, portanto, fazermos o cruzamento das palavras para que os trabalhos encontrados se aproximassem da temática. Encontramos trinta e seis (36) produções no cruzamento de duas palavras em ambas as plataformas e, apenas duas (2) no cruzamento de três palavras.

Notamos que não há um número significativo de produções que se propõem a estudar a temática racial nos documentos da BNCC e DCNEI pelo viés marxista, reiterando a relevância desse estudo. Observamos que, apesar de as pesquisas se voltarem para a temática racial e serem importantes, inclusive para auxiliar na presente pesquisa, nenhuma delas aborda todos os componentes a que nos propomos, que é uma pesquisa documental, pelo viés marxista, que se dispõe a estudar a iden-

tidade/subjetividade trazidas pelos documentos da BNCC e DCNEIs e voltada para a Educação Infantil.

A seguir, apresentamos o referencial teórico que sustenta nosso trabalho, especialmente as questões relacionadas ao desenvolvimento, aprendizagem e a constituição da subjetividade/identidade da criança segundo a Teoria Histórico-Cultural.

2. Desenvolvimento e aprendizagem: a constituição da subjetividade/identidade na perspectiva da teoria histórico-cultural

O desenvolvimento é um processo extremamente complexo, o qual não pode ser compreendido como aquisições ordenadas, progressivas e fragmentadas, mas sim de forma simultânea apresentando elementos constituídos, os quais estão além da capacidade de simbolização dos sujeitos, que adquirem sentido pela emocionalidade. Assim, o desenvolvimento apresenta-se como contraditório e não linear (GONZÁLEZ REY, 2001).

A aprendizagem, por sua vez, é condição para o desenvolvimento, tendo uma relação de condicionalidade recíproca. Nesse processo, para Vigostki, é imprescindível o desenvolvimento da capacidade da análise de pensamento, tendo como parâmetro os conceitos científicos, pois estes, diferentemente dos conceitos espontâneos, asseguram a generalização (MARTINS, 2011).

Martins (2011, p. 42) reflete que o homem com o trabalho coloca a natureza sob o seu domínio e, com os signos, domina a si mesmo, “[...] o ser humano ultrapassou os limites de um tipo de atividade circunscrito pelo sistema orgânico, inaugurando as possibilidades sociais de seu desenvolvimento”. Em suma:

[...] a teoria histórico-cultural, em consonância com o aporte filosófico materialista dialético, postula o psiquismo humano como unidade material e ideal construída filo e ontologicamente por meio da atividade, isto é, nos modos e meios pelos quais o homem se relaciona com a realidade, tendo em vista produzir as condições de sua sobrevivência e a de seus descendentes. Graças a essa unidade, o psiquismo firma-se como imagem subjetiva do real. (MARTINS, 2011, p. 29)

Outro ponto importante para entender o desenvolvimento do psiquismo numa perspectiva dialética é a subjetividade. Esse conceito é utilizado por diversas teorias

individualistas e, como explicitado, esta não é uma perspectiva adotada neste artigo, dessa maneira, é preciso deixar explícito como os sujeitos se subjetivam no decurso de sua inserção social.

Nessa linha, a Psicologia Histórico-Cultural parte das relações sociais de produção como promotoras do desenvolvimento da subjetividade em constante união com a historicidade dos fenômenos. Desse modo, a subjetividade é composta por fatores externos e internos. A forma como o indivíduo se percebe no mundo relaciona-se com o modo pelo qual os homens estabelecem suas relações sociais, num contexto específico em condições histórico-sociais específicas (AITA; FACCI, 2011). Apesar de os autores marxistas em geral compreenderem a subjetividade partindo desse ponto, ou seja, de uma reflexão dialética histórico-social, há algumas divergências em suas teorias.

Na perspectiva vigotskyana, a subjetividade se constitui por intermédio da apropriação dos conhecimentos construídos historicamente, desenvolvendo funções psicológicas superiores. Leontiev, por sua vez, parte de uma proposta de subjetividade como uma propriedade do sujeito ativo, algo que torna o sujeito único, singular, mas com base na realidade material, na relação com os homens (AITA; FACCI, 2011). Sobre individualidade, o autor afirma que a constituição individual se dá por elementos da filo e da ontogênese. Desse modo, características biológicas que pertencem ao indivíduo singularizam-se (SILVA, 2009).

A subjetividade carregou duas principais formas de reducionismo na Psicologia, a concepção individualista e intrapsíquica; e a determinista, orientada por influências externas que agiam sobre o homem e determinava seus comportamentos. Ambas se caracterizam pela dicotomia indivíduo/social, desconsiderando a dimensão social, cultural e histórica dos processos psicológicos complexos e a capacidade autogeradora da psique. Pensando nisso, González Rey apresenta um giro conceitual, pois pensa a subjetividade como inseparável dessas dimensões (SOUZA; TORRES, 2019). González Rey e Goulart (2019, p. 23) afirmam que

[...] quando você faz o passo para a subjetividade enquanto nova definição ontológica, você não está falando de um processo do indivíduo. É um processo que se organiza individualmente, mas ao mesmo tempo nos mais diversos espaços sociais. Então, não se trata somente de como o social se faz presente no indivíduo, mas também como o indivíduo se faz presente no social.

Contrapondo o pensamento racionalista da sociedade moderna, o autor apresenta uma categoria importante para subjetividade: a emoção. Subjetividade, para ele, é quando a emoção e o simbólico constituem-se como unidade geradora de sentido e de configurações subjetivas, sendo que a emoção passa a ser compreendida para além da visão naturalista (SOUZA; TORRES, 2019).

É imprescindível salientar que a subjetividade não se limita à história e à cultura com que os indivíduos são socializados, mas compreende-se também nos espaços de subjetivação que são produzidos dentro da cultura e da experiência vivida no tempo subjetivo das pessoas. Mantém-se uma relação paradoxal com a cultura e a história, ou seja, a subjetividade se constitui nelas, porém em função do seu caráter gerador, a produção dessa se singulariza e rompe com restrições da cultural e da história (SOUZA; TORRES, 2019).

Pensando no ambiente escolar, Tacca e González Rey (2008, p.145) pondera que ser compreendido em sua subjetividade é de extrema importância para livrar de estereótipos os alunos e suas diversas maneiras de “[...] compreender e de se posicionar frente ao conhecimento”. Do mesmo modo, Oliveira (2019) demonstra que uma compreensão subjetiva favorece um entendimento mais amplo das experiências escolares e, além disso, considera que existem diferentes processos de desenvolvimento.

González Rey (2001), por sua vez, afirma que a sala de aula não é apenas um ambiente que se relaciona com os processos de ensinar e aprender, mas também funciona como parte integrante das atividades, dos elementos de sentido e significação das diversas experiências sociais dos alunos e dos professores. Na escola, geram-se novos sentidos e significados, os quais são indissociáveis das histórias das pessoas envolvidas e da subjetividade social da escola.

Almeida (2020) em seu livro *Racismo Estrutural* faz um apontamento importante para iniciarmos a discussão acerca da construção da subjetividade da criança negra no ambiente escolar:

É nesse sentido que, além das condições objetivas – e aqui referimo-nos as possibilidades materiais para o desenvolvimento das relações sociais capitalistas –, o capitalismo necessita de condições subjetivas. Com efeito, os indivíduos precisam ser formados, subjetivamente constituídos, para reproduzir em seus atos concretos as relações sociais, cuja forma básica é a troca mercantil. Nisso, resulta o fato de que um indivíduo precisa tornar-se um trabalhador ou um capitalista, ou seja, precisa naturalizar a relação entre Estado e sociedade civil, sua condição social e seu pertencimento a determinada classe ou grupo. Esse processo, muitas vezes, passa pela incorporação de preconceitos e de discriminação que serão atualizados para funcionar como modos de subjetivação no interior do capitalismo. Esse processo não é espontâneo, os sistemas de educação e os meios de comunicação de massa são aparelhos que produzem subjetividades culturalmente adaptadas em seu interior. Não é por outro motivo que parte da sociedade entende como mero aspecto cultural o fato de negros e mulheres receberem os piores salários e trabalharem mais horas, mesmo que isso contrarie disposições legais. (ALMEIDA, 2020, p. 168)

Como discorreremos durante este trabalho, é possível concluir que a condição material – e subjetiva – da pessoa negra é ainda permeada por diversas formas de racismo, especialmente no campo educacional, que é o foco desse estudo. A Psicologia tem muito a contribuir na discussão, já que um de seus objetos é o psiquismo. Assim, em união com a pedagogia crítica, precisamos avançar na construção de uma educação antirracista.

Após mais de um século da abolição da escravatura, pouco se avançou na educação antirracista, portanto a temática é urgente. Ressaltamos, portanto, que a educação escolar possui uma responsabilidade histórica no combate ao racismo e esperamos que possamos contribuir com o avanço desse debate.

A seguir, trazemos a Metodologia que embasa nossa pesquisa.

3. Metodologia

A metodologia deste projeto se pauta nos fundamentos metodológicos e filosóficos do materialismo histórico-dialético, tendo como base os referenciais teóricos da Psicologia Histórico-Cultural. Marx (1983, p. 20) destaca que “[...] a pesquisa tem que captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e

rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real”.

Vygotski (1995) entende que o método e o objeto de investigação devem ser ajustados de forma adequada e, por isso, o estudo dos processos psíquicos superiores, principal objeto de estudo da psicologia vigotskiana, exigia a formulação de um método de investigação peculiar. O autor defendia uma análise psicológica explicativa, que mostrasse os nexos dinâmicos-causais determinantes da origem e do desenvolvimento dos fenômenos.

Ao utilizar como método de investigação a análise documental, temos como princípio apreender a realidade presente em tal documento, as concepções e, por fim os impactos que ele provocou e/ou provoca (CELLARD, 2008). Os documentos a serem analisados serão: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEIs (BRASIL, 2010), a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2018), Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2004), Educação Infantil e práticas promotoras de igualdade racial (SILVA JR.; BENTO; CARVALHO, 2012) e Educação infantil, igualdade e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais (BENTO, 2012). Serão tomados como objeto de estudo as implicações da Lei n. 10.639/2003 (BRASIL, 2003) na educação infantil, cujo referencial teórico é a Teoria Histórico-Cultural.

As etapas da pesquisa foram: 1) identificação do material documental existente; 2) leitura exploratória; 3) levantamento das implicações da Lei n. 10.639/2003 e análise à luz da Teoria Histórico-Cultural.

4. Resultados e discussão

Para atingir os objetivos do presente trabalho, debruçamo-nos sobre os referidos documentos. Todos eles estão disponíveis no site do Ministério da Educação, nas publicações destinadas à Educação Infantil. Nos documentos normativos, fizemos a busca por palavras como: diferenças, discriminação diversidade, étnico, igualdade, racial e racismo e os demais documentos foram lidos na íntegra; pois, além de serem específicos da temática desse artigo, identificamos pouco material na BNCC e nas DCNEIs.

4.1 Base Nacional Comum Curricular

Na BNCC (BRASIL, 2018), foram encontradas as palavras étnico, igualdade, diversidade e discriminação. Levando em conta as reflexões acerca da subjetividade

e transferindo criticamente esse constructo para a educação, diversos autores tratam a BNCC e a categoria de competência como uma síntese ideológica da reforma educativa neoliberal, que busca formar subjetividades adaptadas e adaptáveis à crise do capital. É um projeto de mercantilização da educação na produção do trabalhador produtivo (MELO; MAROCHI, 2019). Do mesmo modo que concluímos na pesquisa anterior (SANTOS; SILVA, 2019), percebemos que também o conceito de valorização da diversidade e das diferentes culturas aparece atrelada a uma visão liberal e ao mundo do trabalho.

O documento traz o conceito de igualdade como igualdade nas oportunidades para o ingresso e permanência, e as diferenças aparecem como algo a ser respeitado e tolerado. Contudo, é preciso compreender que, ainda que a diferença e a diversidade sejam temas extremamente relevantes, ao pensar sobre diversidade, não se pode desconsiderar as relações de poder e as desigualdades. Uma discussão superficial sobre diversidade, multiculturalismo pode fortalecer desigualdades (OLIVEIRA, 2017). Ademais o discurso tolerante por vezes mantém intactas as hierarquias, ampliando o campo do capital, inclusive vendendo produtos para as diferenças, tornando-as mercadorias (ABRAMOWICZ; TEBET, 2017).

Desse modo, percebemos que a temática é trabalhada de forma pacifista, e não concreta. Não à toa não se utiliza com frequência palavras como racismo, discriminação e raça, de modo que o documento se esquivava de questões cruciais e não se responsabiliza por apagamentos históricos.

É preciso deixar explícito que falar sobre questões raciais não se resume a respeitar e tolerar, uma vez que tal posicionamento acaba por colocar as pessoas negras – ou as demais minorias sociais – como distantes e passíveis à aceitação. Pessoas negras não precisam de aceitação, precisam simplesmente ser reconhecidas como pessoas – aqui, destaca-se a palavra pessoas justamente pela condição não humana em que são colocadas – que existem e vivem.

Para Souza e Torres (2019), os colonizadores por meio da educação tentaram levar uma suposta “civilidade” aos povos escravizados, de modo que os costumes dessas pessoas foram criminalizados e perseguidos, buscando uniformizar o ensino. Essa concepção compreendeu esses povos como inferiores, perdurando uma violência que sabemos que se estende até os dias atuais. Logo, não é somente preciso respeitar tais diferenças, o sistema educacional tem uma dívida histórica com esses povos e seus descendentes, pois retiraram e continuam retirando suas formas de expressão e suas potências. Farias (2016) compreende a relação BNCC e questões étnico-raciais desse mesmo modo:

Embora contemple questões étnico-raciais, tal documento não pode ser considerado um avanço para a permanente luta de educadores, sociedade civil organizada e demais movimentos sociais, na tentativa de desconstrução dos mitos e narrativas que ajudaram e seguem perpetuando nossas mazelas, a partir da ideia da tolerância e o respeito à diversidade. (FARIAS, 2016, p. 155)

Destaca-se, portanto, que o documento não se compromete com a superação do racismo e da desigualdade racial, em especial na educação infantil (OLIVEIRA, 2017).

4.2 Diretrizes Curriculares Nacionais da educação infantil

Acerca das DCNEIs (BRASIL, 2010), pode-se afirmar que não há muitas diferenças com o exposto acerca da BNCC (BRASIL, 2018). No documento foram encontrados as palavras discriminação, diversidade, étnico, igualdade, racial e racismo. Essas questões aparecem atreladas à construção da proposta pedagógica das escolas; contudo, ainda que o documento se proponha a nortear o currículo por meio dessas temáticas, acaba por compreender a questão do mesmo modo que a BNCC, de forma generalista e simplista.

4.3 Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana

O documento Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2004), diferentemente dos documentos normativos, trabalha de forma mais completa a temática e cita com mais frequência a questão do racismo e da discriminação, demonstrando uma aparente responsabilidade frente a um assunto sério que violentou e violenta milhões de pessoas, como podemos ver nos trechos a seguir: “O Brasil, Colônia, Império e República, teve historicamente, no aspecto legal, uma postura ativa e permissiva diante da discriminação e do racismo que atinge a população afro-descendente brasileira até hoje” (BRASIL, 2004, p. 7).

Reconhecimento implica justiça e iguais direitos sociais, civis, culturais e econômicos, bem como valorização da diversidade daquilo que distingue os negros dos outros grupos que compõem a população brasileira. E isto requer mudança nos discursos, raciocínios, lógicas, gestos, posturas, modo de tratar as pessoas negras. Requer também que se conheça a sua história e cultura apresentadas, explicadas, buscando-se especificamente desconstruir o mito da democracia racial na sociedade brasileira; mito este que difunde a crença de que, se os negros não atingem os mesmos patamares que os não negros, é por falta de competência ou de interesse, desconsiderando as desigualdades seculares que a estrutura social hierárquica cria com prejuízos para os negros. (BRASIL, 2004, p. 11-2)

Porém, preocupa-nos como o documento traz uma “nova perspectiva”, mas acaba por apenas citar, sem construir efetivamente, a importância da temática e a responsabilidade histórica da educação com ela. De acordo com Souza e Torres (2019, p. 153), “O reconhecimento e o entendimento da herança escravocrata, como fator de graves distorções e desigualdades entre os grupos que compõem a população brasileira, permanecem em disputa na seleção e nas orientações que compõem os discursos curriculares nacionais”.

No documento, temos os seguintes dados:

[...] pessoas negras têm menor número de anos de estudos do que pessoas brancas (4,2 anos para negros e 6,2 anos para brancos); na faixa etária de 14 a 15 anos, o índice de pessoas negras não alfabetizadas é 12% maior do que o de pessoas brancas na mesma situação; cerca de 15% das crianças brancas entre 10 e 14 anos encontram-se no mercado de trabalho, enquanto 40,5% das crianças negras, na mesma faixa etária, vivem essa situação. (BRASIL, 2004, p. 7-8)

Estes dados são relevantes; porém, como afirmamos acima, o documento não se propõe a discuti-los. É preciso pensar o porquê dessas estatísticas, é devido ao racismo? A população negra não se identifica com esses locais e referências? Por que para essa parte da população a escola parece “irrelevante”? Essas pessoas têm condições concretas para poder estudar? As reflexões são as mais diversas, mas o documento não se preocupa na reflexão destas. Sabemos que historicamente utilizaram dados pseudocientíficos para diferenciar raças e inferiorizar negros (NASCIMENTO JUNIOR, 2018).

Um ponto importante apresentado no documento é a questão de que o racismo não é um problema que atinge apenas negros, pois é uma questão estrutural, histórica e que faz parte da sociedade brasileira. O que demonstra um maior domínio do assunto que a própria BNCC e as DCNEIs. Além disso, o documento instrui as escolas nas construções dos planos trazendo a questão racial.

É preciso também pensar no acesso a esse documento, isso pois sabemos que os documentos normativos são os mais conhecidos pelos professores e profissionais da educação e, ainda assim, há um amplo desconhecimento. Portanto, questiona-se se desde 2004 esse documento tem alcançado os profissionais a quem se destina. O documento traz objetivos interessantes, conteúdos a serem trabalhados, mas que, atualmente, não compõem os currículos da maioria das escolas.

A reflexão que fica é que o documento se preocupa em determinar a garantia de direitos, contudo esses direitos não têm sido efetivados, pois não há um órgão que garanta a sua obrigatoriedade. Ainda que o próprio documento afirme que cabe aos sistemas de ensino supervisionar o cumprimento das diretrizes, nota-se que isso não está de fato ocorrendo. Farias (2016) afirma que a Lei n. 10.639/2003 não tem sido considerada, apesar de ser obrigatória para a educação infantil, assim como não há cobrança por parte da coordenação pedagógica e da direção.

Por fim, no documento afirma-se: “Os casos que caracterizem racismo serão tratados como crimes imprescritíveis e inafiançáveis, conforme prevê o art. 5º, XLII da Constituição Federal de 1988” (BRASIL, 2004, p. 32). Com isso, questionamos: “Somente” (destaca-se a aspas, pois isso já é muito) o descumprimento dessa lei não deveria ser crime? Omitir a história negra não é crime?

4.4 Educação infantil e práticas promotoras de igualdade racial

O próximo documento a ser trabalhado é Educação Infantil e Práticas Promotoras de Igualdade Racial (SILVA JR.; BENTO; CARVALHO, 2012), o qual apresenta a questão de modo mais lúdico e com vídeos (os quais não foram analisados na presente pesquisa). Ademais, o documento apresenta passo a passo de como desenvolver um projeto institucional com enfoque nas questões raciais, traz diversos exemplos e relatos de professores que têm aplicado a temática em suas práticas, atividades e recursos que podem ser utilizados, além de referências de livros infantis. Apresenta, portanto, uma ótima instrução para os profissionais.

No documento, afirma-se que “[...] pouco adianta pensar as grandes teorias, os grandes tratados acadêmicos, os marcos jurídicos que regem a política educacional

igualitária se não oferecermos também instrumentos, dicas e sugestões para que o professor saiba o que fazer no dia a dia” (SILVA JR.; BENTO; CARVALHO, 2012, p. 10). O que demonstra uma preocupação maior com a prática, característica marcante do documento, já que ele se propõe – e cumpre – a deixar mais acessível as formas de trabalhar as questões raciais.

Na pesquisa de Marques e Dornelles (2019), as gestoras e as professoras destacaram que não há necessidade de tratar de questões raciais, porque eles não existem em suas instituições, apenas uma gestora relatou um caso de racismo. Entre os argumentos, afirmam que são pequenas demais para discriminarem, que elas não entendem e que quase não há crianças negras, como se o racismo só dissesse respeito às crianças negras. O documento se preocupa com essa falsa crença de que crianças não são racistas ou de que na educação infantil essa temática não seja um problema:

Existe a crença de que a discriminação e o preconceito não fazem parte do cotidiano da Educação Infantil, de que não há conflitos entre as crianças por conta de seus pertencimentos raciais, de que os professores nessa etapa não fazem escolhas com base no fenótipo das crianças. Em suma, nesse território sempre houve a ideia de felicidade, de cordialidade e, na verdade, não é isso o que ocorre. (SILVA JR.; BENTO; CARVALHO, 2012, p. 9)

Reforçamos o racismo na educação infantil com o estudo de Suzuki (2019) nos centros de educação infantil, no qual se constatou que, nas interações das crianças de três anos em sala de aula, nota-se a rejeição das crianças negras entre os alunos sendo reforçadas por professores que rejeitam as características dessas crianças. Referem-se aos cabelos delas como “ruins e armados”, sendo difíceis de arrumar. Portanto, a temática é de extrema importância nesse âmbito.

Acerca da subjetividade propriamente dita, que é o foco deste trabalho, o documento afirma: “A identidade tem mil faces, mas há duas características que contribuem de forma decisiva para sua formação: a relação que estabelecemos com nosso corpo e a relação que estabelecemos com o grupo ao qual pertencemos” (SILVA JR.; BENTO; CARVALHO, 2012, p. 9). Sobre isso, sabemos que ambas as relações são atravessadas pelo racismo estrutural, o qual contribui para a baixa autoestima dessas crianças e para seus sofrimentos psíquicos.

Ser negro é carregar uma carga enorme em sua estética, para Souza (1983) a definição de belo e feio são autorizadas ou desautorizadas pela estética branca, em que lugares de poder e tomadas de decisão são ocupados hegemonicamente por brancos:

A representação do negro como ele entre o macaco e o homem branco é uma das falas míticas mais significativas de uma visão que o reduz e cristaliza à instância biológica. Esta representação exclui a entrada do negro na cadeia dos significantes, único lugar de onde é possível compartilhar do mundo simbólico e passar da biologia à história. (SOUZA, 1983, p. 28)

Sobre isso, Farias (2016) conclui que aparentemente toda pessoa negra e mestiça carrega o dilema da negação do próprio corpo e, dependendo das referências que recebe, em especial na infância, pode gerar o processo de aceitação e de politização de seu próprio corpo. Para ela:

Ser negro é ter uma estética ligada diretamente a questões políticas, ora ele pode se aceitar e se afirmar mostrando seus cabelos afro, ora eles procuram salões étnicos para se distanciar da marca da negritude e colocar apliques no cabelo. O corpo negro e sua representação passam diretamente pela escolha afetivo-sexual. (FARIAS, 2016, p. 137)

O documento preocupa-se em como essa constante rejeição impacta no pleno desenvolvimento da criança, preocupação essa central no presente trabalho. E também, em consonância com a Psicologia Histórico-Cultural, afirma a importância da organização e da intenção na aprendizagem: “Considerar o espaço como ambiente de aprendizagem significa compreender que os elementos que o compõem constituem também experiências de aprendizagem. Os espaços não são neutros; sua organização expressa valores e atitudes que educam” (SILVA JR.; BENTO; CARVALHO, 2012, p. 19). Tais elementos para o documento e para a presente pesquisa traduzem ideologias e concepções.

É notório que o documento foi muito bem construído e pensado no professor na função de um principal mediador dessas ações, sendo realizadas de forma coletiva focalizando sempre no planejamento prévio do professor em união com a escola. Com esse cuidado, afirma-se:

Propomos que o professor de Educação Infantil [...] adote uma atitude de observação cuidadosa e interessada de cada criança. Além disso, ao utilizar seu corpo de modo expressivo, em cada gesto, no modo de olhar, sorrir, abraçar, pegar no colo, ele também constitui um modelo para as crianças, e por isso deve estar atento à intenção comunicativa e à qualidade de seus movimentos na interação com elas. É fundamental desenvolver atitudes que favoreçam o processo de desenvolvimento infantil, reconhecendo e validando os avanços e as conquistas de cada criança, estimulando a interação entre pares e crianças de diferentes faixas etárias. A tomada de consciência do próprio corpo pela criança, sua capacidade de perceber cada parte sem perder a noção de unidade, de conhecer e reconhecer a sua imagem como parte da construção de uma identidade positiva, requer um trabalho específico. (SILVA JR.; BENTO; CARVALHO, 2012, p. 31)

Além disso, o documento afirma que, para as crianças negras, a brincadeira pode acabar sendo um espaço de preconceito e cerceamento de desejos, por isso o professor deve estar atento para estimular formas positivas de interação, caso elas sejam desqualificadas nos papéis nos jogos simbólicos.

4.5 Educação infantil, igualdade racial e diversidade

O último documento a ser analisado é o Educação Infantil, Igualdade Racial e Diversidade, o qual apresenta um compilado de artigos que trabalham diversas temáticas que envolvem a questão racial, perpassam também por concepções do movimento feminista e do próprio materialismo histórico-dialético, trazendo Vygotsky e Bakhtin.

Um importante ponto apresentado no documento é a forma como a educação infantil é marginalizada, de modo que ela se foca no ensino fundamental em diante e, quando é considerada, há a exclusão dos bebês (zero a três anos). Ademais, de acordo com o documento, pouco se fala em educação nessa etapa, mas sim em desenvolvimento, percebemos, portanto, que não é à toa que a Lei n. 10.639/2003 ignora a Educação Infantil – ainda que a lei se destine à Educação Básica, em seu texto apenas cita o Ensino Fundamental e Médio – pois, de acordo com o documento: “Silenciar sobre as especificidades da creche também significa discriminação, porque, além de acolher bebês, no Brasil, a creche não foi pensada para a “produção” de qualquer ser humano, mas a dos(as) filhos(as) recém-libertos(as) de mães escravas” (BENTO, 2012, p. 17).

Esse documento também se preocupa, assim como o anterior, a deixar explícito que as crianças também propagam e internalizam discursos racistas, afirma-se também o quanto que o estudo sobre a temática em crianças de 0 a 3 anos é escasso, reforçando a importância da presente pesquisa.

Nascimento Junior (2018) afirma que a história do Brasil nas escolas passa ainda pelo herói branco, com traços europeus, sendo essa uma posição de superioridade e centro da história da humanidade. Por isso, as discussões sobre a diversidade da África e o tráfico negreiro passam a não ter importância nos espaços educacionais. Além disso, há um apagamento enorme das revoltas, movimentos e feitos dos negros no Brasil como forma de resistência.

Nesse sentido, o documento afirma que, ao invés de essa socialização ser positiva para a criança negra e seu desenvolvimento, acaba por ser negativa na construção da sua autoimagem “e o silêncio que envolve a questão racial nas diversas instituições sociais favorece que se entenda a diferença como desigualdade, como desvio, como anormalidade” (BENTO, 2012, p. 56).

Um fator importante que o documento traz e que trabalhamos ao longo da pesquisa é que essa aprendizagem das práticas sociais se inicia com o nascimento. O preconceito não é inato, portanto, nenhuma criança nasce preconceituosa, ela aprende em sua trajetória de socialização. Apesar de a família ser a primeira mediação da aprendizagem, é na escola que a criança tem contato com a sistematização para desenvolver habilidades para sua formação global e aprender regras para a convivência. Apesar de ser um ambiente de acesso à cidadania, formação crítica e inserção no mercado de trabalho, pode ser um local de discriminação, em que por meio de brincadeiras dadas como inocentes escondem padrões de comportamento que perpetuam o racismo (SUZUKI, 2019).

Acerca do corpo e, conseqüentemente, da subjetividade, o documento afirma:

Provavelmente, a consciência que a criança adquire é de que seu corpo provoca essas rejeições, e essa percepção pode estabelecer uma relação ruim com esse corpo [...]. Dessa e de outras formas, o corpo negro passa a ser sentido como corpo que traz dor, corpo indesejado, que precisa ser modificado. E, como corolário, coloca-se o desejo de ter um corpo branco, aquele considerado bonito, agradável. (BENTO, 2012, p. 111)

Esse trecho do documento é relevante para compreender o impacto subjetivo do racismo no corpo negro infantil. É preciso discutir como esses discursos incidem

nos corpos, criando concepções e subjetividades baseadas em um ideal branco trazendo sofrimento psíquico para esses corpos.

De modo muito mais completo e crítico que os documentos normativos, esse documento traz a discussão de diversidade e diferença afirmando: “[...] sabemos que a questão não é ser ou não diferente – até porque devemos problematizar quem é o diferente –, e sim o significado de ser negro na nossa sociedade – o porquê de determinadas características não serem vistas como belas” (BENTO, 2012, p. 152). Além disso, ele problematiza a abordagem das diferenças por meio dos discursos de direitos iguais; isso pois, segundo o documento, essa concepção não problematiza que a população branca historicamente obteve privilégios.

4.6 Elaboração dos documentos

Por fim, para encerrar a presente análise, é preciso refletir: Por que esses documentos apresentam perspectivas tão distantes se a instituição que os produziu é a mesma? Como o MEC se propõe a trabalhar a temática de modos tão distintos? Para tentar compreender isso, recorreremos ao processo de produção desses documentos e suas bases epistemológicas.

A BNCC (BRASIL, 2018) afirma que seu texto foi elaborado por especialistas de todas as áreas do conhecimento e que foi estruturada após amplos debates com a sociedade e os educadores do Brasil inteiro. Todavia, há controvérsias e diversas críticas são tecidas acerca desse “diálogo” que foi promovido:

[...] percebe-se que o debate sobre a BNCC acabou por privilegiar alguns grupos de especialistas, em detrimento da ampla sociedade organizada, desconhecendo acúmulos importantes de conhecimentos teórico-práticos produzidos por pesquisadores, professores e entidades sobre a questão curricular, bem como sobre os processos de aprendizagem e desenvolvimento. (BARBOSA *et al.* 2018, p. 3)

Além disso, os autores afirmam que as críticas estruturadas contra o documento foram completamente ignoradas na construção do documento. Nas audiências, os críticos da BNCC acusaram que a escuta foi meramente formal, disponibilizando poucos minutos. São diversas as críticas destinadas à Base, alguns exemplos: crítica à ideia de que uma base curricular seja necessária; ao conteúdo e estrutura da BNCC, centralização e homogeneização; ao seu foco nas competências; ao tratamento dado às questões de gênero e diversidade; a forma como se deu a construção e a escuta das críticas voltadas para o documento (MICHETTI, 2019).

As DCNEIs assim como a BNCC relatam que a construção dos documentos se deu com debate com grupos de pesquisa, universidades, pesquisadores, conselheiros tutelares, Ministério Público, sindicatos, secretários, conselheiros municipais, entidades não governamentais e movimentos sociais, trazendo uma longa lista de todos esses contribuintes. Todavia, é de se questionar; pois, assim como a Base, é um documento normativo e não se difere muito dela.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação da Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2004) afirmam que foi realizada por meio de uma consulta sobre as questões que seriam objetos do parecer, em um questionário encaminhado para grupos do Movimento Negro, alguns militantes, Conselhos Estaduais e Municipais de Educação e professores que trabalham a temática racial, além de pais de alunos e cidadãos no geral. Isso demonstra maior proximidade e preocupação com a temática em si, por buscar profissionais especializados para a análise.

Já o documento Educação Infantil e Igualdade Racial foi construído em parceria com a Universidade Federal de São Carlos em apoio da COEDI/SEB/MEC, demonstrando uma presença mais ativa da universidade pública. O documento Educação Infantil e Práticas Promotoras de Igualdade Racial (SILVA JR.; BENTO; CARVALHO, 2012) teve também a presença da Universidade Federal de São Carlos – o que provavelmente explica a proximidade epistemológica dos documentos –, por meio do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros, do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades e do Instituto Avisa Lá – Formação Continuada de Educadores e do Ministério da Educação por meio da Secretaria de Educação Básica e Coordenação de Educação Infantil.

Além das referidas questões sobre o processo de construção dos documentos, é preciso pensar a diferença entre esses documentos no que se refere aos seus objetivos, de modo que a BNCC e as Diretrizes são documentos normativos. De acordo com Corazza (2016, p. 140)

Considerando que a Base tende a funcionar como um verdadeiro Currículo Nacional, vale indagar [...] se faz sentido a ideia de ter um currículo deste teor e abrangência; e, ainda, se dele necessitamos e o desejamos. Diante do complexo de fatores econômicos e sociais, responsáveis pela desigualdade e pelo fracasso escolar, criar um diagnóstico ou uma solução (um remédio), como um Currículo Nacional, não seria minimizar fatores relevantes, como: a espúria remuneração do magistério, escolas mal equipadas, prédios deteriorados, má qualidade do material didático, deficitária formação dos professores etc.?

Essa reflexão é completamente válida e imprescindível para essa discussão, pois comprovamos, ao decorrer dessa análise, que ambos os documentos não abrangem a complexidade da temática racial, o que nos faz questionar se eles são de fato necessários. Contudo, é preciso pensar também se documentos específicos, como os estudados nessa pesquisa, alcançam os profissionais da educação e se não estamos tornando o conhecimento demasiadamente específico e perdendo de vista a totalidade humana – essa é uma discussão ampla e que se estende para as ciências no geral. Além de todas essas problemáticas que envolvem esses documentos, Michetti (2019) vai relatar a influência de empresas privadas nesses documentos, assim como Corazza (2016).

Já comprovamos na pesquisa anterior e em alguns pontos no presente trabalho que esse é um projeto em prol do capital e o que resta é questionar: Grandes empresas que têm influenciado nossas políticas educacionais, o que elas ganham com isso? O que elas querem com a educação? Como um projeto para o mercado vai formar e humanizar crianças negras?

As diferenças entre esses documentos devem ser pensadas a fundo para que possamos abranger tamanha complexidade, mas acreditamos que com esses dados temos algumas pistas acerca dos interesses desses documentos e suas intencionalidades. É preciso não perder de vista que são documentos que trabalham um projeto societário que envolve dinheiro e poder, nenhum conceito trazido é meramente um conceito, abstrato e descolado da realidade, representam interesses evidentes.

5. Considerações finais

Vemos, portanto, que a categoria de subjetividade/identidade da criança negra é trabalhada nos documentos oficiais de forma rasa, não abrangendo a totalidade complexa que é esse construto, principalmente levando em conta o caráter social, histórico e cultural. Os demais documentos se debruçam de forma cuidadosa e completa na temática, mas é preciso refletir se esses documentos alcançam os profissionais da educação. Além disso, é necessário questionar o porquê de esses documentos, ainda que produzidos pelo mesmo órgão, irem por vias tão diferentes de compreensão.

É imprescindível também uma reflexão mais profunda e crítica: é possível uma educação de fato antirracista se vivemos em uma sociedade estruturada de forma racista? Ainda que pareça uma perspectiva pessimista, é imprescindível um olhar real, concreto e cuidadoso, para somente assim encontrar possibilidades de transformação e emancipação para a sociedade como um todo.

Finalmente nos propomos neste trabalho a repensar a compreensão de desconstrução. Sabe-se que o processo de reconstrução da autoimagem é extremamente doloroso e cruel para as pessoas negras, porque foram, a vida toda, colocados em lugar de desprezo e repugnância. Por isso, desafiamos uma educação antirracista desde muito cedo, para que não precisemos desconstruir dolorosamente esses corpos marginalizados, mas que possamos dia a dia, desde a Educação Infantil, mostrar às crianças negras que seus corpos são potência e pouco a pouco construir uma sociedade diversa, porém mais equânime.

Acreditamos que os objetivos da pesquisa puderam ser alcançados, mas são necessárias pesquisas para compreender a contradição desses documentos e, também, pesquisas de campo para entender como essa questão se localiza na prática nas escolas de educação infantil.

6. Referências

ABRAMOWICZ, A.; TEBET, G. G. C. Educação infantil: um balanço a partir do campo das diferenças. **Pro-Posições**, Campinas, v. 28, supl. 1, p. 182-203, dez. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010373072017000400182&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 ago. 2020.

AITA, E. B.; FACCI, M. G. D. Subjetividade: uma análise putada na Psicologia histórico-cultural. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, MG, v. 17, n. 1, p. 32-47, abr. 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167711682011000100005. Acesso em: 24 nov. 2020.

ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020. 264 p. (Feminismos Plurais)

BARBOSA, I. G. *et al.* **A BNCC e a regulação da educação infantil: perspectiva crítica**. Brasília, DF: CONAPE, 2018. Disponível em: https://www.fnpe.com.br/docs/apresentacao-trabalhos/eixo-01/IVONE_GARCIA_BARBOSA.pdf. Acesso em: 22 nov. 2020.

BENTO, M. A. S. (org.). **Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais**. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT), 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: [s.n.], 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília, DF: [s.n.], 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n. 10.369, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro Brasileira e dá outras providências. Brasília, DF: MEC, 2003.

CELLARD, A. A análise documental. *In*: POUPART, J. *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 295-316.

CORAZZA, S. M. Base Nacional Comum Curricular: apontamentos crítico-clínicos e um trampolim. **Educação**, Porto Alegre, RS, v. 39, n. esp. (supl.), p. 135-44, dez. 2016. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.15448/1981-2582.2016.s.23591>. Acesso em: 8 mar. 2021.

ELKONIN, D. B. Desarrollo psíquico de los niños. *In*: SMIRNOV, A. A. (org.). **Psicología**. Traducción: Florencio Villa Landa. 3. ed. México: Editorial Grijalbo, 1969. p. 493-560.

FARIAS, A. C. B. “Loira você fica muito mais bonita”: relações entre crianças de uma EMEI da cidade de São Paulo e as representações étnico-raciais em seus desenhos. 2016. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2016.

GONZÁLEZ REY, F. L. A pesquisa e o tema da subjetividade em educação. **Psic. Da Ed.**, São Paulo, v. 13, p. 9-15, 2001.

GONZÁLEZ REY, F. L.; GOULART, D. M. Teoria da Subjetividade e educação: entrevista com Fernando González Rey. **Obutchénie**, v. 3, n. 1, jan./abr. 2019. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/Obutchenie/article/view/50573>. Acesso em: 30 nov. 2020.

MARQUES, C. M.; DORNELLES, L. V. O mito da ausência de preconceito racial na educação infantil no Brasil. **Rev. Port. De Educação**, Braga, v. 32, n. 1, p. 91-107, jun. 2019. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S087191872019000100007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 13 ago. 2020.

MARTINS, L. M. **O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar**: contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

MARTINS, L. M. **O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar**: contribuições à luz da psicologia histórico cultural e da pedagogia histórico-crítica. 2011. 249 f. Tese (Doutorado em Livre Docência) – Departamento de Psicologia da Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista, Bauru, SP, 2011.

MARX, K. Prefácio da segunda edição. *In*: MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Trad.: Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril, 1983. Os Economistas, p. 15-21.

MELO, A.; MAROCHI, A. C. O Cosmopolitismo e performatividade: categorias para uma análise das competências na Base Nacional Comum Curricular. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, MG, v. 35, p. 1-23, 2019.

MICHETTI, M. Entre a legitimação e a crítica: as disputas acerca da Base Nacional Comum Curricular. **RBCS**, João Pessoa, PB, v. 35, n. 102/2020, p. 1-19, ago. 2019.

NASCIMENTO JUNIOR, R. N. **Educação e diversidade étnico-racial**. 2018. 137 f. Dissertação (Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, GO, 2018.

OLIVEIRA, A. M. C. Processos de desenvolvimento da subjetividade: alternativas teóricas na compreensão das dificuldades de aprendizagem. **Obutchénie**, Uberlândia, MG, v. 3, n. 1, 2019, p. 180-204. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/Obutchenie/article/view/50596>. Acesso em: 23 nov. 2020.

OLIVEIRA, W. T. F. **Diversidade étnico-racial no currículo da educação infantil: o estudo das práticas educativas de uma EMEI da cidade de São Paulo**. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2017.

SANTOS, R. R.; SILVA, J. C. **Desenvolvimento infantil e aprendizagem na Base Nacional Comum Curricular: análise à luz da psicologia histórico-cultural**. [S.l.: s.n.], 2019.

SILVA, F. G. Subjetividade, individualidade, personalidade e identidade: concepções a partir da psicologia histórico-cultural. **Psic. da Ed.**, São Paulo, n. 28, p. 169-95, 2009.

SILVA JR., H.; BENTO, M. A.; CARVALHO, S. P. de. (orgs.). **Educação infantil e práticas promotoras de igualdade racial**. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT); Instituto Avisa lá – Formação Continuada de Educadores, 2012.

SOUZA, E. C.; TORRES, J. F. P. A Teoria da Subjetividade e seis conceitos centrais. **Obutchénie: R. de Didat. e Psic. Pedag.**, Uberlândia, MG, v. 3, n. 1, p. 34-57, jan./abr. 2019. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/Obutchenie/article/view/50574>. Acesso em: 14 nov. 2020.

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. 1. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983. (Coleção Tendências, v. 4)

SUZUKI, J. S. **Da infância ao preconceito: percepção das professoras acerca das práticas de intolerância racial na educação infantil em Gurupi – TO**. 2019. 86 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, TO, 2019.

TACCA, M. C. V. R.; GONZÁLEZ REY, F. L. Produção de sentido subjetivo: as singularidades dos alunos no processo de aprender. **Psicologia ciência e profissão**, v. 28, n. 1, p. 138-61, 2008.

VYGOTSKI, L. S. **Obras escogidas**. Madri: Visor, 1995. Tomo III.



Capítulo 3

Categoria: Experiências coletivas

Eixo orientador: Geracional - racismo na infância, juventude e envelhecimento

Liziane Guedes da Silva. CRP: 07/29.279. Doutoranda em Psicologia e Mestra em Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, RS, Brasil.

Renato Nogueira. Dr. em Filosofia. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Nova Iguaçu, RJ, Brasil.

Paula Sandrine Machado. Doutora em Antropologia Social. Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Narrativas e estratégias infanto-juvenis frente ao racismo: compreensões a partir do Sopapinho Poético

Resumo

O presente artigo apresenta parte de uma pesquisa de mestrado realizada com crianças, pré-adolescentes e adolescentes negros participantes do projeto Sopapinho Poético em Porto Alegre/RS, que buscou investigar as compreensões dos participantes sobre infâncias e relações raciais em busca de visibilizar suas estratégias e de suas famílias para viverem apesar do racismo. Nesse capítulo, por sua vez, serão apresentadas as compreensões das crianças, pré-adolescentes e adolescentes negros a respeito do racismo e suas estratégias frente a ele. Os referenciais teóricos utilizados foram a Psicologia Social, a Filosofia Afroperspectivista em diálogo com o campo das Relações Raciais. O método incluiu a participação da pesquisadora por 1 ano nas atividades do grupo, a realização de seis entrevistas semiestruturadas *online* com participantes do projeto, de 8 a 13 anos, e a análise de duas *lives* das quais as crianças participaram no período da pesquisa. A partir das entrevistas e *lives* são apresentadas as narrativas das crianças, pré-adolescentes e adolescentes negros a respeito de suas compreensões sobre o racismo e suas principais estratégias. O racismo é percebido pelos participantes como compreensões de inferioridade e superioridade entre negros e brancos, que se expressa através de estereótipos e violências interpessoais, na escola ou na rua, e institucional, na busca por empregos, nos espaços de consumo, nos meios de comunicação. As principais estratégias das crianças e suas famílias frente ao racismo se relacionam com a educação para as relações étnico-raciais e com processos de fortalecimento das redes comunitárias e/ou aquilombamento.

Palavras-chave: Crianças Negras. Racismo. Subjetividade. Aquilombamento. Sopapinho Poético.

1. Introdução

Racismo é quando uma raça acha que é melhor a outra... se algum policial ver uma criança com uma arma de brinquedo na rua ele pode atirar pensando que é um ladrão, mas se for uma criança branca, ele vai perceber que é uma arma de brinquedo. Se alguém for tirar a carteira, ele pode pensar que é um ladrão, já o branco não... (Tomas, 13 anos)

O presente artigo visa debater as compreensões sobre racismo e as estratégias frente a ele, a partir das narrativas infanto-juvenis das crianças, pré-adolescentes e adolescentes negros oriundas da pesquisa de mestrado “Salve, Salve, Abre a Roda, Somos Erês, Queremos Passar’: Crianças negras na Kizomba do Sopapinho – Contribuições afroperspectivistas à Psicologia” (SILVA, 2021), realizada junto ao projeto Sopapinho Poético voltado a crianças negras em Porto Alegre/RS. A aproximação da pesquisadora com o campo de pesquisa se deu por aquilo que é comum: o pertencimento étnico-racial. Mas o encontro também foi motivado pelo que é plural, a saber: o acesso a narrativas de afirmação ainda enquanto criança negra em uma sociedade estruturada a partir do racismo (ALMEIDA, 2019; KILOMBA, 2019).

O objetivo da pesquisa foi compreender as narrativas das crianças a respeito de suas infâncias e das relações raciais, no que tange aos modos de subjetivação em um projeto organizado pelo movimento negro, alicerçado em um debate teórico com a Psicologia Social e a Filosofia Afroperspectivista para pensar as infâncias buscando a perspectiva das crianças negras. Ao longo da pesquisa, as narrativas infanto-juvenis foram ganhando espaço, visto que as crianças se declararam também como pré-adolescentes e adolescentes.

O método da pesquisa consistiu na participação das atividades do Sopapinho de março de 2019 a novembro de 2019, da realização de entrevistas online semiestruturadas com seis crianças, pré-adolescentes e adolescentes negros participantes do projeto, realizadas entre abril e junho de 2020 e da análise de duas lives realizadas pelo Sopapinho. As narrativas das crianças foram analisadas discursivamente a partir de uma leitura profunda em busca de eixos temáticos definidos após a realização das entrevistas. As perguntas organizadas inicialmente foram: O que tu entende por negritude? E por racismo? E antirracismo? E como é que tu aprende sobre essas coisas? Como é ser uma criança – pré adolescente – adolescente negra na tua opinião? Tem diferença em relação a uma branca, por exemplo? Quais? Como tu lida com essas

diferenças? Tu conversa com alguém sobre sobre ser negro/a? Que tipo de coisas tu conversa? Me conta uma dessas coisas, se tu lembrar.

O projeto Sopapinho Poético constrói um momento de afirmação histórica, cultural, artística e subjetiva, a partir dos valores das matrizes civilizatórias africanas para crianças negras, através de brincadeiras e atividades lúdicas e pedagógicas em um sarau de poesia negra (FONTOURA, 2019; SILVA & NOGUERA, 2020; SOPAPINHO POÉTICO, 2019). O Sopapinho integra o sarau Sopapo Poético, um espaço de afirmação dos valores do povo negro, mas também de enfrentamento ao racismo, que ocorre mês a mês desde 2012, organizado pela Associação Negra de Cultura (ANdC) no Centro de Referência do Negro Nilo Feijó (CRN) (FONTOURA; 2019; SILVA & NOGUERA, 2020; ROSA, 2021).

Antes da pandemia da covid-19, nas terças de sarau as pessoas, em sua maioria negras, chegavam em torno das 19h. Enquanto as crianças brincavam no Sopapinho no andar de cima, no andar de baixo clipes audiovisuais eram apresentados no Cine Kafuné e produtos eram vendidos na Feira de Afroempreendedorismo. Enquanto isso a roda do sarau era organizada, com cadeiras e instrumentos musicais. Ali ocorria a declamação das poesias, a apresentação do Sopapinho e a apresentação de um convidado ou convidada especial, a cada edição. A pandemia do novo coronavírus é o maior período sem encontros presenciais do sarau, modificando essa dinâmica e levando-a para o modo online.

2. Método

Em março de 2019 a pesquisadora iniciou a aproximação com o projeto Sopapinho Poético para fins da pesquisa de mestrado, participando dos saraus nas terças à noite, piqueniques e festas temáticas planejadas pela coordenação do projeto, com a anuência da coordenação do sarau e do Sopapinho. Após a aprovação do projeto no comitê de ética², em março de 2020 a pesquisadora enviou os convite através de um grupo *WhatsApp* com as mães e pais das crianças, pré-adolescentes e adolescentes participantes do Sopapinho Poético. Após o convite, era solicitado às mães e pais que verificassem o interesse dos participantes a conceder a entrevista. Ao fazer essa ponte, o consentimento das mães e pais estava implícito e era oficializado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE assinado digitalmente. Já as crianças, pré-adolescentes e adolescentes assentiram verbalmente suas participações em vídeo no início de cada entrevista.

As entrevistas foram agendadas com os participantes do projeto, em abril e junho de 2020, de modo individual. Foram realizadas seis entrevistas *online*, devido

à pandemia da covid-19, com duas meninas de 8 e 9 anos e quatro meninos de 9, 10 e 13 anos, nomeadas segundo pseudônimos escolhidos por elas/es. As plataformas utilizadas para a realização das entrevistas foram o *Skype*, preferencialmente, ou *WhatsApp* quando as famílias não tinham acesso ao primeiro. As chamadas foram gravadas e transcritas para análise. Após transcrição, foram revisitadas exaustivamente para separação em categorias de análise qualitativas elencadas a partir das falas dos próprios participantes. Por fim, à medida que a pandemia da covid-19 não demonstrava sinais de retroceder, os participantes do projeto Sopapinho Poético realizaram alguns encontros online, através de *lives* no instagram e facebook que também foram analisadas nessa pesquisa. Os participantes da pesquisa foram identificados a partir de pseudônimos escolhidos por eles/as para garantir o anonimato dos/as entrevistados/os, entretanto, os participantes das *lives* serão identificadas/os de acordo com o que consta nas redes sociais pois compreende-se que esse material passou a ser de domínio público no momento em que está disponível na internet. Todavia, é importante pontuar que não serão realizadas correlações entre as falas das entrevistas e as falas das lives, por não serem necessariamente as mesmas pessoas participantes e para garantir o anonimato dos/as entrevistados/as.

As narrativas infanto-juvenis presentes nesse artigo partem de um princípio de um estudo *com* crianças, pré-adolescentes e adolescentes e não apenas *sobre* eles. Nesse sentido, a Roda da Filosofia Afroperspectivista desempenhou uma função epistemológica, metodológica e ética-analítica fundamental, trazendo diversas perspectivas ao debate e visibilizando a localização de quem produz conhecimento e a respeito de quem ele é produzido. Segundo Renato Noguera (2014) “a roda de filosofia é o cerne do eixo metodológico da filosofia afroperspectivista”, ou seja, ela é um exercício filosófico em diálogo com áreas das ciências humanas, especialmente a sociologia da infância (p. 50). A Roda se ancora na Afroperspectividade que parte de sentidos de mundo africanos, afro-brasileiros e indígenas, “de caráter biocêntrico que tem na infância um conceito-chave. Em termos afroperspectivistas, reconhecemos as infâncias em várias camadas, tal como diversas teorias e estudos preconizam” (NOGUERA & ALVES, 2019, p. 6).

1 Antes disso, em 2017-2018, o Sarau Sopapo Poético foi campo de pesquisa do TCC em psicologia da pesquisadora, o que permitiu uma inserção – ou até mesmo continuidade – na relação com o sarau e as pessoas que o organizam, em sua grande parte, mães ou pais dos participantes do Sopapinho, as quais a pesquisadora já conhecia.

2 Parecer consubstanciado do CEP número 3.704.337, de 13 de nov. 2019.

A Roda da Afroperspectividade auxiliou a pesquisadora a: situar o lugar epistemológico da pesquisa, convocar autores/as africanos/as e afro-brasileiros/as e dirimir as hierarquias na relação do saber entre pessoas adultas e crianças, questões essenciais quando se realiza uma pesquisa com crianças, pré-adolescentes e adolescentes negros num contexto de racismo epistêmico (NOGUERA, 2014; NOGUERA, 2011; NOGUEIRA, 2017). Portanto, entende-se que as entrevistas realizadas nessa pesquisa contribuíram para problematizar as lógicas adultocêntricas, através das quais as pessoas adultas costumam falar pelas crianças, muitas vezes sem escutá-las (NOGUERA; 2019, NUNES, 2017; NUNES, 2019).

3. Resultados

Os/as participantes da pesquisa tinham 8 e 9 anos, duas meninas 9, 10 e 13 anos, quatro meninos. A média de participação dos/as entrevistados/as no projeto, em anos, era de 6 anos e meio, sendo que havia aquelas que frequentaram há 2 anos e aqueles que frequentaram há 8 anos – desde 1, 2 e 5 anos de idade.

Três das/os entrevistadas se identificaram como crianças, dois como pré-adolescentes e um como adolescente, como vê-se representado na tabela participantes (tabela 1). Todas as crianças, pré-adolescentes e adolescentes entrevistados/as se declararam, a partir das categorias do IBGE³, como pretas ou negras.

Tabela 1 – Participantes

PARTICIPANTES						
Pseudônimo	Data da entrevista (2020)	Duração da entrevista	Idade (anos)	Gênero	Raça/cor	Se identifica como?
Mallu	16/abr	46 min	9	Feminino	Preta	Criança
Aristóteles	17/abr	12 min	10	Masculino	Preto	Pré-adolescente
Tomas	24/abr	29 min	13	Masculino	Negro	Pré-adolescente
Mike	24/abr	29 min	9	Masculino	Negro	Criança
Nego P.	06/mai	40 min	13	Masculino	Negro	Adolescente
Sofia	02/jun	60 min	8	Feminino	Preta/negra	Criança

As narrativas infanto-juvenis dos participantes do projeto apontaram aspectos importantes para o debate das infâncias e juventudes, como podemos ver na tabela 2 abaixo, demonstrando que as percepções a respeito do Sopapinho e de suas vivências ganharam novas complexidades já com 2 anos de diferença de idade: dos 8 anos 10 anos. Foi a partir das entrevistas que as categorias pré-adolescentes e adolescentes se inseriram na pesquisa, até então focada nas crianças. Segundo as narrativas das crianças ser pré-adolescente ou adolescente se difere de ser criança devido a estar em fase de crescimento, com mudanças físicas como engrossar a voz, fase que remete a saber de mais coisas para a vida adulta, embora ainda se possa aprender sendo adolescente ou pré.

Tabela 2 – Compreensões sobre ser criança, pré-adolescente e adolescente

SIGNIFICADOS DE INFÂNCIA, PRÉ-ADOLESCÊNCIA e ADOLESCÊNCIA				
Pseudônimo	Idade (anos)	Gênero	Se identifica como?	Significado de infância pré-adolescência e adolescência
Mallu	9	Feminino	Criança	“(Criança) brincar... fazer amizade... aproveitar que não precisa pagar conta... ir na piscina... se divertir bastante... brincar com animais... se divertir bastante com a família e aproveitar o que tem... o que tu tem de bom na vida”
Aristóteles	10	Masculino	Pré-adolescente	“(Criança) não trabalhar... e estudar” “(Pré-adolescente) é estudar só que ser mais velho e sem trabalhar. Trabalhar é coisa de adulto.
Tomas	13	Masculino	Pré-adolescente	“(Criança) ah não sei dizer... acho que é quando a gente é pequeno, brinca, joga bola” “(Adolescente) são as mesmas coisas, acho que é porque o pré-adolescente tá em fase de crescimento”

Mike	9	Masculino	Criança	“(Criança) Pra mim, quando alguém é uma criança, ainda não amadureceu tanto, não sabe tanto das coisas. Não sei, depende...” “(Pré-adolescente) Criança também pode ser estudiosa, pra mim pré-adolescente é quem tá crescendo ainda, tá virando adolescente...”
Nego P.	13	Masculino	Adolescente	“(Criança) É quando a gente ainda é pequeno, até a gente ter, sei lá, 11, 12 anos... é mais essa parte que a gente começa a aprender as coisas, que a gente ainda não sabe das coisas direto... Não é que eu saiba das coisas (que é adolescente), agora eu sei de mais coisas, acho que é isso”
Sofia	8	Feminino	Criança	“(Criança) a infância pra mim significa brincar... ter liberdade... falar o que você pensa...fazer o que você quiser né... ah você ter liberdade”... “(Adolescente) É quando tu fica mais velho, daí tu tem que começar a aprender as coisas pra depois poder viver, eu acho”

A respeito das relações raciais, para além da autodeclaração de todos os entrevistados como pretos/as ou negras/os, todos/as conceituaram o racismo com facilidade, inclusive identificando-os em vários momentos de suas vidas, de forma direta ou indireta. Em suas palavras, a respeito do racismo: o descreveram como a construção de inferioridade do negro devido à características fenotípicas; associaram à escravidão, identificaram raízes de ²estereótipos em várias condutas racistas naturalizadas na sociedade brasileira; reconheceram que ele se manifesta de várias

3 O IBGE define cinco categorias autodeclaradas de raça/cor: pretas, pardas, brancas, amarelas e indígenas.

formas, muitas vezes através de negação das características do negro, ou seja de embranquecimento; constatam que ele atrapalha a empregabilidade; se torna um risco ao negro que é percebido como ameaça e pode se tornar vítima das mais variadas agressões; assumem que ele se manifesta nas interações com as crianças pequenas, em disputas por brinquedos e questionando o pertencimento das crianças negras aos espaços que elas tem direito de estar; acreditam que o racismo é um fenômeno enraizado na sociedade brasileira, se manifestando nos mais inusitados espaços e relações, conforme a tabela 3 a seguir.

Tabela 3 – Compreensões sobre o racismo

COMPREENSÕES SOBRE RACISMO		
Pseudônimo	Idade (Anos)	O que é Racismo?
Mallu	9	“é quando as pessoas dizem que a gente não é bonita... tipo assim... vamos supor...a fulaninha diz pra fulaninha que o cabelo dela é feio...a cor da pele dela é feia...que a família dela é feia...que tudo dela é feio”
Aristóteles	10	“racismo, a escravidão”
Tomas	13	“quando uma raça acha que é superior a outra; se algum policial ver uma criança com uma arma de brinquedo na rua ele pode atirar pensando que é um ladrão, mas se for uma criança branca, ele vai perceber que é uma arma de brinquedo. Se alguém for tirar a carteira, ele pode pensar que é um ladrão, já o branco não...”
Mike	9	“É a mesma coisa [quando uma raça acha que é superior a outra], mas, também é quando as pessoas antes, tipo, mais pra trás [no passado], eles agrediam os negros, os policiais ficavam cuidando os lugares que eles estavam, achando que todo negro era ladrão. Quando as pessoas querem fazer um filme, as pessoas sempre botam o negro como amigo do protagonista; Às vezes tem até filme que falam sobre o racismo, que os guardas do supermercado ficam seguindo os negros. Às vezes a gente só vai comprar e eles ficam seguindo. Às vezes o negro só vai comprar o branco é que tá roubando.”

Nego P.	13	<p>“É quando uma etnia ou uma raça, tipo, se acha melhor do que a outra, ou não gosta da outra por algum motivo, e aí acontece esse um monte de coisa que acontece com a gente, também, eu acho que é isso... Mas tem vários jeitos de se manifestar... Ah, tipo, a pessoa pode dizer, só falar tipo, a maioria das pessoas não vai chegar em ti, pro negro, e falar “te odeio porque tu é negro”... mas a maioria das pessoas quando tiver brabo contigo vai falar “tinha que ser esse negro aí, oh, parece um macaco”... ou também quando as pessoas acham “ah, mas tu nem é negro, não, não te preocupa que tu nem é negro” ou quando tu quer arrumar um emprego... (eu to olhando pela janela é porque eu to pensando)... quando tu quer arrumar um emprego, aí não te dão o emprego, desconfiam de ti, ou quando tu entra numa loja, aí o guarda fica te seguindo, porque ele acha que tu vai roubar, isso é preconceito, na real, mas faz parte do racismo”</p>
Sofia	8	<p>“eu assim mesmo criança, eu... como se chama mesmo, racismo, eu levei racismo por outra criança, duas crianças, eu queria ver um vídeo game que eles estavam lá jogando (...) eles disseram “ei sai daqui você não pode ver” eu disse porque não...e era um menino e uma menina né...e aquele gurizinho (que eu) já não gostava tanto ... ele disse porque você é negra...e (a) gurizinha disse é porque você é preta...e eu disse “tá mas e daí?... daí eles disseram “ai () sai daqui”...eu fiquei triste, quase chorei... falei pro sor (professor) e o sor (professor) falou com eles...foi nesse dia eu acho que ele disse “cuida da sua vida”; “o racismo vem de todas as pessoas... de qualquer raça...qualquer coisa. que o racismo é assim uma coisa que vem de uma pessoa e se espalhou pelo mundo todo. é isso”</p>

Cinco dos/as entrevistadas/os apontaram que há diferenças entre ser uma pessoa negra e branca, seja criança, pré-adolescente ou adolescente, sendo o racismo a principal categoria utilizada para essa diferenciação. Foram citadas, ainda: as violências físicas que as meninas negras sofrem de crianças brancas no contexto escolar, a sensação de insegurança que a maioria dos meninos, pré-adolescentes e adolescentes negros, referem ao andar na rua e em estabelecimentos comerciais, bem como os estereótipos racista que surgem nas produções audiovisuais (filmes, propagandas, redes sociais) ou nas interações interpessoais.

As narrativas infanto-juvenis demonstraram que as crianças, pré-adolescentes e adolescentes reconheciam a necessidade de auxílio para lidar com situações cotidianas de racismo e de modo unânime os entrevistados/as apontaram que a principal rede de apoio para dialogar sobre tais experiências eram suas mães e/ou pais. Em segundo,

identificaram as avós, outras pessoas adultas do convívio das mães e pais, professoras, e os/as próprios/as participantes do Sopapinho. Ademais, quatro principais elementos surgiram nas narrativas das crianças e operam como importantes estratégias para lidar com o racismo, são elas: a) conviver com outras crianças, pré-adolescentes e adolescentes negros; b) acessar narrativas afirmativas e de educação para as relações étnico-raciais, através de recursos variados, como a literatura e música; c) conversar a respeito da experiência de ser negro com a família e a comunidade negra; d) participar de atividades e projetos antirracistas com frequência.

Tabela 4 – Rede de apoio para dialogar sobre ser negro/a

COM QUEM DIALOGA SOBRE SER NEGRO/A?		
Pseudônimo	Idade (Anos)	Com quem dialoga sobre ser negro/a?
Aristóteles	10	“quando eu vou na (mesa) dela (mãe) tem um monte de coisa sobre racismo”
Tomas	13	Eu aprendi com a mãe e com o meu pai.
Mike	9	Eu aprendi com eles dois, mãe e pai. Eu acho que não vi na internet, a maioria das coisas que eu aprendi foi com a minha mãe e com o meu pai.
Nego P.	13	É, eu não sei, acho que com os meus pais falando, é vocês falando lá no Sopapo, (os amigos dos pais) que a gente tá sempre na casa deles, eles também falam bastante, os nossos amigos, todo mundo que a gente conhece...
Sofia	8	eu converso muito com minha avó, com minha família, Com minha dinda avó () também converso com minhas amigas... minhas amigas elas são brancas... [cita 3 nomes], minha professora é negra e o filho dela é negro e a gente conversa, brinca de pega-pega, conversa assim, não sobre ser negro, mas conversa sobre ‘hoje aconteceu tal coisa’, eu me sinto bem a vontade com ele.... [cita mais 2 nomes] também me sinto a vontade...são meus amigos da creche... () até o terceiro ano.....mas [duas delas] tão em outra escola... mas a [cita dois nomes] tão comigo...e () são meus amigos do coração que eu posso falar, falo muito também no Sopapinho, várias pessoas que eu gosto, minha família, pessoas que confio nela.

A respeito da importância da participação no projeto, Nego P. (13 anos) nos conta os ensinamentos que o Sopapinho lhe ofereceu nos últimos 8 anos, demonstrando os efeitos da participação no projeto em grande parte da sua infância:

“então tipo, eu ficava, não, agora eu sou grande (com voz de humor), não posso ficar com essas crianças, rsrs... mas ãh, mas eu acho que eu continuo indo porque eu gosto de escutar a poesia que eu também acho importante né, aprender, porque eu reconheço que ainda não sei tanto as coisas, lá eu aprendo bastante,... eu também gosto de escrever também, não que eu escreva bem, mas um dia eu vou escrever bem, então pra escrever bem tu tem que escutar, né, tem que aprender... eu gosto da música também que tocam, eu acho bem bacana,... ah, eu gosto bastante também de comprar, não é sempre que eu compro, mas eu gosto de comprar naquela lojas ali quando tem umas coisas bonitas, sempre comprar... isso eu sempre compro: o quiche (...) é muito bom, o de cebola [e queijo] é uma delííiciaa. (...) É que acho que a coisa mais importante do Sopapinho é que tipo antes de eu visitar bastante lá e escutar bastante, eu não, eu não, tipo, eu não entendia muito da minha própria cultura, tipo, hoje em dia eu escuto e ouço e leio coisas sobre a gente, eu escuto música negra, não que eu não goste de música de gente branca, rsrs, mas eu escuto ritmo da gente, tipo, antes, eu não entendia muito disso”

Por fim, Mallu (8 anos) nos conta a diferença que percebe entre a escola e o Sopapinho, demonstrando a importância de conviver em espaços com pessoas negras, que apresentam semelhanças com ela e que lhe ensinam sobre sua ancestralidade de um modo positivo e lúdico:

“a maioria das pessoas de lá são todas negras, é como se fosse uma escola em que a maioria das pessoas são negras, uma escola que tu aprende coisas do passado, brincadeiras novas... a gente tem a hora do lanche, tinha comidas que eu nunca tinha provado na vida que eu provei e gostei bastante... vários animais diferentes, países da África, Egito, África do Sul...”

Na mesma perspectiva, Sofia (8 anos) divide com a pesquisadora as diferenças que percebidas entre a escola e o Sopapinho, Sofia identifica que no Sopapinho ela pode se sentir mais à vontade, *“posso falar tudo o que acontece na minha escola, na minha escola não posso falar tanto, na minha escola (...) eu não desabafo tanto”*.

4. Discussão

O Sopapinho Poético, parte integrante do Sarau Sopapo Poético, é um espaço de afirmação artística-política onde as crianças são estimuladas a aprender brincando os referenciais africanos e afro-brasileiros. Através de brincadeiras, festas, contações de histórias e apresentações dos participantes do Sopapinho na roda de poesia do Sarau, as/os entrevistados são estimulados a se apropriarem de novas compreensões sobre o que significa ser negro, descendentes de africanos. Esses ensinamentos envolvem o resgate da história invisibilizada nas escolas e desconhecidas em muitas casas, mas também a construção de uma compreensão contemporânea da negritude, sempre permeadas por uma relação íntima com a poesia, a literatura e a musicalidade negras vivenciadas em coletividade (SANTIAGO, 2021; NUNES, 2017; NUNES, 2016).

No Sopapinho o brincar está articulado a uma reflexão afirmativa sobre ser negro/a, que se reflete nas narrativas dos/as entrevistados/as ao reconhecerem a importância de participar do projeto, principalmente para os processos de ensino para a educação das relações étnico-raciais, da história africana e afro-brasileira e da cultura negra na cidade de Porto Alegre, como vemos durante a *live* com o projeto Afroativos na fala da Sopapeirinha Anaya Yemisi, de 9 anos:

O Sopapinho é bem legal porque primeiro a gente brinca, depois a gente aprende, estuda, muito legal. E daí, quando a gente tá aprendendo, eu vou ali na mesa e pego um lanchinho, porque eu sempre fico com fome (...) às vezes, eu também vou pro Sopapo e às vezes eu declamo e canto.... mas depois eu volto no Sopapinho porque eu quero ficar lá, daí a gente apresenta lá o nosso trabalho que a gente aprendeu, daí a gente volta e brinca. Tem vezes até que eu não quero sair dali do Sopapo e do Sopapinho que a gente vai brincar no pátio, daí eu me escondo, eu me escondo no pátio pra minha mãe não me ver por que eu não quero ir embora.

Contudo, ao longo do processo dos crescimentos delas/es, cada vez mais, as etapas da vida surgiram nas entrevistas demonstrando maior ou menor disposição para continuar a brincar. Ou seja, as falas das crianças demonstraram um desejo de ter mais crianças e mais tempo para brincar durante o sarau e fora dele e realizar mais apresentações na roda do sarau, já que atualmente o Sopapinho faz uma apresentação pontual por noite e logo retorna para o andar superior do espaço. Nesse sentido, é importante observar quais são as diferenças em definir-se criança, pré-adolescente e adolescente para as/os participantes do Sopapinho, enquanto

categoria de análise. Realizar mais participações na roda do sarau é um consenso entre crianças, pré-adolescentes e adolescentes, bem como terem mais espaços para desenvolverem-se artisticamente com oficinas de escrita literária, aulas de canto, aulas de teatro etc. Mas as falas dos pré-adolescentes e adolescentes se diferem das falas das crianças pelo desinteresse tímido com as tarefas mais lúdicas e de brincadeira do Sopapinho e pelo forte desejo de participar dos espaços do Sarau do modo como fazem as pessoas adultas: como poetas.

A fala de Nego P. demonstra essas ambivalências:

“Eu vou, eu acho que até um tempo atrás, tipo, tempo atrás, não muito tempo, tipo, quando eu tava no sexto ano, eu ainda ia porque meus pais falavam pra eu ir, mas só que aí também eu não ficava assistindo a roda grande,... foi ano passado que eu comecei a achar a roda grande e não ficar todo tempo lá no Sopapinho,... então tipo, eu ficava, não, agora eu sou grande (com voz de humor), não posso ficar com essas crianças, rsrs... mas, mas eu acho que eu continuo indo porque eu gosto de escutar a poesia que eu também acho importante né, aprender... porque eu, eu reconheço que ainda não sei tanto as coisas, lá eu aprendo bastante,..... eu também gosto de escrever também, não que eu escreva bem, mas um dia eu vou escrever bem, então pra escrever bem tu tem que escutar, né, tem que aprender...

Dito isso, além da brincadeira e do aprendizado, a maioria das crianças, pré-adolescentes e adolescentes entrevistados/as apontava que o Sopapinho é lugar de desenvolver uma formação artística. Na mesma *live*, Toumani reforçou a fala de Anaya ao mesmo tempo a de Nego P. e contou a importância do Sopapo e do Sopapinho:

Eu tenho 13 anos, participo do Sopapo desde 2012. O Sopapo me ajudou muito a conviver com outras crianças negras, a aprender poesia, treinar mais e, também, a escrever mais rap, porque eu gosto de às vezes escrever uns rap, quando eu tô sem nada pra fazer. (Toumani, Sopapeirinho, 13 anos).

A entrevistada Mallu, de 9 anos, que participou do Sopapinho a partir dos 4 anos, nos contou como chegou ao projeto, destacando o espaço para as crianças estarem entre si:

O papai, ele já ia lá há bastante tempo, ele chamou um dia pra gente ir lá, depois da aula, falou que tinha um grupinho de crianças que conversavam, ficavam brincando lá em cima e eu me interessei (...)os adultos ficam lá embaixo conversando e as crianças ficam brincando em cima. E a gente desce e faz uma apresentação, um poema, alguma coisa [entre] as crianças.

A partir do diálogo com a Filosofia Afroperspectivista e das narrativas das/os entrevistados/as, buscamos compreender a infância a partir de prismas que extrapolassem a concepção de idade, retomando a ideia iorubá de erês e o conceito de infancialização da Afroperspectividade. Nesse sentido, Renato Nogueira e Luciana Alves nos oferecem importantes conceitos, noções e categorias analíticas sobre a infância. Apontam que “em linhas bem gerais, a noção de infância diz respeito aos aspectos jurídicos, psicológicos, biológicos, enfermagem pediátrica, médico-pediátricos e educativos”, e que há entre essas áreas um certo consenso de que a infância é compreendida como uma fase da vida de 0 a 12 anos incompletos, inclusive do ponto de vista legal, a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (NOGUEIRA & ALVES, 2019, p. 3). Há, também, a compreensão de que a infância é uma categoria analítica permanente, uma “condição social que unifica as crianças como grupo etário e as coloca em experiências comuns, uma vez fazendo parte da mesma experiência histórica e cultural” (ARENHART, 2016, p. 33). Para a Filosofia Afroperspectivista, a definição de infância vai além: “o conceito de infância emerge como um milagre brincante que restabelece a mais-valia da vida”, principalmente quando práticas cotidianas incorporam modos lúdicos de viver a vida, constituindo um estado que extrapola uma etapa da vida. Assim, para além de afroperspectivizar a produção de conhecimento em diálogos com autores africanos e ameríndios, a Filosofia Afroperspectivista propõe a infancialização dos saberes e sujeitos em uma aposta na capacidade brincante das crianças, imbuídas do estado de infância de forma especial.

Durante a live com o projeto Afroativos, Anderson Amaral, atual coordenador do Sopapinho, contou que se aproximou novamente do sarau após o nascimento do primeiro filho, quando ele tinha em torno de um ano e meio. Apesar de não ter experiência com crianças, ele se aproximou da coordenação do Sopapinho depois que se tornou pai: “*Ele [filho] que me convocou de uma certa forma, foi meu professor*”. Mesmo ao ensaiar as apresentações artísticas com as crianças, já de chegada ele reconhecia o protagonismo e experiência das crianças ao se apresentar na roda de poesia, que sempre o surpreendiam. Ainda que houvesse a perspectiva de que as crianças tinham muito a ensinar, o projeto não estava isento de reproduzir momentos em que as

pessoas adultas decidiam pelas crianças, por exemplo, em relação ao que era apresentado na roda de poesia, o que surgiu nas falas das crianças que demonstraram desejo de ocupar mais a roda.

É importante, portanto, reconhecer que as narrativas infanto-juvenis demonstraram, mesmo que timidamente, que as divisões entre as etapas da vida são bastante marcadas para eles/as: crianças lá e adultos aqui. Tais divisões se atualizavam nas rodas de Sopapinho e Sopapo, nos modos de participação na roda e no poder de decisão a respeito da participação das crianças, pré-adolescentes e adolescentes na roda, ainda que no sarau houvesse uma capacidade de aprender de vários modos quando comparado com a escola, por exemplo.

Ainda assim, brincar tem sido importante para várias das crianças do Sopapinho, como bem nos conta Anaya, que participava do projeto desde os 6 anos de idade, com a frase *“primeiro a gente brinca, depois a gente aprende”*. Sua fala também demonstrou a nítida importância da literatura e da arte negra materializadas através das atividades do projeto através da arte negra de resistência (SILVA, 2015; SILVA & NOGUERA, 2020).

É possível fazer um paralelo entre a arte negra de resistência com a cultura negra de resistência na compreensão de bell hooks⁴. hooks entende a cultura negra de resistência como aquela que emergiu no contexto do apartheid e da segregação, sendo “um dos poucos espaços para o tipo de descolonização que torna possível o amor pela negritude” (hooks, 2019, p. 47). Esse amor surge na narrativa de Mallu (8 anos), que participava do projeto há 5 anos aproximadamente no momento da pesquisa, quando ela conceitua a negritude como “amar nossa cor da pele, nosso cabelo, nossa pessoa”.

Durante a *live* com o projeto Afroativos Anaya Yemisi, reforçou essa análise ao apontar as diferenças entre o que encontra na sociedade de um modo geral, aqui representada pela escola, e no sarau: *“Na minha escola não tem assim, né, muitas crianças negras, (...) E no Sopapinho tem bastante crianças negras então eu me sinto muito à vontade, e eu sou muito grata por participar do Sopapinho”* (Anaya, 9 anos, na live do Afroativos).

⁴ bell hooks é o pseudônimo de Gloria Jean Watkins, escritora norte-americana nascida em 25 de setembro de 1952, no Kentucky – EUA. Ela se autoneia dessa forma em homenagem à sua bisavó Bell Blair Hooks e afirma que sua grafia deve ser realizada em letras minúsculas para que suas ideias alcancem mais destaque do que sua pessoa!

Desse modo, Anaya contou como era para ela participar do Sopapinho e estabelecer conexões entre o potencial afroperspectivista e antirracista do Sopapinho em comparação às violências que vivenciava no contexto escolar. Ela apontava que, em sua escola, não havia muitas crianças negras, diferentemente do Sopapinho, onde ela

se sentia mais à vontade com as crianças parecidas com ela. Segundo o blog do projeto, esse é um dos objetivos do Sopapinho: “acolher os erês e aprofundar, de forma lúdica, o entendimento dos valores civilizatórios afro-brasileiros. Acreditamos que ao trabalhar os valores civilizatórios afro-brasileiros realizamos importante resgate de nossa cultura” (SOPAPINHO POÉTICO, 2019, documento eletrônico). A palavra “erês” tem origem no idioma africano iorubá e significa brincar, mas é informalmente traduzida muitas vezes como “crianças”.

Nesse sentido, o Sopapinho fomenta a construção de uma relação com a cultura negra de resistência, a partir de aspectos positivos para as crianças, pré-adolescentes e adolescentes negros/as. Nego P. (13 anos) nos contou que estabeleceu amizades com “gente como a gente”, ou seja, pessoas negras, ao participar do Sopapinho:

Antes de ir pro Sopapo, tipo, eu acho que eu não tinha nenhum amigo negro, eu tinha um amigo negro, porque no meu colégio só tem branco e dos meus amigos no colégio eu conheço três pessoas negras, eu conheço quatro, mas dos meus amigos são três. Ai, então, tipo, eu tinha muitos poucos amigos, tipo, negros. E lá [Sopapinho] a gente conhece mais gente como a gente. Eu acho que foi isso. (Nego P, 13 anos).

O adolescente apontou ainda uma questão essencial a respeito de socialização, afeto e confiança entre crianças, pré-adolescentes e adolescentes negros/as, que tem lhe permitido encontrar pistas para saber de onde veio, onde está e para onde deseja ir, dentro de um contexto coletivo. Como nos aponta Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2015), oferecer pistas das contribuições históricas e contemporâneas dos povos negro-africanos na diáspora e no continente é um desafio para famílias negras:

Reconhecer, manifestar a negritude foi sempre, entre outras, preocupação central do Movimento Negro brasileiro. Construir e reconstruir a negritude exige reconhecer pertencimento ao Mundo Africano (HILLIARD III, 1998) que se constitui da vida, experiências, conhecimentos, espiritualidade, produções dos africanos do Continente e da Diáspora. É conhecendo, respeitando e adotando as raízes africanas, tendo elas em conta, que mulheres e homens negros se fortalecem para entrar em diálogo com pessoas de outras raízes étnico-raciais e, com essas, construir uma sociedade definitivamente democrática. Como bem sublinhou Steve Biko ‘[...] ser negro não é uma questão de pigmentação, ser negro é reflexo de uma atitude mental’. (SILVA, 2015, p. 165-6).

Para a autora, o incentivo de uma atitude mental baseada no orgulho do seu pertencimento racial junto “às crianças, aos adolescentes, jovens e adultos, é tarefa que desafia as famílias, a comunidade negra, o Movimento Negro”, principalmente na preparação das crianças negras para sobreviverem à violência do contexto escolar e da sociedade como um todo “que se vê e se quer predominantemente branca” (SILVA, 2015, p. 166).

Essas narrativas demonstram que o projeto Sopapinho Poético tem dado conta de auxiliar as crianças, pré-adolescentes e adolescentes negros ali presentes a construir suas compreensões sobre o racismo, tarefa que costuma causar muita angústia às mães, pais, tios e tias de crianças negras no contexto brasileiro, além de construir estratégias para lidar com ele. Para o entrevistado Mike (9 anos) o racismo é o fenômeno que ocorre quando uma raça se acha superior à outra, e complementa:

mas, também é quando as pessoas antes, tipo, mais pra trás, eles agrediam os negros, os policiais ficavam cuidando os lugares que eles estavam achando que todo negro era ladrão (...) quando as pessoas querem fazer um filme, as pessoas sempre botam o negro como amigo do protagonista (...) às vezes tem até filme que falam sobre o racismo, que os guardas do supermercado ficam seguindo os negros. Às vezes a gente só vai comprar e eles ficam seguindo. Às vezes o negro só vai comprar, o branco é que tá roubando (Mike, 9 anos).

Tais questões surgem nas produções poéticas de autoria dos/as participantes do Sopapinho, como podemos ver no trecho do poema de autoria de Pedro Ramão, que participa do Sopapinho há mais de 8 anos:

“Só mais um menino, moleque, guri, jovem, rapaz... Só mais um preto, para alguns marrom,

para outros chocolate, moreninho,

negro.

Dotado de VIDA Com muito a viver, Interrompido.

Vivo? Não mais.

Morto.

À queima roupa (...).”

(Pedro Ramão, Sopapeirinho, 14 anos).

De volta à roda do Sopapo, Sofia conta que foi com o projeto que aprender que ser negra é muito mais do que a sociedade lhe contou: *“eu aprendi a ser negro é muito mais que isso (...) deixar meu cabelo crescer, sem me importar se vão dizer que ele é duro ou não, se alguém me chamar de negra aprendi a bater no peito e dizer eu sou negra sim, e daí?”*.

Em Memórias da plantação: episódios do racismo cotidiano, Grada Kilomba (2019) compartilha uma experiência que articula cabelo, consciência política, racismo cotidiano e processos subjetivos de internalização. Segundo Kilomba, o cabelo, marcado como “cabelo ruim”, era um dos principais elementos de servidão durante o período de escravização. Ainda hoje, “o cabelo tornou-se o instrumento mais importante da consciência política, entre africanas/os e africanas/os na diáspora” (KILOMBA, 2019, p. 126-7, grifos da autora). Assim, quando Sofia diz que aprendeu que ser negra “é mais que isso”, ela demonstrou ter encontrado caminhos possíveis para lidar com os efeitos da violência racial à sua subjetividade e afirmar sua negritude. A elaboração de Sofia não é um caso isolado entre as participantes do Sopapinho, mais especificamente às meninas: o projeto demonstra oferecer recursos políticos e psíquicos para que as meninas se automeiem negras e problematizem as falas racistas e sexistas sobre suas corporeidades, ainda que essas estratégias não impeçam acabem com as várias modalidades do racismo – subjetivo, interpessoal, institucional ou estrutural – elas protagonizam seus processos de (re)existências (CFP, 2017).

As matrizes civilizatórias africanas e indígenas que se constroem no Brasil podem contribuir amplamente para a Psicologia se dermos conta do desafio de “trabalhar com a história e cultura africana ancestral mantida no país por meio das práticas tradicionais afro-brasileiras e indígenas, bem como articulá-las com referências teóricas afrocentradas apropriadas”, como nos indica Simone Nogueira (NOGUEIRA, 2020, p. 44). As conexões que a Diáspora Africana proporciona podem contribuir para pluriuniversalizar e afroperspectivizar o debate no campo da psicologia, construindo com novas saídas frente a questões corriqueiras em territórios e existências na Diáspora. A Diáspora Africana referem-se às conexões entre o Continente Africano com os vários lugares no mundo, devido aos processos de escravização e migrações africanas, ao longo dos tempos, incluindo o Brasil nessa conexão transatlântica (ANTÔNIO, 2015; NOGUERA, 2014; NOGUEIRA, 2020).

Ou seja, se trata de uma defesa por uma prática que respeite os contextos territoriais e que considere as resistências e (re)existências às violências que o colonialismo produziu para as diversas pessoas negras e, ao mesmo tempo, buscam evidenciar o que tornou possível manter vivos e pulsantes modos de existência africanas reensaiados em solo brasileiro (AMARO, ALVES & MOLON, 2019). É preciso compreender que o racis-

mo estrutura vários âmbitos da vida de pessoas negro-africanas em qualquer lugar em que estejam, inclusive em “sua própria localização psicológica”, ou seja, na forma como esses sujeitos enxergam a si mesmo, sua comunidade e a matriz civilizatória africana (ROSA, NASCIMENTO & MORAES, 2018, p. 122). Portanto, é importante salientar que “a dinâmica aniquiladora do racismo intervém no processo de construção subjetiva de pessoas negras” que, em muitos contextos, vivem suas experiências à margem de seus próprios interesses, quase sempre sem se darem conta (ROSA, NASCIMENTO & MORAES, 2018, p. 122). Para Miriam Alves, “a matriz civilizatória africana é constituída por um sistema de valores, crenças e ideias que constrói um modo de observar, agir e compreender o mundo”, que estabelece em critérios próprios “uma ética, uma ontologia e uma epistemologia sobre a existência e o viver coletivo” que extrapolam a dimensão geográfica do Continente Africano (AMARO, ALVES & MOLON, 2019, p. 31). O Brasil, por exemplo, é o país com o maior número de população negro-africana fora do Continente Africano – atrás da Nigéria – e este dado é estatístico, sociocultural e epistêmico e nos convoca a perceber como os sequestros e migrações históricas constituem os povos africanos fora da África, de modo que a Diáspora Africana extrapola um mapa geográfico (ANTÔNIO, 2015; NOGUERA, 2014).

A partir desses diálogos, pode-se entender que o Sopapinho e o Sopapo constituem terrenos capazes de constituir uma subjetivação afroperspectivista, pautada em perspectivas africanas, afro-brasileiras e indígenas, como também são as bases dessa nação. Para nós, uma subjetivação afroperspectivista pode fomentar formas pluriversais de existência frente à raça, ao gênero, à sexualidade, à idade, ao território, entre outros fatores singulares, combater modelos eurocêntricos, adultocêntricos, racistas, normativos etc., que permita o cuidado amplo das pessoas negras, principalmente, das crianças negras (SILVA & NOGUERA, 2020). Isso posto, as pessoas que adentram o Sopapo Poético acabam por se deparar com uma série de referenciais artístico-políticos de matriz negro-africana, com potência para fortalecer seu pertencimento. Ou seja, há ali uma série de substâncias que autorizam o sujeito negro a (re)pensar seu modo de existir, o que torna esse território tão especial, em contraste com o restante da sociedade brasileira (FONTOURA, 2019; SILVA, 2018; ROSA, 2021).

Uma subjetivação afroperspectivista pode confrontar lógicas que visam sempre demarcar, aprisionar e normatizar o que e quem é diverso. (NOGUERA, 2014; NOGUERA & ALVES, 2019; KILOMBA, 2019). Trata-se, por fim, de uma possibilidade para valorizar as matrizes africanas e indígenas nas Américas que permitam a elaboração de um projeto de sociedade pluriversal e polifônico. Um projeto que, assim como a Filosofia Afroperspectivista, reconheça que a infância apresenta con-

dições de possibilidade para inventar novos modos de vida, uma ferramenta em potencial para sociedades mais polirracionais com espaços para os mais diferentes modos de existências (NOGUERA & ALVES, 2019).

Na esteira disso, *Mallu*, com 9 anos, reflete sobre pessoas negras, estereótipos e seus efeitos na subjetividade de crianças negras e pessoas negras adultas, de modo geral:

(...) algumas pessoas dizem por que algumas pessoas são negras não podem ter dinheiro, não podem ter comida boa, ter casa boa, não podem ter roupas, não podem ter sapatos e algumas pessoas dizem que as pessoas brancas podem ter dinheiro, podem ter apartamentos, podem ter casas boas, podem ter roupas legais, podem ter sapatos bons, a maioria das pessoas que são racistas falam que as pessoas negras não podem ter isso (*Mallu*, 9 anos).

A respeito dessa questão, repousa um dos principais motivos para a realização dessa pesquisa, a saber, de que modo as crianças, pré-adolescentes e adolescentes negros/as participantes do projeto Sopapinho Poético se encontram com as narrativas racistas e o que fazem nesses encontros. A fala de *Mallu* demonstra uma vívida capacidade de problematizar as narrativas estereotipadas que são lançadas sobre as existências das pessoas negras. Na *live* com Afroativos, Silvia Ramão uma das coordenadoras do Sopapinho e mãe de um menino que participa do projeto, comenta frente aos modos de subjetivação:

(...) se as crianças conseguirem se expressar através da palavra e através da arte, é muito rico, legal e potente. Esses projetos (...) que criam outros processos de produção de subjetividade, pra além dessa lógica que tá colocada (...) que possibilita que a gente construa outros modos de ser e estar no mundo e que nós, negros, podemos exercitar na gente a liberdade, a gente exercitar autonomia, a gente criar na gente empoderamento, e eu falo na gente porque quando a gente possibilita isso se produz nas crianças.

Para Silvia, se a comunidade consegue envolver e construir meios de apreciar as crianças, pré-adolescentes e adolescentes negros em ações constantes de afirmação de pertencimento racial e da ancestralidade negro-africana, elas/es passam a sentir-se pertencente àquela comunidade e consequentemente aprendem ali o que significa ser negro e negra, histórias, sua arte etc. Esses aprendizados ocorrem sem

que seja preciso que um ato de racismo, por exemplo, venha a determinar de fora e de modo sofrido o significado de ser negro ou negra, como aponta Mighian Nunes:

A partir das observações feitas, percebi que para as crianças o discurso racial de pertencimento ou afirmação racial positiva surgia no “fazer parte” das ações coletivas do grupo negro ao qual elas estavam vinculadas. O contato com a temática racial deu-se a partir de ações de formação dentro da escola ou do bloco – contação de histórias com temáticas afro-brasileiras, concursos de valorização da beleza negra, apresentação do bloco afro e do *Malezinho*, cursos livres de dança afro ou capoeira – e não a partir de algum comportamento racista desta ou daquela criança ou adulto/a (NUNES, 2016, p. 335; grifos nossos).

Esta é uma diferença importante das vivências das crianças, pré-adolescentes e adolescentes negros: viver contextos familiares que integram os diálogos cotidianos sobre o significado de ser uma pessoa negra. Essas famílias muitas vezes não tem respostas à princípio, mas estão implicadas em buscar as respostas e apoiar o processo de construção subjetiva das crianças, pré-adolescentes e adolescentes negros pois compreendem que vivenciar essa educação dentro de casa e da comunidade negra traz uma série de benefícios para as crianças desde pequeninhas, apesar do racismo que poderá impactá-las em várias momentos da vida. Talvez o segredo esteja em abrir espaço e estar disponível para debater e acolher todos os dias o que significa ser uma pessoa negra na sociedade brasileira.

5. Considerações finais

O projeto Sopapinho Poético tem construído um espaço de afirmação para a negritude de crianças, pré-adolescentes e adolescentes negros cotidianamente, nos últimos 8 anos. Ali, as narrativas infanto-juvenis negras ocupam, de fato, um lugar especial dentro do sarau, lugar de afirmação do seu direito à vida e que as integra em um projeto mais amplo da comunidade.

O projeto tem constituído, portanto, um cenário potente de subjetivação afroperspectivista para as crianças, pré-adolescentes e adolescentes negros e suas famílias, o que se expressa em suas narrativas, ou seja, na forma como elas contaram das experiências ali vividas. No Sopapinho tem se buscado construir um lugar para todas e todos, de variadas idades, mas não sem enfrentar os desafios de compor uma sociedade marcada pelas diferenças de classe, gênero e idade, por exemplo. Ainda assim, as crianças, pré-adolescentes e adolescentes tem encontrado meios de afirmar seus desejos mais e mais, frente ao que os adultos imaginam que é melhor para elas dentro do contexto do sarau.

O Sopapinho e o Sopapo podem ser compreendidos como espaços de agência dos Movimentos Negros, de cunho educador e emancipatório em solo porto-alegrense que permitem que modos de subjetivação possam ocorrer (GOMES, 2017). Dentro desse contexto, as famílias têm papel preponderante na construção dessa rede de fortalecimento, ao constituir “uma possibilidade comunitária e familiar diversa e única” (FONTOURA, 2019, p. 18). Nesse aspecto, cabe repetir que é preciso que as famílias com crianças, pré-adolescentes e adolescentes negros busquem estratégias de enfrentamento ao racismo e se abram para o debate cotidiano das relações raciais, extrapolando a perspectiva da violência racial, mas buscando apresentar narrativas de afirmação sobre ser negro/a, os valores civilizatórios afro-brasileiros e africanos e práticas de educação das relações étnico-raciais.

As famílias que praticam essas estratégias no cotidiano, geralmente de modo coletivo, encontram modos de estar politicamente atentas à subjetivação vivenciada pelas crianças, pré-adolescentes e adolescentes negros, em um contexto racista. Isso significa que elas poderão, quando o racismo se apresentar, ter uma rede de suporte maior para auxiliar no processo de cuidado e proteção das crianças, pré-adolescentes e adolescentes negros. Como aponta Silvia Ramão, a respeito do projeto:

a gente sabe que essa sociedade racista que cria estereótipos em relação às pessoas negras, cria também em relação às crianças, né? Que por vezes sofrem violências que nem se dão conta, outras vezes sofrem maus-tratos na escola e em outros espaços, né? E ali **as crianças eram apreciadas**, todo mundo as achava lindas, né? Todo mundo curtia os cabelos delas, a maneira delas, então **era um espaço de muito carinho, de muito afeto e de muito cuidado com as nossas crianças**. E por isso que eu digo que é uma oportunidade, é uma oportunidade de encontro, é uma oportunidade de crescimento, uma oportunidade da gente e das crianças construírem a sua identidade para além do olhar preconceituoso que a sociedade tece sobre todos nós, né? (grifos nossos)

Não à toa, o Sopotinho Poético é referido por Nego P., 13 anos, como um lugar para “*estar com gente como a gente*” e por Sofia, 8 anos, lugar de “*poder desabafar*”. Ali tem se constituído um cenário potente de subjetivação afroperspectivista para as crianças, pré-adolescentes e adolescentes negras e suas famílias. Esse contexto permitiu que as crianças que frequentaram o projeto pudessem se perceber aconchegadas, apreciadas e representadas, conforme elas expressam em suas narrativas infanto-juvenis imbuídas de estratégias frente ao racismo.

6. Referências

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ALVES, Miriam Cristiane; JESUS, Jayro Pereira; SCHOLZ, Danielle. Paradigma da afrocentricidade e uma nova concepção de humanidade em saúde coletiva: reflexões sobre a relação entre saúde mental e racismo. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 106, p. 869-80, jul./set. 2015.

AMARO, Tainá Valente; ALVES, Miriam; MOLON, Susana Inês. Trajetórias e (re)existências de mulheres pretas psicólogas. *In*: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. **Núcleo de Relações Raciais [livro digital]**: percursos, histórias e movimentos. Porto Alegre, RS: CRP-RS, 2019.

ANTONIO, Carlindo Fausto. África e Diáspora: as vias de aproximação. **Rev. de Humanidades e Letras**, v. 2, n. 1, 2015. Disponível em: <https://www.capeirahumanidadeseletras.com.br/ojs2.4.5/index.php/capeira/article/view/46>. Acesso em: 2 fev. 2021.

ARENHART, Deise. **Culturas infantis e desigualdades sociais**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2016.

ARENHART, Deise. **Infância, educação e MST: quando as crianças ocupam a cena**. Chapecó: Argos, 2007.

BRASIL. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF: [s.n.], 1990.

CFP (Conselho Federal de Psicologia). **Relações raciais: referências técnicas para a atuação de psicólogas/os**. Brasília, DF: CFP, 2017. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/publicacao/relacoes- raciais-referencias-tecnicas-para-pratica-dao-psicologao/>. Acesso em: 8 fev. 2021.

CRP-RS (Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul). **Núcleo de Relações Raciais [livro digital]**: percursos, histórias e movimentos. Porto Alegre, RS: CRP-RS, 2019. Disponível em: https://www.crprs.org.br/conteudo/publicacoes/ebook_NRR_final.pdf. Acesso em: 2 fev. 2021.

FONTOURA, Pamela Amaro. **Sarar – sopapar – aquilombar: o sarau como experiência educativa da comunidade negra de Porto Alegre**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2019. 104 f. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/202031>. Acesso em: 31 jan. 2021.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

HOOKS, Bell. **Olhares negros: raça e representação**. Trad.: Stephanie Borges. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios do racismo cotidiano**. Trad.: Jess Oliveira. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

NOBLES, Wade W. Sakhu Sheti: retomando e reapropriando um foco psicológico afrocentrado. *In*: NASCIMENTO, Elisa L. (org.). **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. São Paulo: Selo Negro, 2009.

NOGUEIRA, Renato. Entre a linha e a roda: infância e educação das relações étnico-raciais. **Rev. do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes (UNIGRANRIO)**, v. 1, n. 15 p. 398-419, 2017. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:5dqXOlptIUwJ:publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/magistro/article/download/4532/2447+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 6 dez. 2019.

NOGUEIRA, Simone Gibran. **Libertação, descolonização e africanização da psicologia: breve introdução à psicologia africana**. São Carlos: EDUFSCar, 2020.

NOGUEIRA, Simone Gibran. **Psicologia crítica africana e descolonização da vida na prática da capoeira Angola**. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2013.

NOGUERA, Renato; BARRETO, Marcos. Infância, ubuntu e teko porã: elementos gerais para educação e ética afroperspectivistas. **Rev. childhood & philosophy**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 31, p. 625-44, set./dez. 2018.

NOGUERA, Renato. Sambando para não sambar: afroperspectivas filosóficas sobre a musicidade do samba e a origem da filosofia. *In*: SILVA, Wallace (org.). **Sambo, logo penso: afroperspectivas para pensar o samba**. Rio de Janeiro: Héxis/Biblioteca Nacional, 2015.

NOGUERA, Renato. Infância em afroperspectivista: articulações entre Sankofa, ndaw e terrisistir. **Rev. Sul-americana de Filosofia e Educação (RESAFE)**, n. 31, p. 53-70, maio/out. 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/resafe/article/view/28256>. Acesso em: 27 nov. 2019.

NOGUERA, Renato. Infância em afroperspectivista: articulações entre Sankofa, ndaw e terrisxistir. **Rev. Sul-americana de Filosofia e Educação (RESAFE)**, n. 31, p. 53-70, maio/out. 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/resafe/article/view/28256>. Acesso em: 27 nov. 2019.

NOGUERA, Renato. Luto por Miguel Otávio, pelo direito à infância. **Blog Gaby Havyaras**, 6 jun. 2020. Disponível em: <https://www.gabyhaviaras.com/blog-pon-to-posts/https/wwwgabyhaviarascom--blog-page-url--2018/2/23--new-post-titleluto-por-miguel-otvio>. Acesso em: 31 out. 2020.

NOGUERA, Renato. Necroinfância: por que as crianças negras são assassinadas? **Portal Lunetas**, 9 dez. 2020. Disponível em: <https://lunetas.com.br/necroinfancia-criancas-negras-assassinadas/>. Acesso em: 15 jan. 2021.

NOGUERA, Renato. **O ensino da filosofia e a Lei n. 10.639**. 1. ed. Rio de Janeiro; Pallas: Biblioteca Nacional, 2014.

NOGUERA, Renato. O poder da infância: espiritualidade e política em afroperspectiva. **Rev. Momento: diálogos em educação**, v. 28, n. 1, p. 127-42, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/8806/5769>. Acesso em: 25 nov. 2019.

NOGUERA, Renato; ALVES, Luciana Pires. Infâncias diante do racismo: teses para um bom combate. **Rev. Educação e Realidade**, Porto Alegre, RS, v. 44, n. 2, e.88632, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S2175-62362019000200409&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 9 ago. 2019.

NOGUERA, Renato; DUARTE, Valter; RIBEIRO, Marcelo dos Santos. Afroperspectividade no ensino de filosofia: possibilidades da Lei n. 10639/2003 diante do desinteresse e do racismo epistêmico. **Rev. O que nos faz pensar**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 45, p. 434-51, jul./dez. 2019. Disponível em: <http://oquenofazpensar.fil.puc-rio.br/index.php/oqnp/article/view/693/620>. Acesso em: 2 fev. 2021.

NOGUERA, Renato. Denegrindo a filosofia: o pensamento como coreografia de conceitos afroperspectivistas. **Griot – Revista de Filosofia**, Amargosa, BA, v. 4, n. 2, dez. 2011. Disponível em: <http://www3.ufrb.edu.br/seer/index.php/griot/article/download/500/222/>. Acesso em: 23 abr. 2021.

NUNES, Míghian Danae Ferreira. Cadê as crianças negras que estão aqui?: o racismo (não) comeu. **Rev. Latitude**, v. 10, n. 2, p. 383-423, 2016. Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/latitude/article/view/2616>. Acesso em: 6 dez. 2019.

NUNES, Míghian Danae Ferreira. **Mandingas da infância**: as culturas das crianças pequenas na escola municipal Malê Debalê, em Salvador (BA). Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2017. 431 p.

ROSA, Dandara da Silva; NASCIMENTO, Nathália de Souza; MORAES, Viviane Mendes. A psicologia africana como ferramenta de mudança social da população negra-africana. *In*: CONGRESSO DA ALFEPESI, 7., 2018, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2018. Trabalhos completos.

ROSA, Pedro Fernando Acosta. **Sopapo poético e etnomusicologia negra**: agência, performance, musicalidade e protagonismo negro em Porto Alegre. Tese (Doutorado em Música) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2020. 346 f. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/213597>. Acesso em: 2 fev. 2021.

SANTIAGO, Flávio. “O meu cabelo é assim... igualzinho o da bruxa, todo armado”: hierarquização e racialização das crianças pequenininhas negras na educação infantil. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas (FE/UNICAMP), Campinas, SP, 2014. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/debates-doner/article/viewFile/95691/53789>. Acesso em: 2 fev. 2021.

SILVA, Liziane Guedes da. Quando a pesquisadora ganha colo: afroperspectiva em pesquisas com crianças negras. **Jornal da UFRGS**, Porto Alegre, RS, ed. extra 14, 25 jun. 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/jornal/quando-a-pesquisadora-ganha-colo-afroperspectiva-em-pesquisas-com-criancas-negras/>. Acesso em: 8 ago. 2020.

SILVA, Liziane Guedes. Vozes negras femininas: ecoam poéticas e aquilombamentos Subjetivos. *In*: STONA, José (org.). **Relações de gênero e escutas clínicas**. 1. ed. Salvador, BA: Editora Devires, 2021.

SILVA, Liziane Guedes; NOGUERA, Renato. Repensando as infâncias das crianças negras: notas afroperspectivistas e introdutórias a partir do Sopapinho Poético. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura (REBEH)**, v. 3, n. 9, 2020. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/10442>. Acesso em: 5 set. 2020.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Crianças negras entre a assimilação e a negritude. **Rev. Eletrônica de Educação**, v. 9, n. 2, p. 161-87, 2015. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/1137>. Acesso em: 2 fev. 2021.

SOPAPINHO POÉTICO. Blog do Sopapinho Poético, 2019. Disponível em: <https://sopapinho.webnode.com/>. Acesso em: 31 jan. 2021.



Capítulo 4

Categoria: Experiências individuais

Eixo orientador: Raças e identidade étnico-racial

Tess Rafaella Lobato de Oliveira. CRP: 10/3894. Psicóloga com experiência em atendimento clínico com adolescentes, adultos e idosos. Especialista em Gerontologia e Saúde Mental – Faculdade Integrada Brasil Amazônia - FIBRA (2018). Especialista em Avaliação Psicológica – Instituto de Pós-graduação e Graduação - IPOG (2020). Especializanda em Psicologia Jurídica – Instituto de Pós-graduação e Graduação - IPOG (2021). Pesquisadora em assuntos relacionados a Raça, Pan-Africanismo, Religiões de Matriz Africana, Quilombismo e Saúde Mental.

Afrocentricidade silenciada e os impactos resultantes à saúde mental da população negra na contemporaneidade

Resumo

O processo colonizador reverbera intensamente no contexto da saúde mental de sujeitos negros no que tange ao contexto social e suas interfaces e barreiras quanto à integração e agência desse público em específico, que representa, somente no Brasil, mais de 50% da população, de acordo com dados emitidos pelo IBGE (2021). Enfatizando a condição de escuta em Psicologia, percebe-se que há impactos consideráveis no tocante ao setting terapêutico e que devem ser observados quanto à ausência de um olhar sobre a realidade vivenciada pela população preta/parda, culminando em atendimentos que resultam em um cenário desconstruído da perspectiva afrocentrada. O presente estudo enfatiza, portanto, o epistemicídio, que silencia a contextualização histórica sobre o continente africano e a população preta e parda em diáspora e problematiza em que sentido esse fenômeno contribui para a segregação enfrentada por esse segmento étnico-social. Sugerem-se ainda estratégias possíveis de reparação terapêutica como resultado direto de uma escuta africana.

Palavras-chave: Psicologia Africana. Afrocentricidade. Saúde Mental. Epistemicídio. População Preta.

No meio de branco ela é Negra, No meio de Negra, Rainha. No Codó, Tereza Léguas. E no salão é Terezinha.

Contextualizar a Psicologia Africana e problematizar o seu potencial no Brasil remete a um desafio, seja por meio da compreensão da visão de mundo africana seja por interpretar a dinâmica de sua complexidade em termos de prática e epistemologia. Neste ponto, confere-se a urgência em destacar a presença de fundamentos primordiais para o entendimento da história da humanidade, na qualidade de localização cultural, política e filosófica, ante ao epistemicídio resultante do processo de colonização no Brasil, ao que será desenvolvido no decorrer desta pesquisa.

O excerto destacado na introdução deste estudo remete-nos a uma canção entoada pela religião de matriz africana, cuja referência condiz à uma figura muito aclamada em terreiros de umbanda, vertente ligada à denominação de Tambor de Mina, comumente difundido ao norte do Brasil, mais precisamente em devoção à entidade denominada Dona Tereza Léguas.

Para Ferretti (2000), os cultos relacionados ao *terecô*, ou *tambor da mata*, referem-se aos encantados, sendo estes não compreendidos como deidades; porém, mesmo na condição de representarem entidades, estes têm comportamentos próximos aos humanos, haja vista que não passaram pela experiência da morte. Estes trazem referências de pertença familiar, cuja apresentação em culto se faz mediante a própria explanação durante o fenômeno de incorporação pelos devotos que frequentam essa manifestação religiosa.

Deste modo, é possível refletir sobre a ideia de humanidade a qual a cultura que refere a África no centro de discussões e questionamentos abarca como sentido de agregar as características de um povo e suas referências histórico-sociais, exponenciando por meio da ilustração nos cânticos e práticas religiosas oriundas de uma ancestralidade própria, a (re)existência que confere luta e fortalecimento à continuidade do povo africano, neste caso, sequestrado em contexto colonizador.

Conforme elucidada Nogueira (2020), é de suma importância destacar os estudos africanos e pontuar as dimensões do conhecimento nas quais estão conjugados os conceitos que alcançam evoluções quanto às ciências milenares as quais o acesso acontece em sua maioria por meio de uma premissa errônea que alude ao berço do pensamento ocidental reverenciado pelo olhar colonizador eurocentrado, desqualificando a ancestralidade que abrange o entrelaçamento de evidências linguísticas, arqueológicas, históricas, matemáticas, filosóficas e demais comprovações teóricas realizadas por Diop (1981 *apud* NOGUEIRA, 2020).

Empiricamente é possível ilustrar a dificuldade a qual a Psicologia encontra obstáculos em promover saúde à população preta quando se configura o pensamento colonizador no formato amplamente trivial, no pensar e desenvolver a escuta distanciada de uma perspectiva afrocentrada.

Nogueira (2020), em sua obra, adotou a perspectiva africana referenciando o processo ancestral da capoeira de angola à prática em que denominou como “incorporar” as diretrizes que fogem ao previamente reconhecido parâmetro teórico-metodológico já encontrado na Psicologia desenvolvida no Brasil. Esta, portanto, pontua o movimento que possibilita ao corpo absorver os significados teóricos a respeito das proposições da Psicologia Africana à experiência transmitida intergeracionalmente, oportunizando assim meios para a indispensável libertação e descolonização, corroborando ainda para que se efetive dessa forma o sentido de africanização, havendo nessa prática a ligação entre o continente e a diáspora.

Diop (2014) descortina o mito originário da humanidade em sua procedência, quando esta é divulgada no ocidente pelo olhar eurocêntrico. Em suas investigações, o antropólogo destaca a luta em favor de uma re colocação do Egito como o berço central da civilização, sendo, portanto, um conceito fundamentado em suas investigações documentais e pesquisas em dados fósseis. Sua formação como historiador, físico e político corroborou a ideia de que os povos existentes no ocidente têm sua pertença por meio da gênese africana, em torno do vale do Rio Nilo.

O autor elabora ainda a compreensão do desenvolvimento humano na subdivisão em dois tempos pré-históricos, os quais nomeia como berço do Sul e berço do Norte, respectivamente, derivando em seu arcabouço epistêmico, matriarcado e patriarcado, o que a posteriori será desenvolvido em estudos relacionados à matrilinearidade e patrilinearidade.

Prosseguindo o entendimento de epistemologia, grifa-se esta, teoricamente, como “o nome dado ao estudo do conhecimento e suas formas” (CHÉROLET, 2020). De acordo com a autora, a síntese dessa palavra sugere “como o conhecimento é adquirido pelas pessoas a partir dos princípios da crença, verdade e justificativa” (*id.*, 2019), sendo ainda uma teoria compreendida como a “teoria do conhecimento” e originária etimologicamente do grego e que se subdivide em Episteme (Conhecimento) e Logia (Estudo) (*id.*, 2019). Por essa concepção, proveniente de uma oposição crítica entre empirismo e racionalismo, apoiou-se em teoria de filósofos gregos como Platão, Sócrates e Aristóteles (*id.*, 2019).

Em percurso axiológico extensivo ao tema proposto neste estudo, enfatizaremos que, historicamente, o sujeito negro no Brasil, para que estivesse em condições

de equanimidade à população branca, necessitou agir de maneira a desvencilhar-se de uma conceituação tradicional que o definia em perspectiva econômica, política e socialmente em nível de subalternidade, portanto parte de uma estruturação firmada em constructos convenientes ao então colonizador branco. Então, é forçoso ao sujeito sequestrado de seu continente e cultura originais assemelhar-se a este outro como direcionador de identidade e com expectativas por conta desse valor a uma possível ascensão social (SANTOS, 1983).

Enfatizaremos no desenvolvimento deste trabalho a compreensão dos desdobramentos negativos trazidos pelo epistemicídio à saúde mental da população negra e quais as possibilidades de reparação a esse caminho estruturalmente perverso na construção social do Brasil.

1. Método

Esta pesquisa surgiu com o objetivo de desmitificar a ideia colonizadora de origem dos povos na civilização e, em especial, na sociedade brasileira, cujo apagamento de seus valores e constructos primordiais referem os impactos gerados pelo epistemicídio e suas consequências na desvalorização em crenças e costumes no Brasil, culminando em prejuízos à saúde mental da população preta em nosso país.

Procurou-se discutir acerca dessa temática por meio de pesquisa bibliográfica e qualitativa no que se refere à análise de fatores ligados à correspondência de sua importância à Psicologia, em especial às contribuições da Psicologia africana e à discussão dos meandros significativos da afrocentricidade nesse contexto.

Em relação aos dados quantitativos, buscaram-se fontes como o censo demográfico por meio do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), cuja finalidade demarca a precisão em números sobre a importância em conhecer a realidade vivida pela população autodenominada Preta/Parda, para que a partir desse resultado sejam viabilizadas políticas afirmativas que venham a legitimar os direitos e melhorias na qualidade de vida desse grupo étnico-social, bem como problematizar situações de iniquidades sofridas que venham a estigmatizar e obstaculizar a dignidade e cidadania dessas pessoas.

2. Resultado

Por meio da coleta de dados qualitativos e quantitativos, observou-se a necessidade de efetivação de políticas afirmativas em reparação aos impactos gerados pelo epistemicídio da cultura africana, fato este que gera impacto direto na qualidade de

vida da população preta e parda no Brasil, de modo a enfatizar os prejuízos à saúde mental desse grupo étnico-social.

3. Reverberações sobre o mito negro e importância do papel de agência na perspectiva afrocentrada

De acordo com o pensamento de Santos (1983), a autora se refere ao *mito negro* ilustrando-o a partir do conceito de mito, cujo termo não traduz um meio qualquer de fala, porém que objetiva “escamotear o real produzir o ilusório e negar a história, transformá-la em natureza” (*id.*, p. 25). Ainda sobre esse raciocínio, a psicanalista expõe que esse tema (mito) trata-se de um “instrumento formal de ideologia” em que, sendo considerado socialmente, gera efeito e resultado de “convergências e determinações econômicas, políticas, ideológicas e psíquicas. (*id.*, p. 25).

Mais adiante, a autora identifica o mito negro configurado em algumas variáveis que vem a produzir o que se compreende como singularidade do “problema negro” (*id.*, p. 25), em que está definido em uma tridimensionalidade estruturalmente organizada, em que se subdivide em elementos que integram a sua composição. A posteriori, enfatiza-se o poder em estabelecer um espaço no qual estão assentadas expectativas e exigências em que, ao ser ocupado pelo sujeito negro nesse contexto, este toma a forma de objeto da história. Em seguida, destaca-se o desafio vivido por esse grupo étnico-social em que este conceito de mito afirma-se como um obstáculo, quando o sujeito negro/pardo decide impor-se ao destino já introjetado na formação social, como “matriz constitutiva do superego de pais e filhos” (BARTHES, 1978, *apud* SANTOS, 1983).

Desta forma, compreende-se a necessidade em dialogar com as forças que vêm agregar sentido em todo um percurso sócio-histórico o qual cultive um sentido de agência, conforme afirma Asante (2014, p. 4) “agência significa que toda a ação tem de ser fundamentada em experiências africanas”. Conceituando mais adiante, o autor afirma que “como tal a afrocentricidade oferece tanto ao teórico como ao praticante canais de análises nítidos e precisos(...)” (*id.*, p. 4).

Compreende-se ainda que, no mesmo instante em que se torne intrínseca a nossa realidade, este conceito não pode ser entendido como um único horizonte, pois trata-se de uma perspectiva circular. Neste caso, há uma oposição importante quanto ao que se apresenta ao racionalismo e empirismo eurocêntricos. Portanto, segue-se a ideia de que a Afrocentricidade é determinada como uma teoria de caráter

normativo, ao suscitar a centralidade. Sendo assim, está localizada em uma abordagem de interesse e cultura africanos.

Entende-se a pertinência do entendimento de Ancestralidade na diáspora profundamente arraigado à ideia de priorizar a África como centro. Não apenas geograficamente, pois a compreensão espacial se refere a dados significativos quanto ao cotidiano e (re)existência de todo um povo que ali habita.

Porém, compreende-se amplamente a dimensão gigantesca que faz referência aos símbolos que mantêm viva a história, cultura e o sentido de povo, em diáspora, como ocorreu no sequestro em momento de escravização que a população preta sofreu por meio do processo de colonização e que culminou no culto a sua religiosidade e práticas de luta pela sobrevivência em conjunto, como ocorreu por meio dos quilombos, no Brasil.

Asante (2014, p. 14) observa que “A Afroncentricidade é a convicção de que o povo africano estará no centro da história pós moderna”. Enfatiza dessa forma a potência existente em “nossa história, nossa mitologia, nossas ideias criativas e nosso ethos como expressão de nossa determinação coletiva” (*id.*, p. 14).

Por meio da história transmitida de maneira real, pela oralidade e representatividade de sujeitos advindos desse berço cultural, “construímo-nos sobre o trabalho de nossos ancestrais que nos deixaram os símbolos da nossa função humanizadora [...]” (*id.*, p. 14).

O autor ressalta que, ao pensarmos em Kemet como nação negra, obteríamos dessa forma um celeiro de possibilidades. O filósofo acrescenta uma provocação em que reflete sobre a possibilidade de o povo africano situado no continente africano, ou em circunstância de diáspora, contemplar uma perspectiva kemética do mundo? A afirmação em que o próprio autor supostamente responde a essa inquietação seria o quão potente e revolucionário se apresentaria nos setores da arte, política, cultura, ciência, filosofia, arquitetura, apenas citando algumas áreas e possibilidades de crescimento sob a compreensão afrocêntrica. A contribuição para um renascimento africano nesse aspecto torna-se um caminho de fortalecimento para além da percepção aos olhos embranquecidos, mas, principalmente, se constitui em fortalecimento à tão árida estima interna da população preta, em destaque ao contexto afro-diaspórico, pós-sequestro.

Nesse entendimento, confere pontuar sobre a necessidade e inquestionável importância da Psicologia Afrocentrada, a qual Asante (2014) afirma que a “psicologia do africano” está análoga à sua história e experiência de vida. Destituído dessa compreensão, o sujeito africano age de forma autodestrutiva; pois, de acordo com o

autor, ao ignorar a sua afrocentricidade, são automáticas suas reações de auto-ódio, atacando suas tradições, símbolos e entes ancestrais, desprezando características que lhes indicam a nobreza potente em sua construção humana. É nesse momento em que se observa a desesperança quanto às possibilidades de superação e confiança em sua capacidade de prosseguir e buscar caminhos de mudança e novas alternativas às dificuldades impostas pelas ideias coloniais que ainda perduram.

4. O epistemicídio como dinamismo para o adoecimento da população preta

nobles (2009 *apud* NOGUEIRA, 2020) conceitua o impacto no processo de colonização árabe e europeia no desenvolvimento psicossocial africano no continente e diáspora com a metáfora do *descarrilamento*, ou seja, prosseguimos, porém ocorre nesse caso o processo de descentramento e desafricanização, sendo esta a problemática mais consistente no que se refere à população preta em diáspora.

Comparativamente, observa-se que o processo de apagamento também está presente no Brasil a partir do tripé ideológico racista atuante por meio do processo de embranquecimento, ao haver o incentivo a miscigenação populacional no período posterior à abolição da escravatura em 1888.

Com o estímulo à imigração europeia, houve a propagação ideológica nacional de que havia no país uma democracia racial (RIBEIRO, 2000; FREYRE, 1987 *apud* NOGUEIRA, 2020).

Torna-se aparente a assimilação do preconceito de cor, em que a iniciativa de embranquecer a população expõe o fato de que quanto mais escura a cor da pele menor aceitação desse sujeito em sociedade. Sendo mais clara, o efeito é reverso. Ainda de acordo com Nogueira (2020, p. 36): “Esta relativa aceitação só acontece se a pessoa negra rejeita a sua origem africana e adota a maneira branca eurocêntrica de ser e estar no mundo”.

A autora revela que “descendentes de africanos têm a sua humanidade negada duplamente: tanto por sua origem histórica e cultural quanto pela marca que carregam no corpo: a pele negra” (*id.*, p. 36). No momento em que existe a introjeção de uma imposição ideológica por uma perspectiva embranquecida, confere-se então a dupla negação, estas são psicossocial e biológica, em que há uma tendência ao desejo em se aproximar de maneira mais intensa ao conceito de brancura e ao de afastamento de própria origem epistêmica.

Nogueira (2020) alude tanto ao termo de terrorismo psicológico quanto ao trauma da pessoa negra de não conseguir reconhecer-se nesta autoconcepção, nesta situação decorrente de longo período há necessidade de haver um diagnóstico e apoio clínico. Portanto, faz-se compreensível que nesse momento ocorram suscetibilidades ao desencadeamento de patologias referentes a essa circunstância de violência emocional, como também acompanhada de violência física ao que se refere ao racismo, como atitude que obstaculiza o livre arbítrio e autonomia da população preta.

Para Schucman (2012), as relações étnico-raciais dinamizam em jogos que reproduzem políticas de identidade, destaca-se nessa composição a fundamentação na ideologia da supremacia branca.

Quijano (2005) argumenta sobre as desigualdades existentes nas relações, contextualizando um caráter desumano entre colonizador e colonizado que estão contempladas na ideia de capitalismo global, o que compreende toda a sociedade ocidental colonial-moderna.

Adiante, Lander e Quijano (2005) e Dussel (1997, *apud* NOGUEIRA, 2020) afirmam que, mesmo com a finalização do período colonial, a racionalidade encontra-se presentificada nas relações sociais, bem como nas estruturas de poder e divisão social do trabalho, culminando ainda na produção e na compreensão de identidades. Enfatiza-se esta racionalidade como a *colonialidade*.

Capta-se que os processos oriundos da colonialidade estão baseados na ideologia da supremacia racial branca e, tal como no racismo, também têm sido utilizados para “moldar mentes” ou colonizá-las (LANDER et QUIJANO (2005) et DUSSEL (1997) *apud* NOGUEIRA, 2020 p. 30).

No que converge a situação de apagamento de suas obras e importância sofrida pela psicanalista Virgínia Bicudo, destacam-se os relatos de Amorim e Moreira (2018 *apud* VIDAL; SCHECHTER, 2020), ao referirem que – analogamente aos escritos de Carolina de Jesus, em sua obra “o Quarto de Despejo” (1960) – esse cômodo seria um lugar “em que se acumulam os indesejados, os que atrapalham a narrativa oficial, os que colocam em xeque o cânone (seja histórico, seja teórico)” (AMORIM; MOREIRA, 2018, p. 23 *apud* VIDAL; SCHECHTER, 2020). Posteriormente, Vidal e Schechter (2020) respondem a essa provocação afirmando a colocação de Sueli Carneiro (2005) em que tais circunstâncias que envolvem epistemicídios “são estratégias de negação, de dúvida, de não-acolhimento, que reiteram a ideia do não-pertencimento, ‘do fora de lugar’ que representa a presença negra na vida universitária” (CARNEIRO, p. 119; IBID, 2020, p. 100).

Fanon (2008, p. 91), ao afirmar que “a inferiorização é o correlato nativo da superiorização européia” e que “precisamos ter a coragem de dizer: é o racista que cria o inferiorizado”, sintetiza a totalidade da circunstância patológica que envolve o movimento de colonização ante ao contexto afrocêntrico.

5. A Psicologia afrocentrada e a escuta decolonizada

para Akbar (2020), Nascimento (2009), Bento e Carone (2002 *apud* NOGUEIRA, 2020), o sentido de dominação eurocêntrico reproduz a opressão de maneira pungente no que diz respeito às ciências sociais, em especial, à Psicologia. Ao relacionar a população afrodescendente e fatores ligados ao racismo, eles destacam uma extensa culpabilidade ao colonialismo científico, ampliando também sobre a Antropologia tal prejuízo. Transformada em ferramenta de poder coercitivo em relação ao sujeito afrodescendente, é visível o processo depreciativo por meio de padronizações e normas que concebem aportes teórico-metodológicos que desconsideram a realidade da população em diáspora, pois há um ensurdecimento quanto às queixas e sofrimentos que constituem as demandas a serem trabalhadas no contexto psicoterapêutico, enfatizado quando o profissional em Psicologia é uma pessoa não negra.

A compreensão interna de um grupo de pessoas ou em circunstância individual de autopercepção como pessoa preta/parda em situação de sofrimento necessita de acolhimento diferenciado, cujos sentidos estejam libertos de sofismas e pré-julgamentos por parte de quem esteja na condição de profissional em escuta.

É necessário que haja zelo quanto à postura do profissional em Psicologia que está em condição de realizar a escuta em contato com pessoa preta, pois sugere conduta que alarga a possível ideia de inadequação pontual. Caso contrário, acarreta-se maior comprometimento emocional no percurso de atendimentos, intensificando a sensação de não pertencimento social, portanto desdobram-se vários conflitos que tendem a se avolumar sem prognóstico de evolução ao passo da autonomia, inviabilizando a premissa de promoção à saúde, esta enfatizada como um dos princípios fundamentais inseridos no Código de Ética do Psicólogo (2005, II): “O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

Compreende-se que o contexto de luta antirracista e luta pelos direitos civis ocorreu mais intensamente nos EUA, a partir da década de 1960. Nesta época, psicólogos afro-americanos, como Na'im Akbar, apresentaram como proposições básicas

os componentes desconstrutivos. Estes enfatizam a crítica às dimensões do que se pensava sobre o paradigma ocidental para as ciências sociais e pesquisa científica, assim como o componente reconstrutivo como uma abordagem que visou identificar as contribuições africanas para o contexto de cientificidade (NOGUEIRA, 2020).

Conforme afirmam Silva e Silva (2006, IBID 2020, p. 50), torna-se relevante destacar as origens da compreensão histórica e experiências afrocêntricas, as quais precisam ser resgatadas no Egito, assim como nas demais culturas oriundas do continente africano.

O epistemicídio é a “supressão de conhecimentos locais perpetrada por um conhecimento alienígena”(id., p. 25). Ele é resultado da homogeneização do que se experienciou pelo conceito eurocêntrico, que oblitera as diferenças culturais (sejam estas relacionadas à diáspora africana ou mesmo no que se refere a invasão ao território habitado em sua gênese pela população indígena, no Brasil). Esse epistemicídio nega a expressão de uma concepção sócio-histórica e promove o apagamento de referências que são inseparáveis do sentimento de pertença ao povo ancestral (SANTOS; MENESES, 2010 *apud* IBID, 2020, p. 25).

Para Martín-Baró (2009), existem cinco pressupostos epistemológicos a serem amplamente discutidos e analisados sobre a colonialidade na Psicologia, em suma, à Psicologia da Libertação para a América Latina, os quais são denominados de: positivismo, individualismo, hedonismo, visão homeostática e a-historicismo. Contrariamente, na ausência de tais premissas, o autor afirma que há espaço a ser ocupado pela marginalidade científica, contribuindo para isto a inoperância e maior dependência colonial.

O Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO) definiu que o fim do período colonialista não foi sinônimo de encerramento à colonialidade, pois ainda é perceptível, como interiorizado por cada pessoa, bem como nas relações e estruturas sociais, o que se estendeu à produção de conhecimento (NOGUEIRA, 2020).

Semelhante posicionamento é observado por psicólogas negras no Brasil, como Bento (2015, NOGUEIRA 2020, p. 40), ao analisar o papel da branquitude nas instituições sociais brasileiras. Porto-Gonçalves (2005 *apud* NOGUEIRA, 2020, p. 40) corrobora afirmando que a descolonização do pensamento e da lógica eurocentrista é uma tarefa a ser realizada pelas ciências sociais e pela Psicologia, buscando *sentido de produção de outros marcos e marcas*, elaborando posteriormente possibilidades de reparação interna e externa como alternativas de resistência afetivo-social (individual e coletivamente).

6. Possibilidades de reparação e estratégias de resistência

Compreende-se que um longo processo de dominação e apagamento cultural sugere arestas significativas a serem reparadas, priorizando contemporaneamente a saúde mental de todo um povo, seja este inserido geograficamente ou em diáspora, em destaque, no Brasil.

A recuperação da memória histórica é imprescindível como um ponto de restauração no que concerne à saúde mental e, posteriormente, de todo um grupo étnico-social. Representatividade e possibilidades de realização exemplificam esse percurso, que afasta o modelo colonizador e impulsiona o encontro com o próprio pertencimento.

Para Mantín-Baró (2009), existem algumas tarefas criativas que suscitam o que ele nomeia como “desideologização do senso comum”, conferindo uma experiência que remete a potência do significado trazido pelas virtudes populares. Entre essas alternativas, o retorno à própria identidade, conforme suscitado, permite que o orgulho de suas crenças e memórias imprimam a sustentação de todo um contexto ancestral. Esse entendimento facilita respostas ante ao descompasso gerado por não se encontrar em padrões desconhecidos, porém externamente impostos.

Conhecer ou reconhecer práxis transformadoras que dialoguem autenticamente com a realidade trazem oportunidades de fluidez nesse caminhar, pois respondem diretamente ao próprio contexto sócio-histórico, como a tradição de Capoeira de Angola, que traz em seu alicerce o sentido de resistência envolvendo demais grupos sociais (NOGUEIRA, 2020).

Destaca-se a abordagem das revisitações históricas por meio das cantigas de roda, as quais, acompanhadas dos movimentos respectivos a essa expressão cultural e seus símbolos (instrumentos, dialetos, oralidade, vestimentas), permeiam a discussão do processo de enfrentamento da população sequestrada do continente africano, permitindo o sentimento de grupo/aquilombamento.

No sentido do termo “quilombismo”, mencionaremos a “libertação quilombista”, trazida por Abdias do Nascimento, a qual representa a resistência histórica e epistemológica, haja vista a abordagem contrária à imposição europeia aos africanos que foram escravizados no período colonial (NOGUEIRA, 2020).

Atualmente, observam-se movimentos que aludem a maior sentimento de fortalecimento em grupo, trazidos por manifestações artísticas, como o hip hop, por exemplo. As possibilidades de elaboração de conflitos internos acontecem por meio dos versos e, nesse sentido, da fala, provocando o acolhimento pelo reconhecimento dos desafios experienciados em conjunto.

Acompanhando esse formato de manifestação de sentidos para elaboração sócio-histórica, surge o movimento conhecido como Slammer (denominação a quem participa) ou ainda “poetry slams”, traduzido em língua portuguesa como “batalha de poesias”. Esse fenômeno surgiu nos EUA, década de 1980 e apenas se utiliza da voz, sem acompanhamento musical, cuja finalidade está em externar a emoção (ZUAZO, 2019).

Conforme evolução social e geracional, observam-se variações quanto às alternativas de reconhecimento e pertença, desdobrando-se em pluralidades de escuta, pertinentes aos diversos fatos sobre a noção de unidade, a qual contempla a ontologia africana. Neste aspecto antropocêntrico, a unidade que agrega todos os seres humanos em comunidade e natureza está integrada a ponto de tornar-se indestrutível (NOGUEIRA, 2020).

Associações e coletivos também conferem importante aspecto de reparação ao promover a segurança por meio de medidas e práticas afirmativas e oportunidades de fala e denúncia, o que persevera à medida que informa e acolhe às demandas relacionadas à situações de violência e inacessibilidade a autonomia e dignidade ante a crimes como racismo e demais problemáticas que advenham em curso.

Neste contexto, faz-se relevante o espaço de fala para que se desenvolvam e sejam legitimadas as solicitações de efetivação de ações afirmativas pertinentes às demandas que emergem em comunidade.

Sugere-se cada vez mais discussões sobre a temática desenvolvida neste trabalho, a fim de promover saúde à coletividade preta, por meio de transmissão de conhecimento e continuidade, pois informação é resistência e expressão humana contra quaisquer tentativas de epistemicídio.

7. Referências

AKBAR, Na'im. Papers in African psychology. Tallahassee: Mind Productions & Associates, 2004. *In*: NOGUEIRA, Simone Gibran. **Libertação, descolonização e africanização da psicologia**. 2. impr. São Carlos: Edufscar, 2020. Coleção África e Diáspora.

AMORIM, Patrícia Mafra; MOREIRA, Luiz Eduardo de Vasconcelos. “Quarto de despejo” como imagem da história da psicanálise: o caso Virgínia Bicudo. *In*: BELO, Fábio (org.). **Psicanálise e racismo: interpretações a partir de Quarto de Despejo**. Belo Horizonte, MG: Relicário Edições, 2018. p. 21-32

ASANTE, Molefi Kete. **Afrocentricidade: a teoria de mudança social**. Trad.: Ana Monteiro-Ferreira. Philadelphia: Afrocentricity International, 2014.

BARTHES, R. **Mitologias**. Rio de Janeiro: Difusão Editorial, 1978.

BENTO, M. A. S.; CARONE, I. (org.). Psicologia Social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002. *In*: NOGUEIRA, Simone Gibran. **Libertação, descolonização e africanização da psicologia**. 2. impr. São Carlos: Edufscar, 2020. Coleção África e Diáspora.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. 339 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CHÉROLET, Brenda. **Epistemologia: estudo da crença, verdade e justificativa na formação do conhecimento**. Educa Mais Brasil, 21 jul. 2020. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/lingua-portuguesa/epistemologia>. Acesso em: 18 out. 2021.

CFP. **CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO PSICÓLOGO**. Agosto, 2005.

DIOP, C. A. Civilization or barbarism: an authentic anthropology. Trad.: L. H. Books. Nova York: Lawrence Hill Books, 1991. *In*: NOGUEIRA, Simone Gibran. **Libertação, descolonização e africanização da psicologia**. 2. impr. São Carlos: Edufscar, 2020. Coleção África e Diáspora.

DIOP, C. A. **Unidade Cultural da África Negra: esferas do patriarcado e matriarcado na antiguidade clássica**. Pedago., Portugal, out. 2014.

DUSSEL, E. Oito ensaios sobre a cultura latino-americana e libertação. São Paulo: Paulinas, 1997. *In*: NOGUEIRA, Simone Gibran. **Libertação, descolonização e africanização da psicologia**. 2. impr. São Carlos: Edufscar, 2020. Coleção África e Diáspora.

FANON, Frantz. **Pele negra máscaras brancas**. Trad.: Renato da Silveira. Salvador, BA: EDUFBA, 2008.

FERRETTI, Mundicarmo Maria Rocha. **Encantaria de “Barba Soeira”**: Codó, capital da magia negra? São Luís, MA: CMF, 2000.

FREYRE, G. The másters and the slaves: study in the development of Brazilian civilization. 2. Berkeley: University Of California Press, 1987. *In*: NOGUEIRA, Simone Gibran. **Libertação, descolonização e africanização da psicologia**. 2. impr. São Carlos: Edufscar, 2020. Coleção África e Diáspora.

IBGE. IBGE – População: Censo Demográfico. IBGE, 2010. Disponível em: <https://ces.ibge.gov.br/apresentacao/portarias/200-comite-de-estatisticas-sociais/base-de-dados/1146-censo-demografico.html>. Acesso em: 18 out. 2021.

LANDER, E. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Consejo Latino Americano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2005. *In*: NOGUEIRA, Simone Gibran. **Libertação, descolonização e africanização da psicologia**. 2. impr. São Carlos: Edufscar, 2020. Coleção África e Diáspora.

MARTÍN-BARÓ, I. Para uma psicologia da libertação. *In*: GUZZO, R. S.; Lacerda, F. **Psicologia social para a América latina: o resgate da psicologia da libertação**. Campinas, SP: Alínea, 2009a. p. 189-98.

NASCIMENTO, A. Quilombismo: um conceito emergente do processo histórico e cultural da população negra. *In*: NASCIMENTO, E. L. (org.). **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. São Paulo: selo Negro, 2009. p. 197-218. (Sankofa: matrizes africanas da cultura brasileira, v. 4)

NOBLES, W. Seeking the Sakhu: foundation writings for na African psychology. Chicago: Third press, 2006. *In*: NOGUEIRA, Simone Gibran. **Libertação, descolonização e africanização da psicologia**. 2. impr. São Carlos: Edufscar, 2020. Coleção África e Diáspora.

NOGUEIRA, Simone Gibran. **Libertação, descolonização e africanização da psicologia**. 2. impr. São Carlos: Edufscar, 2020. Coleção África e Diáspora.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder , eurocentrismo e América latina . *In*: Lander, E. (org.). A colonialidade do saber : eurocentrismo e ciências sociais . Perspectivas latino – americanas . Buenos Aires: Consejo Latinoamericanode Ciencias Sociales – CLACSO, 2005. P. 227-278.

RIBEIRO, D. *The Brazilian people: the formation and meaning of Brazil*. Gainesville: The University of Florida Center for Latin American Studies, 2000.

SANTOS, Neusa. **Coleção tendências**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

SANTOS, B. ; MENESES, M. P. *Epistemologias do Sul*. Porto Alegre: Cortez, 2010.

SCHUCMAN, L. V. Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça , hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia , Universidade de São Paulo , São Paulo, 2012).

SILVA, L. A. ; SILVA, P. B. *O jogo das diferenças : multiculturalismo e seus sentidos* . Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. [S.l.: s.n.], 1978.

VIDAL, Paulo Eduardo Viana; SCHECHTER, Rosa Coutinho Schechter. O apagamento de virgínia leone bicudo e seus trabalhos sociológicos. **Revista Transversos**, Rio de Janeiro, n. 20, dez. 2020.

ZUAZO, Pedro. Entenda o que é o slam, batalha de poesia que promete roubar a cena no Rock in Rio. **Globo.com**, 23 set. 2019. Disponível em: <https://extra.globo.com/tv-e-lazer/rock-in-rio/entenda-que-o-slam-batalha-de-poesia-que-promete-roubar-cena-no-rock-in-rio-23897839.html>. Acesso em: 19 out. 2021.



Capítulo 5

Categoria: Experiências Coletivas

Eixo orientador: Interseccionalidades

Igor Luiz Santos Mello. Estudante de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e educador comunitário.

Claudia Carneiro da Cunha. CRP-RJ Psicologia: 28.987. Professora adjunta do Departamento de Psicologia Social e Ciências Humanas e Sociais do Instituto de Psicologia (IP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Coordenadora de Saúde do IP; Supervisora do Estágio de Instituições de Saúde; Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social (PPGPS) da UERJ.

Luciane Stochero. Doutoranda em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ).

Os matizes do ser negro: HIV/AIDS e interseccionalidades na construção de práticas antirracistas

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar “o peso da cor” no campo de estudo de pessoas vivendo com HIV/AIDS, com destaque às dimensões interseccionais. Problematizamos, a partir da perspectiva do colorismo, algumas questões dadas ao significante “negro” nos planos social, cultural, político e científico, tomando o campo do HIV/AIDS e suas reconhecidas vulnerabilidades psicossociais como uma arena de reflexão e debate. Neste artigo, o colorismo será uma ferramenta para pensar os processos de autoidentificação e as experiências e discursos que escapam à própria dimensão dos fenótipos associados ao “negro”. Consideramos que, da mesma forma que os trabalhos voltados para pessoas vivendo com HIV/AIDS não podem resumí-las à sua sorologia, os sujeitos negros não podem ter sua humanidade resumida à sua negritude. Com base no método cartográfico, organizamos os resultados e as discussões deste trabalho no formato de pistas. Estas atuam como referências para a manutenção da atitude de abertura ao que vai se produzindo. Propomos pistas que possam subsidiar reflexões e estratégias para o desenvolvimento de ações e práticas antirracistas no âmbito da saúde, sobretudo, para e a partir do campo do HIV/AIDS.

Palavras-chave: HIV/AIDS. Colorismo. Práticas Antirracistas. Interseccionalidade. Saúde.

1. Introdução

Nos vários tons de pele de sujeitos que habitam entre o preto e o branco, há diferenças significativas no trânsito social, incluindo o cuidado em dispositivos de saúde. Isto se traduz como *colorismo*, em que, na miríade das diferentes cores de pele, cada tom diz respeito a privilégios e interdições próprias (FERREIRA;CAMINHA, 2017). Esta é uma dinâmica que compõe o racismo no Brasil – incluindo o racismo institucional – e se traduz na falta de acesso aos bens materiais e simbólicos necessários ao autocuidado de pessoas negras (pretos e pardos) e à sua assistência com qualidade nos sistemas de saúde (LÓPEZ, 2012).

O objetivo deste trabalho é analisar “o peso da cor” no campo de estudo de pessoas vivendo com HIV/AIDS, com destaque às dimensões interseccionais: cor/raça, gênero, geração, classe, sorologia e orientação sexual. Problematizamos, a partir da perspectiva do *colorismo*, algumas questões dadas ao significante “negro” nos planos social, cultural, político e científico, tomando o campo do HIV/AIDS e suas reconhecidas vulnerabilidades psicossociais como uma arena de reflexão e debate.

A onda colorista ou o conceito de colorismo fora utilizado inicialmente por Alice Walker (1982), referindo-se às várias tonalidades da pele negra, do tom mais claro ao tom mais escuro, e a maneira como esses tons determinam as diferentes formas de inclusão ou exclusão na sociedade. Neste trabalho o colorismo será uma ferramenta para pensar os processos de autoidentificação e as experiências e discursos que escapam à própria dimensão dos fenótipos associados ao “negro”.

Há questões que, para além do HIV/AIDS, se colocam nesta relação entre os campos da saúde e dos estudos sobre o racismo, e que precisam ser (re)pensadas. É fundamental considerar, em especial na área da saúde, o modo como analisamos e lemos a racialidade nos corpos, e, sobretudo, o que essas leituras de cor/raça constroem na função de políticas e práticas de cuidado, ou a falta delas, com inúmeras violações aos direitos humanos de pessoas pardas e pretas (ABIA, 2021).

Tal proposta de análise nos conduz, em primeiro lugar, a ter de lidar com tensionamentos frutos das políticas de branqueamento no Brasil, que, historicamente, transitaram de uma retórica em torno da construção de uma “nação civilizada”, a partir de um ideal eugênico de branqueamento, para um discurso de “democracia racial” (SANTANA; BICALHO, 2019). Tais narrativas produziram e ainda produzem dinâmicas que se perpetuam na contemporaneidade de forma que pouco se entende o que de fato significa “ser negro” no contexto brasileiro.

Sabemos que esta construção histórica e social contribuiu para o constante processo de desumanização das pessoas negras e para o silenciamento de suas demandas em nosso

país. Isto se inscreve de tal forma nos interstícios da experiência social e subjetiva, que ainda é um exercício atípico atentar-se aos elementos que, nas tramas e relações sociais, escapam à própria racialidade. Consideramos, portanto, que da mesma forma que os trabalhos voltados para pessoas vivendo com HIV/AIDS não podem resumi-las à sua sorologia, os sujeitos negros não podem ter sua humanidade resumida à sua negritude.

Segundo o estudo de Fry *et al.* (2007), a introdução de raça como variável nos grandes bancos de dados nacionais sobre HIV/AIDS, no Brasil, se deu entre 1996 e 2001, trazendo algumas questões complexas como o cruzamento entre a variável “cor/raça” e os perfis socioeconômicos dos pacientes: produzindo associações e legitimando discursos como se a “cor/raça” fosse um exato indicador de classe. Ainda que no contexto brasileiro as camadas mais pobres tenham proporções mais elevadas de pretos e pardos, este nexos estabelecido de forma direta é um nítido exemplo de leituras problemáticas que se produzem a respeito de corpos negros, sobretudo corpos negros vivendo com HIV/AIDS. Tais leituras reduzem todo o campo experiencial do que pode vir a ser significado como “negro”, além de ser duplamente estigmatizante, pois “ser negro” não se resume a perfis socioeconômicos específicos.

Para enfrentar essa discussão, apoiamo-nos no método cartográfico (PASSOS; BENEVIDES, 2014) construindo “pistas teóricas e práticas” a partir da conjunção de diversos referenciais teóricos, ponderando e problematizando as leituras hegemônicas sobre corpos negros, considerando, por exemplo, o *colorismo* para além do próprio pigmento da pele. Embora a ordenação de raças baseada na cor seja um dos construtos mais estáveis de todos os tempos (JABLONSKI, 2012), há atravessamentos que sofisticam os processos de discriminação, a exemplo dos elementos interseccionais, subjetivos e afetivos, que matizam os próprios efeitos desta estrutura social (ALMEIDA, 2019).

Portanto, neste artigo, as indagações que nos orientam são: Quando, no campo do HIV/AIDS, nos referimos a negros, falamos exatamente sobre quem e que tipo de experiência? De que forma “eles” são (auto)referidos? E o que as experiências raciais evidenciam sobre os discursos que objetificam os corpos negros? De que forma elucidar essas (auto)classificações, os estigmas e rotulações permitem a construção de práticas antirracistas, incluindo o campo da saúde?

2. Método

Utilizamos neste trabalho o método cartográfico, que consiste em uma pesquisa sustentada em orientações não prescritivas, e distante das regras ou objetivos estabelecidos, de forma a reverter o sentido tradicional de método sem abrir mão

das orientações frutos do próprio percurso da pesquisa. A experiência de fazer será entendida neste trabalho como aquilo que faz emergir o próprio saber, interpelada pelas implicações de objeto, pesquisa e pesquisador (PASSOS; BENEVIDES, 2014).

Em vez de regras para serem aplicadas, seguindo os ensinamentos de Eduardo Passos e Regina Benevides (2014), organizamos os resultados e as discussões desse trabalho no formato de pistas. Estas atuam como referências para a manutenção da atitude de abertura ao que vai se produzindo. As pistas não formam uma totalidade, mas, feito um rizoma, constituem um conjunto de linhas em conexão, cujo objetivo é desenvolver e coletivizar a experiência do cartógrafo. A ideia de pista remete à obra de Félix Guattari (1988), para o qual a concepção de princípio era dissolvida na contundência de sua aposta metodológica, possibilitando assim a compreensão de que há um entrecruzamento e uma certa inseparabilidade entre o conhecer e fazer, entre pesquisar e intervir, sobretudo quando este é um campo de implicação. E implicação não falta neste artigo.

As linhas mestras desse trabalho passam pela experiência encarnada do primeiro autor. Experiência aqui entendida como aquilo que nos perpassa, atravessa, constitui e afeta (BONDÍA, 2002). Como um jovem negro, estudante de psicologia, sonhador com práticas sociais mais justas e antirracistas, a implicação (COIMBRA; NASCIMENTO, 2008) torna-se a própria pele de quem em alguma medida estuda o fenômeno que vive e constrói conhecimento eivado de sentido e significado.

Assim, no resultado e discussão, trabalhamos com a ideia de “pistas teóricas”, ordenadas a partir dos seguintes eixos temáticos: 1) Quem é o negro?: políticas de branqueamento, miscigenação e colorismo como fenômenos que estruturam ou desestruturam a identidade racial no Brasil; 2) Os impactos dos marcadores sociais da diferença na infecção pelo HIV/AIDS: análises apoiadas nos autores/as do campo dos estudos raciais, do pensamento social brasileiro, da interseccionalidade, das categorias de articulação e marcadores sociais da diferença, para pensar seus impactos na saúde e na epidemia de HIV/AIDS especificamente; 3) O aumento dos casos de HIV/AIDS entre negros: outras questões sobre a identidade racial no Brasil e seus enredamentos no campo do HIV/AIDS.

Por fim, nas considerações finais, apresentamos algumas “pistas práticas”, inspiradas nas “pistas teóricas”, com base nas quais pretendemos subsidiar reflexões e estratégias para o desenvolvimento de ações e práticas antirracistas no âmbito da saúde, sobretudo, para e a partir do campo do HIV/AIDS.

3. Resultado e discussão

Pista 1: quem é o negro?

De acordo com a convenção do IBGE, voltada para fins de estudos demográficos, negro é quem se autodeclara preto ou pardo, segundo a classificação oficial estabelecida desde 1991 (OLIVEIRA, 2004). No entanto, a construção da categoria “pardo”, no final do período colonial, buscava, segundo Hebe Mattos (2000), caracterizar a crescente população livre de ascendência africana. Esta categoria passou a representar um lugar social de acesso às funções que representavam uma melhoria de vida, mesmo que fosse mantido um *status* subalterno destes frente aos brancos (SPERANZA, 2017).

As denominações de “negro” e “preto” eram cabíveis apenas para designar escravos e forros. Com isso, embora a ancestralidade determine a condição biológica com a qual nascemos, há toda uma produção social, cultural e política da identidade racial/étnica no Brasil que insere os corpos negros em um lugar de disputa sobre sua própria identidade (MUNANGA, 2004).

O Brasil, por muito tempo, fora entendido como um país de barbárie e atrasado em virtude de sua significativa presença racial. Entre a década de 1870, um intenso debate sobre a modernização do Brasil e a construção de sua identidade nacional ocorria entre as elites políticas e os intelectuais. Assim, foi se desenvolvendo um projeto de nação que pretendia embranquecer o território a partir do influxo de imigrantes e da miscigenação. De acordo com algumas provisões da tese eugênica de branqueamento, em cerca de um século os negros já teriam desaparecido do Brasil, garantindo deste modo a solução do “problema negro” (STEPAN, 2004).

À luz de obras como a “Redenção de Cam” (1895), do artista espanhol Modesto Brocos, percebe-se o fenômeno de embranquecimento gradual nas gerações de uma mesma família: no canto esquerdo da tela há uma avó, a qual tem a pele mais escura, com as mãos erguidas ao céu em agradecimento pelo nascer do neto claro, já que sua filha, mestiça, engravidou de um homem branco. Neste cenário a miscigenação não se apresenta como produção de raças mistas, mas como possibilidade de ascensão e de “tornar-se humano” para os indivíduos negros.

Os mulatos, termo também utilizado para designar mestiços, passam a ser valorizados no imaginário nacional como sendo quase uma essencialidade do Brasil, embora fossem ainda frequentemente marginalizados e aproximados à condição dos negros na estrutura de classes (SANTANA; BICALHO, 2019; TELLES, 2014).

As teses eugênicas de branqueamento foram rompidas principalmente a partir da década de 1930, quando emergiu um novo modelo interpretativo, que buscava representar o Brasil como um “paraíso das raças”. A “democracia racial” surge nes-

se contexto como crença do senso comum e um discurso científico de que não há racismo e segregação no Brasil, ancorada no fenômeno da miscigenação e na falsa ideia de direitos iguais. O conceito fora desenvolvido e legitimado por teóricos como Gilberto Freyre (1933) e tornou-se fonte de orgulho nacional, amplamente aceita (SANTANA; BICALHO, 2019).

A disseminação da ideia de “democracia racial”, no entanto, fora prejudicial na exata medida em que silenciou a necessidade de se pensar políticas para a superação das desigualdades raciais no Brasil. Tal discurso contribuiu para a omissão de séculos de cativo e embranquecimento compulsório, subsidiando a marginalização econômica e social da população negra, além da construção de uma mentalidade racista que se faz presente até os dias atuais (SANTANA; BICALHO, 2019).

Os discursos e as políticas de branqueamento ainda compõem as instituições, como o Judiciário, o sistema educacional, as leis e as políticas públicas, capilarizando-se nos planos mais sutis, micropolíticos, onde se reeditam, se recriam e produzem subjetividades (MAIA; ZAMORA, 2018).

Como consequência do citado no parágrafo anterior, estudos como o de Marcelino Santana e Poliene Bicalho (2019) destacam que os mestiços brasileiros mais claros, geralmente, não se reconhecem como mestiços, tampouco como negros, e, por falta da instrução adequada, acabam por absorver ideários racistas nos quais costumam imperar discursos ideológicos como, por exemplo, a “democracia racial” e a “meritocracia”¹.

O colorismo se destaca neste debate justamente por ser um reflexo das políticas de branqueamento. É um conceito que surgiu pela escritora Alice Walker (1982), em seu livro *If the Present Looks Like the Past, What Does the Future Look Like*, e diz respeito ao sistema de privilégio e discriminação baseado no grau de claridade na cor da pele de uma pessoa. Hoje o termo faz refletir sobre como os efeitos dessa política se atualizam na contemporaneidade, “dificultando que o negro possa ser negro, que possa reconhecer sua ancestralidade, sua cultura e seus direitos – inclusive que possa se sentir confortável no seu próprio corpo” (MAIA; ZAMORA, 2018, p. 282).

O colorismo pode ser compreendido também como uma engrenagem de produção de sofrimento, já que o ideal de branqueamento continua a se perpetuar e a

1 A palavra “meritocracia” foi cunhada por Michael Young (1958), em *The Rise of the Meritocracy*, e neste romance a palavra refere-se a um sistema onde as pessoas seriam avaliadas por seus méritos.

dividir a própria população negra e a brasileira entre o branco, o menos branco, “o bege”, “o marrom” e afins (MAIA; ZAMORA, 2018).

Portanto, saber-se mestiço, negro ou preto, reconhecer os marcadores sociais da diferença que afetam a própria experiência de vida, traduz-se também como um movimento desafiador. Afinal, parafraseando a poeta Midria Pereira (2020), nascemos “sem cor” por nascermos em um país sem memória, que apaga da história todos os seus símbolos de resistência negra, que embranquece a sua população e trajetória a cada brecha, que faz da Redenção de Cam a sua obra-prima, calcando-se no estupro e na posse de corpos que nunca deveriam deixar de serem livres.

Pista 2: os impactos dos marcadores sociais da diferença na infecção pelo HIV/AIDS

O Boletim Epidemiológico de dezembro de 2020 mostrou os casos notificados de infecção pelo HIV no período de 2007 a junho de 2020. No que se refere às faixas etárias, observou-se que a maioria dos casos de infecção pelo HIV encontra-se no grupo de jovens, de 20 a 34 anos, com percentual de 52,7% dos casos. Ainda nesse período, considerando-se indivíduos maiores de 13 anos de idade, segundo a categoria de exposição, entre os homens, verificou-se que 51,6% dos casos foram decorrentes de exposição homossexual ou bissexual e 31,3% heterossexual, e 1,9% se deram entre Usuários de Drogas Injetáveis (UDI). Entre as mulheres, nota-se que 86,6% dos casos se inserem na categoria de exposição heterossexual e 1,3% na de UDI (BRASIL, 2020).

Neste último boletim citado há também o destaque de, quando analisados os casos de AIDS nos últimos dez anos, uma queda de 51,0% na proporção de casos entre pessoas brancas. Neste mesmo período, as reduções foram de 36,4% para as pessoas negras, 26,8% para a população indígena, 17,6% para as pardas, e 14,7% para as amarelas. Enfatiza-se ainda que desde 2009, os casos são mais prevalentes em mulheres negras, enquanto entre os homens negros ocorre desde 2012 (BRASIL, 2020).

Quando, no entanto, se olha para os números do Ministério da Saúde, esquece-se de que, por trás de cada número, há uma pessoa, uma subjetividade, com diferentes condicionantes que a vulnerabilizam a ponto de infectar-se pelo HIV (ABIA, 2021).

A cor/raça se apresenta como um destes condicionantes, sem, no entanto, se resumir em dinâmicas únicas e sempre análogas. Destacar a classe, o gênero, a sexualidade, a geração e a sorologia, como outros atravessamentos que produzem exclusão para os corpos negros, evidencia o quanto do racismo e sua política de cor se inscrevem em dinâmicas distintas, interseccionadas.

O conceito de interseccionalidade surgiu no final da década de 1980 em um artigo publicado pela norte-americana Kimberlé Crenshaw. Seu uso no Brasil tem sido popularizado nos últimos anos pelas múltiplas vozes do feminismo negro e é definido como um método que busca analisar a complexidade e as interrelações entre os marcadores sociais da diferença. Inclusive, tais marcadores são definidos como construções sociais anteriores aos sujeitos e produzem maiores ou menores inclusões ou exclusões, dependendo, para tanto, de uma série de fatores sociais (OLIVEIRA *et al.*, 2020).

Os marcadores e sua produção de diferenças desenham fronteiras de inúmeras categorias e definições nas experiências de sujeito. Assim, abarcam e constituem as narrativas de vida, tomam forma e ganham visibilidade através de práticas cotidianas de múltiplos modos, momentos e contextos (XAVIER; ROCHA, 2017). Ponderando de outra maneira, significa dizer que os marcadores de gênero, raça e afins têm vida própria: são edificados na cultura e agem de forma intrínseca aos conteúdos da subjetividade (CORDEIRO, 2013; HALL, 2011).

Autores como Hankivsky (2017) e Bowleg (2012) destacam que a interseccionalidade trata a experiência da discriminação sofrida como um fenômeno complexo e maior que a soma de suas partes; ou seja, nenhuma diferença social deve ser reduzida a um único sistema classificatório, pois é necessário que se faça possível a compreensão das várias dimensões das desigualdades que influenciam as posições sociais, as experiências dos sujeitos e as relações de poder que estabelecem na sociedade (OLIVEIRA *et al.*, 2020).

No contexto brasileiro, segundo Kia Caldwell (2017), as relações de poder e os marcadores sociais contribuíram e continuam a contribuir para a precarização da saúde pública e seu desenvolvimento de políticas. Na introdução de seu livro, *Health Equity in Brazil: Intersections of Gender, Race, and Policy*, a autora narra o caso de Alyne da Silva Pimentel, negra de 28 anos, que morreu em 2002 devido a complicações de saúde decorrentes do parto de seu filho, natimorto. Houve denúncias de que o estado de Alyne se agravara por negligência médica do centro de saúde onde estava internada (DOS SANTOS, 2018). O caso repercutiu internacionalmente como uma nítida imagem do tratamento desigual em que mulheres negras estão submetidas no Brasil.

Relativo ao HIV/AIDS, observamos alguns dilemas próprios do campo, como, por exemplo, o uso da PrEP (Profilaxia Pós-Exposição) –uso de antirretrovirais por uma pessoa soronegativa para reduzir o risco de se infectar pelo HIV –estar mais direcionada para pessoas brancas e homens que fazem sexo com outros homens (HSH). Quanto às mulheres negras, nota-se a persistência de denúncias sobre viola-

ções no que tange à falta de acolhimento, tratamento, acesso e prevenção nos postos de saúde e outras redes hospitalares (ABIA, 2021).

Aproximando-se ainda mais do campo do HIV/AIDS, levando em consideração os efeitos conjugados das exclusões e as incorporações subjetivas do estigma, há de se considerar que as dinâmicas discriminatórias que correlacionam os marcadores sociais da diferença e as infecções sexualmente transmissíveis tendem a ser um dos mais eficazes “mecanismos de genocídio” (ANJOS, 2004, p. 104). Nesta perspectiva, requer considerar que a expansão do HIV/AIDS entre a população negra no Brasil, bem como e quando entrelaçada a outros marcadores, deve ser também entendida como um campo de forças que age sob um pressuposto discriminatório de cuidado voltado para segmentos privilegiados da sociedade (LÓPEZ, 2012).

Pista 3: o aumento dos casos de HIV/AIDS entre negros

O aumento dos casos de HIV/AIDS entre negros teve sua tendência já destacada no boletim epidemiológico de 2004, sendo associada predominantemente à transmissão heterossexual e à condição de escolaridade (BRASIL, 2004). No entanto, é necessário recorrer a alguns conceitos e autores/as para ponderar sobre esses dados em uma perspectiva mais ampla.

Sabemos que o racismo no Brasil se expressa em práticas, ideias e discursos introjetados na sociedade e na cultura, que discrimina e exclui em suas dinâmicas mais naturalizadas. Esta conceituação parte dos estudos de autores como Silvio Almeida (2019), que estabelecem certo entendimento sobre as dimensões que compõem os processos de discriminação: a começar pela dimensão individual sendo a expressão da atitude de um indivíduo; a institucional que se refere a dinâmicas constituintes e existentes no próprio funcionamento das instituições; e a estrutural que diz respeito à organização política, econômica e social, que regula os parâmetros de normalidade em uma civilização, habitando tanto como ideologia quanto como práticas que naturalizam a desigualdade (ALMEIDA, 2019). Ou seja, o racismo não se traduz apenas em práticas físicas e diretas de exclusão, em si compõe a natureza de qualquer relação social.

A partir da produção de Fry *et al.* (2007), torna-se possível observar algumas disputas de classificação, incluindo as raciais, presentes na formulação de políticas para saúde pública no campo do HIV/AIDS. Segundo os autores do artigo, a introdução da variável “raça” nos bancos de dados brasileiros, que sistematizam informações referentes ao HIV/AIDS, só se deu entre 1996 e 2001 a partir de bancos de dados como o Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) e o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN).

No entanto, a “raça” foi uma variável que trouxe uma série de questionamentos. Por exemplo, quanto aos efeitos dos diferentes sistemas de classificação utilizados, pois enquanto os dados do então “Programa Nacional de DST/AIDS” provinham da classificação feita por profissionais da saúde (heteroidentificação), a construção das taxas de prevalência de AIDS segundo “cor/raça” partia dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que se originavam da autoclassificação (FRY *et al.*, 2007).

O estudo de Telles *et al.* (2021) destacou o quanto o contraste entre a autoidentificação e a classificação pelos entrevistadores é um importante ponto para se discutir o impacto do embranquecimento. Afinal, estudos mostram que negros de escolaridade mais alta tendem a se autoembranquecer e o contraste entre as classificações serve como uma maneira de medir essa tendência e as próprias dinâmicas complexas no processo de categorização racial (TELLES; LIM, 1998; SILVA, 1994).

A classe social, inclusive, fora largamente tratada como um elemento indissociável da variável cor/raça, principalmente no campo do HIV/AIDS. O boletim epidemiológico do Programa Nacional de DST/AIDS, referente aos meses de janeiro a junho de 2005, afirma um significativo aumento entre os “vulneráveis socioeconomicamente”, que seria expresso pelo aumento dos casos entre os pardos, como se a “cor/raça”, por si só, fosse um indicador de classe (FRY *et al.*, 2007).

Essa afirmação remonta à hipótese de raça social, que se refere ao impacto do *status* socioeconômico na identificação e categorização da raça (SILVA, 1994), o que levou vários autores a afirmar que as fronteiras raciais brasileiras seriam sustentadas pelo *status* socioeconômico. No entanto, em estudos mais recentes, como o de Marteleto (2012), parte da redução da desigualdade educacional entre pardos e pretos nos anos 1982 a 2007 atribui-se ao escurecimento de pardos de maior escolaridade; ou seja, são resultados que podem indicar uma mudança importante no Brasil contemporâneo, o quanto a educação e a renda podem também enegrecer (ou empretecer) pardos, ao invés de embranquecê-los (TELLES *et al.*, 2021). Portanto, ser negro não significa necessariamente habitar em um específico quadro econômico e educacional, visto que são termos e lugares em disputa de significação.

Além disso, requer considerar que a leitura sobre a cor da pele no Brasil pode ser completamente relativa e contextual, levando a distintos efeitos em diferentes espaços sociais. Por exemplo, “pessoas classificadas em tons de pele médios podem ser consideradas negras em situações específicas, nas quais quase todas as outras tenham cor de pele clara ou branca” (TELLES *et al.*, 2021, p. 322).

Cabe ponderar também que a autoidentificação pode ser interpelada por experiências de discriminação. Estudos sobre a classe média negra no Brasil mostraram

que grupos, com certa capacidade de atravessar limites socioeconômicos, tendiam a reportar taxas mais elevadas de discriminação e se identificar mais frequentemente como negros (DA SILVA; REIS, 2011). Tais estudos ilustram uma forte relação entre a identificação racial e a percepção da discriminação vivida (PAGER; SHEPHERD, 2008), em que esta percepção influencia as pessoas a se identificarem como pretas, em vez de pardas, o que vai além da hipótese de uma autoidentificação baseada apenas no pigmento da pele ou em traços fenotípicos.

As categorias raciais no Brasil, porém, têm sido constantemente entendidas como categorias de cor de pele em vez de categorias étnicas ou culturais; tais questões apresentadas nos parágrafos anteriores evidenciam o quanto a cor da pele e as categorias censitárias de identificação divergem na elaboração de fronteiras, sobretudo no que se refere à significação do “ser negro” (TELLES *et al.*, 2021).

4. Considerações finais

Este trabalho partiu de reflexões sobre interseccionalidade e colorismo, alicerçando-se nas discussões sobre cor/raça nas ciências humanas, sociais e da saúde, o que nos permitiu debater as representações dadas ao significante “negro” em uma dimensão social, cultural, política e científica, considerando o campo de estudos do HIV/AIDS.

Seguindo a proposta metodológica de trabalhar com “pistas”, elencamos a seguir algumas “pistas práticas” para subsidiar o desenvolvimento de ações e práticas antirracistas no campo da saúde, com expectativa de dar identidade aos números e voz ativa ao que pode significar ser um corpo negro vivendo com HIV/AIDS.

Pistas práticas

Apresenta-se como fundamental a criação de caminhos e reflexões que atuem frente aos efeitos destas estruturas racistas e coloniais, que não apenas produzem e marcam pessoas a partir do estigma, mas que afetam a saúde mental e as experiências subjetivas, a tal ponto de a auto e heteroidentificação e da própria consciência racial ocuparem um lugar de disputa social, cultural, histórica e política.

Quais estratégias são possíveis em uma realidade onde a identificação racial ainda perambula em campos inacessíveis e/ou vexatórios de significação? Ponderar sobre possíveis práticas antirracistas implica também debruçar-se naquilo que ainda para muitos não possui nome, que habita no normal e não dito do senso comum que não se elabora, que habita de forma inconsciente em todos nós.

Para muitos sujeitos, a racialidade se traduz na experiência de não se saber como negro. E as experiências de discriminação racial ainda habitam em lugares de

difícil compreensão, pois são constantemente apagadas como violações e/ou omitidas como se fossem apenas preconceitos de outra ordem. A autora Virgínia Bicudo (2010), em sua importante dissertação, já destacava a existência de um preconceito de cor, autônomo ao de classe, e sua interação com os processos de branqueamento. O debate que a autora traz ainda precisa ser disseminado, pois habita na qualidade de tensionamento na contemporaneidade, interfere nas produções de sentido sobre a identidade racial como algo próprio e também interpelado por outros fatores e distintos marcadores sociais.

A racialidade em seus diversos tons, traços e práticas, se apresenta também como uma experiência particular e subjetiva de lidar com o próprio corpo e coletividade. Este é um ponto significativo para entender o que habita na qualidade de demanda para possíveis práticas antirracistas: a perspectiva de que há subjetividade na experiência dos corpos negros frente à sua negritude. Significa dizer que a necessidade e o pleito, ainda que seja em tempos e modos distintos, perdura sendo a de ser visto como sujeito.

Como nos ensina Neusa Santos Souza (1983, p. 77), “nascer com a pele escura e/ou outros caracteres do tipo negróide e compartilhar de uma mesma história de desenraizamento, escravidão e discriminação racial, não organiza, por si só, uma identidade negra”. Saber-se negro diz respeito a um tornar-se, a um vir a ser. E as estratégias para as práticas antirracistas precisam ser formuladas levando isso em consideração: a de que não cabe apenas valorizar e positivar imagens negras e suas trajetórias, mas garantir também que a experiência racial possa ser um campo de possibilidades, de ressignificações próprias, no que toca o particular processo de resgate da história e a recriação de potencialidades.

Reunir, portanto, dados sobre o perfil racial de um determinado grupo não deve se traduzir apenas no agrupamento de categorizações. Há de se considerar o cruzamento do quesito raça/cor com outros marcadores sociais, na perspectiva interseccional, sem antes perder de vista o reconhecimento de humanidade destas experiências socialmente marginalizadas: as quais são massacradas em suas experiências de identidade, afeto, desejo, interpeladas até nas construções de seus projetos de vida. Trabalhar com a sinergia de marcadores sociais e seus efeitos necessita de um movimento de escuta do outro, das singularidades. Pois, à medida que os dados se apresentam e não admitem distinções ou especificidades entre as experiências, não se possibilita diálogo com os dispositivos de saber-poder (FOUCAULT, 1988), levando novamente à atual e constante falta de adesão e acesso aos serviços de saúde.

A psicologia tem um importante papel nesse movimento de escuta. Ainda hoje é um campo conivente ao racismo, na perpetuação dos olhares discriminatórios e silenciando-se diante das desigualdades políticas. É fundamental debater sobre a natureza das ações desenvolvidas nos diversos serviços e como essas ações podem contemplar efetivamente às pessoas negras oferecendo uma atuação condizente com cada personalidade e cada contexto, podendo, ainda, contribuir em atuações interdisciplinares (CFP, 2017).

Esta postura ética e política pode ser estendida para o campo do HIV/AIDS, pois seus debates estão diretamente relacionados àquilo que tange o “falar da própria história”, das emoções, das relações com outras pessoas, dos costumes e dos desejos. E todos esses aspectos, éticos e políticos, devem ser alvos de ações e práticas do campo do cuidado integral em saúde, incluindo a saúde mental. Para que se reconheçam os efeitos das questões raciais “que discriminam e acirram problemas de saúde mental, que se apresentam com aparência de problemas pessoais quando se referem a vulnerabilidades social e programática” (CFP, 2020, p. 83).

A escuta frente às estas condições demanda espaços de cuidado mais acolhedores e diversificados para formação em Psicologia. É de suma importância uma instrução que mobilize reflexões sobre os relacionamentos sociais interpelados pelos marcadores sociais da diferença, de forma a garantir outras perspectivas sobre intimidade, práticas sexuais, relações familiares, práxis de cuidado e afins.

Faz-se necessário, enfim, destacar que os dados e pesquisas sobre discriminação, desigualdade, violência, exclusão, vulnerabilidade e as especificidades destas experiências são hoje arenas de suma importância no campo da construção de ações governamentais, bem como de políticas de ações afirmativas (ABIA, 2021). No entanto, não se destacam apenas na construção de uma agenda política, mas

igualmente no desenho das necessidades e no enaltecimento da humanidade daqueles dedicados nesta escrita.

Além disso, as produções teóricas também exercem um importante papel na função de ferramentas de resgate e ressignificação da própria condição de quem escreve. Concluo esta escrita como uma produção de sentido também para mim na posição de jovem negro que nasceu “sem cor”.

5. Referências

ABIA (Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS). **Racismo e saúde**. [S.l.: s.n.], 2021

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. [S.l.]: Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

ANJOS, José Carlos dos. Etnia, raça e saúde: sob uma perspectiva nominalista. *In*: MONTEIRO, Simone; SANSONE, Livio. **Etnicidade na América Latina: um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos**. 2004. p. 97-119.

BICUDO, Virgínia Leone; MAIO, Marcos Chor. **Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo**. [S.l.]: Editora Sociologia e Política, 2010.

BONDÍIA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, p. 20-8, 2002.

BOWLEG, Lisa. The problem with the phrase women and minorities: intersectionality—an important theoretical framework for public health. **American Journal of Public Health**, v. 102, n. 7, p. 1.267-73, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Boletim epidemiológico AIDS e DST**. [S.l.: s.n.], 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Boletim epidemiológico AIDS e DST**. [S.l.: s.n.], 2020.

CALDWELL, Kia Lilly. **Health equity in Brazil: intersections of gender, race, and policy**. [S.l.], University of Illinois Press, 2017.

CFP (Conselho Federal de Psicologia). **Referências técnicas para atuação de psicólogos(os) nos programas e serviços de IST/HIV/aids**. [S.l.: s.n.], 2020.

CFP (Conselho Federal de Psicologia). **Relações raciais: referências técnicas para atuação de psicólogas/os**. [S.l.: s.n.], 2017.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças; NASCIMENTO, Maria Lívia do. Análise de implicações: desafiando nossas práticas de saber/poder. **Subjetividades, violência e direitos humanos: produzindo novos dispositivos em saúde**, p. 143-53, 2008.

CORDEIRO, Rosa Cândida. **Experiência do adoecimento de mulheres e homens com doença falciforme**. [S.l.: s.n.], 2013.

DA SILVA, Graziella Moraes; REIS, Elisa P. Perceptions of racial discrimination among black professionals in Rio de Janeiro. **Latin American Research Review**, n. 46, p. 55-78, 2011.

DOS SANTOS, Sônia Beatriz. A emergência da política interseccional de saúde no Brasil: perspectivas sobre raça e gênero. **Afro-Ásia**, n. 57, 2018.

FERREIRA, Dina Maria Martins; CAMINHA, Tibério. Pigmentocracia e a experiência do preterimento na homossexualidade negra. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 18, n. 2, p. 157-74, 2017.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. Rio de Janeiro: Schmidt Editor, 1933.

FRY, Peter H. *et al.* AIDS tem cor ou raça? Interpretação de dados e formulação de políticas de saúde no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 23, p. 497-507, 2007.

GUATTARI, Félix. **O inconsciente maquínico: ensaios de esquizo-análise**. Campinas, SP: [s.n.], 1988.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HANKIVSKY, Olena *et al.* The odd couple: using biomedical and intersectional approaches to address health inequities. **Global Health Action**, v. 10, n. sup2, 2017.

JABLONSKI, Nina G. **Living color: the biological and social meaning of skin color**. [S.l.]: University of California Press, 2012.

LÓPEZ, Laura Cecilia. O conceito de racismo institucional: aplicações no campo da saúde. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 16, p. 121-34, 2012.

MAIA, Kenia Soares; ZAMORA, Maria Helena Navas. O Brasil e a lógica racial: do branqueamento à produção de subjetividade do racismo. **Psicologia Clínica**, v. 30, n. 2, p. 265-86, 2018.

MARTELETO, Leticia J. Educational inequality by race in Brazil, 1982–2007: structural changes and shifts in racial classification. **Demography**, v. 49, n. 1, p. 337-58, 2012.

MATTOS, Hebe Maria. **Escravidão e cidadania no Brasil monárquico**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

MIDRIA Pereira da Silva. **A Menina Que Nasceu sem Cor**. São Paulo: Polen, 2020.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Palestra proferida**, n. 3, p. 1-17, 2004.

OLIVEIRA, Elda de *et al.* Contribuição da interseccionalidade na compreensão da saúde-doença-cuidado de homens jovens em contextos de pobreza urbana. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 24, 2020.

OLIVEIRA, Fátima. Ser negro no Brasil: alcances e limites. **Estudos Avançados**, v. 18, p. 57-60, 2004.

PAGER, Devah; SHEPHERD, Hana. The sociology of discrimination: racial discrimination in employment, housing, credit, and consumer markets. **Annu. Rev. Sociol.**, v. 34, p. 181-209, 2008.

PASSOS, Eduardo; BENEVIDES, Regina. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. *In*: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; TEDESCO, Silvia. **Pistas do método da cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum**. [S.l.]: Editora Sulina, 2014.

SANTANA, Marcelino; BICALHO, Poliene. A construção negativa e o mito da democracia racial: uma análise comparativa entre a condição do negro no Brasil e nos Estados Unidos. **Revista Eletrônica de Interações Sociais**, Rio Grande, v. 3, n. 1, p. 8-26, 2019.

SILVA, Nelson do Valle. Uma nota sobre "raça social" no Brasil. **Estudos afro-asiáticos**, v. 26, p. 67-80, 1994.

SANTOS, Neuza Souza. **Tornar-se Negro ou as Vicissitudes da Identidade do Negro em Ascensão Social**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

SPERANZA, Clarice Gontarski. Branco, preto, pardo, moreno ou escuro?: Classificações raciais nas carteiras dos trabalhadores gaúchos (1933-1945). **Tempos Históricos**, v. 21, n. 1, p. 100-24, 2017.

STEPAN, Nancy Leys. Eugenia no Brasil, 1917-1940. *In*: HOCHMAN, G.; ARMUS, D. (orgs.). **Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004. História e Saúde collection, p. 33091. ISBN 978-85-7541-311-1.

TELLES, Edward E. **Race in another America**. [S.l.]: Princeton University Press, 2014.

TELLES, Edward E.; LIM, Nelson. Does it matter who answers the race question? Racial classification and income inequality in Brazil. **Demography**, v. 35, n. 4, p. 465-74, 1998.

TELLES, Edward *et al.* **Pigmentocracias: etnicidade, raça e cor na América Latina**. [S.l.: s.n.], 2021.

WALKER, ALICE. If the present looks like the past, what does the future look like? *In: Search of Our Mother's Gardens*. New. Weidenfeld & Nicolson, 2011. 412p. Ebook. <www.amazon.in>

XAVIER, Eliana Costa; ROCHA, Kátia Bones. Subjetividade e interseccionalidade: experiências de adoecimento de mulheres negras com doença falciforme. **Avances en psicología latinoamericana**, v. 35, n. 2, p. 267-82, 2017.



Capítulo 6

Categoria: Experiências Coletivas

Eixo Orientador: Interseccionalidades

Etiele Morais Carvalho. Graduanda em Psicologia pela Faculdade Integrada de Santa Maria (FISMA).

Patricia Lucion Roso. CRP: 07/14.397. Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Psicóloga. Possui MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Docente e Coordenadora do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Psicologia Jurídica – NEPE-PJ, da Faculdade Integrada de Santa Maria (FISMA).

Gênero e Cor: a violência doméstica em um município do interior do Rio Grande do Sul

Resumo

A violência contra a mulher é multicausal, multidimensional e multifacetada, não é um fenômeno contemporâneo, foi por séculos experienciada de modo silencioso e individualizado. No Brasil, as mulheres negras aparecem como maioria das vítimas nos índices de violações de direitos humanos. No que concerne à violência doméstica, é necessária a compreensão de que a mulher negra está exposta a mais um fator gerador de violência, o racismo – que transcende o âmbito da ação individual, visto que é uma decorrência da própria estrutura social. Para tanto, utilizou-se como método a pesquisa documental de caráter quantitativo. Também, realizou-se uma busca nas bases de dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências Saúde (LILACS), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Periódicos CAPES e Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC). Foram coletados dados oficiais que estão disponíveis no *site* da Secretaria de Segurança Pública do estado do Rio Grande do Sul, acerca dos índices da violência doméstica contra a mulher negra, no período de 2018 a 2020. Os resultados apontam uma variação do número de casos entre o primeiro e último ano do estudo. No município há uma tendência de aumento da violência doméstica contra a mulher negra, com especial atenção para o ano de 2019. Constatou-se que a agressão psicológica é a mais registrada, seguida da física e da violência sexual, não constam nas tabelas, registros com índices de violência patrimonial. Conclui-se que é relevante haver novas pesquisas de caráter local e municipal, vislumbrando contribuir socialmente com a comunidade, promover a prevenção e o enfrentamento da violência, assim como a importância da atuação do psicólogo frente à casos de violência doméstica contra a mulher negra.

1. Introdução

A violência é um fenômeno complexo e multifatorial que acompanha as transformações da humanidade. Caracteriza-se por atos de uso intencional da força física ou poder real, ameaça, contra si próprio ou mais indivíduos, que resulte em morte, danos físicos e psicológicos e/ou prejuízos no desenvolvimento (KRUG *et al.*, 2002 apud COSTA; NJAINE; SCHENKER, 2017). Além disso, a expressão da violência pode apresentar-se de diversas formas, por vezes está tão arraigada na vida social dos indivíduos que pode até ser reconhecida como uma situação normal (SACRAMENTO; REZENDE, 2006).

Historicamente, a violência contra a mulher estrutura-se social e culturalmente, por meio de relações hierárquicas e de poder, decorrentes de sociedades patriarcais. Sua manifestação é oriunda de uma história permeada por opressões e dominações, que se desenvolvem e adaptam-se aos contextos atuais. A cultura patriarcal, legitima a manutenção de mecanismos de desigualdade entre homens e mulheres, pela socialização de gênero que mascara a hierarquia entre os sexos. Ela ainda está atrelada a estereótipos e estigmas acerca de comportamentos desiguais de gênero feminino e masculino, que foram estabelecidos de acordo com o momento histórico, político e social, o que muitas vezes fortaleceu a banalização e naturalização das violências (SCHRAIBER *et al.*, 2009; KERGOAT, 2010).

Há leis que vislumbram proteger os direitos das mulheres, diversos estudos científicos publicados, capacitações específicas, avanços significativos consolidados nas políticas públicas, movimentos e coletivos feministas, no entanto mulheres sofrem agressões e seguem vulneráveis à violência doméstica ao longo da história da humanidade. Ainda vivenciam incessantes adversidades para terem seus direitos efetivamente reconhecidos e assegurados (SEGATO, 2016).

O Atlas da violência de 2021, pesquisado, analisado e publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, aponta que a população negra está mais exposta à violência no Brasil.

Em 2019, os negros representaram 77% das vítimas de homicídios, com uma taxa de 29,2 por 100 mil habitantes. Comparativamente, os não negros (soma dos amarelos, brancos e indígenas) totalizaram uma taxa de 11,2 para cada 100 mil, ou seja, a taxa de violência letal contra pessoas negras foi 162% maior que entre não negras (CERQUEIRA *et al.*, 2021).

No tocante à violência contra a mulher negra, é necessário a compreensão de que ela está exposta a mais um fator gerador de violência – o racismo, que se manifesta como um fenômeno histórico, político e estrutural. O racismo é um grave

articulador das desigualdades que impacta nas relações de gênero e, ainda, edifica lógicas e condições sociais para que direta e indiretamente, grupos racialmente identificados sejam violentados sistematicamente (ALMEIDA, 2020; CARRIJO; MARTINS, 2020). Em diversos países, as mulheres negras aparecem como maioria das vítimas nos índices de violações de direitos humanos. No Brasil não é diferente, em 2019 as mulheres negras representaram 66,0% do total das mulheres assassinadas no país. A taxa de homicídios de mulheres não negras foi de 2,5, a mesma taxa para as mulheres negras foi de 4,1 por 100 mil (CERQUEIRA *et al.*, 2021).

2. Método

A construção desse trabalho foi delineada como uma pesquisa documental de caráter quantitativo. As fontes documentais podem ser múltiplas, diversificadas e algumas são clássicas como: os arquivos públicos, documentos institucionais, documentos oficiais e os arquivos privados de órgãos públicos (GIL, 2017). Analisar documentos e suas implicações em um determinado âmbito social mostra-se imprescindível para compreendermos características de um fenômeno e as intrínsecas relações atreladas a estruturas sociais (SILVA; ALEXANDRE, 2019).

No que concerne à investigação quantitativa, pode ser realizada com critérios de abrangência de possibilidades e, quando bem executada, permite ao pesquisador compreender de fato a manifestação de um fenômeno em determinados contextos sociais, áreas e/ou atividades (SILVA; LOPES; JUNIOR, 2014). Para tanto, foram realizados os procedimentos metodológicos fundamentais, que vislumbram à obtenção de um estudo com rigor científico.

A coleta de dados foi realizada por meio do site da Secretária de Segurança Pública – SSP-RS, disponível no endereço www.ssp.rs.gov.br, com livre acesso, de domínio público. Ressalta-se que foram analisados dados do município de Santa Maria – Rio Grande do Sul e selecionados indicadores: violência psicológica (representada por ameaça), violência física (lesão corporal) e violência sexual (estupro), referentes aos anos de 2018, 2019 e 2020, contra a mulher negra no município. Ressalta-se que os índices da violência patrimonial não constam nas tabelas de indicadores.

Os dados foram analisados por meio de Estatística Descritiva e Inferencial. Respectivamente, a primeira tem como objetivo descrever dados de uma amostra por meio de tabelas, ordenação dos dados, números e a criação de gráficos. A segunda trata-se da construção de hipóteses, teses e interpretações, com fundamentação

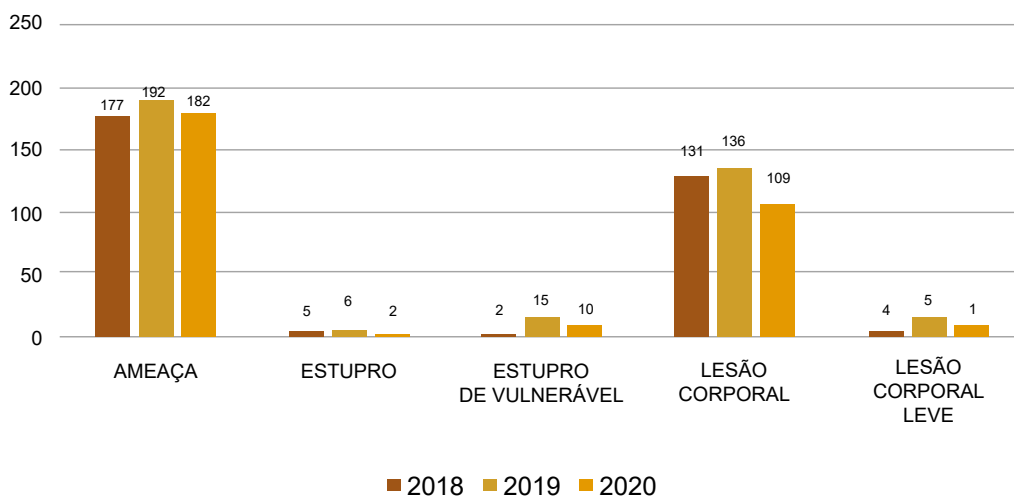
teórica pertinente e atual, com a finalidade de produzir conclusões gerais com base em uma amostra (FERREIRA, 2005).

Posteriormente, para a análise dos dados, na etapa inferencial, realizou-se a leitura de leis, estudos atuais e clássicos, que foram selecionados por conveniência, nas bases de dados: Scientific Electronic Library Online (SciELO), Portal de Periódicos CAPES, Portal de Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC) e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS). Ademais, foram consultados livros do acervo pessoal da pesquisadora. Examinaram-se dados referentes ao tipo de violência e os números transformaram-se em porcentagem, a fim de compreender a incidência da violência contra a mulher negra no município selecionado.

3. Resultados

Após a consulta aos dados no *site* da SSP/RS, conforme descrito no método do presente trabalho, obtiveram-se os seguintes resultados a respeito da incidência da violência doméstica contra a mulher em negra em Santa Maria/RS, referente aos anos de 2018, 2019 e 2020, no gráfico a seguir:

Figura 1 – Expressão da violência doméstica contra a mulher negra em Santa Maria/RS



Fonte: autora

O presente estudo apresenta dados do período de 2018 a 2020, foram notificados 977 casos de violência doméstica contra mulher negra no município de

Santa Maria – Rio Grande do Sul, o que dimensiona o panorama dessa grave problemática. Pode-se constatar uma variação do número de casos entre o primeiro e último ano do estudo.

Verificou-se, na figura 1, referente ao ano de 2018, as formas de expressões da violência doméstica contra a mulher negra em Santa Maria. O número total de registros em foi 319 denúncias (100%), o tipo de violência mais comum foi a psicológica (55,49%), por meio da ameaça, apresentou-se como o meio de agressão mais prevalente, seguido da violência física (42,32%) e a sexual (2,2%). Em 2019, há um aumento em todos os índices da violência contra a mulher negra, foram 354 registros (100%), em que a violência psicológica (54,24%) mantém-se como a de maior registro. A violência física ficou com 39,83%; contudo, neste ano, observa-se o aumento da violência de cunho sexual (5,93%); e a violência patrimonial não obteve notificação.

No que concerne a 2020, totalizaram-se 304 denúncias (100%), de modo geral pode-se evidenciar uma redução nos índices de violência doméstica, em relação ao ano anterior, visto que mais da metade foram psicológicas (59,87%), subsequente foi a violência física (36,19%) e a violência sexual (3,95%), porém não há registros quanto à violência patrimonial, que não aparece nas tabelas de indicadores. Percebe-se que, nos três anos supracitados, o mesmo padrão de registros se mantém: violência psicológica, seguida da física e violência sexual. O que difere é a relação das diferenças entre violência psicológica e física, que se assemelham em 2018, no entanto em 2019 observa-se uma disparidade e aumento significativo nos índices.

4. Discussões

Violência contra a mulher

A violência psicológica foi a mais recorrente nos três anos analisados, esta forma de agressão começou a ganhar visibilidade no âmbito jurídico no ano de 1997, com a Lei nº 9.455, denominada como a Lei da Tortura (BRASIL, 1997). Contudo, a referida Legislação não abarcava a violência psicológica em casos atentados contra a mulher. Tal avanço somente ocorreu no ano de 2006, com a promulgação da Lei Maria da Penha, que oficializou como uma forma de expressão a violência psicológica no contexto doméstico e/ou nas relações afetivas (BRASIL, 2006).

Ressalta-se que a agressão psicológica é uma das primeiras a manifestar-se em casos de violência contra a mulher, porém elas não findam quando as outras formas iniciam. Portanto, evidencia-se que, com o decorrer do tempo, as diferentes formas de expressão da violência ocorrem concomitantemente.

Desde a antiguidade, a mulher é vítima de discriminação. Por vezes, considerada um objeto, com direitos limitados, desejos e liberdades tolhidas, fruto da intolerância sociocultural atrelada ao machismo. Sabe-se que, culturalmente, há uma dominação dos homens que, comumente, encontram-se em posições mais elevadas socioeconomicamente, politicamente e frente à família, diante disso se originam estruturas e lógicas de poder e submissão (PONTES; NERI, 2007).

Os percursos históricos de movimentos feministas, em busca da igualdade, apresentam diversas pautas debatidas e importantes lutas desempenhadas, principalmente a partir do século XVIII. Posteriormente, no século XX, a partir da década de 1960, as ações dos coletivos ampliaram o seu enfoque para o âmbito doméstico. Colocaram-se em evidência as denúncias de casos de assédio e as violências sofridas por mulheres, entre tantos outros temas pertinentes à condição de gênero (GUIMARÃES; PEDROZA, 2015).

Mesmo diante da preocupação social e diversos debates sobre tal problemática, é recente o debate político e social da violência. Somente nos últimos 50 anos tem sido ressaltada a seriedade e a gravidade dos casos de agressões contra as mulheres e suas implicações. Foi um longo caminho percorrido pelo movimento feminista, para visibilizar as violações e violências sofridas pelas mulheres, principalmente no âmbito do privado, porém não somente restrito a este (CARNEIRO, 2017).

A violência contra a mulher é multicausal, multidimensional e multifacetada (FONSECA; RIBEIRO; LEAL, 2012). Como citado, não se refere a um fenômeno contemporâneo, foi por séculos experienciada de modo silencioso e individualizado, sendo assegurada por princípios da inviolabilidade do mundo privado. Como traz um dos ditados populares mais reproduzidos pela população brasileira, que diz “em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher” (SILVEIRA; NARDI; SPINDLER, 2014; GUIMARÃES; PEDROZA, 2015).

Ao refletir sobre a mulher em situação de violência, é necessário a compreensão de que esse grave problema trata-se de um processo interacional que não pode ser considerado uma construção individual, e sim um dinamismo relacional em que todas as partes implicadas se influenciam mutuamente. Ou seja, nas relações sociais, conjugais e familiares, as ações de seus integrantes podem provocar violência, assim como podem produzir condições de submissão à mesma (SANTOS; MORE, 2011).

Fonseca, Ribeiro e Leal (2012) trazem que tal tipo de violência sempre esteve presente no âmbito social, sendo que está atrelada a diversos fatores, sobretudo a questões de gênero. Acerca desta interface, há inúmeras implicações relacionadas ao fenômeno. A condição de violência é, primordialmente, uma séria violação dos

direitos humanos, e pode estar correlacionada a problemáticas complexas e dissemelhantes. Do mesmo modo, pode estar relacionada a questões conceituais referentes à distinção entre: poder e coação, vontade consciente e impulso, determinismo e liberdade (FONSECA; RIBEIRO; LEAL, 2012).

Em agosto de 2006, foi sancionada a Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340, com o objetivo de coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher (BRASIL, 2006). Deste modo, compreende-se que a referida legislação vem para demarcar um novo modo de legitimação de direitos, que busca extinguir as formas cristalizadas da dominação masculina. Ainda assegura que qualquer ação violenta contra a mulher é um crime e violação dos direitos humanos.

A World Health Organization (2021) aponta dados preocupantes acerca da violência contra a mulher. Praticada pelo parceiro, é disparadamente a forma de violência mais prevalente em todo o mundo, afeta cerca de 641 milhões de mulheres. Salienta-se que uma em cada três mulheres sofrem violência física ou sexual, por parte de seu parceiro íntimo ou violência sexual por um não marido ou parceiro, durante o decorrer da sua vida. Além disso, 42% das mulheres vítimas de violência por parte do parceiro relatam lesões como decorrência da violência. Ainda, 30% das mulheres que estiveram em um relacionamento relatam ter sofrido alguma forma de violência física e/ou sexual na vida e 20% das mulheres declaram terem sido vítimas de violência sexual na infância (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2021).

O Atlas da Violência (2021) aponta que, em 2019, 3.737 mulheres foram assassinadas no Brasil. Esse é um número bastante abaixo dos 4.519 homicídios femininos registrados em 2018. Pode-se observar uma redução de 17,3% nos números absolutos. No entanto, em 2019, 66% das mulheres assassinadas no Brasil eram negras. Comparativamente, a taxa de homicídios de mulheres não negras foi de 2,5. A mesma taxa para as mulheres negras foi de 4,1 por 100 mil. Isso indica que o risco de uma mulher negra ser vítima de violências é 1,7 vezes maior do que o de uma mulher não negra. Ou seja, para cada mulher não negra morta, constata-se que morrem 1,7 mulheres negras (CERQUEIRA *et al.*, 2021).

Esse índice vem sendo verificado há alguns anos e a análise dos últimos onze anos aponta que a redução da violência letal não se traduz, no que se refere ao agravamento no mesmo período, nos números da violência entre mulheres negras (CERQUEIRA *et al.*, 2021). Carneiro (2017) corrobora que sexo e raça são esferas que

fundamentam intolerâncias e subalternidades, produzidas historicamente, que geram desigualdades, que empreguem como justificativas para as assimetrias sociais, que apresentam as mulheres negras em uma condição de maior vulnerabilidade em todos os âmbitos sociais (CARNEIRO, 2017).

Já no que concerne ao Rio Grande do Sul, os números absolutos revelam que 23% das mulheres que sofreram violência eram negras. A taxa de risco relativo de vitimização letal de mulheres negras no referido Estado é de 1,2, o que denota maior desigualdade na intersecção entre raça e sexo na mortalidade feminina (CERQUEIRA *et al.*, 2021).

5. Mulher, racismo e violência

Em situações distintas, as mulheres experienciaram violências: mulheres negras escravizadas sofreram a violência colonial, que era constituinte da sua presença naquela estrutura econômica; mulheres indígenas submetidas à similares condições e violações; mulheres brancas sofrem outras formas de posse, submissão e violências. A raça e sexo são categorias que alicerçam discriminações e subalternidades, construídas historicamente e que estabelecem desigualdades, usadas como justificativas para as assimetrias sociais, que denotam que mulheres negras estão em situação de maior vulnerabilidade em todos os âmbitos sociais (CARNEIRO, 2017).

Na atualidade, ainda se pode observar uma violência simbólica como reminiscência e herança da ordem escravocrata no Brasil (SILVEIRA; NARDI; SPINDLER, 2014). Similarmente, Gomes (2019) salienta que o fenômeno da violência contra a mulher no Brasil não pode ser debatido sem o recorte da raça. No que concerne a raça e violência, existem raízes profundas e a concepção estigmatizada dessas relações é estrutural e estruturante, visto que acompanhou os colonizadores, que majoritariamente eram homens brancos experientes em processos de dominação, estigmatização e invisibilização das mulheres (GOMES, 2019).

O caráter estrutural da raça modifica a análise sobre o cenário social e evidencia que, no tocante à violação de direitos, deve-se levar em consideração a complexidade das vulnerabilidades que as mulheres estão expostas. Salienta-se que as desigualdades de gênero e raça se enlaçam e se potencializam. Tais eixos de poder, alicerçados pelo racismo e pelo patriarcado, são aspectos que definem a pluralidade de opressões que o indivíduo será submetido, assim como determina mais ou menos “poder” no estabelecimento das suas relações (SILVEIRA; NARDI; SPINDLER, 2014). É indubitável que no país a raça é usada como subterfúgio po-

lítico de poder, de subserviência e de diferentes violências, visto que é perpetuada por estruturas de opressão e dominação (GARCIA, 2020).

De acordo com Almeida (2020), o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que resultam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam (ALMEIDA, 2020). Isto posto, é imprescindível apontar a problemática da violência coletiva, que ocorre no âmbito social em geral, entre pessoas conhecidas ou desconhecidas e caracteriza-se como agressão direta aos indivíduos, por atentado à sua integridade e vida e/ou a seus bens (BONAMIGO, 2008).

A temática referida relaciona-se com o racismo, que transcende o âmbito da ação individual, é uma decorrência da própria estrutura social, do modo “natural” com que se estabelecem as relações sociais, políticas, econômicas e jurídicas (ALMEIDA, 2020). O racismo cria condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática, em uma sociedade cujo racismo é regra, e não exceção (ALMEIDA, 2020). Ainda que haja relação, faz-se necessária a distinção dos conceitos de racismo, preconceito racial, discriminação racial e injúria racial.

O preconceito racial é o entendimento alicerçado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racialmente identificado e, diante disso, pode-se ou não originar práticas discriminatórias. Como exemplo de preconceitos, pode-se citar a concepção de que negros são violentos ou orientais são naturalmente preparados para as ciências exatas e suas tecnologias (ALMEIDA, 2020).

A injúria racial caracteriza-se como ofensa a dignidade e o uso de elementos de raça, cor, etnia, religião. Está prevista no art. 140, parágrafo 3º, do Código Penal. O crime de injúria está associado ao uso de palavras depreciativas referentes à raça ou cor com a intenção de ofender a honra do indivíduo (BRASIL, 1997). No tocante à discriminação racial, trata-se de promover tratamento diferenciado a integrantes de grupos racialmente identificados e tem como característica basilar o poder, ou seja, a condição de atribuir vantagens ou desvantagens por conta da raça. Pode ser, ainda, direta ou indireta (ALMEIDA, 2020).

A direta é o repúdio ostensivo a indivíduos ou grupos, motivado pela condição racial, exemplo do que ocorre em países que proíbem a entrada de negros, muçulmanos ou estabelecimentos que se recusam a atender clientes de determinadas raças. Já a indireta é um processo em que a conjuntura específica de grupos minoritários é ignorada. Além disso, é marcada pela ausência de intencionalidade explícita de

discriminar pessoas e são impostas regras de “neutralidade racial”, sem a ponderação da existência de diferenças sociais significativas (ALMEIDA, 2020).

Todas as práticas citadas contribuem para a estratificação social. Um fenômeno intergeracional, em que o percurso de vida de membros de um grupo social específico, é prejudicado, o que abrange as oportunidades e condições de ascensão social, de reconhecimento e sustento material – que possibilitam a vida e a subsistência (ALMEIDA, 2020).

Corroborando, Bicudo (2010) salienta que os negros de camadas intermediárias constituem o alvo mais visível do preconceito de cor, que é manifestado em diferentes ações dos indivíduos, alguns demonstram o preconceito com benevolência exacerbada, assim como outros expõem grande depreciação (BICUDO, 2010). O racismo materializa-se como discriminação racial, determinado por seu caráter sistêmico. Não é apenas um ato discriminatório e/ou um conjunto de atos, mas sim um processo em que condições de subalternidade e de privilégio, que se distribuem entre grupos raciais, se reproduzem nos âmbitos da política, economia e das relações cotidianas (ALMEIDA, 2020).

6. Considerações finais

A Psicologia, na função de ciência, tem um compromisso e desempenha um papel fundamental na atenuação dos entraves sociais. Evidencia-se a importância de debates e do estabelecimento de reflexões, visto que o psicólogo poderá contribuir para melhor compreensão do fenômeno, articular práticas para o enfrentamento e superação de sentimentos envolvidos em casos de mulheres negras que sofreram violências (CFP, 2017).

Pode-se observar que os índices cresceram significativamente do ano de 2018 para 2019. No entanto, também constatou-se uma queda nas proporções de 2020. Ressalta-se que, em 2020, com a pandemia da COVID-19 e sua intensificação em todo o mundo, diversos estados do país adotaram medidas de isolamento social, com o objetivo de atenuar a contaminação da população. Embora essas medidas tenham sido extremamente importantes e necessárias, o isolamento domiciliar pode ter agravado a situação de violência doméstica vivenciada por mulheres negras brasileiras, visto que durante o período pandêmico elas foram obrigadas a permanecer nas residências com os seus agressores e, também, podem ter enfrentado diferentes adversidades no acesso às redes de proteção às mulheres e aos canais de denúncia.

Por fim, salienta-se a relevância de estudos sobre a violência doméstica contra a mulher negra, assim como evidencia-se a obrigatoriedade das notificações dos casos, para um panorama fidedigno da violência no município. Assim, podem ser realizadas análises acerca da magnitude desse fenômeno. Ademais, destaca-se que discussões acerca da violência doméstica contra as mulheres negras são dispositivos estratégicos para engajar profissionais e acadêmicos, em articulações de práticas de formação, produção de conhecimentos, que vislumbrem a prevenção e o enfrentamento da violência e preconceitos, ensejando melhores medidas protetivas e políticas públicas de resistência às agressões que sofrem.

7. Referências

ALMEIDA, Silvio de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.

BICUDO, Virgínia Leone. **Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo**. São Paulo: Sociologia e Política, 2010. 192 p. Edição organizada por Marcos Chor Maio.

BONAMIGO, Irme Salette. Violências e contemporaneidade. **Rev. Katálysis**, v. 11, n. 2, Florianópolis, SC, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802008000200006. Acesso em: 23 nov. 2021.

BRASIL. Lei n. 9.459, de 13 de maio de 1997. Altera os arts. 1º e 20 da Lei n. 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, e acrescenta parágrafo no art. 140 do Decreto-lei e 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Diário Oficial da União**, Brasília, 14 maio 1997.

BRASIL. Lei n.º 9.455, de 7 de abril de 1997. Define os crimes de tortura e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19455.htm. Acesso em: 4 nov. 2021.

BRASIL. Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. **Diário Oficial da União**, 2006a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 4 out. 2021.

CARNEIRO, Suelaine. **Mulheres negras e violência doméstica: decodificando os números**. São Paulo: Geledés Instituto da Mulher Negra, 2017.

CARRIJO, Christiane; MARTINS, Paloma Afonso. A violência doméstica e racismo contra mulheres negras. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, v. 28, n. 2, e60721, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/JK8t85xSSKbjtwkJzxpqtq/?lang=pt#>. Acesso em: 27 ago. 2021.

CERQUEIRA, Daniel *et al.* **Atlas da violência 2021**. Rio de Janeiro: IPEA, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1375-atlas-daviolencia2021completo.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2021.

CFP (Conselho Federal de Psicologia). **Relações raciais: referências técnicas para atuação de psicólogas/os**. Brasília, DF: CFP, 2017. 147 p.

COSTA, Daniella Harth da; NJAINE, Kathie; SCHENKER, Miriam. Repercussões do homicídio em famílias das vítimas: uma revisão da literatura. **Revista Ciência & Saúde Coletiva [online]**, v. 22, n. 9, p. 3.087-97, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/RKt3cYpSchCCV6yDhTXHRBS/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 5 out. 2021.

FERREIRA, Pedro Lopes. **Estatística descritiva e inferencial: breves notas**. [Coimbra]: Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra. 2005. p. 120. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/9961/1/AP200501.pdf>. Acesso em: 1 out. 2021.

FONSECA, Denire Holanda da; RIBEIRO, Cristiane Galvão; LEAL, Noêmia Soares Barbosa. Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais. **Psicologia & Sociedade [online]**, v. 24, n. 2, p. 307-14, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/bJqkynFqC6F8NTVz7BHnt9s/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 4 out. 2021.

GARCIA, Danler. Violência contra a mulher negra no Brasil: ponderações desde uma criminologia interseccional. **Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, v. 7, n. 2, p. 97-120, 2020. Disponível em: <http://revista.abrasd.com.br/index.php/rbsd/article/view/381>. Acesso em: 4 out. 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GOMES, Nilma Lino. Libertando-se das amarras: reflexões sobre gênero, raça e poder. **Currículo sem Fronteiras**, v. 19, n. 2, p. 609-27, maio/ago. 2019. Disponível em: <http://curriculosemfronteiras.org/voll9iss2articles/gomes.html>. Acesso em: 2 out. 2021.

GUIMARÃES, Maisa Campos; PEDROZA, Regina Lúcia Sucupira. Violência contra a mulher: problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas. **Psicologia & Sociedade [online]**, v. 27, n. 2, p. 256-66, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/Dr7bvbkmVcYSTwdHDpdYhfn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 1 out. 2021.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 86, p. 93-103, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/hVnNxSrszcVLQGfHFf85kk/?lang=pt>. Acesso em: 24 set. 2021.

PONTES, Ana Kariny L.; NERI, Juliana de Azevedo. Violência doméstica: evolução histórica e aspectos processuais no âmbito da Lei n. 11.340/2006. **RevJurFA7**, Fortaleza, CE, v. IV, n. 1, p. 201-14, abr. 2007. Disponível em: <https://periodicos.uni7.edu.br/index.php/revistajuridica/article/view/209>. Acesso em: 1 out. 2021.

SACRAMENTO, Livia de Tartari; REZENDE, Manuel Morgado. Violências: lembrando alguns conceitos. *Aletheia*, Canoas, n. 24, p. 95-104, dez. 2006. Disponível em: http://pep-sic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141303942006000300009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 2 out. 2021.

SANTOS, Ana Cláudia Wendt dos; MORÉ, Carmen Leontina Ojeda Ocampo. Repercussão da violência na mulher e suas formas de enfrentamento. *Paidéia [online]*, Ribeirão Preto, v. 21, n. 49, p. 227-35, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/MmzjhMgfTJZCc5XGYGYn6Zs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2 out. 2021

SCHRAIBER, Lilia Blima *et al.* Violência de gênero no campo da Saúde Coletiva: conquistas e desafios. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 14, n. 4, p. 1.019-27, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/YbkX8mcB3TygL5dtWKVgM7p/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13 set. 2021.

SEGATO, Rita Laura. Patriarchy from margin to center: discipline, territoriality, and cruelty in the apocalyptic phase of capital. *South Atlantic Quarterly*, v. 115, n. 3, p. 615-24, 12 Jul. 2016. Disponível em: https://static1.squarespace.com/static/574dd51d62cd942085f12091/t/597ce7b429687f5e37ce2c43/1501358006374/South_Atlantic_Quarterly_Patriarchy_From.pdf. Acesso em: 1 out. 2021.

SILVA, Dirceu da; LOPES, Evandro Luiz; JUNIOR, Sérgio Silva Braga. Pesquisa quantitativa: elementos, paradigmas e definições. *Revista de Gestão e Secretariado (GeSec)*, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 1-18, jan./abr. 2014. Disponível em: https://www.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/297/pdf_36. Acesso em: 7 out. 2021.

SILVA, Rafael Bianchi; ALEXANDRE, Ana Clara Siena. Investigação acerca da subjetividade no âmbito do suas: uma pesquisa documental. *Psicologia & Sociedade [online]*, v. 31, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/hdS5hXpqpLFP4zK-WSXw9MyJ/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 19 out. 2021.

SILVEIRA, Raquel da Silva; NARDI, Henrique Caetano; SPINDLER, Giselle. Articulações entre gênero e raça/cor em situações de violência de gênero. *Psicologia & Sociedade*, v. 26, n. 2, p. 323-34, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/xtzwLkTLWPjLFyD8Qjz7Qxj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 3 out. 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Violence against women. *World Health Organization*, 2021. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/violence-against-women>. Acesso em: 1 out. 2021.



Capítulo 7

Categoria: Experiência Individual

Eixo orientador: Geracional - racismo na infância, juventude e envelhecimento

Carla Fernanda de Lima. CRP: 21/0.1185. Mulher preta de axé, candomblecista, ativista do movimento negro, coordenadora do Núcleo de Estudos sobre Gênero, Raça, Classe e Trabalho (NEGRACT/UFDPAR), psicóloga do Centro Integrado de Especialidades Médicas (CIEM-Policlínica Parnaíba-PI), doutora em Psicologia Social e Professora do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Delta do Parnaíba.

"Só quero matar a minha dor": mulher negra, racismo e subjetividade

"I Just Want To Kill My Pain": Black Woman, Racism and Subjectivity

"Quiero Matar Mi Dolor": Mujeres Negras, Racismo y Subjetividad

Resumo

Essa narrativa é um ato político que visa a refletir acerca do impacto de uma sociedade patriarcal, misógina, colonial e racista na subjetividade negra. O método utilizado foi estudo de um caso clínico e a técnica história de vida de uma jovem negra de 16 anos, da periferia. A análise dos dados foi realizada por meio da análise episódica, a fim de promover reflexão acerca de como o racismo cotidiano produz sofrimento psíquico e modo de existência e de como isso implica a necessidade de um fazer psicológico emancipado de todas as formas de colonialidade, dominação e opressão. A partir do estudo, reflete-se acerca da necessidade da descolonização do conhecimento e das práticas em saúde mental, além da urgência na construção de micropolíticas de cuidado afrocentrados e afrodiaspóricos, sendo fundamental que isso aconteça em conjunto com múltiplas ações de pequenos coletivos nas esferas da educação, cultura, política e economia, assegurando assim, sincronicidade no movimento de oposição à dimensão macropolítica do racismo.

Palavras-chave: Racismo. Subjetividade negra. Descolonização do saber.

Abstract

This narrative is a political action that aims to ponder the impact of a patriarchal, misogynist, colonial and racist society on Black Subjectivity. The method used is a clinical case study and the life history of a 16-year-old black girl from the ghetto. Data analysis method used is episodic analysis, to promote ponderation on how everyday racism causes psychological distress and mode of existence and how this implies the need for physiological practices that are emancipated from all forms of

coloniality, domination and oppression. From the study, we can ponder the need of decolonization of knowledge and practices in mental health, besides the urgency in the construction of micropolitics of Afrocentric and Afrodiasporic caring, which is crucial that it happens with multiple actions of small collectives in educational, cultural, political and economic spheres, thus ensuring synchronicity in the opposition movements to macropolitical dimension of Racism.

Keyword: Racism. Black subjectivity. Epistemological decolonization.

Resumen

Esta narrativa es un acto político que tiene como objetivo reflexionar sobre el impacto de una sociedad patriarcal, misógina, colonial y racista sobre la subjetividad negra. Utilizamos el método del estudio de caso clínico y la técnica de historia de vida de una joven negra de 16 años de la periferia. Analizamos los datos mediante el análisis episódico, con la finalidad de promover la reflexión sobre cómo el racismo cotidiano produce sufrimiento psicológico y modos de existencia específicos y cómo eso implica la necesidad de una práctica psicológica emancipada de todas las formas de colonialidad, dominación y opresión. Con base en ese estudio, reflexionamos sobre la necesidad de descolonizar los conocimientos y prácticas en salud mental, así como la urgencia en la construcción de micropolíticas de cuidado afrocéntrica y afrodiaspórica, y es fundamental que eso suceda junto a múltiples acciones de pequeños colectivos en las esferas de la educación, de la cultura, de la política y de la economía, asegurando la sincronidad en el movimiento de oposición a la dimensión macropolítica del racismo.

Palabras claves: Racismo. Subjetividad negra. Descolonización del conocimiento.

Mulheres negras, por não serem nem brancas nem homens, passam a ocupar uma posição muito difícil dentro de uma sociedade patriarcal de supremacia branca. Nós representamos um tipo de ausência dupla, uma Outridade dupla, pois somos a antítese tanto da branquitude quanto da masculinidade. (KILOMBA, 2019, p. 190)

Foi do desejo de deixar de ser o outro do outro que emergiu esta escrita. Foi da necessidade de expor para a branquitude os impactos de transformar a mulher negra no outro do outro que surgiu esta narrativa. Foi da necessidade de Resistir, Reexistir, Persistir que surgiu esta narrativa. Esta narrativa é um ato político, uma forma de oposição ao (e exposição do) sistema patriarcal e colonial em que o capita-

lismo se sustenta. Esta narrativa busca expor a realidade traumática e os impactos do racismo no corpo, subjetividade e ancestralidade do negro. Esta narrativa se propõe a transgredir a linguagem academicista clássica, eurocêntrica, colonial, patriarcal e branca que não abarca a realidade do negro. Esta narrativa visa a despertar para a necessidade da descolonização do conhecimento, de micropolíticas de cuidado e de ação de pequenos coletivos e todas as esferas, a fim de produzir transformação social. Visa a despertar a reflexão acerca da necessidade de um pensamento afrocentrado na compreensão da realidade, vivências e subjetividade do negro. O conhecimento eurocêntrico não cabe mais na compreensão do sujeito de cor, nunca coube, por ser parte da ideologia do sistema político de opressão e supremacia branca e por impor “uma vivência de vergonha da nossa cor e um ódio de nós mesmos internalizados e debilitantes” (NOBLES, 2009, p. 288).

Os autores que serão utilizados para dar suporte às discussões e análises serão todos negros, justificado pelo apagamento de referenciais africanos e afro-brasileiros e pelo assassinato e recusa da academia em reconhecer a produção de conhecimentos científicos por parte do negro. A perversidade do racismo sempre nos colocou no lugar do não saber, o epistemicídio é mais uma forma de matar o corpo negro, pois a morte simbólica, a morte da intelectualidade, do saber, do conhecimento, da mente, deixa o corpo mais vulnerável para a morte física, objetivo geral de uma sociedade genocida e eugenista.

Asante (2009) aponta para a importância do lugar que optamos por nos colocar para analisar os fenômenos, pois sempre olhamos para a realidade do negro a partir do olhar de quem estava com o chicote na mão, então nos naturalizamos descendentes de escravos, fomos zoomorfizados, considerados seres menos evoluídos, inferiorizados, desumanizados, bestializados, vulnerabilizados e invisibilizados. O autor aponta que o olhar de quem estava chegando acorrentado e o de quem estava vendo o tumbeiro chegar a terras pindorâmicas nunca foi considerado para contar a história da escravização, por exemplo. Nesse sentido, a opção por utilizar apenas referenciais negros é uma escolha política, tanto no sentido social, gerando representatividade intelectual para a comunidade negra, como no sentido individual, para vingar o adoecimento mental da jovem negra, caso clínico deste estudo, que estava “acostumada com o racismo e me sinto inferior aos meus colegas da escola, não gosto de mim” (Dorvi) e “eu não vou passar de ano, não quero ir para a escola, eu odeio a escola, sou burra” (Dorvi). O epistemicídio apaga, boicota, anula, incapacita, adoce e mata.

Antes que questionem quem é Dorvi, vou explicar: Dorvi é o nome que utilizarei nesta escrita para me referir à jovem negra, caso clínico estudado aqui. No entanto, a opção pela utilização de um nome fictício é em virtude de não estarmos falando de potência, e sim de violências de várias ordens, que vão desde o racismo vivenciado, ao epistemicídio, ao abuso sexual do corpo da mulher negra, à misoginia. E por que Dorvi? Em referência a Dorvi, personagem de Olhos D'água, de Conceição Evaristo (2016), que precisava se lembrar do combinado: “A gente combinamos de não morrer” e a cada encontro a renovação desse pacto era necessária, pois isso ia garantindo que tivéssemos o próximo encontro. Assim, eu tinha tempo de tentar intervir sobre aquele auto-ódio que impactava no quadro de ideação suicida, tentativas de suicídio (por meio de enforcamento, cortes nos pulsos, uso de medicamentos em excesso), automutilação, depressão, ansiedade e um diagnóstico psiquiátrico de esquizofrenia.

A compreensão e intervenção neste caso clínico se deu por meio da Psicologia Preta, vertente clínica surgida nos EUA, tendo como precursores: Wade Nobles e Naim Akbar (VEIGA, 2019). Essa vertente clínica busca raízes profundas no pensamento africano e surge como oposição à psicologia ocidental eurocêntrica e ao sistema industrial de saúde mental produzido por ela, pois esta não consegue fornecer explicações, fundamentos e práticas de intervenção que acolham o povo que ela se destinou a oprimir desde que foi criada pelo sistema imperialista e colonial (NOBLES, 2009). A Psicologia Preta, de acordo com este autor, propõe uma perspectiva afrocentrada do ser humano, com vistas a descolonizar a subjetividade do negro, a fim de promover a cura do auto-ódio, e isso se dá mediante o iluminar o espírito, por intermédio de uma compreensão profunda e plena do que é ser pessoa africana, pessoa afro-diaspórica. O afeto de ódio do branco em relação ao negro, que caracteriza o racismo e promove o genocídio, é o que gera uma assimilação do auto-ódio do negro. O negro precisa desistir de si mesmo, tendo que entrar em consonância com o desejo do branco, porque o desejo ideal é o do branco, portanto o negro quer ser branco, porque ser branco é a condição de ser humano (SOUZA, 1983; FANON, 2008).

1. Método

Essa escrita será baseada no estudo de um caso clínico que buscou refletir acerca do impacto de uma sociedade patriarcal, misógina, colonial e racista na subjetividade de uma jovem negra de 16 anos, da periferia, atendida no Centro Integrado de Especialidades Médicas – CIEM, fomentado pela Fundação de Amparo à Pesquisa

do Piauí- FAPEPI. Ressalte-se que se seguiram os princípios éticos em pesquisa com seres humanos e esta pesquisa está aprovada no CAAE: n° 20083419.6.0000.5214.

Os instrumentos utilizados foram as fichas de triagem e a sínteses de atendimento. A técnica utilizada foi história de vida e para a análise dos dados optei pela análise episódica proposta por Kilomba (2019), que consiste em compreender os contextos, atores e temas do racismo cotidiano, a partir de episódios que mostram a presença ininterrupta do racismo na vida da jovem negra.

A análise do caso estudado será dividida em três partes:

- “Me chamam de negra, negra feia, vagina roxa”, nesse espaço faço um breve resumo do contexto de violência ao qual a jovem foi submetida, abordando: a instituição escola como lugar onde acontecem as primeiras experiências de racismo; o racismo epistêmico; a influência negativa da mídia sobre a estética negra; o preterimento da mulher negra e o corpo da mulher negra como um corpo público;
- “Eu desisto de mim”, nesse tópico descrevo como a jovem se encontrava, apontando o impacto do racismo na sua subjetividade;
- “A gente pode combinar de não morrer?”, em que exponho algumas intervenções terapêuticas realizadas.

E, por fim, faço “Modestas considerações”, em que abordo o poder do racismo como fenômeno sociogênico circular e a importância de micropolíticas de cuidado em saúde, atreladas a práticas coletivas em outras esferas, como: a educação, a cultura, a política e a economia.

2. “Me chamam de negra, negra feia, vagina roxa.”

A escolarização do povo negro sempre teve empecilhos no Brasil, o 2º Ato Oficial: lei complementar à constituição do império de 1824, proibia negros (e leprosos) de frequentar escolas, pois eram considerados doentes e portadores de moléstias contagiosas. Mesmo no pós-abolição, a sociedade encontrou novas formas de assegurar que esse não fosse um lugar para levar corpo negro. Assim, apesar de a Constituição de 1988 garantir que a educação é direito de todos e dever do estado e da família, o mito da democracia racial instituído não assegurou que a escola fosse um ambiente seguro à subjetividade do negro, tornando-se, pois, o espaço onde acontecem as primeiras experiências de racismo de crianças e jovens negras e negros.

“Eu não gosto da escola, eu odeio a escola, eu sofro muito bullying lá.”

“Quando penso que no dia seguinte tenho que ir pra escola, começo a me tremer e o coração bater forte.”

Ao ser questionada por mim sobre o conteúdo desse bullying, a jovem Dorvi afirmava:

“Eles dizem que meu cabelo parece uma vassoura, dizem que querem meu cabelo para lavar louças.”

“Me chamam de cabelo ruim, dizem que meu cabelo é feio e que eu sou fedorenta por causa da minha cor.”

“Na escola me chamam de negra, negra feia, vagina roxa.”

“Eu tentei alisar meu cabelo, pra me sentir mais bonita e eles ficavam dizendo que negro não podia ter cabelo liso e, quando a raiz nascia, eles falavam que estava nascendo novamente o cabelo ruim.”

“Às vezes, eu coloco tranças no meu cabelo, pra esconder o cabelo ruim, mas eles dizem que é coisa de negro, que é feio e que fede.”

“É normal eles dizerem essas coisas. Sempre me senti o patinho feio por causa do meu cabelo.”

Bullying? Sim, Dorvi chamou de bullying essas violências de cunho racial. É necessário compreender a origem discriminatória e as características de cada fenômeno, a fim de que a pauta da discriminação racial não seja pormenorizada, nem amenizada e tratada como um simples caso de bullying. Esses fenômenos se diferenciam nas características, no impacto e nas estratégias de enfrentamento. Racismo é uma construção social que estrutura a sociedade e inferioriza um povo, é estrutural e ideológico, apenas pessoas não brancas são vítimas. Racismo é crime e nas escolas tem sido responsável pela desmotivação pelos estudos e pela evasão de pessoas negras. Bullying é um fenômeno psicossocial que ocorre em contextos interacionais contra qualquer criança. Apesar de ser violência nas relações interpessoais, não é estrutural, ideológico nem crime.

Experiências que envolvem o corpo, o cabelo, a raça e a estética ficam guardadas na memória do sujeito e, mesmo depois de adultos, quando fortalecem a identidade e consciência racial, as marcas continuam povoando a sua memória (GOMES, 2003).

“Quando fui apresentar um poema na minha sala, fiquei muito nervosa, fiquei tremendo e os meus colegas começaram a rir de mim.”

“Eu fico com muito medo de errar.”

A educação ocidental tem dado contribuição inestimável para o epistemicídio que tem se constituído como um dos instrumentos operacionais para a consolidação das hierarquias raciais por ele produzidas (CARNEIRO; FISCHMANN, 2005). Nem sempre os professores percebem que, por detrás da timidez e da recusa de participação de trabalhos em grupos, encontra-se um complexo de inferioridade construído

na relação do negro com a sua estética, com a sua raça durante a sua trajetória social e escolar (GOMES, 2003).

A mídia é outra aliada do racismo estrutural e genocida. Ela exerce muita influência nas representações sociais construídas, produzindo conhecimentos, opiniões e imagens que inferiorizam, marginalizam e vulnerabilizam o negro. A mídia constrói e reforça um padrão de ser humano e tudo o que não se enquadrar nesse padrão será marginalizado.

“Uma vez eu vi uma propaganda de alisante de cabelo que colocava uma mulher com um lado do cabelo liso e o outro lado enrolado e dizia que o lado enrolado era o cabelo ruim que ia ficar bom se usasse o alisante.”

“Às vezes minha mãe arrumava meu cabelo pra não ficar alto, eu me sentia bem quando ela ajeitava.”

Ser negro é ser violentado de forma constante, contínua e cruel, sem pausa ou repouso, por uma dupla determinação: a de encarnar o sujeito branco seja no corpo, seja nos Ideais de Ego e a de recusar, negar, apagar todos os traços que aproximarem o sujeito negro de si mesmo (SOUZA, 1983). Ao negro restaria a tentativa de assimilação dos valores e visões de mundo do grupo dominante (BICUDO, 2010).

O racismo é um elemento que integra a organização social, política e econômica de uma sociedade (ALMEIDA, 2019) e está tão entranhado na estrutura que as relações se estabelecem “naturalmente” a partir da inferioridade e submissão de pessoas negras. A interseccionalidade coloca mulheres negras como o “outro do outro”, pois é o outro do homem e o outro do branco, é, portanto, a antítese da masculinidade e da branquitude, estando hierarquicamente na posição mais vulnerável na supremacia patriarcal e colonial da nossa sociedade (KILOMBA, 2019), vivenciando, assim, situações históricas de preterimento, inadequação e violência em todas as relações:

Conheci um rapaz no Facebook, enquanto ele não viu foto minha ele ficou me tratando muito bem, dizia que queria me conhecer. Quando mandei foto pra ele, ele me disse que eu parecia uma macaca, uma atriz pornô, uma prostituta e começou a falar de sexo, dizendo um monte de coisa ruim que ele ia fazer comigo.

O racismo já se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira e se articulado com o sexismo produz efeitos violentos e irreparáveis sobre a mulher negra (GONZÁLEZ, 1984). Daí resulta um sentimento de inferioridade que a mulher negra precisa superar, ela sente raiva de se sentir pequena (FANON, 2008).

O preterimento aliado a uma questão histórica: o corpo público da mulher negra, gera outras formas de violência. Abdias Nascimento (2016) aponta que o mito da democracia racial surgiu como uma estratégia do branco para tirar a “mancha negra” da sociedade brasileira. Foi por meio do estupro da mulher negra por parte do homem branco que se deu origem à miscigenação imposta à sociedade brasileira e à misoginia racista que submete mulheres negras, cimento de todas as hierarquias de gênero e raça presentes em nossa sociedade (CARNEIRO, 2003). Historicamente, a mulher negra esteve submetida, em alguns momentos, elas eram desprovidas de gênero e serviam de força de trabalho escravo, trabalhando ao lado dos homens negros; e, em outros momentos, serviam de fêmeas, sendo exploradas sexualmente, punidas e reprimidas (DAVIS, 2016).

Em Dorvi, essa realidade histórica predis pôs a jovem a ter seu corpo (e sua subjetividade) violentado(s): foi abusada sexualmente por seu padrasto. O abuso se iniciou quando a jovem ainda tinha 15 anos, quatro meses antes de iniciar a terapia.

“Ele começou a ficar me vendo tomar banho pelo vidro do banheiro e me olhando quando eu deitava na rede. Ele tirava fotos minhas pra ficar olhando.”

“Depois ele começou a tocar meu corpo, ficava fazendo massagem no meu ombro e pegando perto dos meus seios.”

“Ele me levava pra escola e ficava me dizendo que o pênis dele estava duro.”

De acordo com a Rede de Observatórios de Segurança (2020), de 2009 a 2017 o número de mulheres negras vítimas de estupro aumentou quase 10 vezes, em 2017 as mulheres negras sofreram 73% dos casos de violência sexual, enquanto as brancas foram vítimas em 12,8%. Esses dados revelam a submissão sexual histórica de mulheres negras, que na jovem Dorvi, atrelado a todo esse contexto de violências até aqui exposto, provocou uma série de consequências subjetivas e sociais.

3. “Eu desisto de mim.”

Diante de toda a realidade exposta, a família de Dorvi procurou terapia e a jovem chegou a um estado afetivo penoso, arriscaria dizer que seria a paciente negra com o mais transparente comprometimento subjetivo, social, psíquico decorrente do racismo que eu tenha atendido em toda a minha trajetória. Sua sanidade estava em risco, a colonização acarretou ideação suicida, tentativas de suicídio, baixa autoestima, depressão, automutilação, sentimento de culpa generalizado, sentimento de não pertencimento, fobia social, devastada percepção de si, alucinação auditiva e visual.

Nas palavras do psiquiatra de Dorvi, isso seria resumido com um F20 – Esquizofrenia, porque talvez fosse mais cômodo situar como um fenômeno individual, ontogênico, definindo aquela subjetividade ao espaço da loucura, em prol de um projeto manicomial histórico, que sempre arrumou formas de enclausurar e controlar corpos negros, mais facilmente classificáveis nos compêndios psiquiátricos, a partir de uma análise pouco cuidadosa. A loucura de Dorvi era apenas um clamor por liberdade, por uma sociedade em que ela pudesse viver, sentir-se humana.

Se conseguíamos definir os mecanismos psicológicos pelos quais os indivíduos se ajustavam, éramos forçados a apreender em função de que condições exteriores se estabeleciam. Parecenos legítima a possibilidade de conhecerem-se até certo ponto as atitudes raciais de um grupo étnico, através das reações de outro grupo com o qual interaja. (BICUDO, 2010, p. 157)

A existência do mundo branco antinegro sempre impôs distúrbios e auto-ódio à população negra, portanto uma análise superficial e descuidada sempre desconsiderará uma perspectiva sociogênica, ou seja, a ligação entre a dimensão histórica e político-social com a psíquica (FANON, 2008; FANON, 2020). O contexto de um racismo estrutural provoca, uma toxicidade que pode ser mortal à subjetividade humana.

“Eu ando triste, muito irritada, mal-humorada. Sinto um vazio muito grande dentro de mim, uma angústia. Choro e não passa.”

“O meu psiquiatra me passou remédio, mas essa tristeza não passa.”

“Me sinto culpada de tudo. Me sinto inútil.”

“Eu gosto de me cortar.”

“Eu tenho nojo do meu corpo.”

“Eu não gosto de mim. Odeio tudo em mim.”

“Sabe quantas vezes eu passo perfume e hidratante no meu corpo antes de sair de casa? Cinco vezes e mesmo assim eles continuam me chamando de fedorenta.”

“Sou feia. Me acostumei a me sentir inferior.”

“Não tenho amizades. Eu não suporto mais as pessoas.”

“Não gosto do jeito que eu sou, por que eles vão gostar?”

“Tenho medo de dormir. Tô cansada de viver. Eu penso em me matar.”

“Eu planejo me matar à noite quando minha mãe está dormindo.”

“Eu não quero mais viver. Eu quero morrer, vai ser bem melhor pra mim.”

“Quando eu morrer, eu vou nascer de novo, e vou nascer bonita, loira dos olhos azuis.”

Essas palavras ainda ecoam no tímpano, elas falam sobre Dorvi, sobre mim, sobre um coletivo de pessoas. A pessoa negra começa a sofrer por não ser branca, à medida que o homem branco impõe uma discriminação, faz do negro um colonizado, extirpando qualquer valor, qualquer originalidade, colocando o negro na categoria de um parasita do mundo, que busca acompanhar o mais rapidamente possível o mundo branco (FANON, 2008).

Assim, no desejo de tornar-se humano, e superar o sentimento de inferioridade, o negro procura ajustamento se isolando, para evitar o sofrimento de ser evitado pelo branco em situações sociais (BICUDO, 2010) e toma o branco como modelo de identificação, desejando nada mais nada menos que a própria extinção, seu projeto é deixar de existir, a sua aspiração é a de não ser ou não ter sido (SOUZA, 1983). E nessa aspiração Dorvi se rejeita, sente ódio de si mesma, violenta o próprio corpo, em consequência da rejeição, do ódio e da violência que o sujeito universal branco impõe; pois, mesmo querendo se enquadrar no padrão branco, se afastando de si, nunca conseguirá ser tido como humana. Assim, morrer é a alternativa mais viável, pra ver se quando nascer de novo vai “nascer bonita, loira dos olhos azuis”. Até porque, além de nascer bonita, se tornaria humana, e com efeito o embranquecimento traria junto a bondade, o sucesso, a criatividade, gênio e a civilização (NOBLES, 2009).

E, na tentativa de antecipar essa morte, as tentativas de suicídio emergiram para a jovem Dorvi. Kilomba (2019) aponta que o suicídio é como um ato de tornar-se sujeito, pois decidir não mais viver nas condições que o senhor branco impunha é uma performance final, é uma forma de o sujeito negro reivindicar sua subjetividade. Ainda de acordo com a autora, o suicídio entre mulheres negras é o retrato perfeito do lugar imposto pela sociedade, a “outra” dos outros: o suicídio é a alternativa para um eu desqualificado, é um ato impecável de não existência.

É nesse sentido que Nobles (2009) aponta que os cem anos de “embranquecimento” causaram mais danos psíquicos aos negros do que quatrocentos anos de escravidão racista e dominação colonial. O racismo vem se sofisticando e precisamos construir novas formas de enfrentamento a esse fenômeno estrutural, e aos males que ele acarreta à subjetividade humana. A atuação da Psicologia eurocêntrica e colonial na subjetividade do negro tem sido uma forma de reforçar o que Grada Kilomba (2019) chamaria de “outridade” do negro, ou seja, tudo aquilo que o sujeito branco reprime em si e personifica no negro. Portanto, é necessária uma descolonização das estruturas que mantêm o racismo como fenômeno vivo. A ciência, de maneira geral, e a Psicologia, em específico, são estruturas que necessitam se refazer, para promover pertencimento, inclusão, transformação efetiva e duradoura e arcar

com as consequências impostas pela história e pela omissão e atuação colonial que tiveram frente a essas violências.

4. “A gente pode combinar de não morrer?”

Frente ao estado de fragilidade e vulnerabilidade que Dorvi chegou ao consultório, embasei minha prática na Psicologia Preta e em estudos decoloniais que contribuem para a compreensão acerca da saúde mental do negro. O negro não deve mais ser colocado diante do dilema de branquear ou desaparecer, ele precisa tomar consciência de uma nova possibilidade de existir. Se ele deseja se embranquecer para tornar-se humano, o meu objetivo não será fazê-lo abdicar dessa decisão, ao contrário, o meu objetivo será promover letramento étnico-racial a fim de torná-lo consciente de sua realidade e capaz de escolher a ação (ou a passividade) frente à verdadeira origem do conflito: as estruturas sociais (FANON, 2008).

Meu objetivo será sempre: restaurar o senso de pertencimento; fazer escuta individual e coletiva; coletivizar o sofrimento; acolher integralmente em suas dores; reaproximar da natureza e de suas próprias potencialidades; em um movimento Sankofa, resgatar suas origens, raízes, história e passado, para a compreensão do presente e a construção do futuro; promover o acesso à narrativa da história do negro, apagada pelo colonialismo, a fim de promover cura do auto-ódio.

Após ouvir a história daquela jovem, contada primeiramente pela sua avó, recebi aqueles olhos d’água que, apesar do estado penoso, ao final da primeira sessão disse: “Nunca tive uma psicóloga negra”. Ali eu entendi que o meu corpo negro já intervia frente àquela jovem negra, eu era representatividade, meu corpo, meu cabelo, minha cor já começavam a reparar o não pertencimento. O encontro entre negros é cura, nós nos reconhecemos em nossa humanidade, em nossas fragilidades, portanto, com um ouvido eu ouvia a história singular, com o outro eu ouvia a história coletiva daquela jovem. E sempre que relatava experiências de racismo, eu incluía o “nós” na escuta clínica, assim ela não se sentia sozinha em suas vivências, e entendia que o racismo é uma estrutura social que gera em nós um sofrimento coletivo. Ela não estava sozinha, o problema não era ela.

As várias tentativas de suicídio, exigiram-me a construção de um pacto (contrato) com a jovem. Em Conceição Evaristo (2016), perguntei a ela: “A gente pode combinar de não morrer?”. Na primeira vez ela respondeu: “Vou tentar”. Em outras vezes disse: “Sim”. Quando vivenciava alguma situação violenta na escola voltava a

dizer: “Vou tentar”. E assim seguimos, eu sempre tentando garantir que na semana seguinte ela estaria lá para que a gente pudesse reexistir.

Várias foram as atividades realizadas. Para acolher a dor da violência do abuso sexual vivenciado, promovi encontros com grupos de meninas adolescentes abusadas sexualmente, mediado por uma estagiária de Psicologia. Ali Dorvi fez amizade com uma menina que também foi abusada e dizia que estava ajudando a menina a superar seu trauma. Até mesmo naquele espaço, a menina negra se reconhecia e se potencializava.

“No grupo eu sou a única negra e eu me senti tão bem tendo a pele escura, os cabelos enrolados, porque eu era a única negra e me senti poderosa.”

“Você mudou a minha percepção sobre mim, foi muito bom ler aqueles livros. Eu gosto de ser negra.”

Utilizamos poesias, músicas, intervenções voltadas para trabalhar habilidades sociais, com vistas à autorrevelação, autoconhecimento, autoestima, fortalecimento de identidade racial, ressignificação das experiências vivenciadas. Um dos poemas utilizados foi “Mude”, que refletia sobre pequenas mudanças que podem ser realizadas, sobre escolhas, novas possibilidades; uma das músicas utilizadas foi “Dona de Mim”, em que versava sobre empoderamento e reexistência da mulher negra; uma das atividades foi a denominada “Explorando minhas habilidades”, em que pedi que ela anotasse as atividades que “sei que faço muito bem”, “eu faria bem se tentasse” e “eu desejo aprender a fazer muito bem”. A partir dessas intervenções, trabalhamos o fortalecimento da autoestima e da capacidade de planejamento de objetivos, inclusive ampliando os projetos de vida e desejos de futuro, além do desenvolvimento de estratégias para a concretização desses:

“Quero fazer um livro sobre a minha história.”

“Vou começar a escrever em um diário.”

“Já consigo sorrir.”

Outra atividade que auxiliou nas intervenções frente à autoestima foi a indicação e discussão do filme “Felicidade por um fio”, que narra a história de uma publicitária negra bem-sucedida, que após uma desilusão passa pelo processo de tornar-se negra, aceitando seu cabelo natural e assim superando traumas da infância decorrentes do racismo.

“Estou me sentindo melhor depois que assisti esse filme. Ontem coloquei um turbante pra ir na esquina e uma menina na rua disse que eu estava feia e eu nem me preocupei, ela nem me atingiu.”

É fundamental que se criem estratégias de sobrevivência que possibilitem sair da condição de objetos oprimidos, excluídos e violentados, para a de sujeitos com

direitos, desejantes, inquietos e descontentes, que subvertam e ressignifiquem a lógica hegemônica e sejam protagonistas de sua história (LIMA, *et al.*, 2019).

Atitudes como essa só foram possíveis frente a intervenções de várias ordens. O letramento étnico-racial foi fundamental na intervenção frente à saúde mental de Dorvi, pois possibilitou a tomada de consciência acerca do contexto de uma sociedade que é estruturada em cima de corpos pretos, estabelecendo-se a partir de um racismo estrutural e estruturante, permitindo a coletivização do sofrimento psíquico decorrente do racismo. Além disso, possibilitou o resgate de uma história de potência do povo negro, a partir do conhecimento acerca da história e cultura africana através do canto, da dança, da identidade, espiritualidade, ancestralidade, que são elementos fundamentais na preservação, ao menos em parte, da saúde mental dos africanos (VEIGA, 2019).

Dorvi disse gostar de ler, levou emprestado os livros: “Quem tem medo do feminismo negro?”, de Ribeiro (2018); “Quando me descobri negra”, de Bianca Santana (2015); “Esse Cabelo: a tragicomédia de um cabelo crespo que cruza fronteiras”, de Djaimilia Almeida (2015); e “Olhos d’água”, de Conceição Evaristo (2016).

Aquela menina que chegou se dizendo morena e afirmando passar por bullying na escola já sabia nomear sua raça: a negra, e a violência que passava: o racismo. Havia ali “consciência de cor”, que de acordo com Bicudo (2010) designa o grau de discernimento do negro em relação às suas características afrodescendentes nas interações, nos circuitos sociais, nas vivências e nos conflitos psíquicos. Dorvi passou a soltar seu cabelo, adorava comprar produtos para deixar seu cabelo com volume, dizia que nem gostava mais de amarrar o cabelo, queria deixá-lo livre. Passou a se vestir melhor, a ter mais ânimo e disposição para as atividades. Traçamos situações que traziam satisfação e bem-estar e ela passou a buscar vivenciá-las com maior frequência: escutar música, jogar bola com o irmão, conversar com a mãe na calçada, ajudar a mãe a limpar a casa (momento em que ambas se divertiam dançando com a vassoura), ver jogo de capoeira no bairro, dançar e fazer atividade física em casa, fazer caminhada com a cachorrinha que ganhou da mãe.

“Estou me sentindo mais segura, depois que li esse livro.”

“Estou começando a cuidar mais do meu cabelo. Estou gostando do meu cabelo.”

“Meu irmão disse que estou mais bonita.”

“Eu tenho uma coisa pra te contar: eu amo meu cabelo. Me sinto segura com a minha cor. Me sinto bem melhor.”

Houve uma evolução no quadro da jovem; mas, quando falamos em racismo, estamos falando de estrutura social, econômica e política, portanto precisamos entender que podemos agir com micropolíticas de cuidado, mas o contexto macro

de um racismo estrutural e estruturante ainda existe e as intervenções necessitam conscientizar o paciente acerca dessa realidade.

Em uma das sessões, mesmo após uma significativa evolução e fortalecimento da identidade racial e autoestima, Dorvi relatou ter vivenciado outra situação de racismo na escola, em que duas meninas sorriram do cabelo dela e disseram que fedía muito. Após isso, ao chegar em casa ela planejou novamente suicídio. Foi para a sessão de cabelos presos novamente (justificou que não sentiu vontade de arrumar o cabelo naquele dia), sem usar maquiagem e com um olhar distante. Ao relatar sobre sua vivência na escola, perguntei: “E o que você sente quando me conta isso? Ela respondeu: “sinto pena de mim”. E eu respondi: “e eu estou sentindo raiva delas, por terem amarrado seu lindo cabelo”. É importante ensinar o paciente a sentir raiva, ela não tinha acessado esse sentimento, ela alimentava a culpa. Emprestei a raiva a ela, para que pudesse experimentar um sentimento que externalizaria a responsabilidade por aquela vivência, retirando de si uma culpabilização pela experiência vivenciada.

Lorde (2013) aponta sobre a importância da experimentação do afeto de raiva represada, que possibilita, no caso do racismo, devolver a responsabilidade da ação para o racista, evitando a assimilação do auto-ódio e o estabelecimento de sentimentos geradores de sofrimento psíquico: a culpa, o medo e a vergonha. No caso de Dorvi, ao vivenciar essa situação de racismo, não se utilizou das estratégias dos usos da raiva já trabalhados em terapia, mas ao ouvir minha frase, em seguida respondeu: “Eu também estou com raiva delas, porque elas foram racistas”. Eu perguntei: “E o que você diria a elas se elas tivessem aqui?”. Ela respondeu: “Vocês sabiam que isso é racismo e que racismo é crime?”. Pronto! Raiva emprestada com sucesso! Responsabilidade dada aos responsáveis.

“Parei de me cortar, porque eu penso nas pessoas que amo. Não quero mais me matar, eu só quero matar a minha dor.”

Em Fanon (2008), para direcionar as intervenções, a ideia foi promover a tomada de consciência das oportunidades que ela estava desperdiçando de crescer, da passividade que demonstrava em situações em que precisava, tal qual um espinho, se enfiar no coração do mundo e, se fosse preciso, mudar o ritmo do coração ou deslocar o sistema de comando, ou seja, seria preciso enfrentar o mundo. E ela estava enfrentando.

No entanto, alguns eventos deram um rumo diferente a esse caso clínico. Dorvi, que fazia uso de medicamentos para tratar de transtorno mental, teve o uso dos medicamentos cancelados pela avó da noite para o dia, que afirmava que era coisa do demônio, e que o que ela tinha era falta de Deus no coração, precisava era ir à igreja

com ela, e não mais ao psiquiatra e à psicóloga, pois “está ficando mais doida”. Assim, a assiduidade na terapia ficou comprometida.

A mãe relatou que Dorvi estava envolvida com um rapaz que era usuário de drogas e que ela também estava usando drogas, por isso a tinha expulsado de casa, pois ela passou a agredir a mãe e também a ser agredida pela mãe. Assim, Dorvi estava morando com a avó, que não levava mais a jovem para terapia. Houve uma regressão no quadro e, em um encontro com a mãe, esta relatou que soube pela avó que Dorvi passou a ter aumento nas crises depressivas, com ideação suicida, tentativas de suicídio, aumento das alucinações auditiva e visual, conflitos de âmbito espiritual que estava vivenciando, além de pensamentos distorcidos, diante dos quais apontava que todos estavam contra ela, inclusive eu.

Alguns fatores podem ter influenciado a regressão no quadro da jovem: 1. O uso de drogas, que para Akbar (1984) é uma das desordens que acometem pessoas lidas socialmente como negras; 2. A interrupção brusca dos medicamentos e do acompanhamento psicológico por parte da avó, que entendia que a melhor alternativa para a jovem era a igreja. Vemos com isso como a cultura hegemonicamente cristã do colonizador se impõe como alternativa única de salvação frente à saúde mental do negro; 3. A expulsão de casa por parte da mãe, que pode ter representado o que Veiga (2018) chama de afeto-diáspora, pela impossibilidade de ser integrada e genuinamente acolhida em seu próprio lar, seu lugar de segurança e de afirmação de si.

Após esses incidentes, ainda tentei conversar com a mãe para levar a filha ao CAPS e ser acompanhada por outra psicóloga se ela se sentisse melhor, mas não tive sucesso, elas desistiram de todo e qualquer acompanhamento. Então, não foi possível mais que a gente pudesse combinar de não morrer. Como Bica, companheira do personagem Dorvi de Olhos D'água, fico a refletir:

Eu sei que não morrer, nem sempre é viver. Deve haver outros caminhos, saídas mais amenas. Meu filho dorme. Lá fora a sonata seca continua explodindo balas. Neste momento, corpos caídos no chão, devem estar esvaindo em sangue. Eu aqui escrevo e relembro um verso que li um dia. “Escrever é uma maneira de sangrar”. Acrescento: e de muito sangrar, muito e muito... (EVARISTO, 2016, p. 109)

5. Modestas considerações

A escravização resultou num grande descarrilhamento na trajetória do desenvolvimento africano (NOBLES, 2016). Bestializaram o negro com a finalidade de justificar e legitimar a violência, humilhação e a negação de humanidade (MUNANGA, 2004), sustentando, assim, um sistema que necessita de hierarquia social e que, para se manter de pé, necessita degradar a vida da população negra. Isso faz com que essas pessoas estejam submetidas a condições de vida que lhes conferem o estatuto de “mortos-vivos” (MBEMBE, 2018).

É fundamental que possamos ter estratégias de reexistência frente a esta realidade. As micropolíticas de cuidado em saúde mental são necessárias e exigem um percurso para além da perspectiva filogenética e ontogenética, é necessário considerar a sociogenia (FANON, 2008). A base da constituição do racismo é um complexo sócio-histórico, em que se define quem é o colonizado, inferior, o não humano: o negro; e quem é o colonizador, a régua, o padrão, a medida, o símbolo de humanidade: o branco. Mesmo quando um problema tem origem em aspectos neurológicos, uma doença mental só se desenvolve em um espaço relacional que possibilite isso (FANON, 2008). Assim, a transformação efetiva e duradoura na realidade do negro se torna mais distante em um sistema que se sofisticava para produzir a violência do racismo e que cria sempre novas estratégias para manter as mentes colonizadas e continuar subjugando um povo.

Embora tenhamos estratégias de micropolíticas de cuidado descolonizadas e que abarquem a saúde mental de pessoas negras, essas práticas necessitam de alianças com outras esferas, a fim de que, enquanto o sistema arruma formas de subjugar, inferiorizar, violentar, fazer morrer e deixar morrer, possamos produzir formas de enfrentamento a esta realidade. O sistema necessita de formas sofisticadas ou antigas de colocar o negro na base, que é o lugar que ele foi colocado historicamente a fim de sustentar o capital, um lugar de um ser involuído, “no elo entre o macaco e o homem, o homem branco, é claro” (FANON, 2008, p. 43). Ainda que essa seja a realidade, necessitamos de transformações tanto na dimensão institucionalizada, a dimensão macropolítica do racismo estrutural, como nas micropolíticas de cuidado que podem mover a estrutura.

Promover saúde de pessoas negras, baseando-se em um referencial afrocentrado, afroperspectivado e decolonial é uma das micropolíticas de cuidado que podem movimentar a estrutura. E, para que haja uma efetividade ainda maior neste movimento, é importante que, em outras esferas, como a educação, a cultura, a política e a economia, existam também pequenos coletivos, com múltiplas ações que possam assegurar uma sincronicidade nesse movimento. Necessitamos reexistir!

6. Referências

- AKBAR, N. Africentric social science for human liberation. *Journal of Black Studies*, v. 14, n. 4, p. 395-414, 1984.
- ALMEIDA, D. P. *Esse cabelo*. Lisboa: Teorema, 2015.
- ALMEIDA, S. L. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro Polém, 2019.
- ASANTE, M. K. Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. In: NASCIMENTO, E. L. (ed.). *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: Selo Negro, 2009. p. 93-110.
- BICUDO, V. L. *Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo*. São Paulo: Editora Sociologia e Política, 2010. Edição organizada por Marcos C. Maio.
- CARNEIRO, A. S.; FISCHMANN, R. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001465832>. Acesso em: 23 ago. 2022.
- CARNEIRO, S. *Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*. Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003.
- DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.
- EVARISTO, C. *Olhos d'água*. 1. ed. Rio de Janeiro: Pallas Fundação Biblioteca Nacional, 2016.
- FANON, F. *Alienação e liberdade: escritos psiquiátricos*. São Paulo: Ubu Editora, 2020. 400 p.
- FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador, BA: EDUFBA, 2008.
- GOMES, N. L. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 167-82, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022003000100012>. Acesso em: 2022.
- GONZÁLEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs*, p. 223-44, 1984. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/plugin-file.php/5509709/mod_resource/content/0/06%20-%20GONZALES%2C%20L%2C%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf. Acesso em: 23 ago. 2022.

KILOMBA, G. **Memórias de plantação**: episódios de racismo cotidiano. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

LIMA, C.F., Oliveira, T.F., Xavier, M.P., Prado, G.A.S. (2019). A tríplice estrutura de dominação: quem é o outro do outro no capitalismo patriarcal colonial?. **Mnemosine** (Rio de Janeiro), 15, 71-83. Recuperado de: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/mnemosine/article/view/48316/32244>

LORDE, A. Os usos da raiva: mulheres respondendo ao racismo. **Geledes**, 19 maio 2013. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/os-usos-da-raiva-mulheres-responderao-racismo/>. Acesso em: 23 ago. 2022.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MUNANGA, K. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. Niterói, RJ: EDUFF, 2004. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoos-de-raca-racismo-dentidade-e-etnia.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2022.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. 3. ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NOBLES, W. Sakhu Sheti: retomando e reapropriando um foco psicológico afrocentrado. *In*: NASCIMENTO, E. L. (ed.). **Afrocentricidade**: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009. p. 277-98.

REDE DE OBSERVATÓRIOS DE SEGURANÇA. **A cor da violência na Bahia**: uma análise dos homicídios e violência sexual na última década. [S.l.: s.n.], 2020. Disponível em: <http://observatorioseguranca.com.br/wp-content/uploads/2020/03/A-cor-da-viole%C3%A7%C3%A2ncia-na-Bahia-Uma-ana%C3%81lise-dos-homici%C3%81dios-e-viole%C3%A2ncia-sexual-na-u%C3%81ltima-de%C3%81cada-FINAL.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2022.

RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SANTANA, B. **Quando me descobri negra**. São Paulo: SESI-SP, 2015.

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

VEIGA, L. M. As diásporas da bixa preta: sobre ser negro e gay no Brasil. **Revista Tabuleiro de Letras**, PPGEL – Salvador, BA, v. 12, n. 1, p. 77-88, 2018. Disponível em: file:///C:/Users/carla/Desktop/Outros/5176-Texto%20do%20artigo-13906-1-10-20180716.pdf. Acesso em: 23 ago. 2022.

VEIGA, L. M. Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 31, n. spe, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i_esp/29000. Acesso em: 23 ago. 2022.



Capítulo 8

Categoria: Experiência individual

Eixo orientador: Raças e Identidade Étnico-Racial

Luana Karina dos Santos Pereira. CRP: 03/17.165. Psicóloga Clínica em consultório particular, Coordenadora de Grupo de Trabalho de Questões Raciais e Análise do Comportamento, Diretora da Associação Baiana de Analistas do Comportamento.

Utilização do modelo de flexibilidade psicológica da ACT como estratégia para uma psicoterapia antirracista

Resumo

O racismo estrutural está nas fundações do Brasil como nação, e há séculos oprime e violenta a população negra. Em decorrência desse processo sistemático de subjugação, exclusão e violação, a saúde física e mental da população negra brasileira é, via de regra, extremamente precarizada. Apesar disso, a ciência psicológica hegemônica historicamente invisibilizou a discussão acerca da subjetividade da população negra, assumindo a premissa de uma subjetividade universal. Como consequência dessa pressuposta universalidade, profissionais da categoria não têm demonstrado o preparo necessário para ofertar um atendimento psicoterápico adequado a pessoas negras, o que pode levar a uma piora significativa na saúde dessas. Considerando tais fatores, o presente artigo objetiva discorrer sobre a conformação de subjetividade da população negra e fornecer um modelo postulado pela Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT – abreviação de *Acceptance and Commitment Therapy*, em inglês) aplicado à causa antirracista.

Palavras-chave: Psicologia. Racismo. Psicoterapia. Antirracismo. ACT.

1. Introdução

A população negra, que se constitui a partir do somatório de pessoas que se autodeclararam pretas e pardas, segundo dados da PNAD, representa cerca de 56% da população brasileira (IBGE, 2019). Apesar de ser maioria em termos quantitativos, a população negra sofre um intenso processo de exclusão, violência e invisibilização, o que provoca efeitos deletérios na sua subjetividade. Subjetividade aqui é compreendida como o conjunto de relações comportamentais estabelecidas pelos seres humanos com os próprios eventos privados (sentimentos, emoções e pensamentos) (TOURINHO, 2006).

Situações de racismo — leia-se o processo de discriminação que tem como foco a raça, que legitima a concessão de privilégios na esfera social, política e econômica a um grupo racial específico em detrimento de outros (ALMEIDA, 2019) — trazem inúmeros prejuízos à saúde mental de pessoas negras, tais como ansiedade, depressão, estresse, sentimentos de inadequação, fracasso e baixa autoestima, o que culmina, muitas vezes, em um estado perene de desconfiança e isolamento social (FARO; PEREIRA, 2011; GRAHAM *et al.*, 2015; PIETERSE *et al.*, 2012; TAVARES; KURATANI, 2019; WILLIAMS *et al.*, 2020).

A despeito do sofrimento psíquico que pessoas negras experienciam em decorrência do racismo, historicamente o campo da Psicologia, tanto em seu aspecto teórico quanto no aspecto prático, pouco debateu sobre essa questão. Embora alguns teóricos do campo *Psi* (Psicanálise, Psicologia e Psiquiatria) tenham trazido uma grande contribuição em relação à saúde mental da população negra, seus trabalhos são pouco conhecidos pelos profissionais de forma geral, uma vez que os currículos de graduação e pós-graduação tradicionais não contemplam tais autores. Como resultado disso, os profissionais da área de saúde mental muitas vezes negligenciam a questão racial em sua atuação, o que ocasiona ainda mais sofrimento a pessoas negras quando estas buscam um serviço psicológico (GOUVEIA; ZANELLO, 2019; TAVARES; KURATANI, 2019). Isto ocorre porque a sociedade brasileira foi pensada pela e para a branquitude, termo que se refere ao privilégio em suas mais diversas dimensões (racial, política, social e econômica) que pessoas brancas têm no país, e neste projeto político pessoas não brancas (negras e indígenas) não são contempladas como iguais (BENTO, 2002).

Uma das principais estratégias do racismo “à brasileira” perpetrado pela branquitude é que a população reproduz o racismo sem se perceber racista, uma vez que grande parte das práticas racistas cometidas no Brasil ocorrem de forma aparentemente sutil e velada (MUNANGA, 2019), atualmente chamadas de microagressões raciais — violências verbais e/ou gestuais cometidas de forma consciente ou não consciente contra pessoas de raças não dominantes (MARTINS *et al.*, 2020), e podem ser praticadas por profissionais que não tenham consciência racial. Por isso, o primeiro passo para ser um profissional antirracista (isto é, que busque não só não perpetrar o racismo como também se engaje na luta contra a opressão racial) é reconhecer as dimensões do racismo que lhe foram internalizadas.

Tendo em vista a importância e urgência de pensar numa prática psicológica antirracista e verdadeiramente comprometida com a saúde mental da sua população, o presente artigo visa a discorrer acerca dos efeitos do racismo na subjetividade da

população negra e fornecer como estratégia antirracista a utilização de um modelo postulado pela Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT) aplicado à causa antirracista.

2. Prática psicoterápica e pretensão de universalidade da subjetividade humana

2.1 A consolidação da psicoterapia no Brasil

A psicoterapia, no Brasil, iniciou-se como atividade na década de 1920 do século passado, passando a ser mais difundida e ampliada na década de 1960 (ANDRADE, 2018). Sua história, no entanto, é pouco documentada, pelo fato de não haver um consenso em relação ao que caracteriza uma psicoterapia; existem, em vez disso, várias “psicoterapias”, pois a prática psicoterápica não possui regulamentação no país e, portanto, pode ser praticada por profissionais de diversas áreas do conhecimento. Um estudo de 2008 estimou que existem mais de 250 modalidades de psicoterapia sendo praticadas no Brasil, o que ocasiona uma diversidade de formas de atuação, embasamento teórico-metodológicos e configurações (individual, grupal, de casal, familiar, dentre outras) (CORDIOLI, 2008).

Embora existam diversos modelos de práticas psicoterápicas, um dos mais comuns na sociedade brasileira é o modelo no qual um(a) consultante¹ que deseja obter auxílio profissional para lidar com questões da própria vida realiza uma sessão semanal no consultório de um(a) psicoterapeuta para tratar dessas questões (ANDRADE, 2018). Um estudo realizado por Gondim, Bastos e Peixoto (2010) evidenciou que cerca de 58,6% das(os) profissionais de Psicologia atuam como psicoterapeutas, o que explicita, portanto, que a prática psicoterápica é a atividade principal da categoria. Além disso, Andrade (2018) relata que, devido à proximidade entre a prática de psicoterapia e a Psicologia, historicamente a Psicologia é predominante na prestação dos serviços de psicoterapia no país.

Tem crescido no mundo inteiro o número de diagnósticos psicopatológicos, especialmente no Brasil: dados da Organização Mundial de Saúde (WHO, 2017) sugerem que o Brasil é o país com maior número de pessoas com Transtorno de Ansiedade no mundo. O alto índice de desemprego, a extensa carga horária de trabalho e o paradigma atual de produtividade são alguns dos agentes causadores de intenso sofrimento aos indivíduos, e contribuem para o índice crescente de diagnósticos de

1 Defende-se aqui a utilização desta terminologia para designar aquelas(es) que buscam por acompanhamento psicológico, uma vez que utilizar o termo “paciente” costuma denotar ideia de passividade e remete à medicina, e o termo “cliente” remete aos moldes capitalistas de consumo.

ansiedade e depressão (CASULO; ALVES, 2018). Tais fatores contribuem para que o indivíduo busque ajuda terapêutica, embora muitas vezes a(o) consulente não saiba descrever as contingências culturais que contribuem para o seu sofrimento.

Apesar desses e de tantos outros atravessamentos culturais, historicamente, a clínica psicoterápica centralizou-se no tratamento apenas das variáveis individuais que perpassam a vida da(o) consulente que busca ajuda, excluindo muitas vezes a contribuição de práticas culturais adoecedoras que incidem na vida dela(e) (CHU *et al.*, 2016).

2.2 Ausência de neutralidade científica e pretensão de universalidade na psicologia

Muitos cientistas historicamente reconhecidos postularam a ideia de objetividade e neutralidade científica como uma forma de tornar a produção de conhecimento científico replicável e, portanto, mais honesta e segura para fornecer explicações e estratégias de solução acerca dos fenômenos que observamos no mundo (REISS; SPRENGER, 2013). Isto não foi diferente com a Psicologia: os criadores das macroteorias psicológicas que conhecemos (tais como: psicanálise, gestalt, análise do comportamento etc.) trouxeram avanços significativos acerca do comportamento humano. Entretanto, esses cientistas foram seres humanos que cresceram dentro de uma cultura que nada tem de neutra, tendo em vista a formação cultural da população europeia e estadunidense ser marcada por perpetrar violências de raça, de gênero e de sexualidade contra grupos minoritários.

Portanto, mesmo a noção de objetividade e neutralidade científica pode – e deve – ser questionada: sob a perspectiva de quem tais fenômenos são interpretados? Sob que tipo de crivos científicos se estabelece o que é superior e o que é inferior? Se superioridade e inferioridade são relativos à perspectiva do outro (superior a grupo x, inferior a grupo y), parece no mínimo curioso que, dentro do curso histórico a que temos acesso, a população branca europeia seja sempre lida como superior (MARTINS, 2019).

No Brasil, até os dias de hoje, a matriz curricular dos cursos de graduação em Psicologia de grande parte das universidades é baseada no conhecimento produzido na Europa e nos Estados Unidos da América, apesar de termos autoras(es) brasileiras(os) e de outros países da América Latina que produziram conhecimentos de extrema importância para a área (DA COSTA; LORDELLO, 2019). Como consequência desse processo colonial, a prática psicológica brasileira tal como conhecemos foi em grande parte importada da hegemonia europeia e estadunidense, tendo como seus

principais expoentes homens brancos de classes mais abastadas, tais como: Sigmund Freud, Carl Rogers, Burrhus Skinner, Aaron Beck, Carl Jung, entre outros.

Os teóricos citados buscaram compreender o comportamento humano, porém os seres humanos aos quais eles tinham acesso tinham nacionalidade, raça, gênero e orientação sexual hegemônicas, em sua maioria (a saber, homens ou mulheres cisgêneros brancos heterossexuais europeus ou norte-americanos). Apesar de tais marcadores culturais, os autores postularam uma noção de subjetividade humana universal que desconsidera os papéis desses marcadores na formação subjetiva de indivíduos diversos. Desta forma, reconhecer a importância de criadores de grandes teorias psicológicas é essencial para a formação de qualquer profissional que exerça a prática psicoterápica; entretanto, importar acriticamente tais teorias é um ato de negligência com a própria população, tendo em vista que a subjetividade de cada indivíduo é perpassada pela cultura em que estamos inseridos. Além disso, essa importação invisibiliza as construções de profissionais do campo *Psi* que versaram sobre a subjetividade da população negra e os efeitos deletérios do racismo na sua população, a exemplo de Virgínia Bicudo (pioneira nas discussões sobre raça na área psicanalítica), Frantz Fanon, Neusa Santos Souza, Grada Kilomba, Maria Aparecida Bento, entre outras.

É importante salientar que o Código de Ética do Profissional Psicólogo (2005) estabelece em seus princípios fundamentais I, II e III a importância de que a(o) psicóloga(o) exerça sua profissão em consonância com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, contribua para a eliminação de quaisquer formas de opressão e atue de forma crítica e contextualizada. Além disso, o Conselho Federal de Psicologia elaborou a Resolução nº 18/2002, que estabelece normas para a atuação das(os) profissionais no enfrentamento de práticas discriminatórias, bem como o livro “Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogas/os” (CFP, 2017), que traz questões relacionadas ao racismo e fornece direcionamentos para uma conduta ética e antirracista das(os) profissionais da categoria.

Mesmo com o estabelecimento dessas diretrizes, muitas(os) psicoterapeutas desconsideram questões culturais em suas análises – seja por desconhecimento dos materiais disponibilizados pelo Conselho, por dificuldade de aplicação prática desses ou por menosprezo por tais questões culturais. Nos últimos anos, diversas(os) consulentes têm relatado que não tiveram seu sofrimento relacionado ao racismo validado na clínica (GOUVEIA; ZANELLO, 2019). Segundo o estudo das autoras, não houve diferença substancial no manejo de psicoterapeutas brancas(os) nem negras(os) frente ao racismo; neste aspecto, é importante ressaltar que, além do despreparo profissional que perpassa a questão de falta de manejo de psicoterapeutas em ge-

ral, para psicoterapeutas negras(os) a dificuldade de lidar com essa demanda pode estar relacionada à dificuldade de revisitar as próprias dores causadas pelo racismo (TAVARES; KURATANI, 2019).

Parte desse problema decorre da invisibilização de temas como racismo, machismo e LGBTfobia nos currículos de graduação e pós-graduação das universidades: se um(a) estudante de Psicologia passa toda a sua trajetória acadêmica aprendendo apenas os saberes postulados por autores hegemônicos, que universalizam vivências que são particulares, como demandar que esta(e) tenha preparo para lidar com a população negra nos espaços profissionais em que vier atuar? Como exigir que inclua tais fatores em suas análises de caso, se não há quem lhe ensine que aquela formação de subjetividade é abissalmente diferente da população analisada na literatura eurocêntrica? É preciso introduzir tais conhecimentos dentro das grades curriculares do curso de Psicologia, além de fomentar espaços para discutir essas questões.

Tendo em vista a necessidade de contextualizar as especificidades da subjetividade da população negra, antes de demarcar pressupostos para uma atuação antirracista na Psicologia, adiante serão realizadas algumas considerações acerca do racismo que acomete de forma violenta a saúde mental de pessoas negras.

3 Racismo e subjetividade da população negra

A narrativa construída por intelectuais e governantes europeus dos séculos XVIII e XIX, utilizada para legitimar a subjugação da população negra, era a de que pessoas negras eram intelectual e moralmente inferiores, portanto eram seres humanos desprovidos de subjetividade, pois possuíam traços “agressivos, animais, lascivos” – logo, mais próximos a animais selvagens do que a seres humanos (ALVES *et al.*, 2015; KILOMBA, 2020). Em decorrência disso, mesmo após a abolição da escravatura, a população negra continuou sendo subalternizada e subjugada: os detentores de terras e governantes da época passaram a dificultar o acesso de pessoas negras a território, trabalho, alimentação e condições dignas de sobrevivência, bem como passaram a criminalizar elementos culturais da população supracitada, a exemplo da capoeira, do samba, do candomblé e demais manifestações culturais afrobrasileiras (NASCIMENTO, 2016).

A esse processo de subjugação e violência sistemática de povos em decorrência de sua raça e etnia como forma de manutenção de poder e privilégios de determinado grupo, Almeida (2019) dá o nome de racismo estrutural. O autor discute em seu livro de mesmo nome o processo de estruturação do racismo no país, que ocorre em todas as esferas sociais – tanto individual quanto institucionalmente. Além disso, o autor

elucida o fato de que nenhuma instituição está isenta de perpetrar o racismo, pois a própria construção de suas práticas está balizada por ideais racistas que, até os dias de hoje, dominam a sociedade brasileira.

Neste sentido, não há como excluir a história da formação da sociedade brasileira da compreensão da formação de subjetividade do seu povo. Não há como descon siderar o processo perene de violação, invisibilidade e exclusão que esta população sofreu e ainda sofre. É devido a esse processo que, até os dias de hoje, pessoas negras são lidas e, por consequência, se leem a partir de um lugar de negação. Enquanto pessoas brancas são lidas como bonitas, moralmente boas e inteligentes, pessoas negras são lidas como o que pessoas brancas *não* são: feias, de moral duvidosa (“malandras”, “criminosas” ou “devassas”), agressivas e pouco inteligentes (GOMES, 2007; KILOMBA, 2020; MAIA; ZAMORA, 2018).

Esse processo de exclusão e violência, que pode ser visualizado tanto a partir da dimensão material quanto psicológica, traz consequências graves à saúde da população negra. Segundo dados do IBGE (2019), um contingente considerável de pessoas negras vive em condições de moradia precarizadas, sem acesso a saneamento básico, educação de qualidade, e apresentam um ganho salarial inferior a pessoas brancas, além de serem minoria em cargos de poder.

Em relação à violência contra mulheres negras, dados do Ministério da Saúde (BRASIL, 2016) evidenciam que esta é a população que mais sofre violência obstétrica e morre por falta de assistência adequada no parto. Dados do IBGE (2018) mostram que a maioria das mães negras brasileiras são mães solo e, nesse contingente, a maior parte dessas mulheres está em condição de vulnerabilidade. Além disso, um estudo do Mapa da Violência de 2015 evidenciou que mulheres negras são as que mais sofrem ou já sofreram violência doméstica em relação a mulheres brancas (CARNEIRO, 2017).

A maior parte das pessoas negras no Brasil vive em locais precarizados (IBGE, 2020). É nesses locais em que há maior incidência de violência perpetrada pelo Estado, em decorrência da precarização das condições de vida (acesso a moradia, saúde, educação e lazer), e da guerra ao tráfico de drogas executada pela polícia, que violenta e mata majoritariamente pessoas negras. Só no Rio de Janeiro, em 2014, estima-se que a maior parte das vítimas de homicídio por violência policial eram do sexo masculino e negras (99,5% e 79%, respectivamente) (MIZAEL; SAMPAIO, 2019). Segundo o Atlas da Violência (IPEA, 2019), em 2017, 75,5% das vítimas de homicídio eram negras. Dados do IBGE (2019) evidenciam que pessoas negras têm quase 3 vezes mais chances de serem assassinadas do que pessoas brancas, no Brasil.

Neste sentido, vivenciar um cotidiano de violência frequente, seja por abordagem policial ou por troca de tiros entre policiais e traficantes, além de sofrer perseguição em estabelecimentos e experienciar episódios de microagressões raciais traz à população negra um nível intenso de ansiedade e estresse, que se assemelha ao fenômeno de Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) (CARTER, 2007). Alguns exemplos de microagressões raciais seriam: esconder a bolsa quando uma pessoa negra passa por perto, exprimir olhar de julgamento devido à vestimenta ou expressão cultural de pessoas negras, pôr em cheque a competência profissional de uma pessoa negra por sua cor de pele etc.

Além de experienciar com frequência sensações de ansiedade e estresse, pessoas negras têm um sentimento constante de inadequação, tendo em vista que os espaços sociais no Brasil foram majoritariamente pensados por e para pessoas brancas. Para uma pessoa negra que consegue ascender socialmente e permear espaços como escolas privadas, universidades (públicas ou privadas), ambientes de lazer com preços mais elevados, há uma sensação de deslocamento perene, ocasionada pelo fato de que a maior parte das pessoas que frequentam esses espaços são brancas e, frequentemente, cometem microagressões raciais contra pessoas negras (FERREIRA; CAMARGO, 2011; GOMES, 2007). Entretanto, mesmo as pessoas negras que permanecem ocupando espaços majoritariamente frequentados por pessoas negras experimentam sensação de inadequação, tendo em vista que a representação social de pessoas negras na sociedade – expressa muitas vezes por intermédio da mídia – quando não é nula, é negativa.

Um estudo do coletivo “Vaidapé” (2017) evidenciou que, de 2016 para 2017, pessoas negras correspondiam a apenas 3,7% dos apresentadores de televisão em São Paulo. A pesquisa concluiu que, se num intervalo de 24 horas fôssemos assistir apenas à programação de apresentadores negros no estado citado, assistiríamos a apenas 6 minutos de programação. Além da visível sub-representação da população negra na mídia, é preciso ressaltar que, quando a grande mídia relata as histórias ou vivências de pessoas negras (seja em formato de ficção ou cobertura jornalística), essas são quase sempre retratadas como vulneráveis e/ou criminosas, além de serem ridicularizadas como “feias” e “burras” em programas humorísticos (MOREIRA, 2019).

Muitas pessoas negras escutam que seus cabelos crespos ou cacheados são feios, “duros”, “ruins”, processo que faz com que muitas passem a alisar ou cortar o próprio cabelo (TIBURCIO, 2021). Além disso, pessoas negras são hipersexualizadas por pessoas brancas: são lidas como “boas para transar”, mas não para construir um relacionamento sério ou uma família. Nos últimos anos, diversas mulheres negras

passaram a falar sobre o sentimento de preterimento em relações afetivas e um intenso sentimento de solidão, por serem rejeitadas e “trocadas” por mulheres brancas ou abandonadas por seus companheiros – sejam eles brancos ou negros (KILOMBA, 2020; SOUZA, 2008). Os homens negros, por sua vez, são colocados no lugar de agressividade, brutalidade e desumanidade, o que culmina num processo extremo de objetificação e violência (KILOMBA, 2020; RIBEIRO, 2015).

Diante de tantos processos de violência experimentados, pessoas negras frequentemente apresentam um quadro de baixa autoestima e sentimentos de auto-ódio, uma vez que, onde quer que estejam, a mensagem que escutam é a de que são inadequadas, inferiores e incapazes, passando a internalizar tais adjetivos (GOMES, 2007; TAVARES; KURATANI, 2019). Além disso, muitas pessoas negras têm uma constante sensação de fracasso, tendo em vista que o ideal de sucesso é postulado por pessoas brancas, e para chegar a esse ideal é preciso passar por diversos obstáculos, que muitas vezes envolvem despir-se da própria identidade e afastar-se dos seus iguais (FANON, 2008; FERREIRA; CAMARGO, 2011). Com isto, algumas passam a emular o comportamento de pessoas brancas, como uma tentativa de se adequar aos ideais da branquitude (FANON, 2008), enquanto outras passam a experienciar um intenso sentimento de raiva de pessoas brancas, o que pode levá-las a se isolarem de diversos ambientes sociais e/ou agirem de forma reativa com pessoas brancas (KILOMBA, 2020).

Tavares e Kuratani (2019) relatam que, devido a essa raiva que pessoas negras podem ter de pessoas brancas e, como consequência, pela dificuldade de confiar em pessoas brancas, consulentes negras(os) podem se evadir do tratamento psicoterápico com profissionais brancas(os). Por isso, é necessário que psicoterapeutas brancas(os) tenham consciência do papel que ocupam socialmente e se racializem, para que possam compreender os possíveis efeitos dessa disparidade racial em consulentes negras(os) e tratar dessa questão no atendimento de forma responsável e terapêutica. Para isto, é essencial que a(o) psicoterapeuta faça o processo de conscientização racial e tenha compromisso ético e político com o antirracismo. Por isso, a seguir será des-trinchada a proposta de incorporação de algumas estratégias da Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT – abreviação, em inglês, de “*Acceptance and Commitment Therapy*”) para que psicoterapeutas, independentemente de suas abordagens teórico-metodológicas, possam agir, de fato, de forma compromissada com a luta antirracista.

4. ACT como estratégia para o engajamento na luta antirracista

4.1 A ACT e o modelo de inflexibilidade/flexibilidade psicológica

A Terapia de Aceitação e Compromisso, mundialmente conhecida pela sigla ACT, surgiu nos Estados Unidos no fim da década de 1990 como um novo modelo psicoterápico baseado na filosofia behaviorista radical. Segundo essa abordagem, o sofrimento humano decorre de uma dificuldade de que muitos de nós temos de lidar com eventos aversivos, o que faz com que nos esquivemos dessas experiências difíceis numa tentativa de não sofrer (LUOMA; HAYES; WALSER, 2007). A esquiva experiencial, no entanto, paradoxalmente nos traz um maior nível de sofrimento, uma vez que passamos a viver em função de fugir dos nossos próprios eventos privados, e não sob controle da vida que desejamos viver (HARRIS, 2019).

Diante dessa observação da esquiva experiencial como central para o sofrimento humano e os processos que decorrem desse fenômeno, os criadores da ACT elaboram, então, um modelo de seis processos – também chamado de Hexaflex – que devem ser observados e modificados para que a(o) consultante passe de um estado que chamamos de inflexibilidade psicológica (que seria a dificuldade de conviver com os próprios eventos privados) para o estado de flexibilidade psicológica (estado esse de maior tolerância e aceitação de sensações difíceis, e ao mesmo tempo engajamento constante em viver uma vida mais significativa) (LUOMA; HAYES; WALSER, 2007).

Os seis processos postulados pela ACT, em estados de inflexibilidade e flexibilidade psicológica, respectivamente, são: 1) fusão cognitiva x des fusão cognitiva; 2) mente constantemente no passado ou no futuro x contato com o momento presente; 3) *self* conceitual x *self* contextual; 4) esquiva experiencial x aceitação; 5) baixa noção de valores x clareza dos próprios valores; 6) inação ou impulsividade x ação compromissada com valores (LUOMA; HAYES; WALSER, 2007).

Estar fusionado cognitivamente significa encarar a si mesmo como sendo os próprios pensamentos e sentimentos, sem um distanciamento. Nesse sentido, é objetivo de uma terapia ACT fazer com que a(o) consultante se distancie dos pensamentos e sentimentos e perceba que existe um “eu” que observa tais pensamentos, e não que ela(e) é os pensamentos, tampouco precisa reagir a eles. A esse processo de distanciamento damos o nome de des fusão cognitiva (LUOMA; HAYES; WALSER, 2007).

O segundo processo diz respeito ao contato com o momento presente. Uma pessoa em estado de inflexibilidade psicológica frequentemente está mais focada nos próprios pensamentos do que no ambiente que a cerca, de fato, e muitas vezes reage ao ambiente de forma incongruente com o contexto, pois reage a pensamentos

que por vezes não são reais. É objetivo da ACT, portanto, colocar a(o) consulente em contato com o que realmente está acontecendo em sua vida, para que se engaje nela e não apenas nos próprios pensamentos.

O terceiro processo diz respeito ao conceito de “*self*” da(o) consulente. Muitas pessoas essencializam características em si mesmas, acreditando de forma inflexível nas próprias atribuições. Isto, muitas vezes, traz um grande sofrimento à pessoa, caso essa autoatribuição seja rígida e ignore o contexto no qual ela está inserida. Trazer à(ao) consulente a perspectiva de que seus comportamentos ocorrem diante de um contexto e que este não é imutável é um dos objetivos da ACT (LUOMA; HAYES; WALSER, 2007).

A esquiva experiencial, outro processo descrito no hexaflex, ocorre quando o indivíduo está tão desconfortável com o próprio sofrimento que começa a agir em função de fugir dele; a esquiva experiencial persistente, entretanto traz um estado de sofrimento ainda mais constante no indivíduo, uma vez que se esforçar para esquecer, paradoxalmente, o lembra do próprio sofrimento (LUOMA; HAYES; WALSER, 2007). Nesse sentido, o objetivo da ACT é ajudar a(o) consulente a aceitar as sensações difíceis que experimenta, sem fugir delas. A esse processo damos o nome de aceitação.

O quinto processo do hexaflex diz respeito aos valores do indivíduo. Muitas pessoas passam tanto tempo em função de fugir do próprio sofrimento que não conseguem refletir sobre o que lhes é mais importante na vida, ou sobre que pessoa querem ser para si mesmas e para seu entorno. Valores, para a ACT, são qualidades de ação – portanto, devem ser uma escolha de cada pessoa, e não uma regra, e devem também ser constantes e estáveis no tempo (FERREIRA *et al.*, 2020). Nesse sentido, um(a) psicoterapeuta ACT deve ajudar consulentes que não tenham noção dos próprios valores a entrar em contato com o que lhes é importante na vida.

Por fim, agir de forma compromissada com os próprios valores é o sexto processo do Hexaflex.: Uma vez que a(o) consulente tem clareza de que pessoa quer ser para si e para os outros, é papel da(o) psicoterapeuta ajudá-la(o) a se engajar de forma ativa e assertiva em comportamentos reforçadores e valorosos para ela(e). Uma psicoterapia ACT é bem-sucedida, portanto, quando a(o) consulente está constantemente agindo em função da pessoa que quer ser, a despeito do que outras pessoas estão fazendo, ao mesmo tempo em que aceita e respeita os sentimentos difíceis que surgem no caminho (LUOMA; HAYES; WALSER, 2007). A seguir, será feita uma descrição sobre como os seis processos do Hexaflex podem ajudar psicoterapeutas a se tornarem, de fato, antirracistas.

4.2 O modelo Hexaflex aplicado à causa antirracista

Muitas(os) psicoterapeutas, por não terem consciência racial, desconhecem as dimensões do racismo que lhes foram introjetadas ao longo da sua história de vida. Como foi descrito na seção anterior, o racismo é um fenômeno estrutural e que, portanto, permeia todos os espaços que convivemos, sejam eles quais forem. Destarte, é plausível pensar que, se fomos criadas(os) numa cultura racista, inevitavelmente vamos reproduzir racismo ao longo da nossa trajetória, em maior ou menor grau. O processo mais honesto e responsável que podemos fazer neste caso é reconhecer o racismo introjetado e buscar desconstruí-lo. Apenas desta forma é possível se tornar um(a) psicoterapeuta minimamente apta(o) para atender consulentes negras(os).

Diversos estudos experimentais utilizando processos da ACT (como aceitação, desfusão, *mindfulness* e contato com valores) têm sido realizados para melhorar a saúde mental de grupos minoritários (FUNG *et al.*, 2019; MASUDA *et al.*, 2009; MILLER; ORSILLO, 2020; WEST *et al.*, 2013) e para auxiliar na desconstrução e diminuição do preconceito e discriminação racial (KANTER *et al.*, 2020; LILLIS; HAYES, 2007; MASUDA *et al.*, 2012; WILLIAMS *et al.*, 2020). Os estudos, apesar de ainda incipientes, têm sido promissores, ao relatar que grupos que passaram pelas intervenções apresentaram maior abertura à diversidade e maior nível de compromisso com valores antirracistas. Diante dos resultados positivos que estão sendo documentados ao utilizar a ACT como intervenção antirracista, defende-se aqui uma possibilidade de utilização dos seis processos da ACT, a partir da transposição do modelo de aquisição de flexibilidade psicológica aplicada ao sofrimento humano para um modelo de aquisição de flexibilidade psicológica aplicada à causa antirracista.

Neste sentido, o primeiro passo que um(a) psicoterapeuta precisa dar nessa direção é observar os próprios pensamentos e sentimentos que emergem ao ter contato com pessoas negras e/ou elementos culturais da população negra. Neste sentido, a(o) psicoterapeuta pode se perguntar: “O que eu sinto e penso quando vejo uma pessoa negra correndo na rua?”; “Que pensamentos me ocorrem ao ver uma pessoa negra com vestimentas e adereços de religiões afro-brasileiras?”; “O que eu sinto ao ver pessoas negras em cargos de chefia e espaços de poder, em geral?”. Pensar que pessoas negras têm baixa capacidade intelectual para conquistar espaços hegemônicos, sentir-se intimidada(o) ou desconfortável na presença delas, pensar que religiões afrobrasileiras disseminam coisas ruins ou assumir que quando uma pessoa negra está correndo provavelmente está fugindo da polícia é comportar-se de forma racista. Reconhecer isto é importante para não entrar no processo de

negação, que não só não resolve a questão como também fará a(o) psicoterapeuta permanecer emitindo comportamentos racistas.

O segundo passo, então, é fazer o processo de defusão cognitiva descrito no hexaflex: uma vez que a(o) psicoterapeuta tem consciência de que tem pensamentos racistas, é importante compreender que ela(e) não é o pensamento ou sentimento racista, e sim está emitindo-os com base em uma história de aprendizagem de conteúdos racistas.

O terceiro passo, semelhante ao segundo, demanda que a(o) psicoterapeuta observe como se autoconceitua: compreender que não é o racismo de forma essencialista, e sim que é alguém que não tem sido antirracista, mas pode mudar e passar a ser é um passo crucial para um real comprometimento com a causa. Desta forma, sentimentos que costumam aparecer diante dessa autopercepção, como culpa, autojulgamento ou raiva de si mesma(o), dão espaço a sentimentos como autocompaixão e autorresponsabilidade, além de proporcionar maior espaço para o desejo de engajar-se na luta antirracista.

Em sequência, o quarto passo é realizar o processo que está descrito no hexaflex como contato com o momento presente. Muitas vezes, quando presenciamos alguma situação de injustiça, nesse caso de discriminação racial, optamos por tentar não prestar atenção no que está ocorrendo e em lugar disso “fugimos” para pensamentos que nos ajudem a desconectar do local, com o objetivo de evitar sensações desagradáveis como tristeza, raiva, indignação, impotência. A(o) psicoterapeuta pode, em vez de tentar fugir, experimentar entrar em contato com situações de racismo por que passam pessoas negras; em seguida, pode tentar imaginar como se sentiria se isto acontecesse consigo ou com alguém próximo. Pode ser mais positivo observar que sensações emergem e, em vez de centrar no que se está sentindo como objetivo único, focar em utilizar essas sensações como força motriz para o engajamento na causa antirracista.

O quinto passo demanda que a(o) psicoterapeuta reflita sobre seus próprios valores. Podem fornecer uma direção importante perguntas como: “Que pessoa eu quero ser ao interagir com pessoas negras?”, “Como eu desejo agir diante de uma situação de discriminação racial?”, “Como eu desejo me posicionar quando pessoas brancas emitirem comportamentos racistas?” ou “Eu desejo ser a pessoa a perpetrar violência e causar sofrimento a pessoas negras, ou desejo ser a pessoa que busca proporcionar bem-estar a elas?”. É preciso compreender que, a partir do momento em que se tem consciência dos próprios comportamentos preconceituosos, a inação diante deles é uma escolha – e uma escolha violenta. Outrossim, é importante compreender que

invalidar o sofrimento de pessoas negras ou ser conivente com comportamentos racistas de outrem é, também, perpetrar violência.

Uma vez consciente de quais são seus valores, a(o) psicoterapeuta precisa passar a agir em função deles, independentemente de que conteúdos racistas seus pensamentos expressem. Para um real compromisso com o antirracismo, é essencial que um desses valores seja se tornar uma pessoa antirracista, não apenas um profissional antirracista – isto não seria possível, tendo em vista que a causa antirracista demanda práticas constantes, diárias, ininterruptas, e não ações pontuais.

Algumas ações essenciais para se tornar uma pessoa verdadeiramente antirracista são: consumir conteúdos de pessoas negras, como livros de autoras(es) negras(os), filmes de produtoras(es) e elenco negros; acompanhar o trabalho de pessoas negras nas mídias e/ou redes sociais; estudar sobre racismo, estudar sobre saúde da população negra e buscar estratégias para dirimir o sofrimento destas pessoas, dentro e fora da atuação clínica; convidar pessoas negras para estar em espaços de visibilidade (para além de datas como novembro negro); corrigir colegas que emitam comportamentos racistas; falar sobre racismo com pessoas brancas nos mais diversos espaços em que estiver etc. Essas são apenas algumas ações importantes para o processo de desconstrução do racismo que nos foi introjetado culturalmente, muitas outras podem – e devem – ser implementadas ao longo dessa trajetória. Tendo isso em vista, pôr em prática os princípios da ACT de forma a se engajar diuturnamente em ações como as supracitadas parece ser uma estratégia positiva para contribuir com a luta antirracista.

5. Considerações finais

O presente artigo objetivou explicar como o racismo atravessa a subjetividade da população negra no Brasil, bem como tecer, a partir da utilização do modelo hexaflex da ACT, algumas estratégias que podem ser utilizadas por psicoterapeutas de diferentes abordagens para uma atuação antirracista na clínica. É importante ressaltar que tais estratégias não esgotam o repertório necessário para elaborar intervenções antirracistas, mas constituem-se apenas como passos iniciais para o processo de desconstrução do racismo e racialização na clínica psicoterápica.

Ser um(a) psicoterapeuta comprometida(o) com a luta contra a opressão racial demanda um esforço contínuo e ininterrupto, tendo em vista o processo árduo de desconstruir o racismo internalizado que, por vezes, sequer foi reconhecido por nós mesmas(os). Desta forma, reitera-se aqui que não há possibilidade de ser um(a) profissional antirracista sem, antes disso, ser uma pessoa antirracista. Por isso é preciso, antes de qualquer coisa, revisitar a própria história e racializá-la, independentemente de qual seja a raça/etnia da(o) psicoterapeuta; é preciso reconhecer os próprios privilégios sociais, caso a(o) psicoterapeuta seja branca(o), ou revisitar as feridas causadas pelo racismo, caso a(o) psicoterapeuta seja negra(o). Apenas dessa forma será possível se racializar dentro da relação com a(o) consulente e construir uma relação genuína com ela(e).

Neste sentido, vale salientar que outras abordagens podem trazer importantes contribuições para uma atuação antirracista, a exemplo da abordagem analítico-comportamental Psicoterapia Analítica Funcional (FAP – sigla em inglês para *Functional Analytic Psychotherapy*), que tem como pressuposto central a construção de uma relação de intimidade com consulentes como forma de ajudá-las(os) a melhorar suas relações fora da terapia (KOHLENBERG; TSAI, 1991/2001). A clínica psicológica, por si só, constrói-se a partir de uma relação de poder, na qual a(o) psicoterapeuta está em uma posição de privilégio em relação à(ao) consulente; por isto, é crucial que a(o) psicoterapeuta esteja atenta(o) às demais hierarquias que podem incidir nesta relação – a saber: identidade de gênero, raça/etnia, classe social, orientação sexual, dentre outros elementos (TERRY *et al.*, 2010). A clínica psicológica não é um lugar neutro, portanto não há como isentar-se de assumir a própria identidade social na relação.

Destarte, é essencial incorporar o antirracismo como um valor pessoal, de outra forma, qualquer intervenção poderá ser feita de forma descontextualizada e, portanto, não trará os efeitos desejados no tratamento psicológico a pessoas negras. Faz-se necessário estar atenta(o) à própria conduta constantemente e buscar estudar para preparar intervenções adequadas ao contexto de cada consulente negra(o); pois, apesar

de muitos elementos semelhantes perpassarem as vivências de pessoas negras, existem muitas particularidades nessas vivências, que precisam ser analisadas individualmente.

Por fim, destaca-se que existem diversas formas de contribuir com a luta antirracista, a exemplo das intervenções realizadas para grupos, as quais demandam outras habilidades e estratégias que não foram trazidas neste artigo. Ultrapassa os limites deste trabalho fornecer um modelo de atuação com as(os) consulentes na clínica individual ou grupal, apesar de ser possível realizar uma transposição das estratégias fornecidas para aplicar com consulentes. Entretanto, salienta-se que, para uma aplicação do modelo como intervenção com consulentes, podem ser necessárias algumas modificações que precisariam ser mais bem elaboradas. Em conclusão, espera-se que as estratégias fornecidas neste artigo sejam utilizadas e ajudem a fomentar uma atuação antirracista na clínica, pois é urgente que profissionais de saúde mental se impliquem nessa luta.

6. Referências

- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. [S.l.]: Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.
- ALVES, Míriam Cristiane *et al.* Paradigma da afrocentricidade e uma nova concepção de humanidade em saúde coletiva: reflexões sobre a relação entre saúde mental e racismo. **Saúde em Debate**, v. 39, p. 869-880, 2015.
- ANDRADE, Juliana Moreira da Silva. **A psicoterapia como atividade de trabalho no Brasil**. 2018. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Natal, RN, 2018.
- BENTO, Maria Aparecida da Silva. **Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. 2002. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2002.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de articulação interfederativa. **Temático saúde da população negra**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/tematico_saude_populacao_negra_v._7.pdf. Acesso em: 22 ago. 2022.
- CARNEIRO, Suelaine. **Mulheres negras e violência doméstica: decodificando os números**. São Paulo: Geledés Instituto da Mulher Negra, 2017.
- CARTER, Robert T. Racism and psychological and emotional injury: recognizing and assessing race-based traumatic stress. **The Counseling Psychologist**, v. 35, n. 1, p. 13-105, 2007.
- CASULO, Ana Celeste; ALVES, Giovanni. **Precarização do trabalho e saúde mental: o Brasil da era neoliberal**. Bauru, SP: Projeto Editorial Praxis; 2018.
- CFP (Conselho Federal de Psicologia). **Código de ética profissional do psicólogo**. Brasília, DF: CFP, 2005. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2022.
- CFP (Conselho Federal de Psicologia). **Relações raciais: referências técnicas para atuação de psicólogos/os**. Brasília, DF: CFP, 2017. 147 p.
- CORDIOLI, Aristides Volpato. As principais psicoterapias: fundamentos teóricos, técnicas, indicações e contra-indicações. **Psicoterapias: abordagens atuais**, v. 3, p. 19-41, 2008.
- CHU, Joyce *et al.* A model for the theoretical basis of cultural competency to guide psychotherapy. **Professional psychology: research and practice**, v. 47, n. 1, p. 18, 2016.

DA COSTA, Pedro Henrique Antunes; LORDELLO, Silvia Renata. Psicologia e realidade brasileira: notas preliminares para uma práxis psicossocial. **Psicologia clínica e cultura contemporânea**, v. 4, p. 37, 2019.

FARO, André; PEREIRA, Marcos Emanuel. Raça, racismo e saúde: a desigualdade social da distribuição do estresse. **Estudos de Psicologia**, Natal, RN, v. 16, p. 271-8, 2011.

FERREIRA, Ricardo Franklin; CAMARGO, Amilton Carlos. As relações cotidianas e a construção da identidade negra. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 31, p. 374-89, 2011.

FERREIRA, Tiago Alfredo da Silva *et al.* What are values in clinical behavior analysis? **Perspectives on Behavior Science**, v. 43, n. 1, p. 177-88, 2020.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Trad.: R. Silveira. Salvador, BA: EdUFBA, 2008.

FUNG, Joey *et al.* A randomized trial evaluating school-based mindfulness intervention for ethnic minority youth: exploring mediators and moderators of intervention effects. **Journal of abnormal child psychology**, v. 47, n. 1, p. 1-19, 2019.

GOMES, Ana Paula Pereira. O negro: individual, coletivo, self, raça e identidade: algumas questões sobre o tornar-se negro e a auto-rejeição. **Revista Cronos**, v. 8, n. 2, 2007.

GONDIM, Sônia Maria Guedes; BASTOS, Antônio Virgílio Bittencourt; PEIXOTO, Liana Santos Alves. Áreas de atuação, atividades e abordagens teóricas do psicólogo brasileiro. *In*: BASTOS, A. V. B.; GONDIM, S. M. G. (org.). **O trabalho do psicólogo no Brasil**. São Paulo: Artmed, 2010. Cap. 9, p. 174-99.

GOUVEIA, Marizete; ZANELLO, Valeska. Psicoterapia, raça e racismo no contexto brasileiro: experiências e percepções de mulheres negras. **Psicologia em Estudo**, v. 24, 2019.

GRAHAM, Jessica R. *et al.* A preliminary exploration of the moderating role of valued living in the relationships between racist experiences and anxious and depressive symptoms. **Journal of Contextual Behavioral Science**, v. 4, n. 1, p. 48-55, 2015.

HARRIS, Russ. **ACT made simple: an easy-to-read primer on acceptance and commitment therapy**. New Harbinger Publications, 2019.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

IBGE. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento. **Características gerais dos domicílios e dos moradores 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IPEA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (org.). **Atlas da violência 2019**. Brasília, DF; Rio de Janeiro; São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.

KANTER, Jonathan W. *et al.* Addressing microaggressions in racially charged patient-provider interactions: a pilot randomized trial. **BMC medical education**, v. 20, n. 1, p. 1-14, 2020.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. [S.l.]: Editora Cobogó, 2020.

KOHLBERG, Robert J.; TSAI, Mavis. **Psicoterapia Analítica Funcional: criando relações terapêuticas intensas e curativas**. Tradução: Rachel R. Kerbauy. Santo André, SP: ESETEC. (Publicado originalmente em 1991), 2001.

LILLIS, Jason; HAYES, Steven C. Applying acceptance, mindfulness, and values to the reduction of prejudice: a pilot study. **Behavior modification**, v. 31, n. 4, p. 389-411, 2007.

LUOMA, Jason B.; HAYES, Steven C.; WALSER, Robyn D. Learning ACT: an acceptance & commitment therapy skills-training manual for therapists. **New Harbinger Publications**, 2007.

MAIA, Kenia Soares; ZAMORA, Maria Helena Navas. O Brasil e a lógica racial: do branqueamento à produção de subjetividade do racismo. **Psicologia Clínica**, v. 30, n. 2, p. 265-86, 2018.

MARTINS, Luísa Paim. **Anti-racismo na produção científica: a superação do modelo epistêmico europeu dominante**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Santa Maria, RS, 2019.

MARTINS, Tafnes Varela *et al.* O efeito das microagressões raciais de gênero na saúde mental de mulheres negras. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 2.793-802, 2020.

MASUDA, Akihiko *et al.* Mindfulness and mental health among African American college students. **Complementary Health Practice Review**, v. 14, n. 3, p. 115-27, 2009.

MASUDA, Akihiko *et al.* A psychological flexibility-based intervention for modulating the impact of stigma and prejudice: A descriptive review of empirical evidence. **Psychology, Society, & Education**, v. 4, n. 2, p. 211-23, 2012.

MILLER, Alexandria N.; ORSILLO, Susan M. Values, acceptance, and belongingness in graduate school: perspectives from underrepresented minority students. **Journal of Contextual Behavioral Science**, v. 15, p. 197-206, 2020.

MIZAEL, Tâhcita Medrado; SAMPAIO, Angelo A. S. Racismo institucional: aspectos comportamentais e culturais da abordagem policial. **Acta Comportamental: Revista Latina de Análisis de Comportamiento**, v. 27, n. 2, p. 215-31, 2019.

MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo**. [S.l.]: Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. [S.l.]: Autêntica Editora, 2019.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. [S.l.]: Editora Perspectiva SA, 2016.

PIETERSE, Alex L. *et al.* Perceived racism and mental health among Black American adults: a meta-analytic review. **Journal of Counseling Psychology**, v. 59, n. 1, p. 1, 2012.

REISS, Julian; SPRENGER, Jan. **Scientific objectivity**. [S.l.]: Stanford Encyclopedia of Philosophy, 2013.

RIBEIRO, Alan Augusto Moraes. Homens negros, negro homem: sob a perspectiva do feminismo negro. **REIA (Revista de Estudos e Investigações Antropológicas)**, p. 52-75, 2015.

SANTANA, Henrique; SALLES, Iuri. Por que os negros não apresentam programas de televisão. **Vaidapé**, São Paulo, 27 jun. 2017. Disponível em: <http://vaidape.com.br/2017/06/pesquisa-apresentadoresnegros-na-televisao/>. Acesso em: 29 nov. 2021.

SOUZA, Claudete Alves da Silva. **A solidão da mulher negra: sua subjetividade e seu preterimento pelo homem negro na cidade de São Paulo**. 2008. 174 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2008.

TAVARES, Jeane Saskya Campos; KURATANI, Sayuri Miranda de Andrade. Manejo clínico das repercussões do racismo entre mulheres que se “tornaram negras”. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, 2019.

TERRY, Christeine *et al.* FAP and feminist therapies: confronting power and privilege in therapy. **The practice of functional analytic psychotherapy**, Springer, New York, NY, p. 97-122, 2010.

TIBURCIO, Edleide dos Santos. **Racismo e primeira infância: o cabelo crespo e a construção da autoestima da menina negra.** Trabalho de Conclusão de Curso (Especialista em Cultura, Educação e Relações Étnico-Raciais) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2021.

TOURINHO, E. Z. **Subjetividade e relações comportamentais** [Subjectivity and behavioral relations]. 2006. Tese (Inscrição em concurso público) – Departamento de Psicologia Experimental, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

WEST, Lindsey M. *et al.* Functioning in the face of racism: preliminary findings on the buffering role of values clarification in a Black American sample. **Journal of Contextual Behavioral Science**, v. 2, n. 1-2, p. 1-8, 2013.

WILLIAMS, Monnica T. *et al.* Reducing microaggressions and promoting interracial connection: the racial harmony workshop. **Journal of Contextual Behavioral Science**, v. 16, p. 153-61, 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION . **Depression and other common mental disorders: global health estimates.** [S.l.]: World Health Organization, 2017.



Capítulo 9

Categoria: Experiências Individuais

Eixo orientador: Modos de resistência antirracista – antimanicomial, cultural, religiosa

Diana Marisa Dias Freire Malito. CRP: 04/40231. Doutora em Psicologia Estudos da Subjetividade pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Trabalhou por 06 anos na rede de saúde mental do município de Niterói (RJ). Atuou na capacitação técnica em saúde mental de equipes da Atenção Básica/RJ (Projeto Caminhos do Cuidado/Ministério da Saúde). Psicóloga clínica e professora universitária.

Psicologia e práticas de cuidado em saúde mental: contranarrativas de uma perspectiva racializada

Resumo

Esse estudo traz reflexões sobre as práticas de cuidado na política pública de saúde mental. Propõe pensar a assistência prestada a uma população composta em sua maioria por negros e não brancos. Como recurso metodológico utiliza a análise de diários de campo e de dez entrevistas realizadas em 2020 com profissionais da rede de atenção psicossocial e da rede socioassistencial de Niterói. Os resultados apontam para redes de cuidado ativas e práticas profissionais refletidas. No entanto, com relação à discussão racial nas construções coletivas entre as equipes, ao reconhecimento do racismo como fator de adoecimento psíquico e ao enfrentamento a essa problemática, avalia-se uma deficiência nos serviços. Aposta-se que a inserção da luta antirracista no movimento antimanicomial é um trabalho para muitas mãos.

Palavras-chave: Políticas públicas. Relações raciais. Saúde mental.

1. Introdução

Ele é novo lá no CAPS e não sou oficialmente sua referência. Mas é daquelas pessoas que se recebem atenção, tornam-te um pouco referência. Deu para aparecer no grupo de música que faço na terça-feira à tarde. Hoje me chamou da porta enquanto eu estava em reunião. Atabalhoada, com uma pilha de prontuários nas mãos, fui dizer que não podia naquela hora. “É rápido, só um minuto.” Sempre que olho para a figura dele, vejo a cor da pele. Não é assim com os outros usuários daquele serviço, é assim no encontro com ele. Depois eu vejo a loucura. E os olhos muito estrábicos. Os dentes para fora, um pouco contidos por um aparelho. É inevitável a curiosidade de como ele acessou um dentista. A marca da pobreza. As chagas. Um terço de plástico no pescoço, que não tem nada a ver com ser católico. “Tudo bem, estou aqui”. “Se você puder, escolhe uma música pra mim na terça que fale disso...” Passou uma das mãos ao longo do braço. Fiquei olhando, parada. Estou voando pensando na cor de outros tantos andarilhos relegados à doença mental. “Escolhe uma música que fale da minha pele. Em qualquer língua, que eu vou saber. E escolhe pra esses brancos saberem também.” Há uma dimensão incomunicável que às vezes se abre. Não tem nome, e talvez não seja teorizável. Mas, por enquanto, eu chamo de encontro. “Pode deixar, até terça”.

(Diário de Campo, 2018)

Apresento algumas análises tecidas no campo das políticas públicas, a partir do lugar de trabalhadora social e pesquisadora. Proponho pensar as relações raciais como um analisador negligenciado nas práticas de cuidado em saúde mental, contribuindo com as reflexões contemporâneas sobre essa problemática entre psicólogos, e outros interlocutores que tomem como matéria de trabalho os estudos das subjetividades. Tais análises são construídas através de experiências na rede pública de saúde mental do município de Niterói, em Ambulatório e Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPSad), na capacitação em saúde mental de equipes da Atenção Básica do estado do Rio de Janeiro, e no percurso de um doutorado em psicologia concluído recentemente.

No doutorado, defendo uma tese que articula as políticas de saúde mental e de assistência social, trazendo os corpos de uma mesma população marcada por uma errância entre serviços públicos. A escolha por abordar duas políticas públicas, cada

uma com seus desafios particulares, vem do encontro com as demandas recebidas ao longo dos anos nos serviços de saúde mental. Estas evidenciavam a insuficiência de pensar questões de saúde sem incluir, no mesmo patamar de importância, análises sobre alimentação, condições sanitárias, habitação, empregabilidade, dentre outros indicadores de bem-estar social. As demandas que chegam aos serviços públicos, guardadas as suas singularidades, contam uma história que é menos de um indivíduo do que de um povo: a história da formação do nosso país.

País fundado sobre o extrativismo eurocêntrico, o genocídio indígena, o sequestro e a escravização de africanos, o estupro e a servidão das mulheres; sobre um processo de abolição da escravatura que não rompeu com a colonialidade, mas seguiu desumanizando, marginalizando e espoliando a população negra e seus descendentes (NASCIMENTO, 2019), com devastadoras consequências econômicas, políticas, culturais e psíquicas. A formação das subjetividades no contexto brasileiro, além de três séculos de genocídio e escravização, é também herdeira de um ideal republicano calcado na importação de teorias científicas racistas da Europa, no sentimento de superioridade racial das classes, no ideal de branqueamento para a construção de uma sociedade civilizada, livre da mácula negra (SANTOS, 2018).

Os estudos em psicologia e saúde mental, contudo, hegemonicamente negligenciam as implicações da raça nas condições de vida da população sobre a qual se debruçam, abrigando-as sob o guarda-chuva da “questão social”. Santos (2018) relata que, quando chamado para falar sobre saúde mental, recorria à história tradicional da Reforma Psiquiátrica Brasileira: a problemática da loucura, suas representações sociais, sua institucionalização médica. Ele se apoiava nos estudos sobre a formação da instituição psiquiátrica no território europeu entre os séculos XVI e XVIII; e nos primeiros serviços hospitalocêntricos brasileiros. O autor cita sua formação em psicologia na década de 1980, mencionando que as questões raciais eram silenciadas como se não existissem. Passam-se anos até perceber, tal como muitos de nós pesquisadores e trabalhadores sociais, a negligência dos professores, profissionais e ativistas da Reforma com as questões raciais.

Contamos com uma vasta literatura sobre o SUS (Sistema Único de Saúde), o Movimento da Luta Antimanicomial e a Reforma Psiquiátrica – viradas paradigmáticas que viabilizaram o cuidado humanizado em saúde mental. Entretanto, pensar a dignidade, a emancipação e a construção do cuidado para esse “louco” na perspectiva das relações raciais é um terreno de disputa teórico-política em curso. Minimizam-se as implicações de a figura do negro escravizado ter sido utilizada na formação médica como exemplo de corrupção física e moral, “aos olhos da medicina colonial,

mulheres, negros e indígenas eram impuros e enfermos” (SANTOS, 2018, p. 243), assim como de a psiquiatria se aliar ao projeto de higiene racial e branqueamento na construção da identidade nacional (SANTOS, 2018).

Santos e outros pesquisadores (2020) fazem um levantamento de artigos publicados em revistas brasileiras, entre 2012 e 2015, que articulem psicologia e relações raciais, encontrando um percentual pequeno de publicações. Eles concluem que em geral a psicologia desconhece a população que representa seu principal campo de atuação no Brasil: “Não considera a cor dos corpos de quem lhe fala, de quem lhe pede atenção, e que parece desconhecer o próprio contexto demográfico, histórico e social daqueles com quem ou para quem trabalha” (SANTOS *et al.*, 2020, p. 8). Esses são nomeados como marginalizados, em vulnerabilidade social, população pobre, não referenciados como população negra, “como se o debate psicológico estivesse ocorrendo em um mundo onde não existem as lutas históricas dessa população contra o Estado brasileiro” (MOURA, 1988 *apud* SANTOS *et al.*, 2020, p. 9).

Nos últimos cinco anos, testemunhamos diversas insurgências no tensionamento entre ameaças à democracia, à institucionalização de políticas mortíferas, ao desmonte de direitos constitucionais conquistados e às batalhas locais pela ampliação das possibilidades de existir – levantes antirracistas, de comunidades tradicionais, de mulheres, de pessoas LGBTQIA+. Na universidade, uma diversidade de corpos disputa espaço a partir das políticas de ações afirmativas; autores contra hegemônicos são inseridos às custas de muitos questionamentos nas ementas das disciplinas. Esses acontecimentos tornam possível perguntar, em nossas pesquisas e espaços de trabalho: para além do guarda-chuva da exclusão social, quem é a população que chega com suas histórias em carne viva nos serviços de saúde mental, que histórias nos contam, de quais lugares escutamos, a partir de quais referenciais?

Recorro a Carolina Maria de Jesus como uma imagem-corpo que representa essas demandas as quais podemos chamar de Brasil. Diagnóstico: “CID-10 F Brasil”. Carolina foi uma escritora traduzida para aproximadamente dezesseis idiomas, embora até bem recentemente sua produção não fosse reconhecida por seu valor literário, mas abordada como um acontecimento exótico. Neta de escravizados, filha de uma lavadeira não alfabetizada e de um abandono paterno, tinha sete irmãos; sua vida marcada pela herança da escravatura: racismo, fome, exploração da força de trabalho, violência policial, falta de acesso a direitos. Seu editor declara, no prefácio da edição de 1993 de “Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada”, que a Fome é tão marcante na escrita de Carolina que se torna uma personagem com cores próprias, aparecendo com “uma frequência irritante”.

Por meio de seus livros, entrevistas, biógrafos e relatos da filha Vera Eunice de Jesus, é possível acompanhar as angústias de Carolina, o dolorido de suas vivências como negra, mulher, mãe, artista. Essas angústias a acompanharam a vida inteira, pois sair das condições de miséria material não lhe garantiu escapar do lugar a ela designado socialmente. “Falavam que eu tenho sorte, eu disse-lhes que eu tenho audácia’. Assim sentenciou Carolina diante dos falsos confetes que recebeu em vida. Ela sabia exatamente o que significava sua presença nos espaços citadinos e literários que frequentou” (MIRANDA, 2021, p. 17). Em contato com essas histórias, interrogo-me se a vida dela seria diferente caso houvesse naquela época o SUS, os serviços de saúde mental, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Até me dar conta das inúmeras Carolinas que são contemporâneas às políticas públicas.

Elas estão nas escolas, demandadas a procurarem neurologista e psicólogo para corrigir a dificuldade de aprendizagem dos filhos; nas filas que demoram uma vida para liberarem exames solicitados com urgência pelo posto de saúde; nas filas desumanas da Caixa Econômica Federal durante a pandemia de Covid-19; amontoadas com outras famílias em abrigos improvisados nos períodos de “desastres ambientais”, quando lama e lixo soterram os corpos dos moradores; chorando a perda dos filhos assassinados pelo Estado; em nossos serviços de saúde mental, quando conseguem chegar. E, se chegam, como são recebidas? Considerando principalmente que Carolina não performava o comportamento humilde que os profissionais benfeitores esperam encontrar na negritude e/ou na pobreza.

Ela representa um contingente de mulheres negras desafortadas e livres, caberia nos dispositivos de acompanhamento da saúde mental? Escrevo-lhe uma carta ficcional, dando visibilidade à histórica relação hierarquizada entre as equipes técnicas de saúde mental, que cuidam/sabem/atendem, e à população usuária dos serviços, esta que seria cuidada/ensinada/assistida. Relações essas que, quando não problematizadas, ignoram dinâmicas históricas que transformam paulatinamente produções contingenciais em naturezas humanas.

Carolina, sabe aquela vez, após tantas peregrinações, que você encontrou um lugar para tratar das suas pernas inflamadas? Lá na casa de saúde das freiras. Mas você só descansava as pernas à noite, de dia havia as roupas de trinta asilados para lavar em retribuição à acolhida. Você não teve problemas para trabalhar, habituada desde criança, às vezes paga com alguns pacotes de arroz. Você não imagina o quanto sofremos por trabalhar de casa nessa pandemia da Covid-19. Somos cada vez mais explorados, vigiados, transformados em robôs. Mas nossos corpos não advinham as chagas do seu corpo preto, nascido apenas na segunda geração após a “abolição” da escravatura no Brasil.

Mas aqui eu entraria numa outra história... Aqui eu seria acusada de querer precarizar ainda mais o trabalho alheio e ouviria que nosso inimigo é outro. Que estamos todos do mesmo lado enquanto trabalhadores: nós trabalhando de casa, protegidos do vírus biológico, do mesmo lado do camelô, da faxineira, do porteiro, do morador de rua... O que será que eles pensam sobre isso, Carolina? O camelô, a faxineira, o porteiro e o morador de rua. Existem grupos que são apaixonados por eles, mas não acreditam que sejam dotados da capacidade de pensar. Ou de pensar adequadamente. Querem usar sua imagem sofrida, suada – a cara do Brasil – mas com a boca fechada. Existe até partido político socialista que pegam mulheres pretas faveladas como você Carolina, para trazerem as ideias adequadas deles. Tudo muito bem escrito, articulado: a imagem colorida e o discurso do partido. A gente não entende por que as pessoas pobres votam no Bolsonaro, Carolina, mas a gente não ouve, porque a nossa cabeça já está cheia de ideias. Nós, que já sabemos de tudo.

Mas o que queria te falar mesmo é desse momento que você encontrou a bondade das freiras e conseguiu moradia, trabalho e comida. Quem conhece a fome dá outra importância para a comida. Para muitos trabalhadores da saúde isso às vezes escapa. Para alguns psicólogos, parece que as pessoas não são feitas de corpos. Um corpo que come, sangra, tem feridas nas pernas, e não só na alma. Um corpo que fede, grita. Comecei essa carta empolgada, porque depois de anos andando a pé pelas estradas de Minas Gerais você encontrou um lugar para tratar das feridas purulentas das suas pernas – que te roubaram a possibilidade de namorar, de ser bonita, de ter amigos, saúde... E nem me apresentei!

Eu sou psicóloga, é tipo uma doutora das emoções; sou também uma dessas pessoas estudadas, com livros embaixo do braço, e que gosta de escrever. Mas não uma escritora corajosa igual a você, que teve a ousadia de escrever em qualquer lugar, e brigar para que suas palavras fossem para o mundo. Eu fico me lamentando, porque não tenho tempo, nem inspiração, para escrever uma coisa original. Entretanto, Carolina, as pessoas não zombam da minha escrita nem ousam me mandar parar de escrever, como aquele jornalista que te “descobriu”. Talvez porque eu tenha os papéis dos diplomas. Talvez porque você e outras mulheres negras abriram o caminho para mim. Igual a você eu também defendo o direito de que todos possam estudar, mas não consigo ignorar o exército de diplomados inúteis. Os letrados também votam no Bolsonaro, Carolina.

Mas, então, eu percebi que você tentou achar explicação do porquê foi embora do lugar que te acolheu, mesmo com o risco da miséria à espreita pelas estradas. Ninguém entende como se larga um teto e um Jesus assim. Sabe, eu acompanhei uma mulher na saúde mental, onde trabalhei como psicóloga. Ela era negra, de meia idade, luminosa, engraçada. Começou a beber na juventude, depois de perder um amor assassinado lá em Minas Gerais – sua conterrânea. Quando bebia acabava ficando suja e vagando pelas ruas. Depois pedia socorro na saúde mental e a gente tentava ajudá-la a voltar para a casa da filha.

A casa da filha era limpa, o genro estudado, a dispensa cheia. Quando ficava sóbria, ela virava faxineira, cozinheira e babá do neto que amava – mas que não a respeitava muito porque afinal de contas ela era uma bêbada. Ela contava pra gente que a filha não a deixava dançar, que cansava aquela vida quieta dentro de casa, que às vezes dava um estalo na cabeça dela, igual a um raio, e ela saía andando desembestada pela rua e se perdia de novo. Conheci muitos andarilhos que descansavam de vez em quando na saúde mental. Andavam o mundo. Não cabiam nas casas, no trabalho, nos limites da individualidade. Sabe, Carolina, você foi embora porque a freira vigiava quando você dançava com a vassoura na cozinha, e dizia que você levava mais jeito para dançar do que para limpar, não foi? Você descreveu o olhar frio daquela freira. Descreveu como carecia da sua liberdade. Você foi embora querendo dançar mais uma vez, não foi?

Às vezes, Carolina, os olhares dos profissionais da saúde mental são iguais ao dessa freira. Olhos que dizem coisas muito diferentes das palavras que saem pela boca em voz alta, falando que estão ali para ajudar, compreender. Olhos que julgam o que tem de mais vivo numa pessoa. Eu fiquei preocupada com o que aconteceria de mais privações na sua vida, quando li que você pegava a estrada a pé de volta. Mas fiquei aliviada por você se livrar da bondade daquelas freiras e do Jesus delas. A bondade também provoca feridas purulentas.

(Niterói, Setembro de 2020).

2. Referenciais teórico-metodológicos

A perspectiva Micropolítica, definida por Guattari (2007) como uma analítica da formação do desejo no campo social, é uma abordagem que inclui nos estudos da subjetividade sua constituição política, econômica, sociocultural, psíquica. Trata-se de colocar em cena a multiplicidade de forças, em movimento, que compõem um campo. Em linhas gerais, entende-se a subjetividade como produção, ao contrário de uma natureza humana; a pesquisa não se trata da aplicação objetiva de métodos, considera-se a indissociabilidade entre pesquisa-intervenção, na medida em que o

conhecimento produz efeitos concretos na sociedade; o pesquisador não é um observador neutro, exterior a um suposto objeto de estudo, mas se reconhece implicado nas relações de saber-poder, como nos ensina Foucault.

Orientada por esse modo de compreender a multirreferencialidade da realidade, acolho autores da Análise Institucional e da Filosofia da Diferença como intercessores teórico-práticos no campo das intervenções *psi*, tanto na pesquisa quanto nas práticas de trabalho. Esses autores (entre os quais destaco Foucault, Deleuze, Guattari, Lourau) não demandam uma fidelidade ao pensamento que inauguram – uma escola, sequer uma composição harmônica de ideias. Mas convocam a uma certa traição de nossos encargos de especialistas, ao constante exercício do pensamento frente as questões que nosso próprio tempo coloca. Nesse sentido, autores contemporâneos não se furtam de rachar ainda mais esses pensamentos que, embora tenham rompido com a tradição científica, filosófica, hegemônica de sua época, não puderam enxergar suas raízes coloniais. “O processo de colonização e neocolonização e, conseqüentemente o extermínio das populações indígenas, dos povos autóctones e o sequestro e escravidão dos povos de Áfricas passam a ser o centro do debate” (LIMA, 2018, p. 26).

É um desafio habitar a desconstrução de paradigmas teórico-práticos escolhidos desde a graduação, se haver com autores não brancos e/ou não ocidentalizados, negligenciados ao longo de toda uma trajetória de formação. Sigo lançando mão desses referenciais e arrisco outros caminhos, por vezes dissonantes, a fim de colocar em análise os limites e as contradições das teorias, mesmo aquelas pelas quais nos apaixonamos, na direção de fazer falar a ferida colonial invisibilizada. Autores de diferentes áreas do conhecimento (como Frantz Fanon, Abdias do Nascimento, Maria Beatriz Nascimento, Neusa Santos Souza, Renato Nogueira, Aparecida Bento, Conceição Evaristo, James Baldwin, Bernardine Evaristo) vêm me apresentando o mundo, a rua, a economia, o corpo, o cuidado, pela perspectiva das relações raciais, e tais deslocamentos não têm volta. “Essa experiências de negros e brancos pode acabar tendo um valor indispensável para todos nós neste mundo que enfrentamos hoje. Este mundo não é mais branco, e nunca mais voltará a ser” (BALDWIN, 2020, p. 199).

Como recurso metodológico, utilizo a análise de diários de campo e de entrevistas realizadas com profissionais das redes de saúde mental e de assistência social de Niterói, conforme aprovação do Comitê de Ética. Lourau (1993) (por meio do estudo dos diários pessoais de sociólogos, etnólogos, psicanalistas e outros pesquisadores) percebe as discrepâncias entre os relatos livres, do que se passava no campo e o que se dava a conhecer por intermédio dos relatórios que vinham a público. Demonstra que os diários traem o segredo da produção intelectual à medida em trazem as im-

plicações e a vivência de campo cotidiana do pesquisador, revelando como realmente se faz a pesquisa. O autor propõe o registro como exercício de visibilizar as nuances dos acontecimentos: as relações de paixão, de violência, de exploração, usualmente encobertas por uma suposta neutralidade. Meus diários registram o período como psicóloga em Ambulatório de Saúde Mental (2012-2015), CAPSad (2016-2019) e como tutora na capacitação técnica da Atenção Básica (2014-2015).

Com a análise desses registros, são construídas hipóteses a respeito das práticas de cuidado relacionadas a saúde mental, incluindo uma rede mais ampla do que seus serviços específicos. Buscando deslocamentos de uma percepção *sobreimplificada* com minha experiência de trabalho – atravessada por realizações, angústias e malgrados – incluo mais vozes nessas análises, entrevistando outros trabalhadores sociais. As entrevistas foram realizadas em 2020 com psicólogas, assistentes sociais, auxiliar administrativa, psiquiatra e técnico de enfermagem lotados no CAPSad, em Ambulatório de Saúde Mental, no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP).

3. Resultados

Ouvia música com B. todas as vezes que ele estava no CAPSad. Esquizofrênico tal qual o pai falecido. Jovem, negro, destitutivo, malandro, orgulhoso, lindo. Gabava-se de ter usado crack durante três anos e ainda assim ter todos os dentes intactos, além de ter conseguido parar sozinho. Virava-se bem na rua, mas não conseguia ouvir música, uma de suas paixões. Chegava ao CAPS eufórico para aplacar sua abstinência de música. Celular, Youtube, rock antigo, rap. “Conhece essa, doutora?... Só mais uma, por favor?”.

Certa vez perdi a compostura em uma visita ao dia seguinte de sua internação psiquiátrica, uma entre um histórico de internações. Ele queria que o levasse embora, bradava que não queria ser transferido para a enfermaria masculina porque não era maluco, que precisava ir para a enfermaria de drogas. Quando passou a gritar que sairia dali à força, e a equipe da enfermagem começou a se mover para a contenção, o choro me escapou acrescentando mais drama à cena. “Doutora, pelo amor de Deus, não chora. Eu prometo que vou ficar aqui, mas para de chorar”.

A psicóloga referência de B. na internação me conduziu a uma sala para conversar. Quase seis anos de saúde mental e sempre havia uma salinha para individualizar, para sondar se você levava as suas questões pessoais para a análise. Hospício é uma questão pessoal? Consigo tocar no ódio material que emerge dessa lembrança: uma psiquiatra me explicando pausadamente que a internação era uma coisa boa para o meu paciente. Como se eu mesma não tivesse levado B. de ônibus até lá – Para onde mais o levaria? – e gastado lábia e linguajar técnico para que aceitassem nosso pedido por internação. As outras psicólogas cochichando sobre minha descompostura, tão habituadas ao local, já fazendo parte da paisagem. É uma coisa tão boa. Se essas moças surtassem, onde elas gostariam de ser tratadas? Pregariam os olhos à noite naquela enfermaria? Mas B. é louco, além de tudo drogado, e Jurujuba é um hospício humanizado. Ele já deveria estar acostumado. “Quando meu pai morreu, eu estava internado, doutora. Minha família achou melhor não me contar para não atrapalhar minha internação”. Qual a medida?

(Diário de Campo, 2017)

Nos diários, destacam-se: acontecimentos cotidianos nos serviços de saúde mental; relatos de situações singulares; falas impactantes recolhidas de acompanhamentos individuais; oficinas coletivas; assembleias; reuniões de equipe; supervisões; perguntas desconcertantes de profissionais durante capacitações que ministrei na atenção básica e na assistência social. Da confluência dessas experiências, costuro duas hipóteses principais a respeito das práticas de cuidado em saúde mental:

- Nas dimensões macro e micropolítica das políticas públicas, há forças em disputa: lutas coletivas pela garantia e ampliação de direitos, e forças de conservação comprometidas com os interesses das elites e o apaziguamento das insurgências populares. Nas raízes das políticas públicas, repousa a máquina colonial capilarizada na formação dos profissionais, enlaçada em suas práticas. Uma máquina colonial não se constitui de senhores de engenho com chicotes em punho, a dinâmica racial é tão violenta quanto invisível e está pronta para incorporar os discursos antirracistas em voga. É frequente a ocorrência de práticas bem-intencionadas que reproduzem racismo, tutela, baixa adesão aos serviços, manicomialização.
- Os usuários que causam “problemas” aos serviços, que não são bem recebidos pelos profissionais, ou têm dificuldades de adesão às intervenções

propostas, frequentemente encaminhados burocraticamente de um equipamento ao outro, são analisadores essenciais das limitações dos dispositivos de cuidado; e nos trazem pistas do que é desqualificado nas abordagens tradicionais sobre “loucura” e “vulnerabilidade social”. Em nome da promoção da saúde, desqualificam-se a potência, as táticas de sobrevivência, o saber e a solidariedade de um povo.

Com relação às entrevistas, interessou ouvir dos profissionais como lidam com o público o qual acompanham, como percebem os usuários e suas problemáticas e quais são os seus principais desafios como trabalhadores. Foram inseridos alguns temas disparadores, as questões que abordam diretamente as relações raciais são: Os entrevistados incluem em seu cotidiano de trabalho reflexões sobre racismo? As equipes interdisciplinares discutem ou reconhecem a questão racial em espaços de discussão coletiva? Os profissionais consideram que as pessoas negras são tratadas da mesma forma que as pessoas brancas nos serviços?

As entrevistas refletem a lida com contextos de vulnerabilidades de toda ordem. Situações que exigem, além do saber técnico, a reinvenção cotidiana das práticas, a disponibilidade para estar com o outro na radicalidade das diferenças que se apresentem e a insistência na articulação entre pares, com outros saberes, e para fora dos serviços. As entrevistas evidenciam, a partir de situações concretas, a complexidade das práticas chamadas de *tecnologias leves do cuidado*, tão sofisticadas em sua operacionalização. Se as entrevistas se alinham com análises críticas do processo de trabalho, preocupação com o público atendido, ponderações a respeito da formação profissional, entre outras reflexões críticas sobre a assistência em saúde mental, com relação às perguntas que abrangem a pauta racial, as respostas são mais econômicas, dando pistas sobre o espaço dessa discussão na Saúde Mental:

3.1 Reflexões sobre racismo no cotidiano de trabalho

Duas entrevistadas, uma assistente social negra e uma psicóloga branca, mencionam a carência da temática racial em sua formação. Apenas recentemente estão se apropriando dessa discussão. “Existe um apagamento muito grande na nossa formação. Cursei psicologia na Faculdade Maria Thereza, na época não se discutia isso. Agora no Mestrado (UFF), isso tem sido falado. Não tanto quanto a gente deveria”. Uma psiquiatra branca da saúde mental reflete que esse não é um foco em seu trabalho: “Penso muito mais nas questões socioculturais dos transtornos”.

Uma assistente social negra do Centro POP afirma que inclui tais reflexões raciais em seu processo de trabalho, porque estuda o tema na pós-graduação:

Vejo que grande parte da população que está naquela situação (de rua) é negra. Idosos, mulheres, homens. A maior parte mesmo. No meu caso tento pensar sobre essa situação sim, na questão da razão de estarem nessa vulnerabilidade. Muitos ali são egressos do sistema penal, tanto mulheres quanto homens, e são jovens, entre vinte e trinta e poucos anos. Eu estudo o encarceramento.

Destaco as falas de uma psicóloga branca desse mesmo equipamento da assistência social:

Importante refletir que a maioria da equipe é branca e os usuários negros. O que faz com que a gente esteja nesse lugar de ter concluído nossos estudos, estar nesses espaços de saber e poder, e a maioria das pessoas ali naquela situação, não? Ainda que a gente tenha muita empatia, e discuta muito a história do outro, ainda que a gente tente se desconstruir, tem uma dimensão da vida dessas pessoas que nunca vamos ter acesso.

Ela acrescenta que entende o racismo como uma questão mais ampla, de cuidados.

Uma menina reclamava que não tinha creme pro cabelo dela, lá a gente dá só sabonete para tomar banho. Ela ia pra rua des-penteada. O quanto foi importante comprar creme e colocar no potinho, para todo mundo. Fez muita diferença. Ela faz penteados e mostra.

Observa que não sabe se os usuários negros têm dimensão da questão racial ali colocada:

São questões que a gente pensa, não sei se os usuários têm essa dimensão. Eles têm na medida em que vivem, mas nem todos fazem essa ligação. Muitas vezes acham que passam essas violências porque estão na rua, e não pela cor. A gente vê que no Niterói Presente (policiamento nas ruas) nossos usuários negros são muito mais parados do que os brancos. As pessoas brancas recebem muito mais doações do que as negras. Não é um dado de pesquisa, mas nós escutamos deles. Os negros que vendem doces na rua falam como é difícil abordar as pessoas para vender. A gente escuta os incômodos, mas não escuta essa vinculação com a cor.

Uma assistente social branca do Centro POP explicita:

Primeiramente é importante colocar que a população de rua a maior parte é negra. As pesquisas mostram isso, são homens e pretos. Isso já é um dado para nosso serviço. Só que eu acho, eu refletindo, os usuários não reconhecem isso. Existe uma discriminação só por eles estarem na rua. “Tia a gente está na calçada e a pessoa atravessa”. Será que eles reconhecem que é pela cor da pele? Eles sempre falam pra gente das abordagens da segurança pública, são sempre parados. Mas por que será? Quando você vai ouvir as histórias você vê como é a questão de acesso. Educação, emprego. A maioria nunca teve acesso a uma carteira assinada. E os atendimentos de saúde! Demoram a procurar, vão quando estão no limite, nas emergências, e pedem pra gente acompanhar. Sempre escuto: “Tia eu não consegui ser atendido”. Vários locais falam pra eles “Procura o Consultório na Rua”. E mesmo a gente acompanhando é difícil.

Ela traz o caso de um rapaz negro com o braço quebrado em decorrência de um atropelamento, que foi ao Consultório na Rua e a médica não se encontrava, então foi a uma Policlínica com o braço já inchado, roxo e mandaram que procurasse o Consultório na Rua. Por meio do Centro POP, obteve auxílio para chegar até um hospital, onde conseguiu atendimento. Lembra-se do caso de uma mulher negra *trans*, com a perna infeccionada, “cheia de bichinhos”.

Ficamos o dia todo procurando atendimento, foi uma saga, ela não conseguiu. Vimos um pernoite no abrigo, e sábado numa policlínica mais distante ela foi atendida. Aí passam as receitas, outro problema, não tem como comprar. Não levam isso em consideração, medicação em falta na Policlínica, tem que pedir ajuda na rua.

Observa algo novo com relação ao público que atendem:

Temos recebido muitos jovens. Quando ouvimos a história vemos que são crianças e adolescentes que já viviam na rua. Já passaram por internações, medidas de privação de liberdade no DEGASE (Departamento Geral de Ações Socioeducativas). Saem, ficam um tempo na rua, são presos. A gente precisa considerar a história desses sujeitos, não colocar o foco na droga. Histórias marcadas por privações, violência. Jovens criados por uma mulher sozinha com vários filhos. Presenciam uso de drogas desde cedo, presenciam violência doméstica, mães são agredidas, eles também. São várias histórias. Envolvimento com o tráfico, expulsão do território a partir de conflitos, ou são expulsos pela milícia; têm família, mas não podem voltar.

3.2 Discussões coletivas entre as equipes interdisciplinares sobre as questões raciais

Uma psicóloga branca do CAPSad considera que a inclusão da questão racial em suas reuniões de equipe ainda é pouca, mas que cada vez mais falam sobre isso: “Tem sido importante falar sobre racismo, sobre violência, sobre machismo”. Uma técnica administrativa branca do mesmo equipamento afirma: “Eu não sei se para todo mundo é um problema, uma questão para discussão. É para alguns”, e lembra de uma situação que mobilizou as pessoas na equipe, “passamos por isso recentemente com um paciente que foi parar no hospital geral, ele não tinha documentos e foi posto na ficha como ‘homem negro sem documentos’. Foi discutido esse caso em reunião”. Para uma psicóloga branca do Ambulatório de Saúde Mental, que relata não perceber o elemento raça sendo considerado em sua equipe, pergunto se, ainda que não seja falado, apareceria alguma questão sobre isso de outras formas. “Eu acho que sempre tem. Nossa equipe, de negros só tem dois estagiários, a senhora da limpeza e o porteiro. Não desmerecendo, sabe, mas são só eles. Vai chegar agora um psicólogo, mas antes nem para as entrevistas chegavam psicólogos negros”.

Um técnico de enfermagem negro, do CAPSad, diz que a antropóloga da equipe puxa bastante essa discussão nas reuniões. “Ela levanta a bandeira. Quando não estava tendo supervisão, e ficou combinado de usarmos a hora para discutir temas, levamos essa questão”. A assistente social negra do Centro POP aponta a invisibilidade da pauta racial mesmo entre as pessoas mais progressistas:

Acho que o pessoal lá tem uma visão de mundo mais progressista. O serviço social tem um código de ética que te faz olhar para essas questões. Não estou dizendo que a pessoa obrigatoriamente vai fazer, a gente sabe que tem profissionais que têm problemas. Mas eu vejo a equipe ali comprometida com os direitos humanos, com a política pública de garantia de direitos. Agora se você me perguntar se o racismo é discutido ali dentro com toda a equipe, eu respondo que não. Não é uma pauta.

3.4 Percepções sobre o tratamento destinado a negros e brancos dentro dos serviços

A psiquiatra branca da saúde mental reflete que em sua percepção as pessoas negras e brancas são tratadas de forma igualitária no Ambulatório. O técnico de enfermagem negro do CAPSad, expressa: “Acho que essa questão do negro é uma galera que já se coloca nesse lugar de reivindicar menos, ficar mais calado”, e observa existir preconceito entre os próprios usuários do serviço, contra outros usuários que estão em situação de rua. “Não digo nem por serem negros, mas têm alguns que falam dos que estão em situação de rua chamando de ‘esses aí’, ‘essa galera aí’”. A psicóloga branca do CAPSad diz algo diferente: “No mundo as pessoas negras não são tratadas da mesma forma. Eu sou branca, é mais difícil ainda falar disso. A gente é racista, não importa o quanto se ache desconstruído e busque informação. A gente ainda se encontra com algumas atitudes racistas, inclusive nossas”.

Uma psicóloga do CREAS afirma: “Não, a gente não tem isso, essa diferença não”. Pergunto: “Vocês estão atentos às discussões sobre racismo ou ela não aparece?”, ela explica: “Estamos sim, mas dentro do setor a gente não tem esse problema. Eu já tive esse problema fora, na faculdade (risos)”. “Você se considera de qual etnia?”, pergunto. “Parda... indígena”. Outra psicóloga, negra, do mesmo equipamento explica que as pessoas brancas e negras são tratadas igualmente com respeito no CREAS, mas que percebe uma diferença com relação aos encaminhamentos do sistema de garantia de direitos, principalmente do Judiciário. Para ela, ficam explícitas as diferenças na maneira de solicitar intervenções em cada situação: “Quando surge a tutela de uma situação, já sei que a família é negra”. Observa que os termos mudam quando a família é branca, ainda que haja a suspeita da ocorrência de alguma violação, os termos usados são “possivelmente uma situação de abandono”, “verificar se está havendo alguma negligência com o idoso”. Acrescenta: “É uma questão já do sistema. Precisamos tirar essa ideia de que a família pobre, negra, precisará o tempo todo do Estado tutelando”.

4. Discussão

Santos (2018) defende que o racismo estruturante do Estado elege quem pode ter saúde mental e quem deve viver atormentado com o sofrimento produzido pelas condições sociais: “É o Estado racista também que determina sob quais condições tratamos da saúde mental da população brasileira, que tipo de investimento, com quais psicologias e quais abordagens” (*id.*, p. 247). David, Marques e Silva (2019, p. 43) abordam a *neomanicomialização* da população negra, demonstrando que o manicômio foi historicamente uma das estratégias políticas de controle sobre essa população, afastando o negro da sociedade e da possibilidade de se identificar racialmente de modo positivo.

Os autores sublinham as novas formas manicomiais destinadas à população negra: o sucateamento do SUS; a psiquiatria biomédica aliada à indústria farmacêutica; o Judiciário; a polícia que protagoniza o genocídio dessa população, além de promover constantes cenas de humilhação e violência com usuários, e não usuários, de drogas; o financiamento público destinado às Comunidades Terapêuticas, em sua maioria vinculadas a organizações religiosas que reconhecem manifestações da cultura e das religiões de matriz afro-brasileiras como alucinações e delírios (DAVID, MARQUES, SILVA, 2019).

Os diários registram um tempo no qual as reflexões raciais eram consideradas, especialmente nas equipes de saúde mental, como uma temática especializada. Passaram a ter espaço recentemente, com a abertura de uma rede estruturalmente psicanalítica construída na indicação entre pares, para a entrada de profissionais externos, com outras referências; com as mudanças no mundo a partir das lutas históricas e atuais dos movimentos sociais; com as pressões da mídia alternativa; e com a cooptação dessas pautas pela mídia tradicional (que também interfere no processo de humanização das pessoas negras). Já nas entrevistas, realizadas mais recentemente, é possível ouvir dos profissionais que estão olhando para as questões raciais.

Entre as entrevistadas da assistência social, percebo a discussão racial mais encarnada no processo de trabalho, uma consciência do lugar que ocupam, enquanto a saúde mental é mais tímida. Além disso, a pauta racial é uma discussão que alguns técnicos inauguram com mais firmeza após o encontro recente com a pós-graduação. Até então, nos cursos da saúde sua invisibilidade era contundente. Escolha de autores e ênfase em determinadas abordagens são construções que envolvem disputas políticas no panorama de cada curso. As ações afirmativas que viabilizaram a entrada de outros atores nas universidades disputam essas narrativas e inauguram novos desafios para a formação.

Entre os entrevistados da saúde mental, duas profissionais falam um pouco mais sobre racismo; tomo como um analisador que jovens brancas de nível superior possam acessar na teoria algo que um homem preto de São Gonçalo (o técnico de enfermagem) não considera tão relevante. Isso não significa que as pessoas brancas devam continuar se omitindo, mas que entendo as implicações de uma fala sobre os “próprios negros se colocarem no lugar de reivindicar menos, de silenciar”, vir de um homem negro periférico que ocupa um cargo de nível médio. Ele cita a colega antropóloga que levanta a bandeira da discussão racial na equipe do CAPSad. Trata-se de uma mulher negra, historicamente importante nessa rede de saúde mental. Destoa das equipes que falam baixo e moderadamente – aos berros tenta fazer valer o direito de meninos e meninas em situação de rua acessarem a saúde. Recordo o quanto pesava sobre seus ombros ser a técnica que “via racismo em tudo” e me pergunto qual seria o preço de sustentar uma discussão racial há tantos anos em um espaço como aquele.

Uma entrevistada, da saúde mental, menciona que as pessoas brancas e negras não são tratadas da mesma forma no mundo. O restante, embora reconheça a problemática racial, acredita que nos serviços haja tratamento igualitário. Uma importante chave de leitura para as entrevistas: se não é mais possível se esquivar totalmente da pauta racial, ainda é difícil considerar que seu próprio dispositivo de trabalho reproduza racismo. Quais seriam as implicações para equipes majoritariamente brancas, especialmente no que tange ao corte por “nível superior”, compreenderem que os lugares os quais ocupam em relação a população que atendem têm a ver com um conjunto de privilégios materiais e simbólicos?

A exemplo da psiquiatra entrevistada, uma profissional essencial para a rede de saúde mental de Niterói, diga-se de passagem, como ela poderia perceber que os corpos que ajudaram a formá-la são de pessoas negras e não brancas, anônimas, sem cova, sem velório? Não há diferenciação entre negros e brancos no serviço, todos são tratados com respeito, ela me diz. E o território no entorno do ambulatório? Quem morre nas mãos da polícia, quem é cooptado pelo tráfico de drogas, quem é evadido da escola, quem conta com R\$ 205,00 do programa bolsa família? Quem nunca vai poder ser um doutor? “O racismo coloca em xeque a noção de mérito: não é simplesmente por esforço pessoal que a população branca ocupa esse lugar, ela o tem herdado historicamente” (CFP, 2017, p. 26). Urge repensar sobre quais universais se fundam os conceitos de subjetividade, humanidade, saúde; atentar-se para o acesso e para a permanência das pessoas negras nos dispositivos de tratamento. Os profissionais defensores dos direitos humanos, os que militam em prol da reforma psiquiátrica, os que têm as melhores intenções, não estão dispensados dessa tarefa.

Um olhar que racialize a dinâmica dentro das equipes de saúde notaria a proporção entre profissionais brancos e negros, e quais cargos as pessoas negras costumam ocupar. A olho nu, vê-se a cor majoritária de quem limpa os banheiros dos serviços, assim como a cor de quem prescreve as medicações. Os psicanalistas me ensinaram que o que ignoramos costuma retornar como sintoma. Não seria o racismo um dos grandes sintomas das equipes de saúde? Apesar das pesquisas de militantes e intelectuais negros sobre as consequências do racismo, e de diversas vozes fora da academia trazendo a questão da saúde mental da população negra, diante dos gestores da saúde, e dos responsáveis pela formação técnica das equipes, a problemática racial ainda é tratada na esfera moral da conscientização, sem a construção de estratégias qualificadas de enfrentamento. Inserir-la como questão primordial nos dispositivos de saúde mental é um trabalho para muitas mãos.

Tenho deixado algumas perguntas como reflexão nas mesas de que participo sobre saúde mental, sem a pretensão de respondê-las: Como profissionais negros e não brancos podem cuidar de sua saúde mental, uma vez que também vivenciam racismo em suas equipes? Como profissionais brancos podem acompanhar usuários negros e não brancos sem violentá-los, apesar do *racismo estrutural*? O que fazer quando constatamos a existência do racismo em nós? É possível ser antirracista? Estimo que não sejam respondidas com artifícios intelectuais, mas forjadas no próprio cotidiano dos serviços, em trabalho, coletivamente, e a cada vez.

5. Considerações finais

Realizar uma análise crítica sobre as práticas de cuidado em saúde mental, apontando suas raízes coloniais, em um momento no qual o que é público tem sido desmantelado, difamado e destruído, exigiu um cuidado ético criterioso. As políticas públicas são essenciais para a população negra e problematizamos suas fragilidades para fortalecê-las. Nesse mesmo sentido, a Psicologia é convocada a romper com o pacto colonial e há muito o que ser confrontado, construído. Paga-se um preço por racializar questões na saúde mental, nos espaços coletivos de trabalho, e de estudo. Na universidade, para que pudesse trazer as relações raciais como centralidade na pesquisa sem ser acusada de estar fragmentando lutas, muitos abriram e prepararam o caminho. Ao longo dessa trajetória profissional-acadêmica, tenho sido tolerada pela branquitude, mas aqueles que inauguram o caminho na foice, em garras, para que possa haver psicólogos negros se posicionando, são apagados da história.

Agradeço aos “negros raivosos que veem racismo em tudo”, aos povos de terreiro perseguidos e demonizados, aos alunos negros das escolas públicas pelas quais passei, aos usuários que acompanhei no serviço público, aos pacientes do consultório particular que chegaram procurando uma psicóloga preta antes que houvesse compreendido a dimensão política dessa demanda, aos alunos das ações afirmativas, especialmente os da Psicologia/UFF, cujos trabalhos me chamam a desacomodar o pensamento. Peço licença a Carolina Maria de Jesus e às/aos intelectuais negros apagados na minha escrita. Tal qual Fanon (1978, p. 41), considero insuficiente qualquer exercício teórico imparcial e descomprometido: “Não posso e não me interessa transcender a mim mesmo, como habitualmente os cientistas sociais declaram supostamente fazer em relação às suas investigações. Quanto a mim, considero-me parte da matéria investigada”.

A luta pela afirmação da humanidade negra se mantém desde o período escravagista: fugas, suicídios, assassinato de senhores e capatazes, rebeliões, a República dos Palmares, a Revolta dos Alfaiates, a Balaiada, a Revolta dos Malês. Bento (2002) aponta essas diferentes modulações de lutas ao longo da história: resistência individual, insurreições urbanas, quilombos, organização de modelos de articulação social, econômica e política. O Movimento Negro, perseguido durante as duas ditaduras, tem exposto o racismo didaticamente para toda a população e o enfrenta em várias instâncias: política, econômica, jurídica, educacional, cultural. Múltiplos coletivos não institucionalizados se levantam contra o genocídio, como os movimentos de mulheres que perderam seus filhos assassinados pela violência do Estado e arriscam a vida denunciando o estado de terror no qual vive a população negra.

Os artigos que escrevemos sobre a temática das relações raciais são uma nota de rodapé frente as estratégias, a resistência e a vivência de um povo. A cena que abre a introdução desse trabalho, do rapaz que alcançaria uma música sobre sua cor em qualquer língua, posto que há entendimentos que não passam pela palavra, nos lembra de que, apesar do extermínio explícito e velado, da violência material e simbólica, das distorções históricas, das políticas de branqueamento e de morte, do epistemicídio na produção acadêmica, do silenciamento, há algo que mais do que resiste, existe e cria.

6. Referências

- BALDWIN, James. **Notas de um filho nativo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. **Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. 169 p. Tese (Doutorado em Psicologia) – Departamento de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2002.
- CFP (Conselho Federal de Psicologia). **Relações raciais: referências técnicas para atuação de psicólogas/os**. Brasília, DF: CFP, 2017.
- DAVID, Emiliano de Camargo; MARQUES, Ana Lucia Marinho; SILVA, Flávia Fernando Lima. Redução de danos e racismo. *In*: SURJUS, Luciana Togni de Lima e Silva; SILVA, Patricia Carvalho. **Redução de danos: Ampliação da vida e materialização de direitos**. São Paulo: Unifesp, 2019. p. 40-5.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador, BA: EDUFBA, 2008.
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma Favelada**. [S.l.]: Ed. Popular, 1993.
- LIMA, Fátima. Bio-necropolítica: diálogos entre Michel Foucault e Achille Mbembe. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 70, p. 20-33, nov. 2018.
- MIRANDA, Fernanda. **Carolina, Carolinas, e um futuro que se abre**. Carolinas: a nova geração de escritoras negras brasileiras. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.
- LOURAU, René. **Análise institucional e práticas de pesquisa**. Rio de Janeiro: UERJ, 1993.
- NASCIMENTO, Abdias do. **O quilombismo**. Documentos de uma militância pan-africanista. São Paulo: Editora Perspectiva/IPEAFRO, 2019.
- SANTOS, Abrahão Oliveira; SILVA, Yan; PAIXAO, Tulane; SILVA, Viviane; OLIVEIRA, Luiza. Publicações nas revistas de psicologia e as relações raciais. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 72, p. 6-17, 2020.
- SANTOS, Abrahão de Oliveira. Saúde mental da população negra: uma perspectiva não institucional. **Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as**, n. 10, v. 24, p. 241-59, fev. 2018.



Capítulo 10

Categoria: Experiências Coletivas

Eixo orientador: Raças e Identidade Étnico-Racial

Anne Bittencourt Santos e Silva (CRP 03/22.113). Psicóloga pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e mestranda em Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade (PPGEISU/UFBA). Psicóloga clínica e pesquisadora no Observatório da Vida Estudantil da Universidade Federal da Bahia / Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFBA/UFRB), tem interesse nas temáticas de saúde mental, relações raciais, universidade e comunidade. Atualmente, compõe a equipe técnica do serviço PrEP Trans em Salvador.

Vitailma Conceição Santos. Administradora pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), graduanda em Psicologia na Universidade Federal da Bahia (UFBA) e mestranda em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade (PPGEISU/UFBA). É pesquisadora no Observatório da Vida Estudantil (UFBA/UFRB) e tem interesse nas temáticas de saúde mental, relações raciais, feminismo negro e decolonialidade.

Quilombo Sankofa: uma experiência regada pela ética do cuidado no acolhimento de pessoas negras

Resumo: O Projeto Quilombo Ankh foi um projeto gratuito, construído por e para pessoas negras, pensado e executado por uma equipe multiprofissional e plural de saberes e práticas cujo objetivo foi promover vivências de acolhimento, saúde e suporte social de pessoas negras em contexto de pandemia em plataforma on-line. Nesse sentido, o presente trabalho se trata de um relato de experiência dessa proposta em saúde, vivida, mais especificamente, no subgrupo Quilombo Sankofa. A experiência se configurou como uma prática antirracista realizada por uma psicóloga graduada e uma psicóloga em formação. A partir do relato de experiência do trabalho desenvolvido, visamos a contribuir para a ampliação de uma literatura sobre práticas em psicologia no âmbito das relações raciais, focando especialmente na promoção de saúde e desenvolvimento de autonomia entre as pessoas a partir da experiência do quilombo.

Palavras-chave: Psicologia;. Relações Raciais. Quilombo.

1. Introdução

Em fevereiro de 2020, o Ministério da Saúde (MS) brasileiro confirmou o primeiro caso de infecção pelo Sars-Cov-2 no país, o vírus da Covid-19, popularmente conhecido como coronavírus. Em março, mês seguinte, o país decretou estado de calamidade pública, de modo que algumas medidas foram tomadas para prevenir o contágio da doença, entre elas: o fechamento de serviços considerados não essenciais e de unidades de ensino; cancelamento de eventos; e instituição de toque de recolher. A chegada da pandemia foi como uma onda que, de repente, mergulhou a população em incertezas, inseguranças e imprevisibilidades.

Desse mergulho no inesperado, alguns fatores são percebidos como de risco para o desenvolvimento de algum sofrimento psicológico: os níveis de exposição às contaminações e infecções; o afastamento das redes sociais e afetivas devido ao protocolo de distanciamento social; alterações dos fluxos de locomoção; mudanças

nas rotinas; os níveis de acesso às informações; e a impossibilidade de praticar ritos de passagem, como aniversários, casamentos e, principalmente, velórios.

Apesar de estas serem condições que, *a priori*, estão dadas para todas as pessoas, alguns grupos sociais estão mais vulneráveis a esses riscos. Em maio de 2020, o Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde (NOIS)¹ lançou uma Nota Técnica (NT) informando como diferenças de pirâmide etária, distribuição geográfica e desigualdades econômicas refletem nos dados de taxas de óbito, que variam entre os grupos populacionais de acordo com esses critérios. Destes critérios, observamos também diferenças referente à raça: até o mês do estudo, aproximadamente dez mil pessoas infectadas identificaram-se como brancas, e nove mil como negras. Contudo, a taxa de óbitos para as primeiras correspondeu a 38%; enquanto para as segundas, 55%.

Diante desse cenário, e de acordo com a importância de operacionalizar a equidade em saúde, um dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), o Núcleo de Estudos sobre Gênero, Raça, Classe e Trabalho (NEGRACT), coordenado pela Profa. Dra. Carla Fernanda de Lima, da Universidade Federal da Parnaíba (UFDPAr), criou o Projeto Quilombo Ankh, em junho de 2020. Este foi um projeto gratuito, construído por e para pessoas negras, e pensado por uma equipe multiprofissional e plural de saberes e práticas. Seu objetivo foi promover vivências de acolhimento, saúde e suporte social de pessoas negras em contexto de pandemia em plataforma on-line. Nesse sentido, o presente trabalho se trata de um relato de experiência dessa proposta inovadora em saúde, vivida, mais especificamente, no subgrupo Quilombo Sankofa.

Destacamos que a experiência se configurou como uma prática antirracista realizada por uma psicóloga graduada e uma psicóloga em formação. Desse modo, visamos a contribuir, a partir do relato de experiência do trabalho desenvolvido, na ampliação da literatura sobre práticas em psicologia no âmbito das relações raciais, focando especialmente na promoção de saúde e desenvolvimento de autonomia entre as pessoas a partir da experiência do quilombo.

1 Grupo de pesquisa formado por pesquisadoras/es da Departamento de Engenharia Industrial/PUC-Rio, Instituto Tecgraf/PUC-Rio, Marketing & Analytics/BizCapital, Rio de Janeiro, Brasil, Barcelona Institute for Global Health (ISGlobal), Espanha, Divisão de Pneumologia/InCor, Hospital das Clínicas FMUSP, Universidade de São Paulo, Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro, Instituto D'Or de Pesquisa e Ensino, Rio de Janeiro, e Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

2. Método

Este trabalho se configura como um relato de experiências vividas a partir do subgrupo de trabalho Quilombo Sankofa, do Projeto Quilombo Ankh, entre agosto e dezembro de 2020.² Para refletir sobre os fenômenos vividos e sobre essa proposta pioneira em promoção de saúde, adotamos como perspectiva epistemológica os pensamentos psicológicos e sociológicos sobre as relações raciais e sobre promoção de saúde para/entre populações negras, e o trabalho de Collins (2020), que sistematiza uma ética do cuidado.

Para tanto, partiremos da apresentação de algumas das epistemologias que embasaram o desenvolvimento do trabalho no Quilombo Sankofa, destacando as principais referências para pensar a promoção de saúde entre/para pessoas negras; em seguida, localizaremos de forma mais específica o conceito de quilombo e a experiência do quilombo como estratégia para o desenvolvimento prático desse cuidado e saúde. Posteriormente, descreveremos as características e estruturas do Projeto Quilombo Ankh, e como ele foi construído. Finalmente, adentraremos as experiências vividas no subgrupo Quilombo Sankofa, destacando os temas e processos vividos que mais reverberaram em elaborações sobre a experiência de ser uma pessoa negra no mundo.

Essa forma de sistematizar os resultados visa a marcar o lugar do aquilombamento como uma estratégia em saúde possível para o cuidado de pessoas negras, potencializando assim uma psicologia comprometida com o antirracismo. Além disso, esperamos que essa sistematização auxilie na compreensão sobre processos de organização grupal, as diversas formas de percepção que podem ser compartilhadas em um só grupo, a emergência de uma reflexão sobre o eu afetivo de cada pessoa, e como ajudar os sujeitos a desenvolverem ações práticas frente aos desafios vividos em seus cotidianos.

3. Resultados e Discussão

3.1 Algumas epistemologias para pensar a saúde entre/para pessoas negras

O paradigma de que o processo saúde-doença é multifatorial já é bem consolidado nas áreas de saúde em geral. Dessa perspectiva, destacamos as tensões provocadas pelas dinâmicas das relações raciais brasileiras como fator associado ao adoecimento

2 As experiências relatadas correspondem ao primeiro semestre de atividades. Na época de escrita do trabalho, as atividades ainda estavam em seu segundo ciclo de curso (janeiro a junho de 2021).

entre as populações negras. Estes adoecimentos, por sua vez, são permeados por vivências de humilhação, constrangimento e altas cargas de tensões emocionais cujo gatilho é o racismo, que desembocam em sintomas físicos de taquicardia, úlcera gástrica, obesidade, hipertensão; e sintomas psicológicos como ansiedade, depressão, autopercepção e percepção do mundo distorcidas, e até dificuldades de se relacionar e compartilhar afetos (SILVA, 2005; WERNECK, 2016; DAMASCENO; ZANELLO, 2018; KILOMBA, 2019; TAVARES; KURATANI, 2019).

Estes dados enquadram a questão do racismo como questão de saúde pública, sendo, portanto, um desafio urgente para as ciências da saúde. No exterior, Frantz Fanon (1952/2008), psiquiatra francês, é um dos grandes expositores dos efeitos do racismo sobre as estruturas psíquicas das pessoas negras. Ele demonstrou como as sequelas da colonização francesa conformaram as subjetividades dos povos antilhanos e apontou caminhos possíveis para a descolonização das pessoas, tanto negras, quanto brancas. No Brasil, destacamos dois estudos clássicos: o de Virgínia Bicudo (1945), cientista social e psicanalista, que articulou sociologia e psicologia social para dialogar sobre os efeitos subjetivos do racismo sobre pessoas negras; e Neusa Santos Souza (1983), psiquiatra e psicanalista, que escreveu sobre as vicissitudes psicológicas de negras/os em ascensão social.

Outra referência importante foi de Patricia Hill Collins (2020), cuja sistematização para a teoria social crítica proposta pela escrita das mulheres negras nos ajudou a construir um plano de intervenções no grupo desenvolvido, observando ainda as formulações da Psicologia Social em consonância com as escritas negras (COLLINS, 2020; BICUDO, 1945; SOUZA, 1983; NASCIMENTO, 1974a; NASCIMENTO, 1947b; WYNTER, 2006;). A Epistemologia Feminista Negra (COLLINS, 2020) se baseia em quatro aspectos fundamentais: a) a experiência vivida como critério de significação, que se refere ao reconhecimento das dinâmicas interseccionais das opressões da sociedade; b) o diálogo como instrumento que barra o discurso dicotômico entre sujeito e objeto; c) a ética da responsabilidade pessoal, fundada na autorresponsabilização do sujeito pelo discurso que produz; e d) a ética do cuidado, que interrelaciona a singularidade individual, a emocionalidade e a empatia.

Nesse sentido, o Projeto Quilombo Ankh se estrutura como um grupo de trabalho interdisciplinar (compunham o projeto profissionais da psicologia, enfermagem, direito, serviço social, pedagogia, terapias holísticas, dentre outros campos) cujo elo de reflexão sobre o desenvolvimento de atividades era o *quilombo*. O quilombo surge como questão de pesquisa para as ciências humanas entre os anos finais de 1970 e início dos anos 1980, fomentado por lideranças de movimentos negros com e sem

carreira acadêmica. O tema era abordado entre eles e elas por meio de diferentes perspectivas que transcendem a ideia do quilombo como espaço de refúgio entre pessoas negras na época colonial (RATTS, 2006). Tendo em vista que o projeto tinha como caminho principal a promoção de acolhimento para/entre pessoas negras em contexto de pandemia, adotamos a perspectiva do quilombo como esse lugar de cuidado que tem como referência os sofrimentos específicos vividos por essa população.

3.2 Reflexões sobre experiências de cuidado entre/para pessoas negras a partir do quilombo

Uma/um das/os intelectuais negras/os que ampliaram o conceito de quilombo no Brasil, e que se tornou referência para o desenvolvimento das atividades do projeto, foi Maria Beatriz Nascimento, historiadora formada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professora influente no debate sobre as relações raciais na década de 1970. Em sua ressignificação do conceito de quilombo, Nascimento (1947b) atribuiu-lhe o sentido de comunidade e luta. A autora, a partir de suas pesquisas³, informa que, a partir do momento em que uma pessoa se reconhece em sua humanidade, reconhece também que sua vida merece dignidade e melhores condições de existência por ser parte da sociedade em que vive – e para isso, é preciso lutar.

Nessa perspectiva, o quilombo aparece como uma metáfora: seu significado não diz respeito apenas a espaços físicos, mas sim fala sobretudo de um lugar subjetivo, de construção identitária, pertencimento social, autonomia e desenvolvimento de relações (aspectos da vida humana também caros à psicologia). No quilombo, pessoas negras constroem, na experiência singular e coletiva, novas possibilidades de estar no mundo. É a isso que Nascimento (1947b) se refere quando fala de uma pessoa reconhecer-se em sua humanidade e os processos que emergem a partir dessa nova autopercepção.

Sobre este ponto é preciso observar que as formas como as características fenotípicas negras são enquadradas refletem em como nos vemos em termos de beleza, valores e inteligência; se/como trocamos afetos de amor e admiração; se nos vemos como mais/menos capazes de perceber e utilizar recursos disponíveis nos ambientes para realizarmos projetos de vida. Se em nossa sociedade a pessoa branca é enquadrada como referencial do belo e do que é valoroso, em geral, a pessoa negra constrói sua identidade como o oposto disso – o que é extremamente danoso para seu

3 Segundo Ratts (2006), Beatriz Nascimento se dedicou à investigação sobre o tema “quilombo” sob vários aspectos: topomínia, memória, relações entre Brasil e continente africano, territorialidade e espaço.

desenvolvimento (FANON, 1952/2008; SCHUCMAN, 2014). Ao desenvolver-se como o “outro” da pessoa branca, ou seja, com suas performances e práticas enquadradas em uma polaridade negativa, a pessoa negra perde sua *resistência ontológica* (FANON, 1952/2008), isto é, sua humanidade. Nesse sentido, o cuidado com pessoas negras exige a compreensão de que o senso de *humanidade* não está dado para os diversos grupos raciais da mesma forma.

Na função de profissionais da saúde, essas são reflexões que nos implicam a pensar em experiências de cuidado que abarquem essas especificidades. Historicamente, o “Negro” foi representado signo de ausências: a pessoa negra representa a falta de tudo aquilo que tem no/a branco/a civilizado; supostamente enclausurada em suas emoções e incapaz de raciocinar, é reduzida à condição de animal (MBEMBE, 2014). Contudo, simultaneamente ao processo de colonização, tráfico de pessoas, e criação de uma história ficcional de superioridade racial, diversos movimentos de emancipação eclodiram entre os/as negros/as. Nessa experiência, o signo “Negro” ganha outra significação entre essas populações, criando um elo de *identificação* e necessidade de diálogo.

A identificação tem, portanto, um papel importante na ressignificação do que é ser negro/a; se a partir do século XV a origem africana era a regra para desumanizar e escravizar, e a raça passa a ser sinônimo do signo “Negro”, o encontro entre esses sujeitos que são submetidos à opressão dá corpo à necessidade de resistência e energiza a luta; não à toa, entre 1776 e 1825, a Europa começa a perder a maior parte de suas colônias americanas devido a uma série de movimentos de independência (MBEMBE, 2014). Como exemplo, tomamos a Revolução Haitiana em 1791, que, a partir de sua nova constituição, além de abolir o sistema de escravatura, confisca as terras dos colonizadores franceses, abole as cisões de nascimentos legítimos/ilegítimos e institui um sistema de igualdade racial e liberdade universal – princípios que não estavam dados para os sujeitos colonizados na Revolução Francesa.

Nesse sentido, a pessoa colonizada deseja pertencer a uma comunidade, buscando o elo que foi perdido na experiência da diáspora. A pessoa negra retirada da África perdeu o elo de parentesco, de território e de pertença; portanto, ressignificar a negritude e criar uma comunidade com novos sentidos para si têm como objetivo fazer nascer vínculos e criar relações (MBEMBE, 2014). O ser humano é naturalmente um ser gregário, de forma que as relações sociais e afetivas geralmente compõem uma dimensão importante de nossas vidas. Desse modo, esses aspectos são fatores protetivos à saúde (GUIMARÃES; PODKAMENI, 2008). Quando um sujeito está inserido em relações e estruturas em que experimenta afetividade, segurança e dis-

ponibilidade, como um quilombo, maior é a probabilidade de um desenvolvimento saudável e um psicológico fortalecido.

3.3 Quilombo Ankh

Justamente por refletir a partir das experiência da diáspora, da fragmentação do elo entre pessoas negras, da perda de parentesco, território e referências, da fragilidade das vivências de identificação com a negritude, e da importância de construir o quilombo como lugar de resgate de uma comunidade, uma das estratégias de trabalho era que este fosse realizado por profissionais também negras/os com *competência cultural* (ou, em outras palavras, letramento racial). Esse conceito, na psicologia, diz respeito à capacidade de a/o terapeuta abordar raça e etnia durante o tratamento psicológico, o que, para os sujeitos atendidos, tem como efeito a promoção de um ambiente de confiança catalisador do processo de tratamento e satisfação em relação ao mesmo (MEYER; ZANE, 2013).

Isso se inicia pela própria escolha do nome do projeto: “Ankh” significa vida e representa a chave que auxiliava os povos keméticos (egípcios) a ampliarem suas compreensões sobre si mesmos, em equilíbrio entre o mortal que há em nós e o eterno que é o espírito. No símbolo “☥”, o círculo simboliza o espírito, que para a cultura dos povos keméticos é imortal, já a cruz simboliza a matéria, o transitório. Nesse sentido, a proposta do Quilombo Ankh é, por meio do aquilombamento, ampliar nossas compreensões sobre nós mesmos e como nos relacionamos conosco.

O Quilombo Ankh se tratou de um projeto gratuito, construído por e para pessoas negras, e pensado por uma equipe multiprofissional e plural de saberes e práticas. As/os profissionais negras/os voluntárias/os eram das áreas de psicologia, enfermagem, direito, serviço social, pedagogia, terapias holísticas, dentre outros campos. A fim de construir um lugar de pertencimento, autonomia e retorno à nossa ancestralidade, iniciamos o projeto também nos aquilombando entre nós mesmas/os. Para tanto, antes de abriremos o projeto para o público, realizamos reuniões semanais em modalidade virtual no período entre os meses de junho e agosto de 2020.

Nessas reuniões, nós nos conhecemos e nos organizamos em subgrupos de atividades a partir de nossas identificações. Havia também um grupo de acolhimento voltado para homens negros, um grupo de saúde entre mulheres negras, um grupo de fotografia como recurso ao autocuidado, entre outros temas. Acordamos que estes subgrupos seriam mediados por cerca de duas/dois profissionais e contaria com até 10 participantes. Desse modo, as autoras do presente trabalho desenharam um cronograma de atividades semiestruturado, cuja base seria o letramento racial.

Para que o público-alvo chegasse até o projeto, este foi divulgado nas redes sociais do NEGRACT, contando com uma ficha de inscrição com alguns dados socio-demográficos (gênero, idade, região de moradia, religião, nível escolar, possibilidades de acesso à saúde etc.) e motivações para participar do projeto. A partir da análise da ficha de inscrição, distribuímos as/os participantes em subgrupos de acordo com seus interesses em comum.

Inicialmente, o nosso subgrupo contava com oito pessoas, duas delas apenas participaram do primeiro encontro e as outras pessoas – cinco do gênero feminino e uma do gênero masculino – permaneceram até o final do projeto, em junho de 2021. Em nosso primeiro encontro, foram feitos alguns “combinados”: a) os encontros seriam semanais, em dia e horário fixos, possível para todas, a fim de criar uma rotina de encontros; b) criação de um grupo no WhatsApp como canal de diálogo; e c) criação de uma pasta no Google Drive, em que poderíamos compartilhar nossas referências (músicas, produções audiovisuais, diários de campo das participantes, materiais de relaxamento etc.).

Das atividades mais específicas, tivemos: a) planejamento de atividades (as atividades eram construídas a partir das demandas que emergiam nos encontros, como conteúdos emocionais que eram trabalhados de forma coletiva); e b) construção de diários de campo das pesquisadoras, em que registrávamos informações gerais, como horário e data e breves descrições/reflexões dos encontros.

4. Quilombo Sankofa: resgatando o passado em grupo para construir presente e futuro

Neste tópico, nós iremos apresentar, de forma geral, os temas e processos vividos que mais reverberaram em elaborações sobre a experiência de ser uma pessoa negra no mundo.

4.1 Percebendo-nos como grupo: a construção de vínculos

O primeiro encontro foi voltado para nos conhecermos, apresentarmos a proposta do nosso grupo e combinarmos alguns acordos. Para tanto, consideramos especialmente as especificidades de um grupo na modalidade on-line, e algumas recomendações foram: a) escolha de um ambiente físico seguro, confortável e silencioso para a participação nos encontros, de forma que o momento pudesse fluir sem restrições ou interrupções; b) o link enviado aos participantes seria exclusivo e intransferível, e não deveria ser compartilhado com pessoas externas ao grupo; c) o

uso de uma internet particular/privada, evitando assim possíveis transtornos como invasão de rede; d) dia e horário fixos para os encontros; e e) o sigilo das informações compartilhadas.

Na função de mediadoras, nós nos apresentamos a partir de informações gerais, como nome, profissão, território onde residíamos e o que nos motivou a participar do projeto. Em seguida, abrimos as falas para as participantes⁴, solicitando que elas falassem *para que* estavam naquele espaço, isto é, o que as motivava a participar de um grupo de acolhimento entre pessoas negras. À medida que foram se apresentando, notamos que todas as participantes eram pessoas que já tinham algum letramento racial, elas relataram esse aspecto como motivador de chegada ao projeto; todas já tinham passado por algum período de formação em nível superior, algumas já haviam concluído a graduação e outras estavam em curso; todas já haviam passado por algum processo terapêutico individual.

Chamou a nossa atenção *como* a maioria das participantes apresentaram-se no primeiro encontro, recorrendo a títulos acadêmicos e suas respectivas ocupações sociais. Quando um participante se apresentou a partir de suas vulnerabilidades (o momento de fragilidade em suas relações e o desejo de um grupo de acolhimento para falar sobre isso), outras pessoas sentiram-se à vontade para também se apresentarem a partir de características mais íntimas e o desejo de acolhimento.

Esse momento de autorrevelação foi marcado por uma mobilização física, em que algumas pessoas choraram enquanto falavam. Nesse sentido, nós inserimos uma questão disparadora, a fim de nos presentificarmos no que estava acontecendo no aqui e agora: *“porquê falar de nós nos mobiliza tanto?”*. Em consonância com o que as motivava a buscar um grupo de fala e escuta, um ponto em comum na fala das participantes foi justamente não terem o costume de compartilhar afetos de sua intimidade, de forma que, quando falam, é uma novidade que as mobiliza. Algumas delas falaram, inclusive, do receio de se mostrarem vulneráveis devido à má recepção dos outros quando demonstram fragilidade.

Assim, nós consideramos os momento de autorrevelação como um ponto-chave para a criação de um *vínculo de confiança* entre as participantes do grupo, pois todas foram acolhidas umas pelas outras e se identificaram em algumas de suas falas. Tendo em vista que essa era uma experiência nova para a maioria, fez-se importante, nesses momentos, reafirmarmos a importância do sigilo de informações. Essa ação,

4 Utilizaremos o pronome feminino para nos referir ao grupo, considerando que só havia um homem sendo acolhido.

associada ao acolhimento e à identificação, promoveram a criação de um ambiente seguro e a possibilidade de identificar quais eram as demandas do grupo.

4.2 Tornando-nos negras

A dinâmica grupal do segundo encontro se desenrolou a partir de participantes mais ativas que trouxeram seu processo de apropriação da negritude e da relação delas com a militância negra. Neste, percebemos que outras participantes estavam anotando referências de autores/as que surgiam durante as falas, o que nos fez pensar em processos de resistência em falar de si, e afastamento/aproximação que acontecem em trabalhos grupais com públicos específicos: *“que tipo de identificação essas pessoas estão buscando no grupo?”*.

Foi percebido então que, nas aproximações iniciais, a maioria do grupo estava procurando se munir de aparato teórico e discutir questões da negritude acadêmica entre pessoas negras. Esse foi um risco que corremos, pois o objetivo do grupo era compartilhar experiências vividas que demandavam cuidado e o desenvolvimento de um autossuporte, e não nos transformarmos em um grupo acadêmico. Nesse sentido, na função de mediadoras, nós passamos a convidar as participantes a intercalarem as falas teóricas e abstratas com suas experiências de vida concretas a partir de perguntas disparadoras: uma das participantes, p. ex., começou a falar sobre a solidão da mulher negra a partir de um livro que estava lendo; nós então questionamos: *“você vive essa solidão na sua experiência pessoal?”*.

A partir disso, essa participante em específico falou sobre um envolvimento confuso que estava vivendo na época. Ela trouxe alguns aspectos como mensagens ambíguas que recebia de seu parceiro (ser carinhoso quando estavam juntos, e depois sumir) e como isso a deixava confusa em continuar o relacionamento dessa forma, ou terminar a relação e, conseqüentemente, ficar sozinha. A partir da abertura, pudemos trocar informações e ela pode perceber algumas possibilidades de lidar com a situação. Desse modo, essa estratégia promoveu o desenho dos percursos individuais das participantes a partir das suas próprias demandas.

Nos encontros seguintes foi possível identificar a demanda de afeto vivida pelas participantes, o que se intensificou com a restrição de contato social imposto pela pandemia. Nesse sentido, começamos a trabalhar com o tema “enquanto o amor não vem”, ampliando a reflexão para “Porque, quando pessoas negras se dispõem a falar de amor, acabamos por falar de sofrimento?”. Essa reflexão promoveu o trânsito de um lugar de dor para um lugar de potência e criação de possibilidades. Então transitamos de “apenas falar e chorar “os nossos mortos” e lambe nossas feridas” para

“pensar juntos como é possível equalizar o que acreditamos no campo da militância e da academia com a vida”.

Um dos participantes ilustrou esse momento a partir das categorias “preto vida” e “preto objeto”: o “preto objeto” é aquele que vai se esforçar ao máximo para ser compreensível aos olhos de uma branquitude e seu espelho será sempre o desejo de refletir uma imagem branca; já o “preto vida” é aquele que se apropria de si, que se define, se diz negro, assertivo ou não, agressivo ou não, que gosta de samba, hip hop ou de jazz, mas que somente ele se autoriza à manutenção do seu desejo. Essa compreensão vai ao encontro da compreensão de Guerreiro Ramos sobre o “negro tema”, objeto a ser olhado e examinado, descrito, narrado e traduzido, e o “negro vida”, insubordinado, multiforme e despistador dos anseios coloniais (BARBOSA, 2006).

A partir da identificação dessas demandas, as mediadoras consideraram a importância de trabalhar o tema “*demonstração de afetividade*” entre pessoas negras, e essa foi uma das bases para o desenvolvimento dos encontros seguintes.

4.3 Experiência negra e afetividade: como cada uma de nós demonstra amor?

Deslocando-se da simples indicação das fontes da opressão das mulheres negras, Maria W. Stewart, mulher negra estadunidense que assentou a pedra basilar para o feminismo negro naquele país, busca suscitar, por meio da inventividade e da singularidade das experiências de mulheres negras, a confiança e a independência (COLLINS, 2019). O poder da autodefinição, para Stewart, era essencial para assegurar a sobrevivência, o que, juntamente com o uso dos dispositivos materno e comunitário, possibilitariam uma ação política efetiva (COLLINS, 2019).

Tivemos um exemplo sobre como construir possibilidades para a autodefinição (STRAUSS, 1999) e o quanto a impossibilidade de estabelecê-la de maneira positiva pode interditar o sujeito: é o caso da “menina que não chorava”, uma das integrantes do grupo que nos contou, emocionada, que aos 7 anos de idade teve a necessidade de se encapsular em uma armadura para não chorar mais pelas atitudes racistas de sua mãe. Aos 21 anos, essa participante se percebeu como alguém que não chorava mais por nada.

Chorar é expressar sentimentos, é simbolizar uma angústia que não tem nome, mas tem um fluxo, e esse fluxo pode transbordar. Não chorar é transbordar para dentro, inundar-se o tempo inteiro a ponto de se afogar de mágoas e traumas, e nesse caso mágoas e traumas associados a experiências de racismo. No caso da “menina que não chorava”, ela narrou a intervenção de um professor como necessária para

que ela se autorizasse a sair da armadura à qual ela se recolhera desde a infância. Esse relato nos fez pensar sobre como a atenção e a presença do outro em momentos de sofrimento é importante e pode nos encorajar a sairmos de nossas cascas em momentos de segurança.

Muitos foram os relatos das participantes acerca de seus sofrimentos, e muitas vezes atribuindo tais sofrimentos ao exclusivo fato de serem negras. Como estratégia de cuidado e ressignificação, nós ressaltávamos que a experiência de ser negra ou negro não é universal nem se refere apenas à dor. bell hooks (2019), em seu ensaio *Mulheres negras revolucionárias: nos transformamos em sujeitas*, critica como muitas vezes as experiências dessas mulheres são construídas de forma congelada. A autora afirma que, por mais que algumas vivências de mulheres negras sejam atravessadas por solidão, violência e dificuldade de ascender socialmente, existem também vivências que são construídas para além desses aspectos, e algumas vezes sem eles. Assim, a autora marca a diversidade de formas de ser negra ou negro.

Hooks (2019), abordando sua experiência pessoal e coletiva como mulher negra de classe popular, atribui que ser reforçada como uma pessoa capaz e inteligente, amada e cuidada como criança permitiu que seu trânsito em espaços racialmente mistos fosse possível. Assim, afirma que ter como prática nomear a própria identidade e posicionar-se como mulher negra são formas de resistência política.

Partindo dessa perspectiva, enlaçávamos os relatos com aspectos positivos de suas identidades, evidenciando, por exemplo, estratégias utilizadas por elas para mitigar as dores nos espaços por onde transitavam (relacionamentos familiares, relacionamentos afetivo-sexuais, seus meios acadêmicos e profissionais). Evidenciar as estratégias utilizadas foi de suma importância, considerando que muitas vezes as experiências vividas ficavam circunscritas à queixa, e as possibilidades de ações ficavam invisibilizadas.

Para ilustrar o que dizemos a partir da experiência, destacamos o segundo encontro, em 24 de agosto de 2020, quando trabalhamos a *afetividade no meio familiar*. Para tanto, utilizamos recursos audiovisuais e de leitura. Uma das participantes relatou que, após a morte da mãe, ela foi designada pelo pai para assumir o papel de organização da casa e dos afazeres domésticos, e relacionou essa vivência com a *dificuldade de dizer “não”* em outras relações. A partir disso, discutimos a experiência coletiva vivida por diversas mulheres negras de assumirem, compulsoriamente, o papel de subserviência; particularmente, a participante em questão relatava que assumia papéis que não queria, mas se sentia impelida a fazê-lo pela pressão social. Com a pandemia e a necessidade de estar em casa, isso se agravou. Nesse encontro,

outra participante compartilhou a percepção de que há uma falha na comunicação entre o que ela quer e o que esperam dela, fala essa que ecoou entre as outras participantes. “O que queremos?”; “Como podemos comunicar o que queremos e nos mobilizarmos em direção ao nosso desejo?”; “Como dizer ‘não’ a um papel com que não nos identificamos?”.

As participantes também discutiram sobre a importância de perceber as expectativas em relação às demonstrações de afeto por parte das/dos genitoras/es, e trabalhamos sobre isso a partir do texto de bell hooks (1995/2010), *Vivendo de amor*. O texto fala sobre o amor como pedra de toque para o desenvolvimento de um sujeito, contendo em si tanto intenção quanto ação (HOOKS, 1995). Assim, as pessoas negras impedidas, por muitas vezes, de receber amor, e mesmo de ofertá-lo, ao aderir ao amor – e a expressão das emoções – como forma de resistência às opressões, pode-se buscar uma cura para as feridas do processo escravista/moderno/colonial, esvaziado de possibilidades de sentir e simbolizar os afetos vividos (HOOKS, 1995).

A única participante que tem uma genitora branca relata que não apenas não havia demonstrações efusivas de afeto, como também se recordava de episódios de agressões racistas da mãe em relação a ela. Dessa maneira, desenvolvemos o exercício da árvore genealógica, fomentando questionamentos sobre quais são as formas que nossas/os cuidadoras/es têm para demonstrar afeto. Em *Vivendo de amor*, bell hooks remete a esse processo quando ela relata a identificação das suas alunas a Hannah, uma personagem do livro *Sula*, de Toni Morrison, que indagava a sua mãe se já havia amado os filhos em algum momento. A resposta de Eva, a mãe de Hannah, relacionou inicialmente o amor com a integridade física, e, depois, ao ser questionada sobre quando brincou com os filhos, respondeu que “ninguém brincava em 1985. Só porque agora vivem bem, acham que foi tudo sempre tão fácil?” (MORRISON, 1973, p. 68, tradução própria)⁵. A resposta de Eva, segundo hooks (1995), denota que, para a população negra, garantir a sobrevivência de sua prole era a maneira mais importante de demonstrar carinho.

Para auxiliar na elaboração desse momento, solicitamos que elas se perguntassem até que ponto era possível suportar essa “apatia afetiva”, ainda que buscassem compreender as formas que cada genitor/a podia (ou não) demonstrar afeto. Uma das participantes mais velhas relatou que, a partir do momento em que percebeu que seus pais não poderiam suprir sua demanda de afeto, ela decidiu romper com eles, dando fim, inclusive, a ciclos de violências vividos com seus pais. Outra participante relacionou seus processos de autossabotagem (que a fazia não acreditar na possibilida-

5 “¿Jugar? Nadie jugaba en mil ochocientos noventa y cinco. Sólo porque ahora vives bien, ¿crees que todo fue siempre tan fácil?” (MORRISON, 1973, p. 68).

de de concluir os seus projetos) ao fato de muitas vezes ter abdicado de seus projetos pessoais por conta de questões familiares e financeiras. Nesse momento, houve uma troca de experiências e possibilidades de lidar com a questão das ausências de afeto e incentivos na família nuclear.

Outro ponto importante no decorrer desses encontros foram as próprias participantes perceberem as *marcas* que essas experiências deixaram nelas, de modo que elas mesmas se deram conta das dificuldades que vivem para externar verbalmente o que sentem. Assim, foi possível rememorar e reconhecer momentos de atos afetivos “sem palavras” por parte dos pais, como a participante que lembrou que o pai guardava um pedaço de carne para o único filho da família que trabalhava.

4.4 O eu afetivo como reflexo dos afetos vividos em família

Após trabalharmos *como* aprendemos a amar e demonstrar afetos, algumas questões foram recortadas como síntese dos próximos encontros: “*Como eu demonstro afeto?*”; “*Que demonstrações de afeto eu recebi dos meus pais?*”; “*O que esperar e não esperar dos pais?*”.

Uma das participantes trouxe que “*o afeto ele se constrói além das palavras, é algo que tem a ver também com cuidado, não necessariamente com declarações*” (sic), e relatou o seu processo de amadurecimento precoce devido ao falecimento da mãe. A participante relatou a assunção de um papel de organização da casa, um papel “de mãe” que ela não queria assumir, e que a levou a diversos conflitos ligados à ideia de sacralização do pai, uma idealização que é forçosa, incutida na sociedade, e que a influenciava a não dizer “não” à figura paterna, o que foi trabalhado posteriormente em sua terapia individual.

Um dos participantes, que tinha questões com a autoestima, associou o fim do seu relacionamento com o papel de cuidador incorporado por ele na família. Esse participante estava sempre disponível a servir o outro, de modo que não tinha autonomia diante de si mesmo, o que reverberou em um relacionamento quase simbiótico com a família, enquanto ele desenvolvia o papel de principal cuidador, que teve consequências negativas inclusive no seu relacionamento afetivo. Começamos então a enlaçar os conteúdos trazidos com os papéis familiares, lançando a questão: “*Qual é o lugar de cada uma na família, e como não se perder nele?*”.

Nesse encontro, trabalhamos a importância de *dar limite* aos papéis que são atribuídos a nós pelos outros, e como muitas vezes uma *energia agressiva* é importante para rompermos com os laços de submissão. Virgínia Bicudo (1955), em sua pesquisa sobre segregação, desenvolvida com crianças e pré-adolescentes estudantes em São

Paulo, ressalta o papel da agressividade como instrumento para a produção de uma mudança nas situações em que o indivíduo está envolvido. Também é ressaltado, no texto, o reconhecimento racializado da agressividade como critério para o afastamento e para que sejam tecidos julgamentos de ordem moral em relação aos colegas.

É possível perceber que a agressividade se torna “*ruindade*” quando ela está relacionada a atitudes tomadas por pessoas negras perante situações desfavoráveis (BICUDO, 1955). Essa agressividade, no entanto, quando não vivenciada e instrumentalizada para tornar o campo mais favorável ao indivíduo, se volta contra a própria pessoa, repercutindo em sintomas de adoecimento. Nesse sentido, os próximos encontros foram voltados para o trabalho de ressignificação da *agressividade*, que além de ser um tabu social compõe a lista de estereótipos sobre a pessoa negra.

4.5 Reconhecendo limites e criando bordas: o papel da agressividade

Nesse ciclo, nós trabalhamos com algumas observações sobre os meandros da academia e sobre critérios de objetividade e inclusão de conceitos a partir da perspectiva eurocêntrica. Dedicamo-nos a discutir a agressividade e violência e a diferença entre essas dimensões a partir de falas de Antônio Bispo e Patricia Hill Collins, além de falarmos sobre estratégias da branquitude para nos encerrar num lugar de desumanização. Esse diálogo teve início a partir de um questionamento de uma das participantes, em que ela perguntou o que a gente achava da “cultura do cancelamento”⁶ das pessoas na internet, e de como esse processo afetava muito mais pessoas negras quando comparadas a pessoas brancas.

Uma das participantes falou sobre o seu início na militância, e que antes da faculdade todo o seu discurso era pautado pelo feminismo, só depois ela se encontrou com as discussões sobre relações raciais. Ela marcou que “o movimento negro” não era único, mas possui várias frentes e vertentes; nesse sentido, marcou a importância da empatia, que nós não sabemos o que cada pessoa passa e o que a leva a sempre estar fazendo um enfrentamento de forma agressiva. Por isso, ela não “cancela” a pessoa, mas respeita. Essa participante trouxe ainda a sua perspectiva acerca da militância como um processo permeado por “fases”, cuja fase inicial começa pela raiva

6 “Cancelamento” é um processo de boicote ou denúncia de uma personalidade da mídia, marca, empresa, entre outros, puxado, geralmente, por manifestações em redes sociais (ANJOS; MARBACK, 2021). Segundo Anjos e Marback (2021), o cancelamento é uma forma simbólica de controle social exercida por um grupo grande e coeso de pessoas alinhadas ideologicamente, ou mesmo por indivíduos isolados.

e a indignação em entender os impactos do racismo. Na função de mediadoras, nós pontuamos que essas fases não são lineares, pois em diversos momentos nós podemos agir de formas diferentes; além disso, não se trata de um processo “evolutivo”, pois cada sujeito tem o seu momento.

Essa transitividade fica perceptível nos vividos do único homem do grupo, que relatou como foi necessário para ele, na juventude, performar a branquitude, utilizando o modo de se vestir e de falar que são comumente relacionados a essa identidade racial quando estava em ambientes com pessoas brancas. Narrou um exemplo de quando ele estudava e era o único negro da sala e que apenas uma pessoa branca falava com ele; no entanto, quando conseguiu um estágio em um hospital renomado, várias pessoas começaram a falar com ele e, em sua perspectiva, isso se deu porque ele “*ganhou um lugar de importância*”. O participante relatou então que, mesmo reconhecendo o jogo do racismo, percebia que esse movimento de aproximação das pessoas fomentava uma atitude ainda mais identificada à branquitude.

Em determinado ponto da discussão, uma das mediadoras retoma a fala para provocar o fato de que a branquitude anseia pela manutenção dos nossos discursos orbitando e oscilando entre tentar provar e desmentir suas teorias e falas racistas. “*Como é possível nós também nos colocarmos no centro?*”; a partir dessa questão, sugerimos que cada uma compartilhasse como cada um era percebido por seu meio quando apresentava uma postura mais agressiva no sentido de se posicionar em alguma discussão, dizer “não”, ou dar limites para pessoas que nos invadem de alguma forma.

Uma das participantes questionou: “*Porque incomoda quando a gente aprende a dizer não?*”, e ilustrou com uma experiência de infância: aos 11 anos de idade, sua mãe dizia que ela precisava aprender a cozinhar; pois, caso contrário, ela não se casaria. Essa profecia foi prontamente recusada por ela, e a recusa, o “não”, a esse papel, refletiu em um rótulo que lhe é dado por sua família como “pessoa agressiva”. No grupo, a participante passou a ressignificar esse nome, compreendendo que se tratava de assertividade em relação ao que se quer. Essa mudança, por sua vez, representa a necessidade de a participante simbolizar outro nome para si mesma, além dos nomes por outrem estabelecidos. Ela relata ainda que esse processo está imbricado ao seu movimento de tornar-se negra.

Ao escutar o relato dessa participante, o participante do gênero masculino relatou o desconforto que sentiu ao lembrar de memórias relacionadas a como ele se referia às mulheres negras. Em sua família, há uma relação importante com o samba e com a capoeira, então ele resgatou a memória de quando ia para as rodas de samba com os amigos para paquerar e se reportava a algumas mulheres negras que eram lidas

como agressivas: as “negas do buchicho”, como eram chamadas as mulheres negras que andavam acompanhadas de outras mulheres e que trocavam informações entre si sobre os comportamentos, inclusive sexuais, dos homens. A partir do contato com o processo pessoal dele de tornar-se negro, e o contato com os processos vividos pelas participantes, ele começou a entender que nomeações e compreensões imagéticas como “a nega do buchicho” são atravessadas por estigmas machistas e racistas.

Especialmente para mulheres negras, a agressividade tem um papel necessário para que possam recusar a submissão que, em geral, lhes é imposta sistematicamente (HOOKS, 1989/2019). Além disso, o racismo é vivido em experiências de violência, o que, por vezes, exige uma postura enérgica, ou em outras palavras, agressiva, dos sujeitos que são violentados. Para Perls, Hefferline e Goodman (1997), a agressividade tem um papel fundamental no desenvolvimento por possibilitar que, em uma linguagem metafórica, nós possamos mastigar o mundo e digeri-lo, de forma a assimilar aquilo com o que nos identificamos e é nutritivo, e excretar o que não é. Vivendo em um mundo que nos impõe máscaras brancas, sermos insubmissas por meio de uma energia agressiva é uma estratégia, por vezes, necessária.

5. Considerações finais

A ética do cuidado num grupo de aquilombamento consiste, principalmente, num esforço de se afastar da invisibilização e da falta de palavra e de afeto, reconhecendo o papel da identificação naquilo que subjaz tanto a mudança de autopercepção dos participantes quanto o bom andamento do grupo. Requer também um desdobrar-se sobre si mesma que já é o próprio trabalho: o de não se fechar em teorias que não dialogam com as relações raciais, e fundar-se no *encontro* com o outro.

Apenas a partir de uma relação de horizontalidade, curiosidade e abertura é possível construir aquilo que chamamos de caminho. Experienciando esses aspectos, nós interrogamos os micropoderes envolvidos em coordenar um grupo, pois convidamos – e às vezes, convocamos – o outro a expressar sua singularidade, afinal o campo é a troca, distante de quaisquer verdades preestabelecidas.

Essa prática reflexiva requer a conjugação de uma pluralidade de vozes, as que estão presentes, as que não estão e aquelas que estão enclausuradas num porvir. Vozes que não são inexistentes, mas imaginadas, pensadas, desejadas; e é justamente o fio do desejo que desenrola esses porvires, pois essas mesmas vozes que ora se enunciam vão deslizar por discursos diversos, de afastamento ou ainda de identificação, mas não de invisibilidade. Até mesmo o silêncio nesse espaço tem um lugar.

Assim, afirmamos a potência do aquilombamento como tecnologia do cuidado para pessoas negras e também um modelo de letramento racial para a/o psicóloga/o. Essa tecnologia, por sua vez, pode ser utilizada como horizonte para a construção de processos em saúde que são pautados na pluralidade que existe na sociedade, ecoando significações próprias de mulheres, pessoas negras, indígenas, ciganas, estrangeira/os, refugiadas/os e demais grupos que não estão contemplados na linguagem hegemônica da Psicologia.

6. Referências

ANJOS, Juracy dos; MARBACK, Heitor Ferrari. Cultura do cancelamento, Gabriela Pugliesi e a festa “foda-se a vida”. *In: ENECULT (Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura)*, 17., 2022. *Anais [...]. [S.l.: s.n.]*, jul. 2021. Disponível em: <http://www.ene-cult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-568/132090.pdf>. Acesso em: 18 out. 2021.

BARBOSA, Muryatan Santana. Guerreiro Ramos: o personalismo negro. *Tempo Social [online]*, v. 18, n. 2, p. 217-28, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702006000200011>. Acesso em: 18 out. 2021.

BICUDO, Virgínia Leone. Atitudes dos alunos dos grupos escolares em relação com a cor dos seus colegas. *In: BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*. São Paulo: Editora Anhembi Limitada, 1955.

BICUDO, Virgínia Leone. *Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo*. São Paulo: Editora Sociologia e Política, 2010 (1945).

COLLINS, Patricia Hill. Epistemologia feminista negra. *In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFUGUEL, Ramón. Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2020.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.

DAMASCENO, Marizete Gouveia; ZANELLO, Valeska M. Loyola. Saúde mental e racismo contra negros: produção bibliográfica brasileira dos últimos quinze anos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 38, p. 450-64, 2018.

FRANTZ, Fanon. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador, BA: EDUFBA, 2008.

GUIMARÃES, Marco Antonio Chagas; PODKAMENI, Angela Baraf. A rede de sustentação coletiva, espaço potencial e resgate identitário: projeto mãe-criadeira. *Saúde e sociedade*, v. 17, p. 117-30, 2008.

HOOKS, bell. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

HOOKS, bell. Intelectuais Negras. *Revista Estudos Feministas*, v. 3, n. 2, p. 454-78, 1995.

HOOKS, bell. Mulheres negras revolucionárias: nos transformamos em sujeitas. *In: HOOKS, bell. Olhares negros: raça e representação*. [S.l.]: Editora Elefante, 2019. p. 96-127.

HOOKS, bell. Vivendo de amor. **Geledes**, 2010. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/vivendo-de-amor/>. Acesso em: 18 out. 2021.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. [S.l.]: Antígona, 2014.

MEYER, Oanh L.; ZANE, Nolan. The influence of race and ethnicity in clients' experiences of mental health treatment. **Journal of community psychology**, v. 41, n. 7, p. 884-901, 2013.

MORRISON, Tony. **Sula**. [S.l.]: Titivillus, 2019 (1973).

NASCIMENTO, Abdias do. **O quilombismo**: documentos de uma militância pan-africanista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1980.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. O Quilombo do Jabaquara. **Revista de Cultura Vozes**, v. 3, p. 176-8, 1974b.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. Por uma história do homem negro. **Revista de Cultura Vozes**, v. 68, n. 1, p. 41-5, 1974a.

PERLS, Frederick; HEFFERLINE, Ralph; GOODMAN, Paul. A estrutura de crescimento. In: PERLS, Frederick; HEFFERLINE, Ralph; GOODMAN, Paul. **Gestalt-terapia**. [S.l.]: Summus Editorial, 1997.

RATTS, Alex. **Eu sou atlântica**. Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, p. 83-94, 2014.

SILVA, Maria Lúcia da. Racismo e os efeitos na saúde mental. In: SEMINÁRIO SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA ESTADO DE SÃO PAULO, 2004. **Anais [...]**. [S.l.: s.n.], 2005. p. 129-32.

SILVA, Matheus Arcelo Fernandes; SARAIVA, Luiz Alex Silva. Relações raciais e histórias de vida: trabalhadores industriais negros em foco. **Organizações & Sociedade**, v. 27, n. 94, 2020. Disponível em: <https://cienciasmedicasbiologicas.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/26709/21704>. Acesso em: 2 abr. 2021.

SOUSA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

STRAUSS, Anselm. Linguagem e identidade. In. STRAUSS, Anselm. **Espelhos e máscaras: a busca de identidade**. São Paulo: Ed. USP, 1996, p. 35-48.

TAVARES, Jeane Saskya Campos; KURATANI, Sayuri Miranda de Andrade. Manejo clínico das repercussões do racismo entre mulheres que se “Tornaram Negras”. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, 2019.

WERNECK, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. **Saúde e Sociedade**, v. 25, p. 535-49, 2016.

WYNTER, Sylvia. Inter/views (interview to Greg Thomas). **ProudFreshj: a new Afrikan Journal of Culture, Politics and Consciousness**, n. 4, p. 1-31, 2006.



Capítulo 11

Categoria: Experiências Coletivas

Eixo orientador: Raças e Identidade Étnico-Racial

Bianca Costa Campo. CRP: 01.21881. Psicóloga formada pela Universidade de Brasília (UnB), atuante como psicanalista no Espaço ORI, consultório particular. Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação (PPG) em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília. Redutora de Danos autônoma no Setor Comercial Sul de Brasília.

Marizete Gouveia Damasceno. CRP: 01.6189. Doutora em Psicologia Clínica e Cultura pela Universidade de Brasília (UnB). Psicoterapeuta (EMDR, Brain Spotting, Multicultural e Centrada na Emoção) no Espaço da Mente e UMOJA Psicoterapia.

João Paulo Siqueira. Mestrando em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (UnB) e Bacharel (2021) em Psicologia pela mesma universidade.

Por uma escuta psicoterapêutica racializada: relato de experiência universitária do grupo Resignificando Vivências Raciais REVIRA

Resumo

Este relato trata da experiência do grupo *REVIRA* na função de um serviço de atendimento psicoterapêutico para estudantes negros e negras na Universidade de Brasília. O grupo é fruto da reivindicação estudantil negra por cuidados em saúde mental na universidade, a qual foi acolhida por psicólogos voluntários e estagiários da graduação de 2016 a 2018 e tem seu retorno planejado para o segundo semestre letivo de 2021. Ao entender que o racismo atravessa as vivências subjetivas e materiais, o *REVIRA* propõe uma escuta psicoterapêutica racializada e antirracista do sofrimento psíquico, bem como pondera pela contextualização do sujeito em sua realidade universitária diante da totalidade social brasileira. Diante disso, apresentaremos a experiência do *REVIRA*, no que tange ao padrão de demandas, estratégias psicoterapêuticas e as ressignificações trazidas pelos processos, tanto para os usuários quanto para a equipe – também formada exclusivamente por negros e negras.

Palavras-chave: Racismo. Saúde Mental Universitária. Intervenção Psicoterapêutica Racializada. Estudantes Negros.

1. Introdução

Guimarães e Podkameni (2008) realizaram um estudo de pesquisa-ação e observação participante, baseado no pensamento teórico-clínico winnicottiano, em que 3 elementos se destacam. Primeiro, o espaço potencial, conceito criado por Winnicott, refere-se ao campo imaginário e de mediação psíquica, potencial realizado com o processo de integração subjetiva, advindo da vivência em um meio ambiente “bom o bastante” (expressão winnicottiana); é um campo de escoamento da tensão psíquica gerada pelo conflito entre o desejado e o possível. O segundo elemento, a situação conflitual traumatizante, conceito desenvolvido pelos autores, refere-se ao prejuízo na manutenção e realimentação do espaço potencial, gerado pela vivência contínua da pessoa em um ambiente nocivo, como o de uma sociedade racista. E terceiro, a Rede de Sustentação Coletiva, é a intervenção criada pelos autores para atender à situação traumatizante por meio da manutenção e realimentação do campo subjetivo.

O relato de experiência coletiva que segue insere-se no contexto de intervenção, porém aqui criada para atender a população de estudantes negras e negros da Universidade de Brasília que apresentaram o desejo de terem a escuta de profissionais com os quais se identificassem racialmente. Essa escuta corresponderia, *mutatis mutandis*, a um “espaço potencial”, porém sem ser o único, onde essas pessoas jovens, cotistas, pudessem escoar a tensão psíquica gerada pelo conflito entre a desejada educação superior e um possível habitar e desempenhar em um ambiente novo hostil, cercado pelo apagamento dos sinais de sua identidade, tanto epistemológica quanto relacionalmente.

Orientados por uma perspectiva crítica em saúde mental, na qual se entende a relação direta entre a realidade político-social e o sofrimento psíquico, entendemos o marcador social raça e o racismo como eixos estruturantes tanto da formação do Estado brasileiro quanto dos processos de subjetivação de negros e negras neste território (SANTOS, 1983; NOGUEIRA, 1998; GUIMARÃES, 2003; ALMEIDA, 2019).

O presente trabalho tem como objetivo relatar e discutir a experiência do grupo Ressignificando Vivências Raciais (*REVIRA*) no atendimento psicológico aos estudantes negros da comunidade universitária da Universidade de Brasília e na formação de estagiários em psicologia da mesma universidade. A atuação do *REVIRA* se deu a partir de 2017 e se mostrou pioneira e urgente – uma vez que foi fruto da denúncia de estudantes negros que apontavam o alto nível de adoecimento no contexto universitário.

Ademais, é fundamental lembrar que a década passada foi marcada por antagonismos políticos que atravessaram a vivência desses estudantes; se no início da década foi sancionada a Lei n. 12.711/2012, que obrigava as instituições federais

de ensino superior a reservar 50% do quantitativo de vagas para alunos oriundos de escolas públicas, sendo que metade dessa reserva deveria ser restrita a pessoas pretas, pardas e indígenas, após o *impeachment* presidencial em 2016 foi perceptível uma queda no investimento em políticas de assistência estudantil, ou seja, garantia-se o ingresso na universidade, mas não a permanência de todos (LIMA, 2020).

Como veremos mais a frente, todo esse cenário político potencializou a vulnerabilidade social dos estudantes e, conseqüentemente, o sofrimento psíquico no ambiente acadêmico, que em si já é bastante exigente e adoecedor (SIQUEIRA; RAMOS, 2021). Era então evidente a falta de articulação institucional para promover saúde no ambiente universitário, pouquíssimos eram os serviços que ofereciam acompanhamento psicológico. Nos últimos cinco anos, a recorrência de suicídios de estudantes acendeu o alerta da instituição que adotara cotas raciais em 2004 “como resposta ao racismo” (TAVARES, 2013). Ainda assim, somente em 2019 houve uma resposta efetiva com a criação da Diretoria de Atenção à Saúde da Comunidade Universitária (DASU) para realizar ações de prevenção, promoção de saúde e atenção psicossocial.

Nesse sentido, o *REVIRA* se caracteriza como uma iniciativa pioneira de atenção à saúde mental de negros(as) universitários(as), além de proporcionar formação e treinamento complementares para graduandos(as) em psicologia, fundamentada na defesa dos direitos humanos e de uma psicologia antirracista, a partir de um olhar racializado do sofrimento psíquico na clínica psicológica. Antes de relatar esta experiência coletiva, discutiremos o conceito de racismo no Brasil e suas esferas de expressão, a vivência de estudantes negros na UnB e, por fim, trataremos da experiência do *REVIRA* como intervenção psicoterapêutica antirracista dentro da universidade.

2. Racismo à brasileira

O Brasil é um país histórica e estruturalmente racista. Esta configuração, articulada a um mito de origem democrática racial (FREYRE, 2019), é o que nos permite nomear algumas das modalidades de racismo em exercício por aqui e que fazem parte da experiência universitária racializada. A primeira de que trataremos é o racismo estrutural. Silvio Almeida (2018) apresenta esta dimensão do racismo como a que avança nos estudos em relações raciais, na medida em que ressalta a importância do poder como constituinte das diferenciações raciais por meio das instituições, compreendidas como uma reprodução concreta da sociedade em seus valores e conflitos (ALMEIDA, 2018, p. 31). Essa forma do racismo é responsável por sua própria reprodução a partir do lugar da normalidade, a raça como lugar da

exclusão escamoteada pelo discurso da igualdade que incide diferentemente sobre as diferentes experiências sociais.

Nesse sentido, Almeida (2018) contribui para um entendimento mais amplo do racismo, rompendo com uma tradição de individualização, a qual focaliza apenas a expressão do racismo por meio de atitudes e comportamentos. Embora Almeida se detenha a analisar o racismo no Brasil, essa compreensão estrutural dialoga diretamente com o entendimento de autores do pensamento pós-colonial/decolonial, como Frantz Fanon (1952/2020), Georges Balandier (1993) e Ramón Grosfoguel (2016), que elencam a experiência colonial como fundante da estrutura que hierarquiza os grupos raciais.

Essa associação entre colonização e racismo também foi feita por Lélia González, mas centralizando no trauma específico brasileiro, justamente por entender que o racismo tem diferentes fundamentações/expressões a depender da cultura/respectiva formação social (GONZÁLEZ, 1988). O exemplo clássico trazido pela autora é a diferenciação do racismo no Brasil – por fenótipo – e Estados Unidos – por ascendência –, que acontecem justamente pela experiência colonial diferenciada, dado que, respectivamente, um foi colonizado por Portugal e o outro pela Inglaterra, com diferentes objetivos.

A instituição é a forma de concretização de uma estrutura, e se a experiência da colonização é quem produz nossas estruturas sociais, é evidente que a institucionalidade brasileira está impregnada dos efeitos da hierarquização racial. Cida Bento discute essa noção a partir da ideia de “pacto narcísico da branquitude” (BENTO, 2002, p. 155), conformação na qual é possível observarmos o reconhecimento das desigualdades raciais em um determinado contexto sem que surja o agente discriminatório que produza tal efeito – a branquitude, ou o branco – nem nas relações coloniais do passado e menos ainda no cotidiano das relações institucionais democráticas. Isso coloca o racismo institucional como outra chave importante de compreensão da experiência universitária racializada.

Por fim, o racismo por denegação. Lélia Gonzalez (1980/2018), em um dos textos mais sintéticos de sua obra, introduz esta noção a partir da discussão do lugar de mulheres negras no desejo – ou da negação deste – na sociedade brasileira, sob o viés da psicanálise. A denegação seria a sustentação de uma negativa de desejo que se demonstra sintomaticamente para o sujeito, uma negação pela ausência de afirmação. Lélia ressalta a amarração social desta negativa, pois geralmente o que se nega é um desejo socialmente reprimido, reforçando a emergência do sintoma do sujeito como um fenômeno da cultura, que, ao conferir o lugar do profano à negrura

(NOGUEIRA, 1998, p. 46), condiciona o desejo da negrura ao lugar do proibido ou permitidosob a condição do silêncio.

Escolhemos estas 3 dimensões do racismo à brasileira para fundamentar uma compreensão coletiva dos desafios da permanência universitária negra. Se vivemos num país sabidamente racista, é evidente que os conflitos raciais se darão no interior de suas estruturas e terão nos cidadãos a reprodução micropolítica de valores raciais hierarquizantes, sejam estes servidores, professores, estudantes ou terceirizados. A partir disso concordamos com Sílvio Almeida quando ele afirma que o compromisso antirracista deve ser uma prática cotidiana e multidimensional dentro das instituições que se propõem a combater a hierarquização racial histórica e politicamente (ALMEIDA, 2018, p. 32).

3. Racismo na UnB

A experiência universitária é permeada pelas manifestações do racismo. A promessa de ascensão social por meio da escolarização é embarreada pelas problemáticas de acesso e permanência que contribuem para o alargamento de uma abismo sócio-relacional que se apresenta como uma das principais denúncias presentes no testemunho de estudantes negros, quando escutados individualmente, em grupos ou em movimentos estudantis (MOREIRA, 2021).

A diferença na experiência universitária de estudantes negros começa a ser percebida logo no início de suas formações, pela constatação de que o conhecimento produzido na universidade não corresponde às suas realidades vividas, as pessoas com quem se relacionam habitam mundos muito diversos aos seus e a possibilidade de trocas relacionais fica condicionada à possibilidade de exercer um poder de consumo que não lhes é possível (SIQUEIRA; RAMOS, 2021). No caso do *REVIRA*, muitos dos estudantes atendidos eram também beneficiários da Assistência Estudantil, política de permanência na universidade criada em 2010 pelo PNAES – Decreto n° 7.234, de 19 de julho de 2010 – responsável por garantir o direito à formação universitária das camadas mais pobres por meio de fomentos que auxiliem, entre outros, no custeio de moradia e alimentação.

No que tange à experiência do conhecimento, o racismo epistêmico funciona como uma grande barreira para a integração negra no ambiente universitário. Segundo dados de 2020, os professores negros ocupam 16,14% do total da docência universitária brasileira (PASCHOAL, 2020). Os números entre servidores públicos são desconhecidos, uma maioria social branca que se agrava quanto maior for o nível de escolarização exigido para ocupação dos cargos (SILVA; SILVA, 2014) e também

entre profissionais terceirizadas, um segmento visual e socialmente negro e feminino (PASSOS; NOGUEIRA, 2018). O relato de estudantes traz elementos que corroboram a ideia de um conhecimento de referencial cultural único ou muito restrito ao que se produz nos países do norte global, expressão da função segregatória pela via do ensino, epistemicídio (CARNEIRO, 2005; GROSGOUEL, 2016; CARVALHO, 2019).

Diante dessa experiência violenta que é se inserir em uma universidade fundamentada no eurocentrismo e composta, majoritariamente, por alunos e professores brancos, o adoecimento psíquico dos alunos negros é uma consequência real, que inclusive já está indicada pela literatura (BASTOS *et al.*, 2014). Entretanto, embora essa realidade seja violenta com os alunos, essa fricção não se dá livre de resistência e agência dos alunos negros, que se organizam em coletivos negros para sobreviver no ambiente universitário, ou seja, esse aquilombamento dentro do contexto acadêmico traz ganhos subjetivos, promove saúde mental e força política para reivindicar ações da instituição em prol da equidade racial (SIQUEIRA; RAMOS, 2021).

Em relação ao surgimento do *REVIRA* não foi diferente. No evento de inauguração da ANPSINEP-DF – Articulação Nacional de Psicólogos(as) Negros(as) e Pesquisadores(as) do Distrito Federal – em 2016, realizado no auditório do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, estudantes negros organizados individual e coletivamente fizeram uma série de reivindicações relacionadas ao cuidado em saúde mental dentro da universidade, afirmando que a diferença experienciada era diretamente relacionada aos contextos supracitados.

No conteúdo das queixas, constavam: a desidentificação e as vivências cotidianas de racismo dentro e fora de sala de aula; dificuldade em falar sobre o assunto com profissionais de psicologia brancos ofertados pela universidade; as ameaças à permanência universitária que se repetiam a cada edital de assistência estudantil; a patologização de modos de vida diversos do urbano de classe média; e as disparidades de gênero e classe que, articulados à vivência racializada, produziam um abismo de comunicação entre estudantes, professores e servidores.

Estes estudantes fizeram uma reivindicação nesse evento: a de que pudessem ser acolhidos por alguma instância universitária que ofertasse profissionais de psicologia negros, para realizarem uma escuta psicológica que de fato considerasse o racismo como fator determinante de suas demandas específicas. Neste momento, 2 profissionais associados à ANPSINEP-DF e à Pós-graduação em Psicologia Clínica

e Cultura decidiram iniciar o projeto de escuta terapêutica dentro da clínica-escola da Universidade de Brasília¹.

A assunção da demanda e o desejo de resposta a ela por parte destes profissionais foram orientados e amparados pela percepção de que profissionais brancos(as) não teriam o viés racial em sua formação para esse atendimento (SANTOS; SCHUCMAN, 2015) e pela perspectiva de que a paridade racial pudesse, naquela instância, ser o recurso de intervenção que possibilitaria um acolhimento institucional efetivo (CABRAL; SMITH, 2011). À medida que a demanda estudantil estava diretamente vinculada à recusa do “desejo de brancura” (SANTOS, 1983, p. 34) como única forma de relacionar-se dentro da universidade, a resposta por parte de psicólogos negros vinculados à UnB se apresentou como fator de proteção. Os estudantes estavam apostando no compartilhamento de experiências raciais de clientes e terapeutas negros como fator para o sucesso da relação de ajuda (GOUVEIA; ZANELLO, 2019).

4. Relato de experiência (metodologia)

O primeiro semestre do projeto consistiu basicamente no trabalho voluntário destes 2 profissionais, que recebiam uma enorme demanda de atendimento – que vinha até então reprimida – da Diretoria de Diversidade da UnB (DIV). A impossibilidade de atender a essas demandas articulada à urgência e gravidade destas – ideiação suicida, automutilações, perda dos laços, crises psicóticas – e a indisponibilidade da universidade em oferecer recursos para realização digna do projeto geraram uma necessidade de mudança na forma de trabalho destes profissionais. Importa lembrar que o ano de 2017 foi o primeiro da aprovação do teto de gastos de Michel Temer, um momento de instabilidade financeira e muitos cortes orçamentários nas universidades. Foi este o contexto do surgimento do grupo de estágio em psicologia do *REVIRA*.

O primeiro semestre do grupo de estágio contou com 6 estudantes, todos negras e negros, além dos profissionais de supervisão. A articulação dos estagiários ao *REVIRA* foi possível por meio da vinculação da atividade de estágio ao grupo de trabalho de uma professora do Instituto de Psicologia. Isso proporcionou que a realização dos atendimentos se processasse de maneira voluntária, forma pela qual passamos a ser percebidos pela clínica-escola, pela DIV e pelo corpo estudantil negro. Optamos pela clínica de grupos temáticos, na medida em que a demanda por atendimento era coletiva

1 Os nomes dos psicólogos e da professora estão ocultos para preservar a avaliação como pedido no edital, e serão explicitados caso o artigo seja aprovado.

e, dentro de suas especificidades, se fazia unívoca a presença do racismo como fator comum no encontro das diversas experiências negras dentro da estrutura universitária.

Internamente, o grupo se reunia semanalmente para a supervisão dos grupos, processo de formação do estágio, e para organização de novos encontros. Naquele momento era importante circular por temas amplos como a história familiar, a entrada na universidade, a relação com o próprio corpo e a estética, entre outros, a fim de escutar uma diversidade de experiências, mapear produções de vulnerabilidade sistêmica para a população negra universitária. Os grupos tinham formato fechado, com encontros limitados e temáticos, e os participantes eram entrevistados individualmente como forma de triagem, a fim de que demandas individuais graves pudessem ser acolhidas pelos supervisores, que seguiram acumulando a função de terapeutas individuais e de grupos.

Posteriormente, os grupos continuaram e a entrada de novos estagiários possibilitou que fossem abertos os atendimentos individuais dentro do grupo de estágio, modalidade que aconteceu durante todo o ano de 2018 e foi muito amparada pela experiência acumulada no primeiro ano do projeto.

5. Resultados e discussão

As principais queixas dos estudantes foram relacionadas a situações de racismo vividas com professores, que iam desde o silenciamento de estudantes negros até a efetiva perseguição em sala de aula, penalização em notas, oportunidades de pesquisa e minimização das questões raciais quando estas eram levantadas em sala de aula, o sofrimento pela ameaça de evasão universitária diante das responsabilidades de estudar em um ambiente racista, trabalhar e concorrer a bolsas de assistência para ajudar no sustento familiar, dificuldades em socializar e integrar atividades coletivas – como a pesquisa e a extensão – por medo da repetição de violência racial e, principalmente, a vinculação destes sofrimentos cotidianos com toda a história dos participantes, que já vinha carregada de vivência do racismo institucional desde os primeiros processos de escolarização, aumentando a intensidade dos novos acontecimentos, a repetição de um não lugar ou de um lugar maldito na sociedade.

Um dos principais impactos percebidos pelo grupo de estágio na narrativa dos participantes dos grupos e dos casos individuais foi a mudança na percepção da própria história. Perceber o próprio corpo sendo atravessado pelos impactos da estrutura racial da sociedade foi um passo importante para que a narrativa de si mesmo não se tornasse mais um terreno de reprodução de culpa pelo próprio destino. Muitas saídas

criativas foram possíveis a partir do encontro entre diferentes experiências negras – respostas às violências raciais que as explicitassem, que devolvessem a percepção de um ato racista como tal mesmo diante das ameaças de punição. Percebemos que isso se tornou um recurso importante de sobrevivência.

A partir da quebra do silêncio, pudemos construir coletivamente uma narrativa em que a negritude calada ocupa lugar de gozo da sociedade racista e a possibilidade de falar é recriada como forma de desejar um outro laço social na universidade, onde a negritude se reconhece como produtora de seu próprio lugar sem ser tutelada pela percepção hegemônica e seus modos de conhecimento. Ao contrário, a abertura do discurso é um recurso de relacionar-se com a imposição social racista sem submeter-se a ela, questionando-a a partir da produção da diferença própria.

Evidentemente, perceber-se diferente não muda a percepção social racista hegemônica que tenta recolocar a experiência negra num lugar de menos-valia. Um dos principais limites encontrados para continuação do projeto foi justamente o de precisar ser reconhecido como demanda universitária digna de receber recursos e apoio institucional. Apesar de ser realizado dentro da estrutura universitária, o grupo enfrentou muitos desafios que tiveram de ser superados a partir da capacidade de organização autônoma, como o custeio de materiais específicos, a divulgação do serviço, triagem das demandas, o custo de vida dos profissionais voluntários que foram cada vez mais requisitados pela universidade e menos reconhecidos financeiramente. Enfim, a alta da demanda e a queda de recursos dificultaram e posteriormente inviabilizaram a continuidade do serviço, que durou do final de 2016 ao final de 2018.

Diante desses desafios, o grupo optou por direcionar as capacidades para a formação de profissionais por meio de grupos de estudos, pesquisa e da própria entrada de mais estudantes na pós-graduação, a fim de combater epistemologicamente os problemas enfrentados pelos atendidos, sem deixarmos nós mesmos de ter que produzir outras respostas a eles em nossas individualidades. A DASU/UnB representa atualmente um canal para a reativação do projeto, com a concomitante saída do *REVIRA* da marginalidade e para a retomada da demanda reprimida por escuta terapêutica racializada, a partir do início de 2022, segundo semestre letivo de 2021.

A partir do assentimento mútuo, esperamos que o espaço seja uma oportunidade de criação de mecanismos de combate ao racismo universitário, que se possa ir além do atendimento, que se organize um processo de responsabilização de toda a comunidade universitária pela reprodução de racismos e que se invista numa cultura de transformação do conhecimento acadêmico, de valorização da produção negra que já existe em todos os *campi* e, principalmente, de reconhecimento da ferida colonial que atravessa a experiência de toda pessoa que se considera cidadã brasileira.

À medida que nos tornamos mais e mais conscientes do recrudescimento do racismo no Brasil, é fundamental a busca por mais meios de cuidado em saúde mental da população negra. O caso de estudantes cotistas negros reveste-se de grande importância. Para essa população jovem, esse rito de passagem não acontece de forma indolor ou suave, como pode acontecer com a totalidade, ou quase, da população branca no mesmo rito. O racismo nos *campi* tem causado estresse prolongado e intenso em estudantes negros e negras, com consequências acadêmicas e emocionais, cuja negligência potencializa os fatores de risco de suicídio, racializado, como parte do “pacote genocida” histórico (LIMA; PAZ, 2021).

A ideia da paridade racial na diáde ou em outra(s) configuração(ões) psicoterapêutica(s) não significa absolutamente que a paridade é obrigatória para que a psicoterapia não fracasse. A questão principal é que a demanda existe por parte dos usuários e enquanto não for sanada irá persistir a necessidade da paridade racial na diáde clínica. Existem vários estudos estadunidenses na área dos *Critical Race Studies* que afirmam que clientes negros(as) persistentemente têm preferência por profissionais negros(as) nos serviços de saúde mental em geral. Em 1972 já se apontava a existência de significativa literatura a respeito das inadequações pontuadas de ambos os lados.

O profissional branco de classe média era distante, insensível, indiferente, quando não realmente racista, malicioso e punitivo; o cliente negro de classe baixa era estigmatizado como desmotivado, resistente, inacessível e de personalidade e organização familiar imaturas. Essas experiências levaram ao questionamento sobre a capacidade do profissional branco realmente para prestar o serviço (GITTERMAN; SCHAEFFER, 1972). Esse questionamento estimulou um debate que, segundo os autores, duraria muitos anos. O debate, de fato, perdurou e no Brasil está consideravelmente presente.

Posteriormente, em revisão metaanalítica, foram utilizadas 3 variáveis frequentemente usadas na pesquisa sobre paridade racial/étnica: (a) preferências dos indivíduos por um terapeuta de sua própria raça / etnia; (b) percepções dos clientes sobre os terapeutas em relação à paridade racial/étnica; e (c) resultados terapêuticos em relação à paridade racial / étnica. Os resultados mostraram: 52 estudos que indicavam preferência do(a) cliente moderadamente forte por terapeuta da mesma raça/etnia; 81 estudos que indicavam tendência do cliente em perceber o terapeuta da própria raça/etnia de forma mais positiva que outros terapeutas; e 53 estudos de desfecho do cliente no tratamento de saúde mental indicaram quase nenhum benefício para o desfecho de tratamento com paridade racial/étnica de clientes com terapeutas

(CABRAL; SMITH, 2011). Tais resultados já indicavam que a paridade racial ou étnica não é fator determinante para o sucesso da relação terapêutica.

Resultados mais recentes atestam os desafios e os benefícios para o profissional. Mostrou-se óbvia a necessidade de um melhor treinamento dos estagiários negros para trabalharem em díades da mesma raça. Independentemente do tempo de exercício da profissão, ficou evidente que a formação acadêmica dos participantes proporcionou preparo insuficiente para as nuances do trabalho com outros negros como clientes. Os participantes tiveram pouco ou nenhum treinamento sobre questões que surgem nas díades terapêuticas da mesma raça (GOODE-CROSS; GRIM, 2016). O treinamento proporcionado pelo *REVIRA* casa com as recomendações desta pesquisa, no sentido de cobrir a lacuna de relações raciais na formação dos estudantes de psicologia.

6. Considerações finais

As dificuldades enfrentadas por estudantes negros no contexto universitário aqui relatadas puderam ser escutadas de seu lugar psíquico, mas acolher este lugar como ação única jamais será suficiente para a solução do problema do racismo na universidade. A desigualdade de oportunidades é um problema sistêmico que se organiza por meio dos problemas econômicos, de transporte, de moradia, de escolarização, acesso à saúde, acesso ao lazer e a valorização da vida e da cultura negras.

Sem que se trabalhe na garantia desses direitos básicos, todos os nossos esforços psicológicos correm o risco de serem capturados pelo discurso de eficiência e produtividade do neoliberalismo, que entende o trabalho psicológico como mais um *commodity* de ajustamento social dos sujeitos (MORAES, 2019), inviabilizando todo o potencial de transformação das estruturas que a contestação do racismo carrega. Não à toa, um dos principais efeitos da intervenção do *REVIRA* foi a reparação da possibilidade da quebra do silêncio entre participantes, estagiários e supervisores.

Ressignificar a própria fala é ressignificar o próprio lugar no mundo, um reposicionamento dentro do próprio discurso que, rompendo com o desejo de brancura da sociedade brasileira (SANTOS, 1983, p. 34), inevitavelmente trará à tona o exercício cotidiano da negritude em ser criativa diante de uma política estrutural de morte física e simbólica, que segue amparada pelas hegemonias e universalidades homogeneizantes. Revirar-se é possibilidade de reencontrar o outro da branquitude, que vinha repetidamente ocupando o lugar senhorial, e destituí-lo de sua superioridade, restabelecendo o valor simbólico da negritude no laço social, seja nas contribuições culturais afro-brasileiras, mas principalmente em questionar o fundamento colonial branco que organiza nossas instituições do lugar de quem habita sociabilidades aquilombadas, que prescindem de hierarquizações raciais.

7. Referências

- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. [S.l.]: Produção Editorial LTDA, 2019.
- BALANDIER, Georges. A noção de situação colonial. **Cadernos de Campo**, São Paulo (1991), [S. l.], v. 3, n. 3, p. 107-31, 1993.
- BASTOS, João Luiz *et al.* Age, class and race discrimination: their interactions and associations with mental health among Brazilian university students. **Cadernos de Saúde Pública** [online], v. 30, n. 1, p. 175-86, 2014.
- BENTO, Maria Aparecida da Silva. **Pactos narcísicos no racismo**: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. 2002. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2002.
- BRASIL. **Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília, DF: [s.n.], 2010.
- CABRAL, R. R.; SMITH, T. B. Racial/ethnic matching of clients and therapists in mental health services: a meta-analytic review of preferences, perceptions, and outcomes. **Journal of Counseling Psychology**, v. 58, n. 4, p. 537-54, 2011.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2005.
- CARVALHO, José Jorge. Encontro de saberes e descolonização: para uma reafirmação étnica, racial e epistêmica das universidades brasileiras. *In*: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFUGUEL, Ramon (ed.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte, MG: Editora Autêntica, 2019. p. 79-106.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. [S.l.]: Ubu Editora, 2020.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. [S.l.]: Global Editora e Distribuidora Ltda, 2019.
- GITTERMAN, A.; SCHAEFFER, A. The white Professional and the Black Client. **Social Casework**, v. 53, n. 5, p. 280-91, 1972.
- GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de Amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, v. 92, n. 93, p. 69-82, 1988.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e Sexismo na cultura brasileira (1980)**. Primavera para as rosas negras. Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: União dos Coletivos Pan-Africanistas, 2018. p. 190-214.

GOODE-CROSS, D. T.; GRIM, K. A. An unspoken level of comfort: black therapists' experiences working with black clients. **Journal of Black Psychology**, v. 42, n. 1, p. 29-53, 2016.

GOUVEIA, Marizete; ZANELLO, Valeska. Psicoterapia, raça e racismo no contexto brasileiro: experiências e percepções de mulheres negras. **Psicologia em Estudo**, v. 24, 2019.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 25-49, 2016.

GUIMARÃES, Antônio. Como trabalhar com “raça” em sociologia. **Educação e Pesquisa**, v. 29, n. 1, p. 93-107, jun. 2003.

GUIMARÃES, M. A. C.; PODKAMENI, A. B. A rede de sustentação coletiva, espaço potencial e resgate identitário: projeto mãe-criadeira. **Saúde e Sociedade**, v. 17, n. 1, p. 117-30, 2008.

LIMA, Stephanie. “**A gente não é só negro!**”: interseccionalidade, experiência e afetos na ação política de negros universitários. 2020. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2020.

LIMA, Luana; PAZ, Francisco Phelipe Cunha. A morte como horizonte? Notas sobre suicídio, racismo e necropolítica. **Teoria e Cultura**, [S.L.], v. 16, n. 1, p. 95-109, 2021. MORAES, Débora Ferreira Leite de. Considerações para uma formação política do psicanalista. **Jornal de Psicanálise**, v. 52, n. 96, p. 179-88, 2019.

MOREIRA, Ana Luísa Coelho. Vidas negras importam na Universidade? O adoecimento psíquico de estudantes negras e negros. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.L.], v. 13, n. 37, p. 123-50, ago. 2021.

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. **Significações do corpo negro**. [S.L.]: Universidade de São Paulo, 1998.

PASCHOAL, Alice. Procura-se um(a) professor(a). FAAC, Campus de Bauru, São Paulo, 27 nov. 2020. Disponível em: <https://www.faac.unesp.br/#!/noticia/1974/procura-se-uma-professora/>.

PASSOS, Rachel Gouveia; NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. O fenômeno da terceirização e a divisão sociosexual e racial do trabalho. *Revista Katálysis*, v. 21, p. 484-503, 2018.

SANTOS, A. de O. dos; SCHUCMAN, L. V. desigualdade, relações raciais e a formação de psicólogos(as). *Epos*, v. 6, n. 2, p. 117-40, 2015. Disponível em: <http://revistaepos.org/>. Acesso em: 10 ago. 2022.

SANTOS, Neusa Souza. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

SILVA, Tatiana Dias; SILVA, Josenilton Marques da. **Reserva de vagas para negros em concursos públicos**: uma análise a partir do Projeto de Lei n. 6.738/2013. [S.l.: s.n.], 2014.

SIQUEIRA, João Paulo; RAMOS, Rodrigo Maciel. As (re)configurações subjetivas e identitárias de negros na Universidade: fricções epistêmicas e aquilombamento acadêmico. *Quaderns de Psicologia*, v. 23, n. 3, e1766, 2021.

TAVARES, Á. Dez anos de cotas na UnB. *UnB Notícias*, 2013. Disponível em: <https://noticias.unb.br/112-extensao-e-comunidade/3100-dez-anos-de-cotas-na-unb>. Acesso em: 28 nov. 2021.



Capítulo 12

Categoria: Experiências Coletivas

Eixo orientador: Raças e Identidade Étnico-Racial

Andréa Máris Campos Guerra. CRP 04/13.436. Psicanalista e professora na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Hugo Monteiro Ferreira. CRP 05/64105. Psicólogo clínico e mestrando no Programa de Teoria Psicanalítica na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Marcela Fernanda de Souza. CRP 04/38743. Psicanalista. Psicóloga na unidade socioeducativa de Ipatinga/MG.

Mariana Mollica da Costa Ribeiro. CRP 05/27525. Psicanalista e professora do Programa Nacional de Pós-Doutorado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PNPD/CAPES) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Natalia Soares Dalfior. Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), extensionista do projeto “Ocupação Psicanalítica – por uma clínica antirracista”.

Tayná Celen Pereira Santos. CRP 04/51781. Psicóloga e psicanalista, mestranda em Teoria Psicanalítica na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), membro do Ocupação Psicanalítica.

Ocupação psicanalítica: por uma clínica antirracista

Resumo

O Programa Ocupação Psicanalítica, fruto de reflexão coletiva, propõe uma subversão na apropriação conceitual da Psicanálise, mantendo os princípios orientadores da ética do desejo, enlaçada e orientada por uma prática com o inconsciente que implica a decolonização das instituições, dos laços e da clínica. Partimos da experiência de pesquisadoras/es e psicanalistas, em sua maioria negras/os, em quatro estados brasileiros, que fazem da universidade uma caixa de ressonância do trabalho que se dá extramuros, principalmente na periferia das cidades. Propomos dispositivos inéditos, coletivos e individuais, que envolvem o enfrentamento à criminalização dos negros, a escuta de quilombolas, o combate à violência de Estado pelas mídias populares, conversações e escritivências, entre outras intervenções, como meio de forjar, mediante escuta psicanalítica, a valorização e transmissão do saber e cultura popular afro-ameríndios como solução de enfrentamento ao racismo estrutural.

1. Introdução

O racismo estrutural grita, humilha e adocece a população negra (ALMEIDA, 2019). Ele conforma o conjunto de políticas e práticas discriminatórias que integram a organização da sociedade nos campos público e privado e que implicam a segregação de determinados sujeitos (ALMEIDA, 2019; MBEMBE, 2013), não sendo ainda um tema recorrente (ou clássico) de trabalho no campo clínico de orientação psicanalítica. Dada a inflexão interseccional do sofrimento psíquico, urge atualizar a teoria e a práxis de quem sustenta o lugar de escuta, potencializando o acolhimento da voz que enuncia o mal-estar colonial que recai sobre os corpos de modo discrepante. O psicanalista cidadão (LAURENT, 1999), que toma partido e participa do debate democrático, constrói sua posição em interface com outros saberes, considerando o real da experiência do inconsciente. A prática psicanalítica pode, assim, ser elemento

de transformação das condições sociais e estruturais de desigualdade, que implica os psicanalistas a partir do aforismo “o inconsciente é a política” (LACAN, [2016]).¹

Para isso, o enquadre simbólico do corpo político precisa ser geopoliticamente demarcado, assim como sua história estruturalmente reenquadrada. A abordagem entre modernidade e colonialidade, indissociável na América Latina, evidencia o avesso do discurso capitalista, a ser explorado em suas consequências decolonizadoras, que aspiram romper com a lógica reducionista, instituidora da experiência europeia como universal, seja no nível do poder, do saber, do ser ou do gênero (QUIJANO, 2017; DUSSEL, 1993; CASTRO-GOMEZ, 2007; LUGONES, 2008).

Ao denunciar a raça como estratégia legitimadora da ocupação colonial da subjetividade e desvelar a tela do Outro ocidental, a subalternização fica evidente. Essa tela transforma coordenadas contingentes de exercício do saber-poder em linhas abissais que forjam supostos universais, ditando o modo que se quer verdadeiro, justo e humano de leitura de mundo, seccionando Norte e Sul Globais (SANTOS, 2007). Ao mesmo tempo, normatiza a ordem simbólica que regula os meios com que cada corpo pode ou não gozar deste e neste mundo (WALLERSTEIN, 2012; DUSSEL, 1993). Essa violenta invisibilização adocece. Dos estudos sobre depressão na população geral, entre mulheres, idosos e também nos de suicídios entre jovens, nota-se maior prevalência por raça/cor da pele nos grupos de não brancos/as, chegando a ser 45% maior a taxa de suicídio entre jovens negras/os (SMOLEM; ARAÚJO, 2017).

O inconsciente inventa truques para lidar com o discurso de cada época (LACAN, 1992). Por isso, desvelar as estratégias atuais do saber-poder das práticas e do discurso, como racismo em ação, permite consolidar uma práxis clínica decolonial. Descentralizamos os textos psicanalíticos a partir de uma geopolítica que se fez interpretante. Partimos do contexto brasileiro de violações, genocídio e opressão sofridos pela população negra, que é silenciado pelo discurso oficial veiculado pela imprensa e pelos governantes, determinando a opinião pública.

Neles se confirma o que Munanga (2017) nomeou de racismo à brasileira, sustentado por processos inconscientes denegatórios. Partimos de três premissas teóricas e uma clínica: (1) a segregação é intrínseca ao laço social; (2) ela se organiza a partir da projeção no Outro de um gozo inassimilável que perturba o próprio sujeito; (3) o processo de colonização, para se legitimar, inventou o conceito de raça, tomando a branquitude como ideal que subumaniza corpos não brancos, sede do ódio e da

1 Seminário não publicado de Jacques Lacan. Séminaire XIV: la logique du fantasme (1966-1967). Disponível em http://gaogoa.free.fr/Seminaires_pdf/14-Logique%20du%20Fantasme/XIV-01-LF16111966.pdf.

projeção do pior; (4) a práxis clínica precisa nomear esses processos e operar sobre o gozo que os estrutura. Preparamos, assim, o campo de debates conforme os princípios metodológicos e conceituais da psicanálise, testemunhando uma prática decolonial e antirracista que será relatada após a reflexão teórica.

2. Fundamentos psicanalíticos antirracistas

curiosamente, entre as diferentes epistemologias e tradições da psicologia clínica brasileira, tem sido o campo psicanalítico o primeiro a assumir sua omissão quanto à pauta do racismo. Diferentes eventos e publicações, desde a dissertação de Virgínia Bicudo em 1945 e seu trabalho de 1955, a tese de 1983 de Neuza Santos, publicações de Lélia González na década de 1980 e a obra “O Racismo e o negro no Brasil” (KON; ABUD; SILVA, 2017) se acumulam pouco a pouco na desconstrução de uma prática desimplicada, acenando para um horizonte antirracista que repensa o próprio campo, trazendo o protagonismo das/os psicanalistas negras/os brasileiras/os. Somam-se a elas, Isildinha Nogueira (2021), Maria Lúcia da Silva (2017), Ana Paula Musatti Braga (2016), Cristiane Ribeiro (2020) e Geisa de Assis (2021) como nomes que despontam no enfrentamento ao racismo a partir do campo psicanalítico no âmbito da pesquisa clínica.

Estruturamos a seguir nossas quatro premissas para iniciar a longa desmontagem de artefatos teóricos em busca de um novo arcabouço epistêmico que possa fundamentar uma prática clínica antirracista, considerando a importância de o analista visar, no horizonte de sua práxis, à subjetividade de sua época (LACAN, 1998). Sobre a segregação (primeira premissa), ela se assenta na violência a partir da identificação. Existe na identificação que une membros de um grupo em torno de um traço comum, no nível do ideal do eu, uma oposição em relação ao resto. Ama-se o semelhante e produz-se “a crueldade e a intolerância para com os que não lhes pertencem” (FREUD, [1921] 1996, p. 110). Isto leva ao paradoxo de que a fraternidade sustenta-se pela segregação do diferente, sendo o modo de gozo seu índice.

Dessa forma, defensivamente, os sujeitos localizam o insuportável de seu próprio mal-estar subjetivo, projetando-o no Outro. “No desatino de nosso gozo só há o Outro para situá-lo” (LACAN, 2003, p. 532-3). Então, o gozo do Outro, tomado como subdesenvolvido (LACAN, 2003, p. 533), estará sempre presente nos modos de colonialidade, racismo, misoginia e outras formas de dominação, cuja intenção é normalizá-lo sob a justificativa da ação em nome de seu “bem”, quando, de fato, trata-se de regular assim o próprio gozo. Portanto, há um não saber fundamental sobre

o gozo, que, deslocado, está presente em todo agrupamento humano e corresponde a uma forma de identificação e, simultaneamente, de segregação (LAURENT, 2014).

Esse seria o fundamento ontológico do racismo, nossa segunda premissa, fundado na segregação como radicalidade constitutiva do laço social. Sabemos que a esse artefato discursivo soma-se o desejo voraz de dominação econômica, de influência cultural e estética, de exploração de recursos naturais e de mercado, hierarquização de privilégios e acessos. Promove-se o discurso como prática cotidiana naturalizada sob o fundo idealizado de uma ilusória Humanidade universal. Lacan (2008) localiza nessa universalização abstrata do saber uma nova tirania que, ao esconder sua verdade, segue sendo aplaudida cotidianamente.

A segregação se levanta contra configurações de corpo distintas daquelas normatizadas pelos padrões ideais cisheteronormativos, patriarcais, burgueses, brancos e europeus. Elas aparecem como alteridade materializada pela raça, sobre a qual se projeta de modo inconsciente o mal-estar, em um complexo sistema defensivo: “É porque o Outro é Outro dentro de mim mesmo. A raiz do racismo é o ódio de meu próprio gozo. Não há outra raiz a não ser essa” (MILLER, 2016). Assim, no fundo do racismo, reside uma experiência de impossibilidade de assimilar o próprio mal-estar, projetado nas figuras que encarnam culturalmente o mal. Nas comunidades humanas, sempre haverá a rejeição deste gozo inassimilável, semente de uma possível barbárie. Essa lógica varia nas culturas e épocas, indo do antissemitismo ao racismo advindo dos processos de colonização, alterando seus objetos (LAURENT, 2014).

Nossa terceira premissa é a de que, nos países pós-colonizados, a segregação ganhou a forma de racismo e instaurou a lógica silenciosa de dominação radicada na identificação à branquitude no nível do ideal de eu (SOUZA, 1983). A incidência do inconsciente divide o eu, a partir da instalação de uma fenda no saber sobre si. No nível identificatório, cada sujeito forja sua imagem narcísica a partir de um plano especular e virtual onde um ideal unificador se projeta. Esse ideal de eu, como articulação simbólica, trata a fenda no saber, depositando nela uma imagem. Nossa hipótese é a de que a branquitude, como ideal cisheteronormativo, patriarcal, burguês e eurocentrado, arvorou-se à condição de imagem universal (SESHADRI-CROOKS, 2000), regulando os corpos e as relações e ocultando o vazio sobre o qual o gozo predatório, sexista, racista e imperial se legitimou desde a tomada das Américas (GUERRA, 2021), encobrendo o Outro colonizado (DUSSEL, 1993). A partir da ilusão de que o branco não é uma raça, Kilomba (2019) demonstra a operação inconsciente de inversão quando “o senhor nega seu projeto de colonização e o impõe à/ao colo-

nizada/o” (p. 34), situando-se como uma “vítima compassiva”, enquanto o negro se transforma em um “inimigo intrusivo”.

Por isso, como quarta premissa, no fundamento de uma clínica antirracista é indispensável o movimento de desvelamento deste ponto vazio que aloja o gozo racista. Nomear essa operação desfaz a ilusão universal da Humanidade assentada na branquitude, evidenciando o pacto narcísico (BENTO, 2014) imposto em torno da distribuição hegemônica de poder e privilégios, mantida violentamente, mas velada pelo discurso da Modernidade. Assim, a ação clínica engaja sujeito e outro em sua práxis, perguntando pelo gozo e pela responsabilidade de cada um na busca pela reversão do racismo. Não se trata de responsabilizar o sujeito solitariamente, é preciso indagar sobre o processo histórico e discursivo de desumanização a que as consequências subjetivas da escravização nos conduziram. Considerar a pluralidade da diferença como naturezas múltiplas é um caminho. Não reproduzir a violência racial nos processos de escuta é outro. Interrogar o Outro da cultura em sua posição racializada é mais um ato clínico indispensável. Finalmente, é preciso localizar o gozo no discurso, como operação de enquadre para intervir sobre o sofrimento singular, a responsabilidade coletiva e o reconhecimento das múltiplas humanidades, sua direção.

Uma práxis que se pretenda antirracista e decolonizada precisa envolver negras/os e não negros/as no acolhimento ao sofrimento singular de cada sujeito, mas também criar dispositivos coletivos para que as pessoas que sofrem a incidência do racismo em seus corpos possam transmitir sua dor e suas possibilidades de virada. Escutar a singularidade é fundamental, mas não suficiente; é incontornável promover processos coletivos de enfrentamento do racismo, bem como abordagens institucionais para sua desconstrução estrutural. Num país em que o racismo é tão persistente quanto o seu silenciamento sistemático, será necessária a mesma coragem subversiva que levou a psicanálise a fazer falar a sexualidade, contra séculos de “incoerência” e “pudor de hipocrisia” (FREUD, [1913] 1996, p. 146).

O programa permanente de pesquisa, intervenção e difusão que apresentamos parte do campo teórico-clínico da psicanálise como busca de reversão deste quadro secular de hierarquização do saber, de subalternização da raça e do gênero, de reversão da desigualdade de oportunidades, de tratamento da dor psíquica. O sofrimento inconsciente advindo do impacto do racismo à brasileira mostra que, se psicanaliticamente não existe o inconsciente negro, existe o inconsciente atravessado pela negritude (NOGUEIRA, 2021). Por isso, constituímos, desde os campos epistemológico, ontológico, político e ético, uma abordagem da experiência psicanalítica que

sustenta a aliança e acolhe o sofrimento do sujeito negro num mundo que enfrenta o racismo estrutural sem negacionismos.

3. Método

Por serem estruturais o racismo e seus efeitos subjetivos, também deve sê-lo seu combate. O Projeto Ocupação Psicanalítica, assim, se organiza em um tripé que associa: (1) oferta de lugares de escuta clínica ao sofrimento mental da população negra, com espaços de supervisão e estudo com vistas à formação nacional de profissionais e estudantes; (2) pesquisa-intervenção sobre modos de sofrimento psíquico do sujeito negro e suas abordagens clínicas, por meio da escuta da vivência do racismo mediante metodologias narrativas, bem como da troca de experiências nacionais entre o que cunhamos de “clínicas de borda”, realizadas com moradores das periferias, quilombolas, ribeirinhos, imigrantes, vítimas da violência do Estado, militantes de movimentos de luta pela terra, comunicadores populares de favela e sujeitos que sofrem a opressão interseccional; (3) atividades de formação e capacitação antirracistas, com produção e divulgação de conteúdo antirracista em redes virtuais, TVs e jornais comunitários, produção de documentários, promoção de seminários e cursos dentro e fora da universidade, além de publicação de artigos e livros, participação em debates públicos e políticos, prevalentemente em atividades on-line no momento atual.

As cicatrizes da escravização na população negra marcam uma trajetória de subjetivação refratária da colonização que ressoa nos modos de ocupação do corpo racializado. Trabalhar essas marcas é parte de um projeto internacional comprometido com as consequências da diáspora africana (UNESCO, 2010). A população afrodescendente, dispersa em diferentes continentes, encontra nas Américas um complexo espaço geopolítico de pertença que conjuga desumanização com resgate da tradição de seu povo. Fazer corpo ao que ressoa da invisibilização racial, seja em sua vertente de adoecimento sintomático, seja em sua vertente de luta pela afirmação da diferença, seja na perpetuação dos saberes tradicionais, é nossa aposta de recuperação de uma escrita de si, que altera a escrita da própria história. O racismo à brasileira, em especial, foi constituído por profundas ambiguidades e falsos discursos cientificistas, que inundam a racionalidade científica, ganhando o tom de cordialidade sob o manto eugênico das contradições radicadas no mito da democracia racial.

Os principais elementos deste discurso, a que visamos metodicamente reverter, são: (1) a negação inconsciente por projeção defensiva do racismo estrutural e

endêmico; (2) a inércia do mito da democracia racial que constitui um sistema de crenças, invisibilizado por linhas abissais que ordenam o modo como se lê a realidade em cada lado dessa linha; (3) a desresponsabilização histórica e simbólica relativa ao processo de escravização e seus efeitos; (4) a culpabilização individualizante do sujeito negro por suas condições; (5) a imiscuição entre classe e raça (racismo de marca), invisibilizando a segunda pela primeira; (6) a ambiguidade afetiva e fantasias inconscientes em relação à pessoa negra; (7) a estigmatização do corpo da pessoa negra, hipersexualizada, folclorizada e exotizada em estereótipos subalternizantes; (8) o silenciamento, fetichização ou contradições decorrentes do racismo no nível da língua; (9) o epistemicídio e apagamento das epistemologias não ocidentalizadas; (10) o genocídio do povo afrodiaspórico negro.

O espelho plano da branquitude alimenta-se de um pacto narcísico e se torna, assim, soberano de um modo de gozo. Portanto, a metodologia para desconstrução do racismo e fissura deste pacto implica um trabalho não somente no nível econômico e jurídico mas também no da intervenção no sofrimento psíquico e afetivo da população negra, apoiada na revisão dos fundamentos epistêmicos da escuta clínica. Implica ainda questionar o silenciamento dos ganhos de toda ordem advindos da branquitude, engajando sujeitos não negros no trabalho com as defesas inconscientes que mantêm a lógica racial. Apresentamos a seguir nossa organização sistematizada e executada em um modelo de gestão horizontal com ações transversalizadas geopoliticamente.

Grupo 1 – Oferta clínica antirracista em ato e pesquisa

a) Oferta permanente de escuta clínica, orientada pelo antirracismo, oferecida à população estudantil e periférica, quilombola, negra, sem terra e vulnerável; b) Constituição de grupos de supervisores (psicanalistas negras), plurivisores (mestres dos saberes tradicionais) e intervisores (campos transdisciplinares) para formação clínica, a fim de não promover a hierarquia de saberes compartilhados; c) Registro dos modos de sofrimento psíquico advindos do racismo contra a população negra por meio das narrativas e escrituras autorreferenciadas da própria equipe e de coletivos de moradores de favela que sofrem violência de estado; d) Composição do consolidado clínico recolhido; e) Discussão do material consolidado com os escrevíveis; e g) Sistematização dos fundamentos teóricos para uma clínica psicanalítica antirracista.

Grupo 2 – Construção e difusão do saber inovador em psicologia clínica antirracista

a) Organização de e-book escrito pela equipe com novos aportes teóricos para a clínica antirracista; b) Produção de vídeos e podcasts com as principais ideias produzidas, bem como sobre as psicanalistas negras brasileiras; c) Identificação, compartilhamento e realização de conversações clínicas on-line abertas e continuadas, bem como de e-book, para apresentação de experiências e desenhos clínicos antirracistas e inovadores no Brasil e no exterior, as “Clínicas de Borda”; d) Produção de programa sobre Saúde Mental em Favelas e Periferias protagonizado por profissionais de CAPS localizados em favelas e promoção de Rede Nacional de Comunicação Popular em Saúde Mental; e) Sistematização das escrituras (EVARISTO, 2020) como metodologia de pesquisa, inclusive com realização de disciplina interinstitucional (UFES, UFRJ, UFMG) sobre o tema.

Grupo 3 – Formação clínica antirracista continuada

a) Lançamento dos e-books nas redes sociais de acesso on-line gratuito, com vistas a garantir amplo acesso à informação científica, clínica e antirracista, relevante; b) Produção e disponibilização de podcasts e vídeos sobre o material produzido; c) Promoção e realização de seminários virtuais ou presenciais para difusão dos fundamentos clínicos antirracistas, já foram realizados cinco; d) Divulgação on-line e gratuita das “Clínicas de Borda” inovadoras no atendimento psicanalítico, por meio de seminários de conversações psicanalíticas e disponibilização nas redes sociais de e-book; e) Construção e oferta de dois cursos nacionais orientados à formação da/o profissional clínico para acolhimento e atendimento do sofrimento mental da população negra, tendo o primeiro sido realizado em julho de 2020; f) Formação continuada da equipe por intermédio de reuniões clínicas, de estudo, pesquisa, supervisão, altervisão e plurivisão, tornando-se multiplicadoras nacionais do programa de trabalho e de seu conteúdo inovador.

4. Resultados e Discussão

Com um ano de existência, o Programa Ocupação Psicanalítica alcançou: cerca de 2.000 pessoas com suas ações; 151 psicólogos em curso de formação clínica; cerca de 30 alunos de pós-graduação em disciplina interinstitucional sobre escrituras como método de pesquisa; cerca de 180 estudantes de graduação, pós e profissionais

da Psicologia nos grupos de estudo e pesquisa realizados em cerca de 50 reuniões semanais realizadas nos três estados.

A equipe responsável pelo Programa Ocupação Psicanalítica entrevistou 8 experiências de “Clínicas de Borda”, agregando cerca de 120 profissionais na escuta; promoveu cinco seminários virtuais; produziu mensalmente conteúdo antirracista para redes sociais; teve um artigo aprovado e está organizando o primeiro e-book para lançar em 2022; teve seus membros participando ativamente de diferentes webnários e seminários virtuais. Também promove semanalmente o Programa de Saúde Mental na TV Portal Favelas e articula junto a lideranças populares de favelas a reunião de TVs, rádios e jornais comunitários de periferia, tendo produzido o I Encontro de Comunicadores de Favela do Estado do Rio de Janeiro. O trabalho mostra não apenas fatos encobertos pela mídia comercial hegemônica acerca da necropolítica, como também transmite cultura, arte, música e produções da potência do povo negro e periférico. A equipe acolhe em grupo e individualmente cerca de 60 pessoas negras no momento para tratar o enorme sofrimento causado pela pandemia da desigualdade que matou, empobreceu e adoeceu muito mais a população de baixa renda e negra do que outros setores da sociedade.

O alcance do trabalho reverbera em parceria iniciada com a ANPSINEP (Articulação Nacional de Psicólogas/os Negras/os) e com a proposta de inclusão do programa no Recôncavo da Bahia (UFRB), além de alimentar novas redes e iniciativas de pesquisa e extensão em articulação nacional e internacional em curso. Destacamos a seguir a práxis que evidencia a ação concreta decorrente dos fundamentos para uma psicanálise antirracista, nas quais o projeto se desdobra em cada estado.

1. Ocupação psicanalítica Minas Gerais

Nascido no Núcleo Psicanálise e Laço Social no Contemporâneo (PSILACS) na UFMG, o Programa Ocupação Psicanalítica associou-se imediatamente ao Espírito Santo e logo em seguida ao Rio de Janeiro, por meio de ações realizadas desde as universidades federais. Inicialmente proposto como coletivo negro, incluindo pessoas não negras, desenhou sua ação em pesquisa, transmissão e clínica, organizando de saída um inventário de psicanalistas negras pouco difundido no Brasil para ser fonte de leitura. O Programa iniciou, na UFMG, contato com a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis/Diretoria de Ações Afirmativas. Contava com nove psicanalistas de Minas Gerais, três estudantes de graduação em Psicologia e três psicanalistas do Espírito Santo. A associação subsequente do Rio de Janeiro encorpou o projeto e hoje sua equipe gestora é de 35 psicanalistas; e o coletivo, de 120 participantes.

Imediatamente concorreremos com sucesso à chamada da Gabineteona Áurea Carolina, que encampa os três eixos anteriores e também o Edital Democratizar da UFMG, recebendo mais dois bolsistas na equipe. Começamos a receber estudantes estrangeiras/os negras/os do Curso de Língua Portuguesa para alunos candidatos ao Programa Estudantes-Convênio da Graduação (PEC-G) da UFMG. Recebemos cinco estudantes de Guiné-Bissau, Togo, República Nacional do Congo, isolados no momento de instalação e continuação prolongada da pandemia, além de demandas esparsas, o que nos levou a estruturar um fluxo na Clínica Escola da Psicologia na UFMG, com equipe de psicanalistas e supervisores, que se reúnem quinzenalmente. Com recorte estratégico voltado à demanda estudantil, foram realizadas conversações com movimentos negros estudantis e PRAE, e foram promovidos dois seminários on-line sobre negritude em 2020. Em 2021, desenhamos institucionalmente uma intervenção para a moradia estudantil da UFMG em fase de diagnóstico e implementação.

Do grupo permanente de estudos, que alterna reuniões administrativas e reuniões de pesquisa com escritórias, nasceu a proposta do curso on-line nacional “Reflexões para uma clínica antirracista”. Com treze encontros virtuais de duas horas cada, reuniu em duplas a equipe nacional do Programa Ocupação Psicanalítica e 151 inscritos de todo o território nacional. O curso contou com Maria Lúcia da Silva (ANPSINEP/Amma), Lia Schucman (UFSC) e Gustavo Forde (UFES) como palestrantes. Nele testemunhamos a necessária transformação da práxis clínica dados os efeitos de adoecimento produzidos pela violência do racismo. Daí duas direções: propor um segundo curso nacional de capacitação para enfrentamento ao racismo e organizar o primeiro e-book, oriundo das aulas ministradas no curso de extensão, já em produção.

O eixo das conversações sobre as “Clínicas de Borda” encontra-se em sua oitava edição, após encontros com os coletivos: Perifanálise (São Paulo, SP), Margens Clínicas (São Paulo, SP), Psicanálise na Rua (Cuiabá, MT), Clínica do Cuidado (Belo Monte, PA), Psicanálise no Jacarezinho (Rio de Janeiro, RJ), Psimaré (Rio de Janeiro, RJ), Clínica Trans (Rio de Janeiro, RJ, Pernambuco, PE), Clínica com Imigrantes (Curitiba, PA, Paris, França, São Paulo, SP). O roteiro visa a seis aspectos: história do projeto, fundamentos teóricos, fundamentos clínicos, novidades ou especificidades, rotina e prática, efeitos já verificados. Os encontros reúnem os interlocutores, conformando uma rede de trocas sobre atenção e cuidado antirracistas. Planejamos para 2022 conversações públicas, abertas e on-line, estruturadas com produção de material escrito para publicação coletiva, com vistas ao registro visual e impresso.

Além da produção de conteúdo antirracista para redes sociais, participamos de onze eventos e seminários nacionais, indicando a consolidação nacional deste coleti-

vo como referência para a clínica antirracista. Também participamos de reuniões, a convite da ANPSINEP, para pensar uma articulação nacional com vistas à construção de prática de acolhimento ao estudante de cotas nas universidades, pensando a saúde mental em apoio à campanha nacional da Associação.

Finalmente, em articulação com a PRAE/UFMG, iniciamos em 2020 a intervenção em quilombo urbano. No caminho das matriarcas em um bairro de classe média alta de Belo Horizonte, traçou-se o destino de 14 famílias, assaltadas por uma ação de despejo em 2019 com ostensivo e violento assédio policial, que se prolongou por um ano. Testemunhamos a dimensão universal do racismo nesta prática abusiva de violência de Estado, decorrente do racismo estrutural, somada aos interesses financeiro-imobiliários das propriedades. A resposta particular destas famílias foi a nomeação quilombola, como resistência jurídica, garantida tardiamente por mais de 100 anos de desproteção jurídica à herança escravagista.

Apoiados no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal Brasileira, as famílias resistiram como quilombo, no reconhecimento tardio de sua origem afrodiaspórica. Garantiram o devido processo legal e o reconhecimento como patrimônio cultural, mas ainda não obtiveram o resultado judicial pela propriedade de suas casas. Singularmente emergiram quadros psiquiátricos de depressão e ansiedade; casos de bulimia e de uso abusivo de álcool e outras drogas. Das ancestrais aos mais jovens, o afeto defensivo inconsciente mobilizado foi tão mais intenso quanto mais a idade avançada mobilizou a ressignificação violenta das trajetórias de vidas negras.

“A descoberta de ser negra é mais do que a constatação do óbvio. [...] Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e sobretudo, comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades”. (SOUZA, 1983, p. 51)

Chegamos ao universal, particular e singular dessa trajetória quilombola a partir da escuta clínica antirracista gerada pela demanda de uma moradora do quilombo. Recebida no consultório de modo tradicional, ela estaria hoje isolada dos seus em atendimento individual, sem a escrita da violência racial. Talvez mesmo estivesse medicada, sedada, conforme a sensibilidade de seu interlocutor. Compreender o modo universal com que a opressão racial adoece e produz sintomas psíquicos só se revela como necessária quando, em ato, a escuta psicanalítica lê a história e a geopolítica

de pertencimento de um corpo generificado e racializado. Partimos da ideia de que, se o inconsciente não tem cor, analista e analisante têm.

2. Ocupação psicanalítica Espírito Santo

No estado do Espírito Santo, o grupo se forma organicamente por meio de discussões prático-teóricas das implicações do racismo no sujeito, com vistas a práticas transformadoras. Dessa forma, uma demanda coletiva se transformou em um projeto de extensão integrado ao Coletivo. A partir de então, constituímos uma equipe que hoje conta com 14 estudantes de Psicologia e 10 profissionais que atuam no atendimento prioritário à população negra. Organizamos nossa atuação a partir de uma escuta individual atrelada a conversações com coletivos de movimentos sociais, de estudantes e pesquisadores da universidade. Por meio do laço entre coletivos, universidade e clínica-escola, estabelecemos uma ponte entre o acesso ao atendimento clínico, rodas de conversas e outras ações. A demanda se constitui com o próprio território e não *a priori*.

As atividades do Núcleo Ocupação - ES tiveram início no primeiro semestre de 2021 a partir de uma demanda de atendimento apresentada pelas lideranças do Fórum de Juventudes, um coletivo que reúne diversos projetos sociais de jovens da periferia e visa à transformação social por meio da ocupação de espaços deliberativos e de formulação de políticas públicas, localizado no Território do Bem, um complexo de nove comunidades no município de Vitória, sendo o primeiro laço que estabelecemos.

A partir disso, nossa primeira ação foi uma conversa com o Fórum de Juventudes para pensar em propostas para o território. Diferentes movimentos foram pensados e realizados, como conversações com os jovens e atendimentos clínicos para os casos mais urgentes. Ao longo da constituição do projeto, estabelecemos diferentes entradas dialógicas com coletivos da universidade como o Programa de Educação Tutorial – Psicologia (PET), o Grupo de Pesquisa e Extensão Religafro, projetos de extensão do Departamento de Psicologia que se articulam com a pauta antirracista e a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Cidadania (PROAECI), por meio dos profissionais da Diretoria de Assistência Estudantil e da Diretoria de Ações Afirmativas e Diversidade. Com a equipe da PROAECI, articulamos não apenas o encaminhamento de casos de estudantes negros mas também a possibilidade de suporte à equipe com discussão de casos clínicos e estudos teóricos sobre racismo e subjetividade. Além disso, fizemos uma roda de conversa com profissionais de um equipamento municipal de saúde de Vitória, o Serviço de Atenção às Pessoas em Situação de Violência

de Vitória (SASVV), discutindo a respeito da população que mais sofre violência e que é atendida naquele local.

Pouco a pouco construímos redes com movimentos sociais e espaços institucionais para o enfrentamento à violência contra a população negra, articuladas com as políticas públicas e enodadas com outras universidades. Lélia Gonzalez (2020, p. 225), citando Miller, afirma que “a análise desencadeia o que a lógica doméstica”, expondo o silenciamento que a lógica e a ciência eurocêntricas articulam; no entanto, outros mecanismos fazem com que algo escape à essa operação. O que escapa, alienado na cultura, aparece na memória que revela uma história constitutiva que foi apagada ao longo dos processos históricos-coloniais, ou que habitam espaços de não legitimação da experiência e saberes. Pensamos a construção desses laços como bases potentes para o resgate e a reescrita de histórias que foram silenciadas e ignoradas pelo saber da psicologia, assim como suporte para a superação das violências advindas do racismo.

Além disso, o coletivo visa ao suporte para as psicólogas/os, psicanalistas e estudantes no fortalecimento do trabalho clínico e de psicólogos negros recém-formados, considerando as barreiras que enfrentam para se estabelecerem no campo. Para isso, fomentamos grupos de estudo, supervisão de casos clínicos e participação nos cursos de extensão do Programa Ocupação. Aliado a isso, outras demandas surgem no nosso caminhar, como implementar um espaço com rodas de conversas com estudantes da UFES sobre a temática racial: um espaço de acolhimento e reflexão sobre as incidências do racismo no espaço da universidade e modos de resistência e subversão, que está sendo planejado para o próximo semestre letivo. Por fim, estamos realizando, neste semestre, uma disciplina com uma série de seminários vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da UFES sobre escrituras como dispositivo de produção de saber e subversão política no campo das pesquisas em Psicanálise e Psicologia Institucional. Nesta disciplina, realizamos o compartilhamento de estudos e práticas entre grupos de pesquisa da UFMG e da UFRJ.

3. Ocupação psicanalítica Rio de Janeiro

O projeto teve origem na escuta dos movimentos negros e de favela no estado do Rio de Janeiro, dos movimentos indígenas e de luta pela terra, na construção de uma saída coletiva ao silenciamento histórico da diáspora africana e da tradição ameríndia e se desdobrou no desenvolvimento de dispositivos para o registro da violência de Estado através da mídia popular, realizada pelos próprios moradores de favelas e periferias, com participação de comunicadores e jornalistas de favela.

A partir de uma pesquisa-intervenção desenvolvida em pós-doutorado desde 2018 na Pós em Teoria Psicanalítica-UFRJ, propusemos, com alunos da graduação e da pós-graduação e de psicanalistas externas/os, em sua maioria negras/os, apoiar as lideranças de várias favelas para criar um veículo de mídia que integrasse TVs, rádios e jornais de periferias e comunidades cariocas. Atualmente são sete psicanalistas negras (algumas em mestrado), uma branca e seis alunos de graduação extensionistas, a maioria egressa de ações afirmativas, em supervisões quinzenais, atividades teóricas e de pesquisa. Mais de 60 pesquisadoras/es de todo o país, na maioria negras/os, frequentam o encontro quinzenal de pesquisa Integração Interestadual.

Em 2020, a partir das reuniões interinstitucionais com UFES e UFMG, consolidamos o projeto de pesquisa e extensão interdisciplinar “Enfrentamento ao racismo estrutural e à violência de Estado: Saúde Mental, Direitos Humanos e Comunicação Popular”, que foi selecionado pelo Edital da Fiocruz de fomento público para o Enfrentamento da COVID-19 nas favelas em 2021, em convênio entre Portal Favelas, Ouvidoria e Defensoria Pública do Estado-RJ e quatro institutos da UFRJ: Instituto de Psicologia/Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica, Instituto de Psiquiatria da UFRJ/NUPPSAN, Pós-Graduação em Direito/Laboratório de Direitos Humanos/LADIH e LABIC/Laboratório de Inovação Cidadã/Pontão/Escola de Comunicação Social. Estamos no segundo ano de inauguração da primeira disciplina de Relações Raciais do Instituto de Psicologia da UFRJ, na qual a psicanálise produz uma ruptura com o epistemicídio, trazendo lideranças populares para dar aula e articulando textos clássicos de Freud com os teóricos da decolonização e as obras de psicanalistas negras e negros.

Com vistas a ampliar a escuta da versão dos moradores sobre o que lhes acontece, reconhecendo-os como protagonistas de sua narrativa por meio do seu modo de dizer – por meio de matérias escritas, *lives*, vídeos e expressões culturais – um dos objetivos do projeto é servir como um sistema de proteção contra a força bruta do Estado nas comunidades, já que os policiais são filmados e fotografados em suas ações de violação de direitos. As resistências e rivalidades subjetivas, muitas vezes presentes na equipe de produção do Portal Favelas, na construção dos programas, na sustentação das reuniões – que impede a repercussão das vozes silenciadas – são trabalhadas pelas/os psicanalistas.

Além de repercutir outras mídias populares, o Portal Favelas amplia seu público com a parceria da imprensa livre, de alcance nacional, tais como Brasil 247, GGN e TVT e fornece conteúdo jornalístico sobre os fatos cotidianos das favelas cariocas para veículos da imprensa hegemônica nacionais e internacio-

nais. A implementação da “Ação da Defensoria nas Favelas”, modo da Defensoria Pública “tirar o paletó” e adentrar os territórios, permitiu uma articulação com a Psicologia no exercício de direito por interemédio das iniciativas de solução inventadas pelas populações. O baixíssimo número de defensores públicos e outros profissionais que trabalham em prol dos direitos da população é absolutamente insuficiente, dado os números alarmantes de extermínio da juventude negra por parte das ações policiais no Rio de Janeiro.

O trabalho consiste: acolhimento aos familiares das vítimas, moradores, policiais, trabalhadores das comunidades ou aqueles que são presos injustamente em decorrência do racismo; e suporte às famílias de presos. O acolhimento em grupo pode promover três tipos de encaminhamentos distintos: 1) atendimento em grupo com a presença de um estudante de direito e um de psicologia, para informações dos direitos de cada um e escuta inicial que viabilize a possibilidade de elaboração do luto com um suporte profissional; 2) acompanhamento individual, seja da escuta clínica, seja do apoio jurídico na área penal e cível; e 3) escritivências em grupo de escrita colaborativa para elaboração de saídas singulares e coletivas para os impasses subjetivos e estruturais, efeito do trauma sofrido, cujo produto escrito, vídeos, *lives*, documentário ou matérias se tornam públicos via Portal Favelas e outros veículos, favorecendo a mobilização social e política para a aquisição de direitos e para o melhor andamento do caso em função da pressão da mídia.

Por meio do Edital do Instituto Conhecimento Liberta, fomos um dos quatro selecionados entre os 3.300 projetos em todo o país para financiamento de um documentário curta-metragem, com roteiro pronto e filmagens em andamento, sobre a cobertura da imprensa tradicional em relação à chacina do Jacarezinho em comparação àquelas realizadas pelas mídias populares. Finalizamos a primeira escritivência coletiva da equipe do Portal Favelas e um compositor da Mangueira está transformando em samba para a transmissão da construção escrita. Recebemos este ano um prêmio pela participação no projeto do LABIC, da Escola de Comunicação da UFRJ, pela qualificação da equipe do Portal via projeto de extensão, com cursos e oficinas durante três meses. Estamos em processo de seleção de seis extensionistas da área de jornalismo para estágio. Fomos recém-aprovados pelo Instituto Clima e Sociedade para receber um fomento para projeto de 14 meses que visa a relacionar as situações das favelas com o desmatamento da Amazônia e a questão climática. Iniciaremos esse projeto em novembro do presente ano.

A convite dos organizadores, participamos da I Conferência Nacional Popular em Saúde Mental em outubro de 2021 e apresentamos proposta em duas frentes: 1) A

criação de um dispositivo de Comunicação Popular, inspirado no Portal Favelas, a ser desenvolvido nos Centros de Convivência da rede de Saúde Mental a nível nacional, com fomento público mediante projeto de lei; 2) a criação de uma *Rede Nacional de Comunicação Popular em Saúde Mental* que integra as rádios, TVs e jornais dos CAPS, hospitais psiquiátricos, museus, centros de convivência e demais espaços intersetoriais da rede para a criação de uma programação que seja protagonizada por usuários do SUS e que tenha alcance nacional.

Este efeito demonstra que, além dos vários estados integrantes do Programa Ocupação, a replicabilidade dos dispositivos e metodologias criados pela pesquisa têm um importante potencial de reprodutibilidade no país. Tais dispositivos caracterizam, assim, este programa como via de combate efetivo ao racismo estrutural e seus campos de concentração a céu aberto. Eles afirmam processos urbanos de aquilombamento com produção de ideias e soluções para saídas inéditas coletivas que combatem a necropolítica e a estrutura colonial atualizada nas relações simbólicas advindas da violência racial em suas formas contemporâneas.

5. Outras palavras para concluir

Transcorridos 133 anos da oficial abolição da escravização, no último país da América Latina a promover a libertação dos escravizados, verifica-se que a população negra continua concentrada nos degraus mais inferiores da hierarquia social. Na função de psicanalistas implicados e incomodados, estamos em conformidade com o Programa de Atividades para a Implementação da Década Internacional de Afrodescendentes (2015-2024) aprovado pela ONU e que visa a promover o respeito, a proteção e o cumprimento de direitos humanos e liberdades fundamentais desse contingente populacional. Além do genocídio, do baixo investimento em educação, da precarização do trabalho e representatividade política desproporcional, como apontam os números publicados pelo IBGE (2018), a criminalização dos negros por parte do poder público, midiático e institucional, principalmente do Judiciário, promove o encarceramento em massa da população negra, com índices alarmantes, que vêm aumentando vertiginosamente.

A invisibilização e silenciamento acerca do racismo, que ganha no Brasil um modo negacionista de agenciamento, produz efeitos de adoecimento mental principalmente nas pessoas que o sofrem diretamente, mas também em todas aquelas que, de forma consciente ou não, são afetadas pela estrutura colonial que nos governa. Sua materialização e reprodução por meio de estereótipos, preconceitos e discrimi-

nação, divide e adoce inconscientemente o sujeito negro, enquanto a branquitude força, violentamente, a legitimidade de seu pacto narcísico e tenta perpetuá-lo no imaginário social.

Dada a complexidade estrutural do racismo, nosso foco concentra-se na dimensão psíquica e inconsciente, com vistas a compor fundamentos epistemológicos, conhecer e formular desenhos em psicologia clínica e transmitir meios de formação decolonial continuada para a práxis, orientada pela psicanálise.

Contra o olhar preconceituoso, a satisfação escópica, que porta um gozo sádico, e a atitude violenta e cotidiana do racismo, que caricatura e inferioriza corpos negros, a psicanálise se alia a outros saberes e mostra que, se os problemas de consciência são problemas de gozo, negros/as e não negro/as precisarão estar aliados na escuta transformadora de modos e meios de fazer a diferença se manter como alteridade respeitada e reconhecida.

6. Referências

- ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen Livros, 2019.
- ASSIS, G. K. **Um estudo psicanalítico sobre as raízes do racismo**. Dissertação (Mestrado em Psicanálise) – UERJ, Rio de Janeiro, 2021.
- BENTO, M. A. Branqueamento e branquitude no Brasil. *In*: CARONE, I.; BENTO, M. A. **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- BRAGA, A. P. M. **Os muitos nomes de Silvana: contribuições clínico-políticas da psicanálise sobre mulheres negras**. Tese (Doutorado em Psicologia) – USP, São Paulo, SP, 2016.
- CASTRO-GOMEZ, S. Decolonizar la universidad: la hybris del punto cero y el diálogo de saberes. *In*: CASTRO-GOMEZ, S. (org.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.
- CERQUEIRA, D. (coord.) *et al.* **Atlas da violência**. São Paulo: FBSP, 2021.
- DUSSEL, E. **1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.
- EVARISTO, C. A escrevivência e seus subtextos. *In*: DUARTE, C. L.; NUNES, I. R. **Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.
- FREUD, S. Sobre o início do tratamento (novas recomendações sobre a técnica da psicanálise I) [1913]. *In*: FREUD, S. **Obras completas**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 1.
- FREUD, S. Psicologia de grupo e a análise do ego [1921]. *In*: FREUD, S. **Obras completas**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 18.
- GONZÁLES, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- GUERRA, A. M. Branquitude e psicanálise: segregação racial e a matriz colonial do saber. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 21, n. 230, set./out. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/60052>. Acesso em: 15 out. 2021.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira.** Coordenação de população e indicadores sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano.** Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KON, N. M.; ABUD, C. C.; SILVA, M. L. da. (org.). **O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise.** São Paulo: Perspectiva, 2017.

LACAN, J. **Escritos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LACAN, J. **O seminário, livro 8: a transferência (1960-1961).** Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

LACAN, J. **Séminaire XIV: la logique du fantasme (1966-1967).** [S.l.: s.n.], [1966]. Disponível em: http://gaogoa.free.fr/Seminaires_pdf/14-Logique%20du%20Fantasme/XIV-01-LF16111966.pdf. Acesso em: 15 out. 2021.

LACAN, J. **O seminário, livro 16: de um Outro ao outro (1968-69).** Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

LACAN, J. **Televisão (1973).** In: LACAN, J. **Outros escritos.** Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

LAURENT, É. O analista cidadão. **Revista Curinga**, EBP-MG, n. 13, p. 7-13, set. 1999.

LAURENT, É. O racismo 2.0. **Lacan Quotidien**, n. 371, jan. 2014. Disponível em: <http://ampblog2006.blogspot.com.br/2014/02/lacan-cotidiano-n-371-portugues.html>. Acesso em: 12 out. 2021.

LUGONES, M. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**, Universidad Colegio Mayor de Cundinamarca, Bogotá, v. 9, p. 73-101, jul./dic. 2008.

MBEMBE, A. **Crítica da razão negra.** São Paulo: N-1 Edições, 2013.

MILLER, J. A. Racismo e extimidade. **Revista Derivas Analíticas**, n. 6, jun. 2016. Disponível em: http://revistaderivasanaliticas.com.br/index.php/accordion-a-2/o-entredois-ou-o-espaco-do-sujeito#_edn2. Acesso em: 14 out. 2021.

MUNANGA, K. As ambiguidades do racismo à brasileira. In: KON, N. M.; ABUD, C. C.; SILVA, M. L. da. (org.). **O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise.** São Paulo: Perspectiva, 2017.

NOGUEIRA, I. B. **A cor do inconsciente: significações do corpo negro**. São Paulo: Perspectiva, 2021.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder y subjetividad en América Latina. *In*: CASTAÑOLA, M. A.; GONZÁLEZ (org.). **Decolonialidad y psicoanálisis**. Navarra: México, 2017.

RIBEIRO, C. **Tornar-se negro, devir sujeito: uma investigação psicanalítica acerca das reverberações clínicas e políticas do racismo**. Dissertação (Mestrado em Promoção da Saúde e Prevenção da Violência) – Faculdade de Medicina, Belo Horizonte, MG: UFMG, 2020.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos**, CEBRAP, v. 79, nov. 2007.

SESHADRI-CROOKS, K. **Desiring whiteness: a Lacanian analysis of race**. London: British Library, 2000.

SILVA, M. L. Racismo no Brasil: questões para psicanalistas brasileiros. *In*: KON, N. M.; ABUD, C. C.; SILVA, M. L. da. (org.). **O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise**. São Paulo: Perspectiva, 2017.

SMOLEM, J. R.; ARAÚJO, E. M. Raça/cor da pele e transtornos mentais no Brasil: uma revisão sistemática. **Ciências e Saúde Coletiva**, v. 22, n. 12, p. 4.021-30, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/RJbPdTCPbgSFcMpMYjhb8Fv/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 15 out. 2021.

SOUZA, N. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

UNESCO. **Brasil-África: histórias cruzadas**. [S.l.: s.n.], 2010. Disponível em: <https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasilia/projects/brazil-africa>. Acesso em: 12 out. 2021.

WALLERSTEIN, I. A análise dos sistemas-mundo como movimento do saber. *In*: VIEIRA, P. A.; LIMA VIEIRA, R.; FILOMENO, F. A. (orgs.). **O Brasil e o capitalismo histórico: passado e presente na análise dos sistemas-mundo**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

